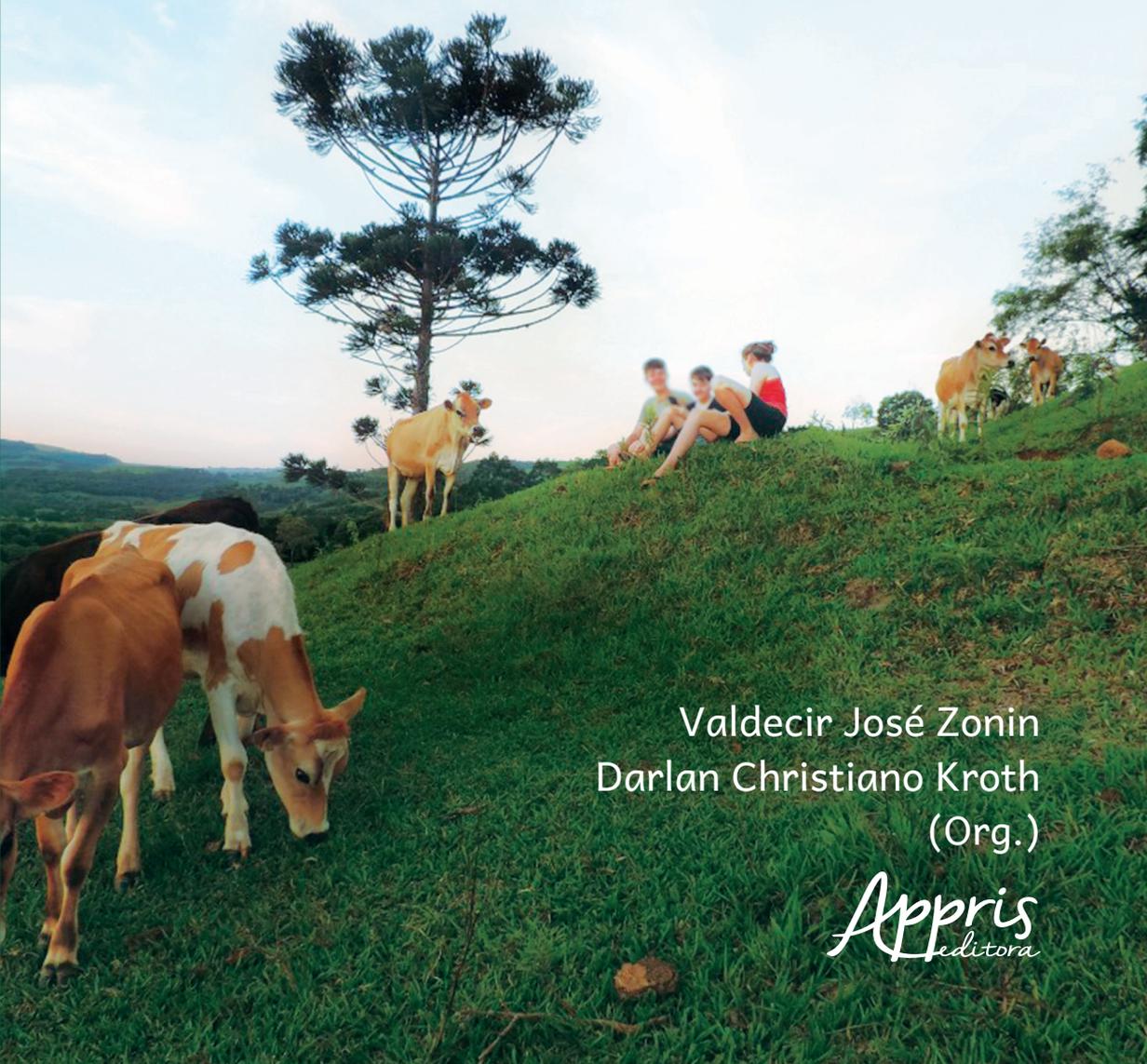


JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR



Valdecir José Zonin
Darlan Christiano Kroth
(Org.)

Appris
editora

**JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2021 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

J97j
2021 Juventude rural e sucessão na agricultura familiar / Valdecir José Zonin,
Darlan Christiano Kroth (org.). - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021.
365 p. ; 23 cm. - (Ciências sociais).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-250-0193-7

1. Juventude rural. 2. Famílias - Sucessão. I. Zonin, Valdecir José.
II. Kroth, Darlan Christiano. III. Título. IV. Série.

CDD - 305.23

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Valdecir José Zonin
Darlan Christiano Kroth
(Org.)

**JUVENTUDE RURAL E SUCESSÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

Appris
editora

Livro financiado com recursos do CNPq

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia - UFPR Edmeire C. Pereira - UFPR Ireneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - UP
ASSESSORIA EDITORIAL	Alana Cabral
REVISÃO	Camila Dias Manoel
PRODUÇÃO EDITORIAL	Letícia Hanae Miyake
DIAGRAMAÇÃO	Luciano Popadiuk
CAPA	Amy Maitland
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Débora Nazário Karla Pipolo Olegário
LIVRARIAS E EVENTOS	Estevão Misael
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREÇÃO CIENTÍFICA Fabiano Santos (UERJ-IESP)

CONSULTORES	Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB)	Jordão Horta Nunes (UFG)
	Artur Perrusi (UFPB)	José Henrique Artigas de Godoy (UFPB)
	Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	Josilene Pinheiro Mariz (UFCG)
	Charles Pessanha (UFRJ)	Leticia Andrade (UEMS)
	Flávio Munhoz Sofiati (UFG)	Luiz Gonzaga Teixeira (USP)
	Elisandro Pires Frigo (UFPR-Palotina)	Marcelo Almeida Peloggio (UFC)
	Gabriel Augusto Miranda Setti (UnB)	Maurício Novaes Souza (IF Sudeste-MG)
	Helcimara de Souza Telles (UFMG)	Michelle Sato Frigo (UFPR-Palotina)
	Ireneide Soares da Silva (UFC-UFPI)	Revalino Freitas (UFG)
	João Feres Junior (Uerj)	Simone Wolff (UEL)

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por proporcionar a oportunidade de realização de um projeto de pesquisa, ensino e extensão universitária ao mesmo tempo, por meio de chamada pública, possibilitando a geração de aprendizados coletivos e a disposição de bolsas de estudo aos participantes e ao núcleo de coordenadores(as) da presente pesquisa. Em especial à Coordenação do Programa de Pesquisa em Agropecuária e do Agronegócio – COAGR e equipes de apoio, vinculados ao CNPq.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, que de forma conjunta com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, organizaram junto ao CNPq, a chamada pública: MCTI/MDA-Incra/CNPQ nº 19/2014, a qual originou o projeto Fortalecimento da Juventude Rural na Região Oeste de SC.

Aos professores, servidores e colegas, que compartilharam conosco a coordenação do projeto de pesquisa, ensino e extensão, entre 2015 e 2017 (fase execução I) e entre 2017 e 2019 (fase II: organização e sistematização de dados). Em especial, professor Doutor William Simões, Dr. Tomé Coletti e Jucimara Araldi. E aos monitores(as) do projeto: Eduardo Von Dentz, Vanessa Kist Silva, Tainá Emanuelen Zanetti, Aslei Tainara Damin.

À Reitoria da UFFS no período de execução do projeto, em especial aos Professores Doutores Jaime Giolo e Antônio Inácio Andrioli (reitor e vice-reitor respectivamente), prof. Dr. Joviles Trevisol (pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação), ao professor Dr. João Alfredo Braidia (Pró-reitor de Graduação) e ao professor Dr. Emerson Neves da Silva, pelo apoio, pela motivação, pelos incentivos e pelas presenças constantes nas ações e atividades do projeto.

À direção de campus de Chapecó à época, em especial à diretora Prof.^a Dr.^a Lísia Regina Ferreira, à coordenação do curso de Agronomia, ao prof. Dr. Jorge Luis Mattias, aos colegas docentes, técnicos administrativos, que não mediram esforços para acompanhar e colaborar na execução do projeto de pesquisa.

À assessoria de imprensa da UFFS, do Campus e da reitoria, à imprensa regional (em especial à RIC TV), aos rádios e jornais locais e de abrangência regional no oeste de SC, à Assembleia Legislativa de SC.

À Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf SUL/SC, entidade que apresentou esta importante demanda social e o interesse em apoiar o desenvolvimento do projeto, em especial a Alexandre Bergamin e ao professor Neuri Alves.

À União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar - Unicafe/SC, à Cooperfamiliar de Chapecó/SC (em especial, a Sandra Bergamin, Adriana Bilini e Giovanni Munarini), à Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri/SC (em especial aos profissionais Clóvis Dorigon e Lisiane Casali), ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab (em especial à Lurdes Nienkoetter), à Cooperativa Nossa Terra e Agroindústria Andreolla (Erechim/RS), à Cooperativa Coopervita (Tapejara/RS), à Agroindústria Reginato (Viadutos/RS), expressamos nossos mais sinceros agradecimentos.

Ao professor Dr. Sergio Schneider, que gentilmente aceitou prefaciar nossa obra, pela sua motivação, entusiasmo, experiência acumulada e espírito de pesquisador, nos mais diversos temas que envolvem o desenvolvimento rural sustentável.

Ao conjunto de autores(as) que orgulham e enobrecem a composição desta obra, pelas suas experiências, *expertises* e dedicações nas pesquisas, no ensino e na extensão universitária, que se somam à análise dos mais diversos fenômenos e paradigmas que cercam a temática da juventude rural, da sucessão na agricultura familiar, da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável.

Aos profissionais nutricionistas que atuam na Região Oeste de SC, pela participação no módulo específico executado, que possibilitou a realização de pesquisa e interação específica, originando um capítulo desta obra. Em especial, à nossa colega, Prof.^a Dr.^a Rozane Triches, do campus de Realeza PR, pela sua nobre contribuição em nosso projeto e nesta temática.

Aos jovens bolsistas participantes, oriundos das mais diversas cidades do oeste de SC, e às suas famílias, por terem acreditado e participado, do início ao fim do projeto, com entusiasmo, alegria e muita dedicação: Alicia Dal Santo, Amanda Sabrina Severgnini, Ana Caroline Pereira da Luz, Anderson Tiago Giuriatti, André Lusa Lodi, Caliandra P. Siqueira, Cleverton Tonin, Cristiane Venâncio Pereira, Cristina Venâncio Pereira, Daiane Lilian Bassani, Daiane Buligon, Dailon Cremonini, Dalvana Cordazzo, Daniel Dambros Cortina, Denikeli de Fatima Bukoski, Deyse Lucas, Diego Luiz Carpenedo, Dimorvan Slaviero, Emerson Júnior Menin, Felipe Rozimbo Lourenci,

Géssica Thaise Nobre Batista, Geverson Valentini, Geovani Munarini, Giana Paludo Giombelli, Giovana Paludo Giombelli, Jaíne dos Santos, Jaqueline Menger, João Carlos Martelli, Julio Cesar Assmann, Larissa Bandeira, Leandro Vaccari, Lucas José Mueller, Luciane Bernardi, Luciane Cadore, Luiz Fernando Wiamowiski, Maicon João Rostirolla, Maikon Felipe Pedruzi, Mariana Possa, Neuton Oliveira da Fonseca, Patrícia Cassol de Oliveira, Rafael Rodrigo Schuster, Rodrigo Marafon, Silvia Aparecida Pomagerski, Tadeu Werlang, Suzana Rossato, Vitor Manuel Marchezini, Regina Cássia Schucht, Wiliam Felipe Simionato.

Aos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó e região, São Carlos e região, Nova Erechim, Xanxerê e região, Seara e região, Quilombo e região, São Lourenço do Oeste e Novo Horizonte, Coronel Freitas e região, Pinhalzinho e região (sedes Sul Brasil, Pinhalzinho e Saudades), e de Campo Erê, todos, sediados nos municípios de extensão do projeto, no oeste de SC. Agradecidos pelas participações, pelo apoio, pela dedicação e pelo entusiasmo no transcurso do projeto.

Às prefeituras municipais de Chapecó, Arvoredo, Guatambu, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Xanxerê, Ipuacú, Entre Rios, Bom Jesus, Lajeado Grande, São Domingos, Abelardo Luz, Ouro Verde, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Modelo, Sul Brasil, São Carlos, Cunhataí, Águas de Chapecó e Caxambu do Sul; Coronel Freitas, Marema, Águas Frias, União do Oeste, Jardinópolis, Quilombo, Santiago do Sul, Formosa, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, Campo Êre, Santa Terezinha e São Bernardino; Concórdia, Arabutã, Alto Boa Vista, Seara, Itá, Ipumirim, Seara e Paial. Especialmente pelas figuras dos(as) prefeitos(as) e secretarias (educação e agricultura), que abriram as portas para os jovens estudantes, bolsistas e docentes do projeto realizarem os levantamentos, diagnósticos e rodadas de negociações. Muito obrigado!

E, por fim, não menos importante, é preciso agradecer às nossas famílias, pelo apoio, acompanhamento, entusiasmo depositado, pela força e as horas não presentes. Registrando aqui, oportunamente, a alegria da chegada de nossos(as) filhos(as) neste transcurso, (nossos(as) sucessores(as)), e a saudade dos que partiram, deixando-nos a inspiração de que a luta por dias melhores e por um mundo melhor vale a pena.

APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne o esforço coletivo e solidário de professores, pesquisadores, estudantes, agricultores familiares, jovens do meio rural, sindicatos, cooperativas, a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, entre outras instituições de ensino superior do Sul do Brasil, tendo como eixo central, um projeto de pesquisa, ensino e extensão universitária ao mesmo tempo. Reúne estudos e reflexões sobre a juventude e sucessão na agricultura familiar, tema estratégico para o desenvolvimento rural sustentável das regiões e do país e que, há pelo menos três décadas, permeia discussões sobre as políticas de Estado para o seu fortalecimento. Embora os estudos sobre essa problemática não sejam mais tão jovens, as transformações recentes da sociedade renovam os desafios e exigem novos olhares e proposições.

É com o ímpeto de renovar o debate sobre a juventude rural, seus aspectos sucessivos e socioeconômicos, pelo caráter problematizador, bem como a proposição de políticas públicas, que esta obra se propõe. Nessa perspectiva, o livro tem como eixo central a apresentação de resultados do projeto de pesquisa, ensino e extensão intitulado “Fortalecimento da Juventude Rural na região Oeste de Santa Catarina” e realizado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) entre março de 2015 a julho de 2017 (porém, manteve-se institucionalizado na UFFS até 2019), sendo complementado por estudos de outras instituições de ensino superior do sul do Brasil, como a Unioeste (PR), UFSM, UERGS e UFSC, a maioria delas oriundas de pesquisas de pós-graduação, com relevantes caminhadas nessas temáticas que envolvem o desenvolvimento rural sustentável.

Este projeto é fruto da inserção da UFFS no edital de pesquisa (chamada pública MCTI/MDA-INCRA/CNPq n. 19/2014), lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos Governos Lula e Dilma, tornando-se possível o apoio à capacitação profissional e a extensão tecnológica e inovadora de jovens residentes em áreas rurais. Outra instituição parceira e demandante nessa articulação foi a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FetraF-SC) e de seus sindicatos filiados na região.

Com o objetivo geral de “contribuir na formação da juventude rural, futura sucessora de produção agrícola, visando, sobretudo, potencializar o acesso aos mercados institucionais, como caminho para sua inclusão produtiva e social”, o projeto promoveu a capacitação de 50 jovens agricultores (na faixa etária entre 15 e 29 anos, com perfil de sucessor familiar) residentes em 46 municípios da Região Oeste de Santa Catarina por meio da realização de diferentes atividades pedagógicas (módulos de ensino, viagens de estudos, oficinas regionais e rodadas de negociação). Tais atividades apresentaram como eixo formativo uma concepção de produção agrícola mais limpa, saudável, economicamente solidária, ecologicamente sustentável e promotora do desenvolvimento sustentável.

Nesses termos, o projeto teve como centralidade a problematização dos paradigmas que envolvem a permanência da juventude na agricultura e o desenvolvimento de ações para que os(as) jovens vislumbrassem oportunidades de geração de renda no campo, o acesso a políticas públicas (mercados institucionais, ensino superior e demais políticas), a melhoria da gestão de seus empreendimentos e o fomento de ações cooperativas, entre outras formas de obtenção de liberdades objetivas e substantivas.

Deve-se mencionar ainda que a Região Oeste de Santa Catarina, ambiente de execução do projeto (foco central deste livro, mas não exclusivo), é caracterizada pela presença de grande parcela de agricultores familiares, sendo considerada um modelo desse tipo de agricultura para o país. Além disso, a região enfrentou, até o início dos anos 2000, um processo intenso de modernização agrícola, que resultou na exclusão de grande parte dos pequenos produtores menos capitalizados, gerando um forte processo de êxodo rural, somando-se a outros impactos negativos sobre o meio ambiente. Atualmente, as propriedades rurais remanescentes observam a saída de jovens, o que acarreta problemas na sucessão familiar dessas propriedades e na manutenção do modo de vida e do modelo produtivo da AF.

Quanto aos demais textos presentes no livro (externos ao projeto), estes referem-se a reflexões sobre temas caros para a juventude rural, como: cooperativas da agricultura familiar, crédito rural, agroecologia, participação e organização sindical, assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento rural, sucessão familiar de jovens agricultores e diálogos com jovens agricultores na perspectiva de pensar políticas públicas para seu desenvolvimento. Tais reflexões são resultados de estudos e pesquisas realizadas por autores(as) ligados(as) a universidades parceiras, que se

dedicam, a longa data, ao desenvolvimento rural e seus condicionantes. Nesses termos, tais contribuições apresentam-se como complementares, corroborando, portanto, a compreensão de fenômenos vivenciados pela juventude rural e contribuindo tanto para a construção de conhecimentos e olhares diferenciados sobre o tema, quanto para a formulação de políticas públicas na área.

Com isto posto, compreende-se que a publicação desta obra é como uma boa safra agrícola, que depende de vários fatores, dos quais destacamos a qualidade das sementes e do solo, a existência de insumos/implementos e de um clima favorável. As sementes são representadas pelos jovens agricultores familiares e suas famílias, que, por meio de um espírito solidário, cooperativo e de justiça social, buscam todos os nutrientes da terra para se manterem fortes e dando frutos. O solo pode ser traduzido pelas instituições que atuam como parceiras da Agricultura Familiar e dedicam-se para criar melhores oportunidades para esse segmento, a exemplo da Fetraf-SC, de seus sindicatos e da própria universidade (UFFS e demais universidades parceiras neste livro), que, por meio de seu trabalho, permitem dar as melhores condições para as sementes desenvolverem-se. Os insumos referem-se, aqui, ao conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, mais especificamente aos mercados institucionais (Pnae e PAA), linhas do Pronaf e demais ações ligadas à AF, que promovem a geração de oportunidades no meio rural. Por fim, tem-se o clima que foi a conjuntura política favorável, que, na figura do Ministério do Desenvolvimento Agrário, incentivou e fomentou pesquisas e ações a fim de fortalecer a agricultura familiar.

Este livro, portanto, reflete a presença desses diferentes fatores para poder se tornar realidade. Muito mais do que uma simples publicação, esta obra tem pretensão de se constituir em mais uma semente, na instância de incentivar a realização de novas e sustentáveis safras agrícolas, e oxalá, que sejam cultivadas e colhidas pelas mãos de jovens agricultores.

O livro é composto por 13 capítulos, em que a temática principal volta-se a juventude rural, aos processos sucessórios envolvidos e às políticas voltadas para seu fortalecimento e sustentabilidade, sendo cinco os textos que se referem especificamente aos resultados de pesquisas realizadas pelo projeto e oito os externos ao projeto.

O primeiro texto, elaborado por Zonin, aborda os aspectos teóricos que versam sobre a juventude rural e aspectos da sucessão rural e discute como esses elementos estiveram presentes no desenvolvimento do referido

projeto de fortalecimento da juventude rural. Discute, ainda, quem são esses jovens participantes do projeto (nesse novo ambiente moderno) e como eles(as) autodefinem suas expressões de liberdades objetivas e substantivas e a questão do trabalho decente. E, por fim, apresenta os três principais eixos trabalhados no projeto: os módulos de formação, as oficinas regionais e as rodadas de negociações ocorridas no transcurso do projeto, discutidas à luz de teorias desenvolvimentistas.

O segundo texto, de autoria de Simões, apresenta a concepção pedagógica do projeto e traça uma análise crítica sobre o conceito de jovem rural e os dilemas vividos por esses atores. Esse texto também destaca a necessidade de enfatizar a perspectiva dialógica de educação, ancorada em Paulo Freire, e de universidade participativa.

O texto de Colletti aborda as cinco dimensões da sustentabilidade propostas por Seguezzo (2014) e como essas dimensões relacionam-se com o tema da agricultura familiar no oeste catarinense, dando destaque para a reprodução intergeracional das unidades de produção familiar. Além dessa discussão, Coletti faz uso de dados de pesquisa realizada no âmbito do Projeto de Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense, bem como opiniões dos jovens apresentadas em trabalhos de grupos e relatórios individuais de visita de campo nesse projeto.

Na sequência, é apresentado o texto de Kroth, Zonin, Coletti, Simões e Von Dentz (2019), originalmente publicado na revista *Redes* e gentilmente cedido para incorporar o presente livro. O texto contempla resultados de pesquisa realizada em âmbito do Projeto de Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense sobre a governança por parte das prefeituras municipais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), conforme a Lei n. 11.947/2009. O trabalho lançou mão de estudo de caso em três microrregiões do oeste de Santa Catarina (Chapecó, Concórdia e Xanxerê), considerando uma amostra constituída de 31 municípios. Os principais resultados demonstraram, por um lado, a importância do Pnae para geração de renda local (para as famílias agricultoras e para os municípios) e para melhorar a qualidade nutricional para os estudantes. Por outro lado, evidenciou-se que a governança do Pnae é frágil, uma vez que apenas quatro prefeituras (13% de nossa amostra) realizam uma gestão considerada adequada do programa.

O texto de Kestring, Zonin e Mattia aborda a temática da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), na perspectiva de identificar a percepção

dos extensionistas rurais, ao, apenas tema da Juventude e Sucessão Rural, quanto ao preparo de suas organizações e instituições para atuar em Ater e às demandas dos jovens para ações de Ater. Foram entrevistados 85 profissionais que trabalham no Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), Capa e Biolabore da Região Oeste do Paraná. Como principal conclusão, tem-se que a Ater precisa ser fortalecida para atuar no tema juventude e sucessão rural junto à ampliação de políticas públicas de âmbito municipal, estadual e federal que possam incluir o jovem no desenvolvimento rural, com acesso a renda, cidadania e sustentabilidade.

O tema do desenvolvimento no Brasil, na perspectiva da juventude rural, é abordado por Spanevello, Lago, Andreatta e Boscardin. Os autores exploram a incorporação da temática juvenil e dos jovens como público prioritário no desenvolvimento rural a partir de dois momentos distintos: o primeiro relativo aos trabalhos realizados com os jovens pela Extensão Rural no início da década de 1950 no Brasil, e o segundo, a partir da década de 1990/2000, com a inclusão ou a retomada dos jovens nas políticas públicas para o desenvolvimento rural. Os autores concluem que a formulação de novas políticas para esse público e/ou o aprimoramento das políticas existentes devem considerar uma série de fatores relacionados direta ou indiretamente ao contexto em que vivem e desenvolvem-se esses jovens rurais para que se possa ter êxito.

O texto de Toledo faz a análise da permanência dos jovens agricultores do meio rural a partir da geração e manutenção de renda nas famílias agricultoras com base nas concepções teóricas de Buainain *et al.* (2013) e Buainain *et al.* (2014). O autor faz uso de um recorte de dados que serviram para a elaboração de sua tese de doutoramento na Universidade de Brasília em 2017. A base de dados contempla 219 entrevistas realizadas nos estados Pará, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina e Paraná. Toledo destaca que as relações monetárias do novo padrão de acumulação econômica nas regiões rurais brasileiras alteram e justificam os caminhos adotados na migração de membros das famílias, pois, ao serem premidas pela monetarização da vida social, exigem o ingresso regular de dinheiro para suprir a manutenção familiar devido à ampliação de um processo que o autor denomina de “mercantilização da sobrevivência”.

O oitavo texto é de autoria de Von Dentz e Viceli, que se debruça sobre o papel estratégico das políticas públicas para promoção da agropecuária do oeste catarinense. Mais especificamente, os autores fazem uma

relação de dados do crédito rural (Pronaf) e do censo agropecuário de 2017, buscando demonstrar que o crédito rural (política pública) permitiu que os estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar inserissem-se de forma efetiva em alguns segmentos produtivos do setor agropecuário e ampliassem o seu domínio sobre outros setores.

A pesquisa de Asturian e Martins introduz o tema da agroecologia nesta obra. O trabalho estuda o caso da Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho (Coperjunho), vinculada ao Assentamento da Reforma Agrária Oito de Junho de Laranjeiras do Sul (PR), e incorpora resultados da dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, do campus Laranjeiras do Sul, da UFFS. Os autores analisam as atividades produtivas e as estratégias de mercado, desenvolvidas no âmbito da produção orgânica da Cooperativa, demonstrando que na mesma instância que se verifica a importância de aspectos de mercado e institucionalização do sistema produtivo (por meio da organização da produção orgânica certificada), percebe-se um esforço bastante representativo do coletivo de assentados da Reforma Agrária – em especial mulheres e jovens – para a construção signífica da “marca Coperjunho”.

O 10º texto foi reservado para discutir o papel estratégico das cooperativas da agricultura familiar em efetivar a política pública dos mercados institucionais, além de ser um mecanismo de inclusão produtiva e participativa de jovens agricultores. A discussão dá-se por meio da análise do caso da Cooper Familiar de Chapecó e sua experiência com as vendas para o Pnae no município. O texto é assinado por Bergamin, liderança feminina na gestão da cooperativa; Bilini, agrônoma da cooperativa e egressa do curso de Agronomia da UFFS; Munarini, atual diretor da cooperativa e também egresso do curso de Agronomia da UFFS; e, por Menin, jovem agricultor familiar e diretor da cooperativa. Cabe destacar que Munarini e Menin participaram do projeto Fortalecimento da Juventude Rural na Região Oeste de Santa Catarina e, por meio dessa participação, passaram a se inserir de forma mais efetiva na cooperativa.

O 11º texto, de Costa, Corbari e Zonin, buscou ouvir os jovens rurais residentes na região de Pato Bragado (PR) com o objetivo de identificar as demandas, motivações, oportunidades e as ameaças que os jovens rurais enfrentam para prosseguir vivendo e trabalhando no campo. A partir dessa oitiva e reflexão decorrente, reúne-se elementos para pensar estratégias

visando contrapor essa lógica do êxodo rural e promover o desenvolvimento rural sustentável.

O 12º estudo, de Kroth, Zonin e Giombelli, analisa a operacionalização do novo Pnae (Lei n. 11.947/2009), a partir da percepção do profissional de Nutrição, em termos de compreender a visão normativa e o envolvimento desses profissionais com o programa, bem como dos atores locais, na expectativa de propor ações/estratégias de capacitação e fortalecimento do programa. O estudo lançou mão de entrevistas, a partir de questionário estruturado, com 22 nutricionistas que operam o Pnae em 20 municípios da Região Oeste de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2017 em âmbito do seminário Nutrição na Alimentação Escolar, Desenvolvendo a Agricultura Familiar, promovido pelo Projeto Fortalecimento da Juventude Rural no oeste de SC.

O último e 13º texto, de autoria de Araldi, Kohwald, Cenci e Deggerone, discute o tema da participação e da organização sindical por parte dos jovens agricultores, a partir da análise do perfil dos jovens dirigentes sindicais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Contraf), na Região Sul do Brasil, e da identificação das oportunidades e dos desafios que norteiam a presença e a participação dos jovens agricultores familiares enquanto lideranças das organizações sindicais. Foi realizada entrevista estruturada dirigida a 33 jovens lideranças, que atuam nas organizações sindicais filiadas a Contraf, nos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre julho e agosto de 2020.

Por fim, temos a convicção de que o conjunto de textos expressos nesta obra reúne experiências expressivas de atuação e vida, para além de pesquisas simples ou isoladas, em torno das temáticas da juventude rural e sucessão na agricultura familiar. Sua compreensão, entendimentos e críticas são bem-vindas(os), afinal, trata-se de um tema inesgotável, mas inspirador, tanto para a ciência, quanto para a sociedade. Sua leitura, para além dos aspectos compreensivos, desperta para a elaboração de novas políticas públicas e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Boa leitura!

Os Organizadores

PREFÁCIO

Tornou-se consenso entre os mediadores sociais, como sindicalistas e formadores de opinião, que os jovens rurais precisam de apoio e reconhecimento. Nos últimos anos, muitos sindicatos e organizações de ação coletiva, como cooperativas e associações, passaram a ter atividades específicas para o público jovem. Contudo, o problema da evasão, êxodo e migração ainda continua e cresce o número de estabelecimentos agropecuários que não possuem perspectivas de encontrar sucessores, especialmente no sul do Brasil.

Quais são as razões pelas quais a sucessão nas propriedades rurais ainda é preocupante? Parte da resposta a essa pergunta está neste livro, em que os leitores poderão encontrar reflexões sobre cooperativas da agricultura familiar, crédito rural, agroecologia, participação e organização sindical, assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento rural, sucessão familiar de jovens agricultores e diálogos com jovens para pensar políticas públicas para seu desenvolvimento.

Entre os vários hiatos (*gaps*) que afetam as famílias rurais, está o acesso dos jovens aos recursos produtivos (meios de produção como terra e equipamentos), ao crédito financeiro e, sobretudo, ao reconhecimento pessoal e profissional. Os efeitos da falta de recursos materiais e financeiros são vetores de desalento para os jovens que pretendem empreender ou iniciar uma nova atividade. Não é raro encontrar jovens que conseguiram suplantar as dificuldades de iniciar um negócio ou mesmo dar continuidade a um já existente. No entanto, a falta de reconhecimento ou mesmo o estigma que muitos jovens sofrem pode provocar resignação e desencantamento, aspectos simbólicos e psicológicos que levam muitos a sair do rural e procurar outra forma de ganhar a vida.

O reconhecido economista indiano Amartya Sen já destacou, em suas obras, que o desenvolvimento implica criar as condições apropriadas para que os indivíduos possam exercer a plenitude de suas capacidades e talentos. Quando penso sobre as questões que afetam a juventude rural, sempre me lembro desses ensinamentos seniano, de que é preciso criar as condições para que os indivíduos possam tomar decisões e exercer o seu direito de escolha. Os jovens rurais certamente estão entre aqueles que

precisam de melhorias nos acessos a ativos e recursos de modo que possam ter a capacidade de tomar decisões.

Infelizmente, como mostram alguns dos estudos publicados neste livro, muitos jovens rurais não possuem essas oportunidades e as condições em que vivem e trabalham acabam criando óbices para que sigam a profissão de agricultores. As dificuldades de acesso à terra, as restrições para adoção de métodos e técnicas de sua escolha e vontade, assim como o acesso aos resultados monetários que resultam de seu trabalho acabam restringindo a capacidade de escolha e implicam a tomada de decisão de sair da propriedade e buscar inserção profissional em outro setor.

A publicação deste livro, que resulta de um projeto de equipe articulado por professores e pesquisadores que atuam na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e noutras instituições próximas, apresenta excelentes pistas para superação de alguns hiatos geracionais. Alguns dos problemas que afetam os jovens rurais e que geram desigualdades ou asseveram as já existentes foram estudados e analisados pelos autores e algumas sugestões de políticas e ações são apresentadas.

Saúdo os professores e autores dos capítulos que compõem esta obra de análise das relações sociais de geração no meio rural porque esse é um tema de difícil abordagem. O estudo dos jovens e a questão da juventude exige muitos cuidados e resguardos dos pesquisadores e analistas. Não é raro ir a campo, fazer entrevistas e coletar dados e defrontar-se com situações constrangedoras quando os filhos jovens estão na presença dos pais e ficam na dúvida se falam sobre suas reais perspectivas ou se calam ou fazem gestos evasivos, denunciando que há algo de incômodo naquele espaço.

A questão da herança da terra é um tema particularmente embaraçoso, assim como a assistência dos filhos aos pais quando estes chegam ao momento em que não podem mais trabalhar. Os mecanismos culturais e legais que regem a herança no Brasil preveem que todos os filhos têm direitos iguais à parcela do espólio da família. Contudo, uma partilha total e igualitária dos bens pode gerar conflitos entre os herdeiros, ou até mesmo o desinteresse de alguns em cuidar do pais ou de seguir na atividade. É comum ocorrer que os filhos que ficaram na propriedade, cuidaram das atividades produtivas assim como da saúde dos pais, ao final, não tenham recursos financeiros suficientes para indenizar e/ou comprar a parte que toca aos demais herdeiros. Nesses casos, ocorrem conflitos, disputas e até mesmo a saída dos herdeiros que haviam permanecido na propriedade.

Mas há outros aspectos a ressaltar, que não se referem apenas aos limitantes e problemas enfrentados pela juventude rural do Brasil. O livro organizado por Zonin e Kroth também apresenta informações e descreve situações em que os jovens conseguiram suplantar suas dificuldades e alcançar êxito em suas atividades. As condições e possibilidades que permitiram essas conquistas precisam ser cuidadosamente examinadas e levadas em conta pelos formuladores de políticas assim como os mediadores, a quem sugiro vivamente a leitura deste livro. Pode ser que aí estejam pistas para superar alguns dos problemas antes referidos, sejam eles de natureza financeira, de acesso ou mesmo simbólicos.

Portanto, é com muito entusiasmo que recomendo aos leitores a leitura deste livro, porque nele está condensado o esforço que resulta do trabalho sério de investigação de um grupo promissor de pesquisadores do rural brasileiro.

Por essa razão, estou convencido de que as recomendações e conclusões alcançadas neste livro por seus autores oferecem uma contribuição importante ao tema da juventude rural e das questões sociais e econômicas que envolvem os jovens rurais. Nesse sentido, este livro constitui-se em uma referência para todos aqueles que estejam preocupados e interessados com o futuro do rural e dos agricultores.

Prof. Dr. Sergio Schneider
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	A JUVENTUDE RURAL NO OESTE DE SANTA CATARINA: DINÂMICAS SUCESSÓRIAS DESAFIADORAS.....	23
	<i>Valdecir José Zonin</i>	
2	JUVENTUDE EM FORMAÇÃO: FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA.....	59
	<i>Willian Simões</i>	
3	SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: O DILEMA DA SUCESSÃO INTERGERACIONAL NO OESTE CATARINENSE	79
	<i>Tomé Coletti</i>	
4	ANÁLISE DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR PARTE DOS MUNICÍPIOS: O CASO DO PNAE EM TRÊS MICRORREGIÕES DO OESTE CATARINENSE.....	105
	<i>Darlan Christiano Kroth, Valdecir José Zonin, Tomé Coletti, Willian Simões e Eduardo Von Dentz</i>	
5	A ATUAÇÃO DOS AGENTES DE ATER PARA A JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	135
	<i>Karina Kestring, Wilson João Zonin e Vinicius Mattia</i>	
6	DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE RURAL.....	151
	<i>Rosani Marisa Spanevello, Adriano Lago, Tanice Andreatta e Mariele Boscardin</i>	
7	A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: O LONGO CAMINHO A TRILHAR.....	177
	<i>Eliziário Toledo</i>	

8

**UMA LEITURA DA AGROPECUÁRIA DO OESTE CATARINENSE
À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO CENSO AGROPECUÁRIO
DE 2017** 211

Eduardo von Dentz e Alessandro Viceli

9

**REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO ORGÂNICA, ORGANIZAÇÃO
FAMILIAR E JUVENTUDE NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA DA
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL OITO DE JUNHO (LARANJEIRAS
DO SUL/PR)**..... 243

Rodrigo Asturian e Sérgio Roberto Martins

10

**O TRÍPLICE ELO DO DESENVOLVIMENTO RURAL: ANALISANDO O
CASO DA COOPERFAMILIAR NA INTEGRAÇÃO ENTRE MERCADOS
INSTITUCIONAIS, COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E
JUVENTUDE RURAL**..... 265

Sandra Nespolo Bergamin, Adriana Bilini, Geovani Munarini e Emerson Junior Menin

11

**DIÁLOGOS COM A JUVENTUDE RURAL E OS CAMINHOS PARA A
SUCESSÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO-PR**..... 283

Patrícia Inês Costa, Fábio Corbari e Valdecir José Zonin

12

**O PROTAGONISMO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA PARA A
EFETIVIDADE DO PNAE**..... 309

Darlan Christiano Kroth, Valdecir José Zonin e Giovana Paludo Giombelli

13

**JOVENS DIRIGENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONDIÇÃO
JUVENIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUL DO BRASIL**..... 333

Jucimara Meotti Araldi, Diego Sigmar Kohwald, Douglas Cenci e Zenicléia Angelita Deggerone

14

SOBRE OS AUTORES..... 359

A JUVENTUDE RURAL NO OESTE DE SANTA CATARINA: DINÂMICAS SUCESSÓRIAS DESAFIADORAS

Valdecir José Zonin

INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório tem o propósito de contribuir com o debate científico sobre a juventude rural e as dinâmicas sucessórias, valendo-se de uma perspectiva de aplicação teórica e prática. Nesse âmbito, como objetivo geral, pretende-se discutir essa temática à luz de um projeto de pesquisa e extensão denominado *Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de SC*, que visou contribuir com essa juventude rural, futura sucessora das unidades de produção agrícola, no acesso aos mercados institucionais, como possibilidade de inclusão social e consolidação das rendas agrícolas. Tendo como pressuposto a produção mais limpa, amigável, saudável e promotora do desenvolvimento rural sustentável, o desafio aqui será examinar a extensão desse diálogo, guiados por uma série de pensadores sobre o tema.

Compreende-se que muitos estudos contribuem para o entendimento de por que *os jovens*¹ partem do meio rural em busca de uma vida melhor, de alternativas, bem como as razões que os(as) levam à permanência no campo. Esse conjunto de pesquisa acadêmica existente simboliza o papel do ensino, da pesquisa e da própria extensão universitária e tem servido para a elaboração de programas, projetos e políticas públicas destinados(as) à juventude rural no Brasil, algumas mais promissoras, outras nem tanto.

As preocupações com a temática da juventude rural e suas condições sucessivas (quem fica, quem sai e seus condicionantes) não são atuais e tampouco um tema facilmente resolvível do ponto de vista socioeconômico,

¹ Salienta-se que, ao referendar o termo *os jovens* e usos correspondentes, considera-se implicitamente representada a questão de gênero, evitando-se, assim, o uso massivo de tais indicações, na composição do capítulo.

cultural e político. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente entre 1950 e 2010 a população rural brasileira diminuiu em 51,2 milhões de pessoas, restando, em 2017, em torno de 15,1 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais; destas, 81% do sexo masculino e apenas 19% do sexo feminino, relação essa que se intensifica no Sul do Brasil, cujos dados registram diminuição da presença feminina, com 13% no Paraná, 12% no Rio Grande do Sul e 11% em Santa Catarina, apenas (IBGE, [2020]).

Por essas e outras razões relevantes, vários estudos já desenvolvidos remontam a tal problemática no meio rural brasileiro, valendo a pena retomá-los com certo pragmatismo, em virtude de suas contribuições, compreensões acadêmicas, sociais e desenvolvimentistas (ABRAMOVAY, 1998, 2003; STROPASOLAS, 2002; SILVESTRO *et al.* 2001; CARNEIRO, 1998; WOORTMAN, 1995).

Nesse sentido, e de um prisma inicial, apresentam-se algumas indagações que problematizam e alimentam o exame desta pesquisa: i) é possível que os elementos condicionantes das dinâmicas sucessórias mudem ao longo do tempo?; ii) qual é o retrato que define a juventude rural na década de 2020 e qual a caracterização dos jovens pesquisados?; iii) em que medida a formação para o acesso aos mercados institucionais estimula jovens rurais como futuros(as) sucessores(as) das unidades de produção e vida familiar?; iv) quais são os limites e desafios das políticas públicas para estimular a sucessão com qualidade de vida, com garantias das liberdades objetivas e substantivas e a promoção do desenvolvimento rural sustentável?

Com base nessas indagações iniciais, tem-se como objetivos específicos deste capítulo apresentar o debate teórico sobre sucessão e juventudes rurais, suas características e definições, expor a organização de módulos de formação, oficinas regionais e rodadas de negociações (visando ao acesso aos mercados institucionais) das quais os jovens participaram no transcurso do projeto e, por fim, discutir limites e desafios para o fortalecimento da juventude rural no Oeste de Santa Catarina, à luz de teorias e definições sobre juventude e sucessão rural, reunindo-se, também, conhecimentos empíricos da temática.

Desse modo, segue inicialmente uma descrição metodológica deste estudo; na sequência, um apanhado contextual e teórico sobre o tema da sucessão e juventude rural; apresenta-se parte dos resultados deste projeto e discussão, à luz de estudos autorais relevantes e de experiências profissio-

nais próprias nesse tema, para o contexto da análise; em seguida, os limites e desafios principais; e, por fim, as considerações finais do capítulo.

METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa envolveu ações de ensino e extensão ao mesmo tempo. Desenvolveu-se no Oeste de Santa Catarina (SC), e a sede de realização dos trabalhos foi na Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), campus Chapecó. Ocorreu entre abril de 2015 a setembro de 2017 (fase executiva) e permaneceu como projeto institucionalizado na Uffs, visando dar sequência à análise de seus resultados e à geração de publicações em congressos, revistas, capítulos e livro.

O edital que originou este projeto foi a chamada MCTI/MDA-Incra/CNPq n° 19/2014, e o projeto recebeu a denominação *Fortalecimento da Juventude Rural na Região Oeste de Santa Catarina*, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No âmbito geral deste projeto, foram desenvolvidas atividades como oficinas de capacitação, aulas teóricas e práticas, levantamentos, diagnósticos, viagens de estudo, nas quais os participantes foram orientados e avaliados pelos docentes e pela equipe de coordenadores do projeto quanto ao desenvolvimento das atividades previstas. Houve encontros mensais e/ou bimestrais, presenciais e atividades não presenciais (estes, na forma de tarefas desenvolvidas em casa e nas comunidades).

O projeto contou com duas linhas temáticas trabalhadas: i) o fomento à organização para o acesso da juventude aos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e ii) o apoio a processos de gestão administrativa de grupos, associações e cooperativas de jovens assentados/agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Os 50 jovens participantes, bolsistas do projeto (CNPq), foram selecionados por meio de Edital n° 077/Uffs/2015, elaborado pela coordenação do projeto, editado com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, expedido pelo Gabinete do Reitor, envolvendo cinco microrregiões do Oeste de SC e totalizando 46 municípios, de onde se originaram os jovens atuantes no projeto, conforme o Quadro 1.1.

Quadro 1.1 – Microrregiões e municípios abrangidos pelo projeto

Micror-região	Cidade/ Núcleo	Municípios Abrangidos	UF
1	Chapecó	Chapecó, Arvoredo, Guatambu, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta.	SC
2	Xanxerê	Xanxerê, Ipuacú, Entre Rios, Bom Jesus, Lajeado Grande, São Domingos, Abelardo Luz, Ouro Verde, Coronel Martins, Galvão, Jupia.	SC
3	Pinhalzinho	Pinhalzinho, Saudades, Nova Erechim, Modelo, Sul Brasil, São Carlos, Cunhataí, Águas de Chapecó e Caxambu do Sul.	SC
4	Coronel Freitas	Coronel Freitas, Marema, Águas Frias, União do Oeste, Jardinópolis, Quilombo, Santiago do Sul, Formosa, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, Campo Erê, Santa Terezinha e São Bernardino.	SC
5	Concórdia	Concórdia, Arabutã, Alto Boa Vista, Seara, Itá, Ipumirim, Seara e Paial.	SC

Fonte: o autor

Ademais, dentre as atribuições aos jovens participantes, destaca-se: o zelo pela qualidade e bom andamento do projeto; disponibilização de 20 horas semanais (entre atividades presenciais e não presenciais); participação e desenvolvimento das atividades programadas pelos professores coordenadores e seus colaboradores; necessidade de referenciar, sempre que possível, sua condição de bolsista do projeto, nos trabalhos a serem apresentados no transcorrer do projeto, por exemplo, em seus municípios de origem; e cumprimento das exigências estabelecidas em Termo de Compromisso, organizado para esta finalidade.

Por fim, destacam-se como requisitos obrigatórios para as candidaturas e participação no projeto: i) estar vinculado, na maior parte dos dias da semana, às atividades agrícolas e produtivas da propriedade rural pertencente aos municípios listados no projeto; ii) estar produzindo produtos agrícolas que demandem acesso aos mercados institucionais, como PAA e PNAE; iii) ter entre 15 e 29 anos de idade (recorte estabelecido pelo edital do CNPq); iv) apresentar certificado de escolaridade (nível médio completo) ou estar cursando, ou, ainda, cursando ensino superior; v) ter

disponibilidade necessária para participar das ações do projeto, quando das atividades presenciais, no mínimo 20 horas por semana, além das atividades em suas propriedades/localidades, definidas no cronograma do projeto, incluindo ações em qualquer dia da semana e aos sábados; vi) não ser funcionário(a) público(a) ou com atividade funcional remunerada, nas mais diversas organizações, como cooperativas, sindicatos, empresas e outros(as); e, vii) apresentar a documentação exigida no ato da inscrição.

Nesse sentido, a equipe total do projeto foi composta por: coordenação (quatro docentes), dois estudantes monitores, 36 estudantes com formação de ensino médio (completo e incompleto) e 14 estudantes de graduação, sendo a maior parte dos jovens oriundos do curso de Agronomia, porém envolveram-se também estudantes dos cursos de Engenharia Ambiental e Geografia da Uffs-Chaçecó. O projeto contou ainda com três a quatro jovens universitários voluntários, especialmente na fase inicial, que participavam, mesmo que sem bolsas de estudo, por adesão e interesse no projeto, integrando-se aos dados da pesquisa. Todos(as), sem exceção, filhos(as) de agricultores familiares, provenientes dos municípios listados no Quadro 1.1, que mantinham residência com suas famílias (no interior das cidades), ocupando-se parcialmente das atividades ligadas ao meio rural (condição indispensável para participar no projeto) e parcialmente dos estudos. Assim, o número total de bolsas atingiu 56, respeitando-se as exigências e os critérios das modalidades vinculadas ao CNPq.

Quanto às fases e às etapas de desenvolvimento do projeto, é relevante destacar aqui que entre os meses de julho e dezembro de 2015, com base nos componentes formativos, foram realizados quatro módulos de formação. No ano de 2016, seis módulos de formação; em 2017, restou o desenvolvimento do seminário com os profissionais nutricionistas, em abril de 2017 (módulo 11), e o seminário de encerramento do projeto, Formatura, em setembro de 2017 (módulo 12).

Parte dos resultados, a ser destacada a seguir, é fruto de aplicação de questionário dirigido aos membros do projeto, em sua fase inicial, executado em laboratórios de informática da Uffs-Chaçecó.

Ficou evidenciado aqui, já no processo seletivo do projeto (que envolveu a organização de bancas e entrevistas), o desejo pela busca por formação/capacitação, com a intenção de ocupar espaços de destaque, como a gestão e a coordenação de atividades produtivas relevantes nas unidades produtivas, portanto a grande maioria visualizando-se como possível sucessora.

PERCORRENDO TEMPO E ESPAÇO PELA PERSPECTIVA SUCESSÓRIA

O termo *sucessão*, como o próprio nome sugere, relaciona-se à possibilidade de continuidade das atividades desenvolvidas na propriedade familiar, com a presença dos pais ou não na unidade de produção. Compreendido também como a transferência do patrimônio e a continuação da atividade profissional paterna, no momento em que as gerações mais velhas saem do comando sobre o negócio (GASSON; ERRINGTON, 1993). Por essas e outras razões, o termo *sucessor* carrega consigo uma visão de continuidade do projeto coletivo familiar, o *nome da família* e, como consequência, o projeto da perpetuação do estabelecimento ou unidade produtiva. Permite, mesmo que de forma não absoluta, assegurar a continuidade das atividades socioeconômicas e culturais nos grupos sociais a que esses jovens pertencem.

Por tal razão, Gasson e Errington (1993) sugerem que a formação de uma nova geração de agricultores pode ser dividida em três fases: a) sucessão profissional, compreendida pela passagem do comando do negócio, do poder em si e do uso do patrimônio para a geração subsequente; b) transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; c) a aposentadoria, marcada pela redução do trabalho “mais pesado”, atribuído à geração mais velha da unidade produtiva e, sobretudo, a transferência de poder para a geração “mais nova”, sobre ativos presentes na unidade produtiva.

Essas interações e transferências de poder e comando não se dão de uma hora para outra e muito menos isenta de conflitos internos. Ao integrarem-se mais aos processos de trabalho nas propriedades, os jovens, com maior possibilidade sucessora, ainda antes da adolescência, tendem a ir assumindo atribuições de maior importância, ao ponto de dominarem as técnicas utilizadas, bem como os principais aspectos da gestão (SILVESTRO *et al.*, 2001). Essa visão acendeu o alerta da importância do desenvolvimento de capacitações e treinamentos para esse público específico (em transição), incluídos(as) neste projeto de pesquisa e extensão, entre 2015 e 2017. Por outro lado, fica perceptível que o processo sucessório, nas unidades de produção agrícolas, nunca foi alvo de política pública macroestruturante, de forma específica, para se trabalhar esse processo em si, visando capacitar para os aspectos formativos e profissionais, na preparação dos jovens sucessores junto a suas famílias. Pelo contrário, pode-se afirmar que as incipientes iniciativas (públicas ou não) foram, em sua maioria, de baixa durabilidade, buscando oferecer modalidades de financiamentos (diferenciado ou não),

de atividades produtivas específicas, pretendendo-se fomentar, em um *círculo indireto*, a permanência dos jovens no meio rural. Foge um tanto a esse contexto o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Nossa Primeira Terra (NPT), que financiava a aquisição de pequenas frações de terra aos jovens, no geral próximo a familiares, o qual possibilitou um horizonte mais promissor, enquanto havia recursos, ou seja, enquanto durou.

Muito mais do que uma obrigação moral (fruto de pressão familiar), do final dos anos 1960, a continuidade da profissão agrícola é um paradigma sempre atual e alimentador de inúmeras pesquisas mundo afora; para além das questões puramente culturais, econômicas, sociais, ambientais, é um tema complexo e motivador (WOORTMAN, 1995; ABRAMOVAY, 1998). Tal profissão agrícola não pode ser considerada uma escolha livre e soberana, pois dependente de uma série de fatores, como o nível educacional, a renda auferida nas unidades de produção, aspectos produtivos, gênero, condições da terra disponível, entre outros condicionantes (SILVESTRO *et al.*, 2001). Tais autores ainda apontam que, a partir de pesquisa realizada no Oeste catarinense, acabam ficando na propriedade paterna, exatamente, aqueles jovens que menos tiveram oportunidades educacionais. No mesmo estudo, 69% dos rapazes e 32% das moças (apenas) manifestaram o desejo de organizar suas vidas profissionais em torno de uma propriedade rural (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Esse caso do Oeste catarinense aponta para situações decisórias condicionadas às circunstâncias pessoais e ao mesmo tempo sociais, chamadas por Sen (2010) de oportunidades reais. Ou seja, a liberdade que os jovens com menos oportunidades educacionais tiveram foi a de permanecer com seus pais na propriedade (não outra), uma vez que a falta de estudo é uma condição que pormenoriza demais as oportunidades a outros espaços de mercado de trabalho. Alguns autores preferem dizer, ao estudar esse processo, que essa “escolha” não ocorre por acidente (por acaso); acaba sendo uma fatalidade (SILVESTRO *et al.*, 2001; TOLEDO; ZONIN, 2019).

Nesse âmbito, o estudo desenvolvido por Silvestro *et al.* (2001) apontou que a cidade é vista como fonte promissora de geração de renda para somente 5% dos filhos de famílias capitalizadas, mas para 20% dos filhos das famílias mais pobres. Nesse contexto de baixa escolaridade, entre os rapazes do Oeste catarinense, 72% consideraram, de acordo com seu grau de instrução, que as melhores oportunidades estavam na agricultura, percebendo-se forte correlação entre o desejo e a escolha profissional em torno

da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário à época (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Em outro estudo, desenvolvido pela Universidade Nacional de Brasília (UnB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Sede), nos municípios de Augusto Corrêa, Tomé-Açu e Viseu (PA), Cruz das Almas e Uauá (BA), o circuito irrigado do município de Petrolina em Pernambuco (PE), Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Verê (PR) e Concórdia (SC), com base em 219 entrevistas realizadas, constatou-se que 55,7% dos filhos de agricultores mantinham expectativas em dar continuidade às atividades dos estabelecimentos rurais, enquanto os demais buscariam alternativas de organização de fonte de renda (TOLEDO; ZONIN, 2019).

Nesse âmbito de pesquisas que buscam explicar as razões, a diversidade de condicionantes e a complexidade desse processo decisório que envolve a saída dos jovens do meio rural, destaca-se o trabalho de Abramovay (1998), o qual, categoricamente, à época, afirmou ser inviável a permanência de todos os filhos na propriedade familiar, com estrutura deficitária, somando-se às unilateralidades a transmissão do patrimônio, não beneficiando a todos(as). Considerando-se que a saída (para a cidade ou outros afazeres ou atividades, mesmo que rural) passa ser o único caminho possível para muitos e muitos jovens, nesse período. Nesse sentido, Seyferth (1985) já sinalizava o costume de privilegiar, com a herança da terra, o filho mais jovem, geralmente do sexo masculino, o qual, ao assumir a propriedade, responsabilizava-se pelos cuidados dos pais quando na velhice.

Por falar em herança (pelo prisma sucessório) e voltando, necessariamente, um tanto no tempo, Woortmann (1995) destacava a relação intrínseca entre casamento e herança, e vice-versa, retratada nos estudos de meados e fim do século XX. Ou seja, o fato de o casamento considerar como fator importante a consanguinidade e os laços de parentesco como prática das preferências matrimoniais fazia com que a reprodução das unidades de produção familiares, sítios, entre outros, estivesse mais assegurada. E dessa forma, como exemplo, o casamento entre primos era muito bem-vindo (WOORTMANN, 1995). Para a autora, se a herança tinha (e continua tendo) o poder de separar (por provocar uma divisão, de certa forma), o casamento unifica, e as propriedades de determinadas famílias perduram (no espaço/geografia e no tempo), como estratégia de progressão e reprodução social – dali nascia um *sítio forte* (WOORTMANN, 1995).

Fortes ou fracos, estruturados ou não, os jovens realizam escolhas, que ocorrem para além dos fatores condicionantes que lhe são impostos. Segundo Stropasolas (2002), as escolhas se dão vivenciando conflitos pessoais e estruturais; absorvendo a diversidade possível e, ao mesmo tempo, limitada a sua volta, esses jovens assimilam as restrições das distintas realidades em que transitam. Ou seja, convive-se com a racionalidade limitada, própria de cada região, localidade, controlada socialmente. O ambiente, os assuntos nas rodas de conversa, as informações geradas, os costumes, o convívio comunitário, as incertezas, os hábitos vão tornando a *performance* cultural local nem menos nem mais importante, senão distinta do ambiente urbano e, por vezes, única.

De acordo com Mishra e El-Osta (2008), o planejamento sucessório é uma parte do desenvolvimento de um plano de negócios mais completo para a operação de uma propriedade. Segundo os autores, as variáveis que podem influenciar, significativamente, para uma propriedade ter um sucessor conhecido (membro da família, que vai efetivamente garantir o ambiente operacional) incluem fatores como a educação, o valor líquido do agregado familiar, dívida(s) nos últimos cinco anos, estar envolvido em explorações agrícolas, com atividades que envolvam maior valor agregado aos produtos finais produzidos na propriedade e que exijam relativamente grande montante das despesas de capital e controle gerencial.

Não seria pouco razoável imaginar que as decisões, em termos sucessórios, ocorram tendo em vista a concepção construída em mais do que uma fase (período) da vida dos jovens, por isso a visão de processo desenvolve-se no tempo/no espaço e recebe influências destes. Em estudo realizado na Suíça, identificou-se que as variáveis responsáveis pela decisão sucessória podem oscilar a depender da fase de cada jovem e, portanto, ao longo do tempo. Nesse sentido, Mann (2007) identificou que o fator chamado *identidade* (preferências para trabalhar de forma autônoma, convívio com animais de criação, estimação, a natureza, entre outros) manifesta-se, com maior intensidade, no início do processo sucessório; enquanto a variável denominada *ambiental*, nos últimos estágios da sucessão, quando tamanho da propriedade e perspectivas de rendimento possuem maior relevância. Assim, o modelo teórico preconizado pelo autor, quando aplicado em propriedades rurais, representativo de diversas regiões rurais da Suíça, sugere que fatores relacionados à identidade têm dominado a tomada de decisão durante a adolescência, enquanto os fatores chamados ambientais têm dominado escolhas profissionais durante

a idade jovem/adulta (MANN, 2007). Por essas razões, determinados autores compreendem que mais importante que o instante específico em que se faz a transferência jurídica de bens é a gradual passagem de responsabilidades de uma geração para outra (SILVESTRO *et al.*, 2001). Logo, envolve necessariamente o trabalho harmonioso na unidade produtiva e o desenvolvimento do gosto pela *lida no campo* a construção dessas identidades, o convívio mais íntegro possível com os fatores ambientais e as oportunidades de capacitações e formações continuadas, em mais do que um período (momento) da vida dos jovens.

Para Weisheimer (2004), são diversas as variáveis que impactam na decisão dos jovens, destacando cinco como mais importantes: a) o tamanho da propriedade; b) a renda agrícola; c) a forma de socialização diferenciada (moças e rapazes) ao processo de trabalho; d) a centralidade administrativa das tarefas agrícolas na figura do pai; e, e) a representatividade e as percepções sobre a atividade agrícola, em que se avaliam não só as condições das atividades agrícolas, mas também o modo de vida dos pais. Segundo o autor, nenhuma dessas variáveis deve ser considerada, isoladamente, como fator único do processo decisório (WEISHEIMER, 2004).

Percebe-se ainda que, quanto mais tarde ocorrer a assunção da responsabilidade do(a) filho(a) sucessor(a), na exploração agrícola, tardando esse momento para quando o pai se retira da atividade (por falta de condições de saúde, entre outros) ou morre, e considerando o aumento na expectativa de vida dos pais, amplia-se o período de inter-relações de trabalho entre pais e filhos, mantendo os filhos na posição de dependentes por mais tempo. Para Ahlert (2009), em muitos casos, esse é o motivo da saída dos filhos da propriedade, não condicionada (em todas as situações) à vulnerável ou à precária situação econômica da família. Além da constatação da falta de planejamento intrafamiliar, o estudo, realizado no Vale do Taquari/RS, aponta que o processo sucessório não recebia nenhum tipo de atenção ou subsídio vindo de instituições públicas ou representativas de segmentos sociais (AHLERT, 2009).

Valendo-se dessa análise teórica, alicerçada amplamente nos aspectos da sucessão rural, observa-se que, muito embora o processo sucessório, nas unidades de produção e vida familiar, envolva as decisões dos indivíduos em si (jovens moças e rapazes), além do grupo familiar, tais decisões não podem ser consideradas, de fato, uma escolha livre e soberana.

A seguir, abre-se um subitem para buscar entender algumas segmentações e tentativas de definições sobre quem são esses jovens rurais participantes do projeto e referenciados pela academia.

QUEM SÃO ESSES JOVENS REFERIDOS NO PROJETO E COMO SE AUTODEFINEM?

[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.
(Bourdieu)

Inicialmente, importa aqui discutir algumas tentativas de definições sobre o termo *juventude rural*, longe de qualquer propósito conceitual estanque, dada a complexidade que a temática reserva, porém buscando distinguir os mais diversos momentos da vida dos jovens e como essas fases podem ser bem compreendidas.

Um esforço relevante, que merece ser destacado, é o trabalho de Weisheimer (2005) buscando delinear que juventude é essa, pela perspectiva de cinco abordagens analíticas. A primeira aborda *juventude como faixa etária*, orientada pela observância da idade desses jovens; a segunda examina a *juventude como período de transição ou ciclo de vida*; a terceira utiliza o *enfoque nas gerações*; a quarta observa a *juventude como cultura ou modo de vida*; e a quinta, *como representação social e autorrepresentação* (WEISHEIMER, 2005). Nesse âmbito, são diversos os usos e as terminologias em construção, para não chamar, aqui, de definições, perpassando pelo ambiente acadêmico, por pesquisas, indicadores demográficos, entre outros, conforme expõe o Quadro 1.2.

Quadro 1.2 – Abordagens sobre juventude rural, focos, usos e recortes analíticos

Abordagem	Foco Observado	Usos da abordagem	Recortes analíticos
<i>Juventude como faixa etária</i>	Idade dos jovens	– Pesquisas científicas. – Políticas públicas.	– Pré-adolescência (10-14 anos). – Adolescência (15-19 anos).
		– Indicadores demográficos (IBGE e órgãos oficiais). – Definições da Unesco.	– Grupo jovem (15 a 24 anos)*.
		– Estatuto da Juventude (Brasil).	– Jovens (15 a 29 anos).
		– Estatuto da Criança e do Adolescente.	– Adolescente entre 12 e 18 anos).
<i>Juventude como período de transição ou ciclo de vida</i>	O período de transição na vida	– Pesquisas científicas. – Abordagens sociopolíticas.	– Inicia com a puberdade, e seu término varia, dependendo do ponto de vista e de critérios levados em consideração.
<i>Juventude com o enfoque nas gerações</i>	Situações similares vividas, no mesmo tempo histórico	– Pesquisas científicas. – Organizações representativas. – Movimentos sociais.	– Gerações diferenciadas estimula a autodivisão.
<i>Juventude como cultura ou modo de vida</i>	Juventude como expressão da cultura de massas	– Cultura local. – Espaços de sociabilidade. – Movimentos sindicais.	– Jovens: reflexo dos processos de modernização do campo. Cria-se um <i>ideal urbano</i> .
<i>Juventude como representação social e autorrepresentação</i>	Conjunto de relações sociais específicas vividas na condição juvenil	– Representações sociais diversas. – Eles(as) autodefinem quem é e quem não é jovem, em um dado contexto sociocultural.	– Critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos. – As fronteiras decisórias não são estáveis no tempo.

Fonte: adaptação de IBGE (2017); Weisheimer (2005); Brasil (2012, 2013)

Haveria aqui uma ampla e vasta discussão a ser feita, dado o contingente e a complexidade das relações possíveis de serem examinadas, em cada uma dessas abordagens apresentadas sobre as definições de juventude rural. Se, por um lado, algumas abordagens admitem um determinado recorte técnico-jurídico (definindo-se com maior clareza essa juventude, em função de sua idade biológica, por exemplo), de outro, a maior parte das abordagens (sociológicas) procura não se prender a esse aspecto anterior, permitindo uma visão mais larga, por meio da qual, por exemplo, cada um(a) fica convidado a repensar quão jovem é ou em que estágio da vida se encontra. No entanto, chama a atenção que o recorte jurídico (de base mais legalista) acaba sendo utilizado em função dos programas, projetos e políticas públicas, visando à extensão de algum benefício a esse segmento da população brasileira, aqui tratados como jovens rurais.

Embora o IBGE utilize, em seus indicadores demográficos e do censo, o recorte de 15 a 24 anos, o instituto subdivide-os em outras categorias etárias: i) jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; ii) jovens-jovens, de 18 a 20 anos; e, iii) jovens-adultos, de 21 a 24 anos (IBGE, [2020]). Esse recorte facilita a observação das diferentes movimentações da juventude como um todo, em termos educacionais, ocupacionais e demais situações diagnosticadas pelo instituto. Mesmo com recorte “jurídico”, como mencionado, é no estatuto da juventude que estão consolidados os direitos dos jovens, 15 a 29 anos de idade, em relação às condições de trabalho e demais indicadores ligados ao trabalho decente (BRASIL, 2013).

Dos recortes técnicos que utilizam a idade biológica como referência aos recortes culturais, geracionais, transicionais, autorrepresentativos, entre outros, permanece o desafio de se compreender melhor como os jovens preferem se autodefinir, na sociedade em que vivem. Aqui podem existir situações circunstanciais que são levadas em conta em determinados momentos, ou da vida dos jovens em si, ou do momento histórico em que se encontram. O certo é que as definições, que levam em conta os limites de idade, podem ser consideradas arbitrárias, dadas as diferenças existentes entre a idade biológica e a idade social.

Carneiro (2007), discutindo as novas mentalidades, no cenário rural, afirma que os jovens do século atual são diferentes dos jovens de outros séculos; considera, para tanto, difícil pensar em *um padrão do ser jovem*, algo que possa ser idealmente a juventude. Para a autora, os jovens do

setor rural desejam o melhor dos dois mundos (rural e urbano), mesmo considerando-os distintos.

JOVENS IGUAIS E DESIGUAIS: TRABALHO DECENTE E OPORTUNIDADES

Um enfoque importante a ser tratado aqui diz respeito às condições desiguais, em termos de oportunidades, a que milhões de jovens estão submetidos no Brasil. Isso para termos limites e análises entre rural e urbano. Logo, tendo como parâmetro as análises desenvolvidas pelo IBGE, nota-se primeiramente que o mercado de trabalho é reconhecidamente o espaço em que as mais diversas formas de desigualdades se revelam.

Nesse âmbito é que ressurgem a preocupação mundial sobre a geração de trabalho decente, justo. Se, por um lado, a agenda de trabalho decente, discutida e em implementação pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), merece ser potencializada pelo Estado, visando ao progresso de todo(as), com maior igualdade em termos de salários, direitos e proteção o mais igualitários possíveis, tem-se, por outro lado, que as condições de trabalho, oportunidades, são mercadologicamente muito desiguais no Brasil. Esse destaque se dá no nível das diferenças entre jovens ricos e pobres, tanto no meio urbano quanto rural. Essa desigualdade tende a se atenuar, quando se observa o avanço nas desocupações de postos de trabalho, tomando-se como espelho os dados de 2016: o instituto revela que 54,9% das pessoas desocupadas (taxa que apresentava crescimento nesse período) eram jovens entre 16 e 29 anos de idade, constando aqui, disparadamente, a faixa etária como maior grau de desocupação, quando relacionado às demais (IBGE, [2020]).

Embora essa taxa de desocupação possa ser maior no ambiente urbano comparado ao rural, fica-se com a indagação do que de fato é um trabalho decente, no ambiente urbano, no ambiente rural. Como o país pode produzir trabalho decente nesses ambientes e com suas adversidades? Como os jovens rurais podem construir um futuro desprendido dos trabalhos indecentes, não dignos? É possível livrarem-se das amarras do capitalismo exacerbado, que, por vezes, condenam-nos a conviver com o uso cada vez maior de agrotóxicos, com moléculas mais perigosas? Como os jovens rurais podem ser protagonistas na construção de novos mercados agroalimentares, alinhados a saberes, sabores diferenciados, conhecimentos repassados de gerações, com geração de renda justa, diferenciada e livre dos canais intermediários?

Sabe-se que nem tudo é resolvido de forma tranquila, harmônica e no tempo sonhado, incluindo as respostas às questões levantadas. Eis, então, o papel da academia, questionar esses processos ambientes aos quais o conjunto de jovens rurais está submetido e propor, inclusive, soluções baseadas em pesquisas, ensino, extensão rural e universitária e, especialmente, na vivência e nas experiências exitosas com os próprios jovens.

Entretanto, faz-se necessário retomar que o trabalho decente diz respeito a um conjunto de indicadores já discutidos pela OIT, como: i) oportunidades de trabalho; ii) rendimento adequado e trabalho produtivo; iii) jornada de trabalho decente; iv) conciliação entre trabalho, vida pessoal e vida familiar; v) análise de trabalhos a serem abolidos; vi) estabilidade e segurança no trabalho; vii) igualdade de oportunidade e tratamento no trabalho; viii) ambiente de trabalho seguro; ix) seguridade social; x) diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores; e, xi) contexto econômico e social do trabalho decente (BAUMANN, 2008).

Esses indicadores oportunizam realizar exame das condições do passado, presente e futuro dos milhões de jovens (do campo e da cidade) e induzem observar tamanha desigualdade social a que são submetidos, especialmente os do meio rural, objeto deste recorte analítico. Pois, segundo a OIT, os frutos do progresso não são partilhados de forma justa na sociedade, de modo geral, a exemplo da expressão do salário mínimo, cujo nome já diz ser *regrado pelo mínimo*, nem médio, nem máximo, assim como as proteções (precárias) a que estão submetidos os jovens, nas mais diversas modalidades de trabalho, especialmente no meio rural brasileiro (BAUMANN, 2008).

Persistem importantes déficits no que tange a trabalhos decentes e que afetam a empregabilidade da juventude como um todo, entre eles: falta de oportunidade; baixa participação dos jovens; altos níveis de desemprego e informalidade; baixa taxa de sindicalização; acentuadas desigualdades entre homens e mulheres, entre brancos e negros; manutenção de graves violações a direitos fundamentais, como a persistência de situações de trabalho infantil e de trabalho forçado (BAUMANN, 2008).

Portanto, as considerações apontadas neste estudo não se referem a jovens empresários patronais, mas sim aos trabalhadores rurais em si, de modo geral, caracterizados como agricultores familiares ou camponeses. Vale aqui destacar que, ao contrário da dinâmica de geração de valor, nos empregos, em uma economia capitalista (orientada pelo mínimo), os jovens

empresários, as empresas, nesta mesma sociedade, orientam-se pela dinâmica do *máximo lucro* da exploração. Ou seja, as gerações de oportunidades são desiguais, tal qual o retrato da sociedade brasileira.

Defende-se, assim, a coexistência de um estado presente na vida das pessoas, das comunidades, dos territórios rurais, dos jovens e de suas formas de inclusão, e não o estado apático, neoliberal e desinteressado pela proteção socioeconômica de seu povo. Para seguir um postulado ético, segundo o professor Ignacy Sachs (2003), é necessário livrar-se da presença deletéria do Estado, na medida em que este aceita o desemprego como inevitável, acomodando trabalhadores supérfluos na economia informal. O autor defende, ainda, com clareza, a inclusão social pelo *trabalho decente* como forma de promover o desenvolvimento humano, aproveitando as mais diversas possibilidades de crescimento puxado pelo emprego e autoemprego. Visão teórica que, somada às demais, muito contribuiu com o planejamento deste projeto, orientando o olhar sobre as perspectivas da juventude rural do Oeste catarinense quanto a acesso aos mercados, modo como eles constroem efetivamente esses espaços com suas famílias e as potencialidades desses novos mercados (institucionais) representarem novas esperanças aos processos sucessórios no meio rural, por meio de uma orientação de mercados construídos socialmente (ABRAMOVAY, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A socioeconomia dos jovens e indicativos de sucessão rural no Oeste de SC

Entre os dados mais significativos, que iluminam os resultados e a discussão deste projeto, relacionado a 55 jovens respondentes, obteve-se que a amostra foi representada por 50,9% do público masculino e 49,1% do feminino. Desse total, 9,1% dos jovens eram filhos(as) únicos(as), restando-lhes, nesses casos, a condição de suceder a propriedade, ou esta tenderia ao desaparecimento (em um futuro próximo ou mais longínquo, a depender da idade e das condições gerais dos pais).

Outro dado relevante apontou que 81,6% dos jovens entrevistados não tinham nenhum(a) irmão(ã) residindo *oficialmente* com os pais na propriedade. Destes, observou-se que 40,8% se casaram e residiam na cidade mais próxima; 12,2% residiam em cidades fora da região; e 10,2% residiam em cidades da região (todas as três situações, em função de trabalho); outros 10,2% residiam na *cidade natal*, em razão de estudos; e 8,1% se casaram e

seguiram morando no interior, em unidades de produção próprias (adquiridas), entre outras situações de menor expressão.

Esses dados, no conjunto, sinalizam inicialmente duas possibilidades no que tange ao processo sucessório verificado. A primeira, positivista, pode ser observada pelo fato de que a grande maioria dos jovens participantes do projeto apontou o desejo da sucessão, somando-se ao baixo índice de irmãos presentes na vida cotidiana das unidades de produção, fatores que, entre outros, poderiam potencializar o processo. A segunda, negativista, percebe o movimento de um grande percentual de irmãos ausentes nas unidades produtivas (trabalhando, estudando), sinalizando um *caminho a seguir*. Fato este que, somado às demais oportunidades na vida de cada um, antes e depois dos estudos, formação, poderia implicar uma não sucessão rural.

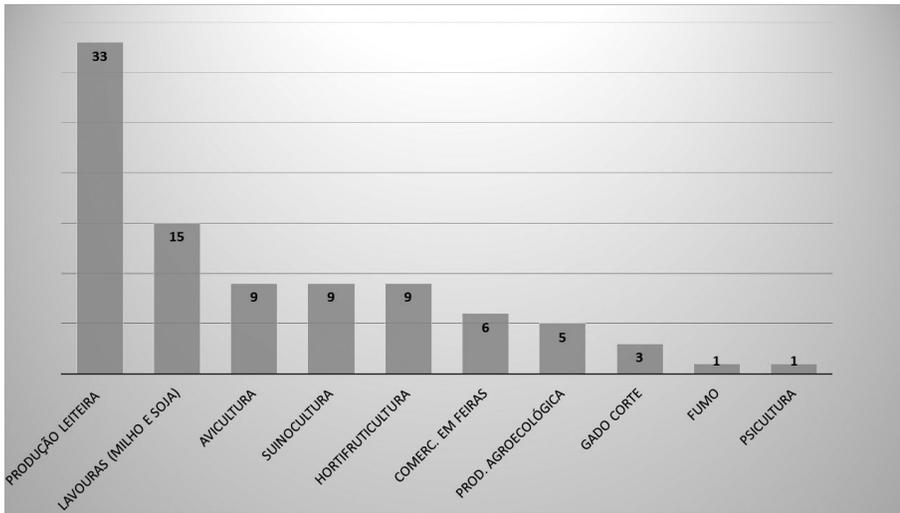
Outra situação detectada relaciona-se ao pequeno tamanho das propriedades rurais, igualmente condicionante das questões estruturais disponíveis na propriedade e das decisões a serem tomadas nesse âmbito. Verificou-se que, em 64,1% das unidades produtivas, o tamanho das áreas oscila entre 5 e 20 hectares (ha), considerado como restritivo e insuficiente para gerar motivações necessárias para a continuidade dos projetos familiares (embora o tamanho da área não signifique necessariamente inviabilidade econômica). Ainda, 11,3% das propriedades apresentaram tamanho inferior a 5 ha, enquanto 17% detinham áreas entre 20 e 50 ha e 7,5% áreas superiores a 50 ha. Essa questão desmotivadora, em razão do tamanho de área, também já foi encontrada em outros estudos (SPANVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2004).

A realidade da composição das rendas das famílias em que os jovens estão inseridos, nos municípios pesquisados, no Oeste de SC, aponta para certa diferenciação e diversificação na composição das rendas familiares, conforme sinaliza a Figura 1.1. Nesse aspecto, pode-se considerar que, por um lado, atividades como produção leiteira, suinocultura e avicultura geram rendas extras e sazonais (para além de períodos específicos das rendas obtidas de lavouras temporárias, como soja, milho e fumo), por outro, tais atividades requerem da família intensa e extensa dedicação de mão de obra e cuidados, visando às respostas produtivas almejadas pelo mercado, aqui, em especial, representado pela agroindústria integradora, muito forte e presente nessa região do estado.

De qualquer forma, as rendas provenientes das atividades leiteira, suinícola e avícola são mais constantes e permitem às famílias maior regu-

laridade de receitas, assim como a comercialização de hortifruticultura e produtos orgânicos, agroecológicos e agroindustrializados, em feiras, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e demais espaços de comercialização. Segue a Figura 1.1 apontando as principais fontes de rendas das famílias dos jovens.

Figura 1.1 – Fontes de renda nas famílias dos jovens



Fonte: o autor

Importa compreender, neste estudo, que a formação de renda nas famílias pode ser viabilizada por estratégias que requerem comprometimento vultoso, na gestão do tempo, na organização do trabalho, no zelo dedicado a essas atividades. Constituído-se em atividades essenciais e cuja maior renda líquida tende a exigir as maiores atenções, em âmbito de gestão, por meio do qual os pais exercem maior domínio e controle. Na grande maioria das ocasiões, os pais não socializam os resultados financeiros com os filhos a) devido as rendas serem insuficientes; b) pelo receio de que os jovens se comprometam com gastos considerados supérfluos; c) pelo receio de que os jovens administrem de forma equivocada esses recursos; e, d) ou por razões culturais, entre outras.

Com relação a fontes de renda complementares que ingressam no orçamento das famílias, constatou-se, com maior relevância, a prestação de serviços, fora da propriedade, com máquinas e equipamentos (38,3%),

em primeiro plano; salários de membros da família oriundos de trabalhos fora da propriedade (23,4%), constituindo a pluriatividade das rendas e ocupações nessa agricultura familiar estudada, conforme já constatado em outros trabalhos, como o de Schneider (2003). Ainda, aparecem as rendas relativas a aposentarias e pensões, com 23,4%, recursos que ajudam na manutenção de diversas atividades, porém, de forma especial, nas despesas, como combustíveis, manutenções de veículos, máquinas e equipamentos, vestuário, alimentação, lazer, saúde e bem-estar da família.

Do ponto de vista da inserção dos jovens nas propriedades, chama a atenção o fato de que 61,8% dos jovens atuam no auxílio de tarefas principais; destes, 20% auxiliam nas atividades de casa e entornos (em especial, as moças). E somente 16,4% são diretamente responsáveis pelas atividades produtivas. Embora esse seja um resultado já esperado, em função da idade dos participantes e das inseguranças quanto aos processos decisórios, destaca-se que o momento de *ir passando o bastão* precisa ser construído paulatinamente, e não tardiamente. Talvez as indagações sejam: quando será o melhor momento para a criação de corresponsabilidades nos jovens? Como não interferir demasiadamente, gerando desmotivação e desgaste nesse processo de construção de identidade? Como fortalecer os sonhos da juventude, não a colocando na contramão de seus ideais de vida? Eis alguns temas que não conseguiram ser captados de forma clara neste projeto, porém fica a percepção de que todo o processo (de capacitação, treinamento, motivação) é interventivo e, portanto, limitado, especialmente, em razão das emoções e dos interesses em cada sociabilidade.

Não obstante pairarem algumas incertezas, ocorre que a vida no campo é muito mais comunitária do que se imagina, mesmo com as fragilidades da comunicação, do lazer, entre outros limitantes. Constatou-se, na região pesquisada (Oeste de SC), que 90,9% das famílias dos jovens participam de suas comunidades (incluindo clube, espaços de recreação e igrejas), 80% das famílias são sócias de, pelo menos, uma cooperativa (de produção agropecuária, de crédito) e 78,2% são associados a sindicato (90%, destes são sócios de sindicatos da agricultura familiar). Retratando-se, dessa forma, a importância que as famílias dão aos processos comunitários, associativos, sindicais e de cooperação, neste ponto servindo-lhes de inspiração aos potenciais sucessores, cuja vida comunitária perceptivelmente os orgulha.

Com relação aos meios de lazer mais pontuados pelos jovens, encontram-se: bailes, baladas (75,9%), saídas com amigos(as) (75,9%), prática de

esportes, nas comunidades e nas cidades mais próximas (63%), entre outros, como assistir à televisão, ir ao cinema (46,3%), ler (44,4%), namorar (42,6%), jogar cartas (33,3%).

Com relação aos meios de comunicação mais utilizados, a internet aparece em primeiro plano (94,5%), depois uso de celular (89,1%), televisão (78,2%), rádio (58,2%) e, em menor expressão, jornais (10,9%) e revistas (7,3%). Nesse mesmo sentido, das ferramentas de informática mais utilizadas pelos jovens, destaca-se o uso do *Facebook*, com 90,9%, e correios eletrônicos, com 76,4%.

Ainda, no sentido de aprimorar o conhecimento sobre a socioeconomia dos jovens pesquisados, destaca-se que, entre as políticas públicas visualizadas por eles(as) como elementares, aparece o acesso à educação pública superior, com 53,5%, política habitacional, com 37,2% (com explícita reclamação de que se financiam casas com maior facilidade na cidade do que no interior), políticas de crédito rural e outros, com 35%, e melhorias nas formas de prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com 26%.

Apesar das constatações socioeconômicas dos jovens – 51,9% retratam as dificuldades da *vida no campo*, 42,3% apontam a precariedade de infraestruturas como estradas e meios de acesso à educação –, demonstra-se que 52,7% deles(as) querem estudar, vislumbrando permanecer nas propriedades dos pais, após os estudos e a formação educacional; e 38,2% manifestam o desejo de continuar na propriedade, mesmo sem a continuidade dos estudos.

Por fim, do ponto de vista da organização dos mercados, aos quais os produtos produzidos pelas famílias são submetidos, constatou-se que a questão da forma e acesso àquelas é um processo ainda muito limitado, observação de 86,4% dos jovens. Os principais entendimentos convergem para a falta de conhecimento sobre a governança das cadeias produtivas, formas e condicionantes de determinação de preços dos produtos agrícolas, baixa interação com os atores que operam no mercado e alta dependência da produção aos ditames dos mercados (relação oferta x demanda e escalas produtivas). Como um modo de contra-atacar tais condicionantes, chama-se a atenção para a necessidade de implementar ações de geração e construção coletiva de conhecimentos, de caráter libertador, pragmático, agregador de valor e promotor de um desenvolvimento rural mais sustentável.

Módulos de formação: inovações transformadoras

As ações realizadas buscaram, por seu caráter libertador, promover oportunidades diversas (inclusivas, inovativas) no que tange à construção de conhecimento (coletivo) para o acesso aos mercados (ligados aos jovens participantes do projeto e suas famílias), visando ao desenvolvimento rural sustentável (socioeconômico, ambiental e cultural). Assim, os componentes formativos não figuraram, de forma linear, em relação aos conteúdos trabalhados, mas sim buscaram permear a formação político-pedagógica dos jovens envolvidos no projeto.

Na sequência, destacam-se os eventos organizados neste projeto (módulos, oficinas, rodadas, seminários), bem como as razões epistemológicas de seu desenvolvimento, no âmbito da formação desejada pelo projeto, em comum acordo com os jovens. Nesse sentido, o Quadro 1.3 destaca esse propósito.

Quadro 1.3 – Módulos de formação e especificidades temáticas

Eventos do Projeto	Especificidades da Formação Temática (Teórica e Prática)
Módulo I	Apresentação do projeto, objetivos, metas, atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas.
Módulo II	Agricultura familiar e multidimensionalidades, juventude rural, pluralidades, desenvolvimento, sustentabilidade e agroecologia.
Módulo III	A comercialização dos produtos da agricultura familiar por meio do Pnae e do PAA.
Módulo IV	Aprendizado teórico-prático sobre processos de gestão administrativa, em uma perspectiva solidária e cooperativa: cooperativismo, caminhos para um desenvolvimento coletivo.
Módulo V	Organizações representativas da agricultura familiar no Brasil e a importância do sindicalismo no meio rural.
Módulo VI	Gestão administrativa na agricultura familiar, em unidades agroindustriais, Nova Economia Institucional (NEI) e estruturas dos mercados.
Módulo VII	Aulas práticas sobre gestão nas propriedades familiares, trocas de experiências produtivas, comerciais e mercados alternativos.
Módulo VIII	Socialização de experiências, individuais e em grupo, sobre a participação nos mercados institucionais e feiras livres.
Módulo IX	Capacitação para o uso de metodologias participativas visando ao trabalho em equipe.

Continua

Continuação do quadro 1.3

Eventos do Projeto	Especificidades da Formação Temática (Teórica e Prática)
Módulo X	Visitas técnicas a experiências exitosas, avaliação geral das atividades do projeto e preparação para os eventos finais.
Módulo XI	Seminário com profissionais nutricionistas do Oeste de SC, visando conhecer a metodologia de organização de cardápios para as compras institucionais.
Módulo XII	Denominado como Formatura e Seminário de Encerramento Parcial das Atividades Presenciais do Projeto.

Fonte: o autor

Retratam-se, neste ponto, as iniciativas do projeto e, de modo geral, a preocupação que se tem com alguns enfoques de formação e capacitação orientados para a gestão administrativa e para o planejamento das atividades produtivas nas propriedades, agricultura familiar e suas multidimensionalidades, cooperativismo, metodologias participativas para o trabalho em equipe, mercados e comercialização na agricultura familiar, entre outros temas.

Alternou-se a organização dos módulos, entre atividades teóricas e práticas, por meio das visitas de campo realizadas, destacando-se experiências de construções alternativas e sociais de mercado, nos municípios de Seara, Concórdia, Piratuba e Joaçaba (SC) e, também, nos municípios de Erechim, Viadutos e Tapejara (RS).

As iniciativas trabalhadas, neste projeto, orientaram-se pela valorização das experiências práticas em andamento e que acumularam ao longo de sua construção, passíveis de serem repassadas de pais para filhos e, portanto, exitosas sob leitura desejada. Buscando-se o olhar motivador para os jovens participantes do projeto, no sentido de encontrarem inspiração para a construção dos seus próprios mercados (acessando-os com dignidade e respeito da comunidade) e melhorá-los, na medida do possível, com suas famílias.

Se, por um lado, evidencia-se a preocupação com a permanência dos jovens no meio rural, sendo esta verdadeira, ela só não é em absoluto, pois, de outro, compreende-se que essa permanência não pode ocorrer a qualquer custo, ou por que Estado, autoridades ou academia tradicionalmente o desejam, de algum modo, visando à *fixação dos jovens no campo*. Não se fixa ninguém em lugar algum. Ou as pessoas têm estímulos para continuar,

são preparadas para a sucessão ou para o retorno às atividades “raiz”; ou a sucessão simplesmente não acontece.

Em uma abordagem racional e mais ampla, Sachs (2003) aponta que a inevitabilidade do êxodo rural vinha sendo progressivamente contestada por estudos que indicam o potencial inexplorado do desenvolvimento rural no país, especialmente na agricultura familiar modernizada e nas amplas oportunidades de gerar empregos rurais não agrícolas, como nos agronegócios, em pequenas indústrias descentralizadas, nos serviços técnicos, sociais e pessoais. Corroborando o autor, entende-se que parte dos jovens presentes no meio rural, na região pesquisada, de fato, não encontra razões para permanecer; por outro lado, também é verdade que há um contingente de filhos(as) retornando (com base nos relatos, não quantificados), porém, após terem tido a oportunidade de experiências realizadas (trabalhos, estudos), eles(as) buscam um novo desenvolvimento (pessoal, familiar, local), mais justo e autônomo, junto às unidades produtivas de seus pais ou ligado a elas.

Oficinas regionais

O desenvolvimento dessa outra etapa do projeto contou com uma estratégia delineada por meio de cinco oficinas regionais, estas realizadas nos municípios de Chapecó, Pinhalzinho, Formosa do Sul, São Domingos e Seara, no estado de SC. Essas atividades, além de fortalecerem os processos organizativos e as potencialidades dos mercados institucionais locais (já existentes), em cada uma das microrregiões de atuação dos jovens do projeto, objetivaram, principalmente, socializar experiências de gestão e participação dos programas (PAA e Pnae), pelos atores envolvidos (prefeituras municipais, cooperativas, sindicatos, instituições e agricultores familiares).

De um ponto de vista mais específico, as oficinas regionais oportunizaram aos jovens agricultores participantes do projeto o contato com os atores locais e microrregionais que operam efetivamente tais programas institucionais, servindo de sensibilização/motivação para ampliar a participação da produção familiar nesse mercado e de preparação para as rodadas de negociação futuras e sequenciais, nas ações do projeto.

As oficinas contaram com a colaboração dos Sindicatos da Agricultura Familiar (SAF), auxiliando os jovens nos processos organizativos e coordenativos das oficinas. Em cada uma delas, as etapas foram compostas por apresentações, assim referenciadas: i) Projeto de Fortalecimento da Juventude Rural; ii) experiências exitosas, por parte de uma prefeitura

municipal, na operacionalização dos programas (PNAE e PAA); iii) experiência exitosa, por parte de uma Cooperativa da Agricultura Familiar (AF), na condução/organização da produção junto aos agricultores familiares; iv) discussão/debate sobre potenciais e limitações dos programas (locais), bem como formas de inserir os jovens agricultores nesses programas; e, v) pesquisa referente ao diagnóstico da demanda dos programas. Ou seja, as oficinas, de modo geral, refletiram em torno de como melhorar e ampliar a participação de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Com relação aos participantes e alvos dos convites, registram-se representações das prefeituras municipais (de cada área de abrangência), bem como das respectivas secretarias da agricultura, da educação e da assistência social, do setor de compras, das nutricionistas, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), das cooperativas e dos sindicatos da AF, dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), dos Conselhos de Segurança Alimentar (Consea's) locais, dos Centros de Referência em Assistência Social, das instituições filantrópicas, receptoras de produtos, dos hospitais, das gerências regionais de educação e da associação de municípios. Essas organizações são consideradas essenciais para a promoção de produtos mais saudáveis, regionais e provenientes de uma agricultura e agroindustrialização mais respeitosa e menos agressiva ao ambiente e à sociedade.

O caráter participativo e socializante, no processo organizativo dessas oficinas, fez com que as organizações buscassem, por unanimidade, o aumento da participação dos produtos da agricultura familiar para além dos 30% exigidos no marco legal do Pnae (BRASIL, 2009). Ou seja, os municípios se autossensibilizaram para o aumento nessa participação, mesmo que, para tal, vários desafios, obstáculos e paradigmas precisassem ser superados. Entre eles, as prefeituras puderam beneficiar menos as relações de compra com os supermercados locais, regionais, e mais com as cooperativas e com os agricultores familiares que organizam a produção. As chamadas públicas podem oportunizar este ambiente, se, no cardápio, houver compreensão da importância e da necessidade desse enfoque.

Na sequência, apresenta-se a dinamização das rodadas de negociações realizadas, os aprendizados e as experiências adquiridas.

Rodadas de negociações

As Rodadas de Negociações (RN), um processo inovativo no que tange à gestão de projetos de pesquisa, ensino e extensão, proporcionou aos jovens-bolsistas: a) experiências de aprendizagem do processo de negociação dos mercados institucionais, incentivando-os(as) a participar como produtores(as) e mercadores(as) de seus produtos; b) institucionalizar o diálogo entre os atores dos mercados institucionais locais, obtendo o protagonismo dos jovens, de forma conjunta com as entidades representativas da AF; c) viabilizar canais para a efetivação de editais de compra de alimentos da AF e a inserção dos produtos produzidos pelas famílias dos jovens-bolsistas nesses editais; d) promover/incentivar novos contratos nos mercados institucionais, ampliando os valores contratados, diversificando o portfólio de alimentos da AF nos cardápios escolares, inserindo maior número de agricultores familiares nas chamadas públicas locais; e, e) liderar movimentos solidários e cooperativos, em parceria com os sindicatos e com as cooperativas da agricultura familiar.

Identificou-se a necessidade de alguns elementos antecedentes fundamentais para a consolidação da participação dos jovens bolsistas nas RN, especialmente para operacionalizar tais participações (jovens e suas famílias), no pós-rodada, via chamadas públicas de aquisição de alimentos (PNAE), sendo eles: i) estar associados(as) a uma cooperativa da AF; ii) ter Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), normal ou na modalidade jovem; iii) possuir a DAP jovem, vinculada à DAP jurídica da cooperativa da AF; e, iv) contar com diagnóstico prévio para verificar quais produtos, quantidades produzidas e em que período (sazonalidade) os alimentos poderão estar disponíveis. Esses elementos e diagnósticos são necessários para a elaboração de cronograma de produção dos alimentos da AF, com o objetivo de elaborar as chamadas públicas das prefeituras.

Todo esse processo é importante, porém necessita ser construído e dialogado com o conjunto dos(as) profissionais nutricionistas das prefeituras municipais, os(as) quais têm o papel de planejamento do cardápio alimentar (local), cabendo a eles(as) a recomendação dos produtos que vão compor as demandas das chamadas. Podendo, ainda, ser esta uma construção social, com a presença dos(as) agricultores(as) ou não, a depender do entendimento daqueles(as) profissionais e das administrações, prefeitos(as) e secretários(as) que atuam em pastas como educação, administração, agricultura, tema que será tratado no capítulo que analisa a percepção daqueles(as) profissionais no Oeste de SC.

Desafios ao fortalecimento da juventude, à sucessão e ao desenvolvimento rural

Embora o caráter do projeto tenha visado, inicialmente, à motivação dos jovens participantes para a permanência no meio rural, tendo por base a formação, a capacitação e o entendimento sobre o acesso aos mercados institucionais, especialmente, para a participação no Pnae, não se imaginou que essa fosse uma condição *sine qua non* ou arbitrária em relação aos jovens participantes. Entretanto, não se nega o ímpeto quanto ao desejo de que esse fosse um objetivo forte e um futuro desejável.

No decorrer do projeto, compreendeu-se que mais salutar seria caso o desejável futuro de permanecer no meio rural partisse de uma vontade real, manifestada pelos próprios jovens (desejo constatado em 83% dos entrevistados). De toda forma, não se poderia sonhar para outrem. Mesmo que os jovens procurem por alternativas possíveis, o que o mundo lhes oferece? As possibilidades de respostas são diversas. Afinal, em que pese a expressividade da expectativa pela permanência ou pelo retorno ao meio rural (após estudos, formação, entre outras etapas), constatou-se, em razão da faixa etária e do recorte do público jovem participante da pesquisa, que seus ideais ainda oscilam muito.

Logo, importa que, para além da questão da permanência ou saída do meio rural, há um conjunto de incertezas, inseguranças, que alimentam, nos jovens estudados, novos horizontes de futuro, novas possibilidades e fantasias, a realidade do dia a dia, a inspiração de novos e velhos sonhos, quase como um *continuum*. Aliás, características essas não exclusivas da juventude, enquanto recorte biológico, como visto.

Se, por um lado, constatou-se que 81,6% dos jovens entrevistados não tinham nenhum(a) irmão(ã) residindo com seus pais na propriedade, o que por si só já denota um quadro pouco promissor (aparentemente) quanto a permanência ou retorno dos jovens e seus irmãos no meio rural; por outro lado, Sachs (2003) alerta para o fato de que milhões de pessoas desejam retornar a *terra*, simbolizando, aqui, uma chance histórica da não reivindicação de empregabilidade urbana (mais difíceis de gerar), o que potencializaria, de forma relevante, o desenvolvimento rural brasileiro, tendo na agricultura familiar sua alavanca principal.

Destaca-se, assim, o papel imprescindível da criação de políticas públicas capazes de estimular esse desenvolvimento, em especial, visando fortalecer a qualidade de vida, os ambientes de lazer, de comunicação, de

criação de oportunidades de renda e autoemprego e a promoção das liberdades objetivas e substantivas aos jovens.

Reforça-se a necessidade da criação de políticas públicas de caráter mais qualitativo, pois o retrato socioeconômico das famílias dos jovens estudados permite algumas caracterizações, de modo geral: a) baixa renda nas unidades familiares; b) sazonalidade na formação e composição das rendas (inconstância ao longo do ano); c) limitações de expansão das capacidades produtivas, principalmente em razão do tamanho das unidades de produção; d) baixa diversidade de produtos produzidos; e, e) dificuldade de acessar ou ampliar mercados.

Embora esse cenário represente uma fatia de 60%, aproximadamente, da amostra estudada, verificou-se que outra parte das famílias está engajada, parcialmente, no processo de agregação de valor, via agroindustrialização de produtos (origem animal e vegetal), produção e comercialização em feiras, acessando já mercados institucionais vinculados à alimentação escolar (especialmente o Pnae), entre outras iniciativas que envolvem pluriatividades e diversificação na composição das fontes de renda.

É notório que tais famílias buscam ampliar suas rendas. E essa busca não ocorre simplesmente porque a renda é desejável em si, mas porque, segundo Sen (2010), são meios admiráveis para se ter maior liberdade, para se levar o tipo de vida que se tem razão para valorizar. Afinal, a busca pela ampliação da renda é também uma busca de melhoria das riquezas de que o grupo familiar desfruta. Muito embora, segundo o autor, a utilidade da riqueza esteja nas coisas que ela nos permite fazer, isto é, nas *liberdades substantivas* (SEN, 2010).

Essa insegurança quanto à permanência ou ao retorno ao meio rural (decisão a ser maturada pelos jovens) pode também ser explicada em razão das oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam, incluindo-se, segundo Sen (2010), a ausência de oportunidades elementares, como as aqui detectadas (acesso à educação de qualidade, acesso à internet e a meios de comunicação e entretenimento, acesso a mercados e rendas justas, estradas, esportes, lazer, à segurança, entre outras). Para o autor, ter mais liberdade, visando fazer as coisas que são justamente valorizadas, se dá em razão de si mesmo (para a liberdade global da pessoa) e para favorecer a oportunidade de as pessoas terem resultados valiosos, ou seja, além de cuidarem mais de si mesmas, “podem influenciar

o mundo”, realizando escolhas, decisões em sua volta – questões centrais para o processo de desenvolvimento (SEN, 2010).

Nesse sentido, insiste-se, sobretudo, que a expressão das liberdades (dos jovens no grupo familiar e vice-versa) é fator-chave no processo sucessivo, na reprodução social e no desenvolvimento das comunidades rurais. Corroborando essa perspectiva, Schneider (2003) aponta que é no interior da própria família e do grupo doméstico, por meio das relações sociais entre os membros, que se localizam as principais razões que explicam a persistência e a reprodução de um certo conjunto de unidades; a desagregação e o desaparecimento de outras.

Ficou claro, no estudo realizado com tais jovens participantes da pesquisa, que a privação de determinadas liberdades, no grupo familiar, amplia a busca e a perspectiva de outras liberdades, fora do âmbito familiar, nos convívios sociais em que os(as) jovens estão inseridos. Portanto, infere-se que as condições apropriadas para a reprodução social das unidades familiares dialogam também, e fortemente, com os aspectos sucessivos, até porque um é dependente do outro. Nesse âmbito, Schneider (2003) reforça que a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um *complexo jogo de relacionamento* entre unidade familiar x ambiente e espaço, no qual estão inseridos. O que, segundo o autor, faz com que a reprodução não seja um ato de vontade individual ou do coletivo familiar, mas, acima de tudo, fruto de um processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social no qual estejam imersos (SCHNEIDER, 2003).

Então, entre os fatores que condicionam a formação da renda, estão os mercados, aos quais a produção familiar está, em sua maior parte, condicionada. A formação de renda contribui para a atratividade das atividades, na agricultura familiar, necessária para melhorar a qualidade de vida, autoestima, além de auxiliar no acesso às tecnologias, que reduzem a penosidade do trabalho agrícola (ZONIN; MARTINS, 2016), conferindo-lhes oportunidade de geração de trabalho decente.

Embora a grande maioria dos agricultores familiares não detenha controle, muito menos governança, sobre os mercados em que estão inseridos ou de que sejam dependentes, excedem aqui as relações promovidas pelos agricultores feirantes, agroecológicos, orgânicos, agroindústrias familiares, que, de forma independente, desfrutam de maior grau de liberdade para realizar transações em mercados alternativos – os quais podem ser criados por

construção social (ABRAMOVAY, 2007). Mesmo assim, pensando na grande maioria da agricultura familiar, que não governa as relações com o mercado e que pode ser chamada de *tomadora de preço*, poder-se-ia questionar: em que medida os mercados promovem relações de liberdade e rendas justas?

Nesse modelo de mercados, conceituado pela economia neoclássica como *livre mercado*, locais de troca de mercadorias cujas relações são regidas pela lei da oferta e da demanda, pela escala de produção, o modelo de transações, na visão de Sen (2010), é arbitrário, já que as pessoas são impedidas de fazer, o que se pode considerar, ser do seu direito de fazer. Fala-se, neste ponto, das limitações das liberdades de troca e das possibilidades de realizar transações sem impedimentos, algo comum na agricultura familiar (SEN, 2010). Ocorre que, neste segmento, entre outros, o livre mercado se traduz em negação de oportunidades de transações (livres), dados os controles arbitrários, instituídos pelo conjunto de regras, construídas ou negligenciadas pelo Estado, constituindo-se, nesses casos, em situações de privação de liberdade econômica (SEN, 2010).

A bandeira do *acesso aos mercados* foi a primeira das motivações neste projeto, por isso a realização de módulos de capacitação, aos jovens, oficinas regionais e, por fim, as rodadas de negociações (nas quais os jovens tiveram oportunidades de ficar frente a frente com os gestores públicos), aprimorando os conhecimentos sobre as transações que envolvem os produtos direcionados aos mercados institucionais, no caso em comento voltados para o Pnae, prioritariamente.

Assim, conhecendo-se a organização das chamadas públicas, pelas prefeituras, para a compra de alimentos e confrontando-se com as necessidades mensais de alimentos e sua diversidade versus sazonalidades e especificidades da produção, foi possível ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar, nesse mercado, já durante a própria execução do projeto (no momento das rodadas), bem como uma reorganização produtiva, via cooperativas a que os jovens estão associados; e, para tanto, vale destacar o papel fundamental da Cooperativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar) de Chapecó e região Oeste de SC, nesse processo organizativo.

Embora a legislação do Pnae exija que 30% das aquisições sejam provenientes de produtos da agricultura familiar, destaca-se que esse é o mínimo. Nesse sentido, há prefeituras no Brasil já adquirindo 100% dos produtos dessa mesma origem e proveniência, como é o caso do município de Marechal Cândido Rondon, no Paraná (CONSTANTY, 2014).

Essas ações de troca de experiências, além de elementares para o aprendizado dos jovens e dirigentes cooperativos, amplia o grau de liberdade e governança *parcial*, pois, nesse segmento, os jovens estão sujeitos a um mercado regrado pela *mão do Estado*, denominado de *mercado institucional*, assegurando-lhes participação, sem passar por uma concorrência desigual, quando se confronta competitivamente com as grandes cadeias agroalimentares, no livre mercado. Aqui, com a presença do Estado regulando o funcionamento desse mercado, assegura-se a possibilidade da realização de compras de produtos locais/regionais, alimentos mais seguros e menos processados, valorizando-se sabores e saberes regionais. Promovendo-se, assim, um mercado mais justo, solidário e com menores arbitrariedades impostas pelo livre mercado (às vezes brutais).

Essas novas visões e práticas mercadológicas são possíveis valendo-se de construções sociais cujas interações entre quem compra e quem vende provêm de uma construção coletiva envolvendo os atores sociais interessados em uma determinada *tipologia alimentar*. Nesse âmbito, características como oferta e demanda (por vezes míopes) dão lugar a uma cultura diferenciada de valorização regional e promotoras do desenvolvimento rural sustentável.

Seguindo essa perspectiva, entende-se que essas visões institucionalistas de mercado podem ocorrer no nível local/regional, entre produtores e consumidores; e, também podem desenvolver-se no âmbito de estado, entre poder público e sociedade, nascendo daí a Nova Economia Institucional (NEI) (WILLIANSO, 1985). E, dentro desse universo, se as instituições (poder público, leis, Estado) constituem as regras do jogo, as organizações da sociedade (cooperativas, associações, grupos de agricultores familiares) são os jogadores, que precisam operar de forma organizada (NORTH, 1990).

Logo, na tentativa de motivar e capacitar *nossos jogadores* (jovens do projeto), as visitas in loco, aulas práticas, na sede de agroindústrias familiares [Tapejara, Viadutos (RS), Concórdia, Seara (SC)], cooperativa Nossa Terra [Erechim (RS)], entre outras, serviram como aprendizado e troca de experiências exitosas, cujas atuações práticas, organizadas e inovativas, nos mercados institucionais, das experiências visitadas serviram de inspiração para os(as) jovens do projeto.

Tais experiências mostraram a possibilidade de organizações e pessoas trabalhando juntas e criando bens, serviços com maior valor agregado, em comparação com pessoas que trabalham isoladas. Essas iniciativas permitem, no conjunto: aumentar a especialização e a divisão do trabalho, usar

tecnologias de maior escala, gerenciar melhor o ambiente organizacional, economizar em custos de transação e exercer maior poder de controle e governança (JONES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises que permeiam a discussão sucessória, no meio rural, já transcendem décadas de estudos e, somadas à experiência como a vivenciada no projeto de extensão, pesquisa e ensino *Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de SC*, permitem uma primeira conclusão, de um ponto de vista mais geral: que a sucessão no meio rural, suas amplitudes, dimensões e condicionantes sofrem variações importantes no espaço e no tempo, ao passo que as tecnologias, culturas, modos de vida e as juventudes sofrem transformações. O que possibilita crer que, se em uma determinada situação a renda é fator condicionante primordial, em outras a cultura, o modo de vida, a motivação, o lazer, os acessos a tecnologias e a informações, as perspectivas futuras, entre outras, poderão ser o fator preponderante da decisão e ocorrem tanto de forma paralela quanto complementarmente. E, com isso, induz-se que tais condicionantes devem ser examinados (no conjunto e isoladamente), quando da elaboração e execução de políticas públicas, visando a melhores resultados do que os já alcançados até então, ou seja, mais promissores e eficientes, pelo prisma sucessório.

Do ponto de vista do retrato que define a juventude rural, bem como da caracterização dos jovens estudados, permite-se concluir que o recorte etário (técnico-jurídico), alicerçado na idade biológica, além de limitado e conservador, exclui milhões de jovens de acessarem políticas públicas e programas, dado que a juventude rural avança, cada vez mais, para uma diferenciação conceitual, cujo recorte etário dá lugar a outras formas, mais promissoras e *empoderadas*, em especial as *juventudes*, definidas por Weisheimer (2004), como: a) período de transição ou ciclo de vida; b) enfoque nas gerações; c) cultura ou modo de vida; e d) representação social e autor-representação. Estima-se que tais definições devem ser levadas em conta na formatação de políticas, tendendo a produzir um sentido motivacional, inclusivo e gerador de novas mentalidades, no âmbito da temática e da sociologia rural.

Quanto ao acesso dos jovens e suas famílias aos mercados institucionais (objeto central do projeto de extensão, pesquisa e ensino), conclui-se que os módulos, oficinas e rodadas de negociações, valendo-se de irreverências

e inovações no processo de formação do conhecimento, permitiram aos jovens visualizar com pragmatismo novos negócios, bem como a ampliação dos mercados já alcançados, prospectar e sonhar com novos espaços mercadológicos, visualizando transformação de produtos, agregação de valor e principalmente constituir relações regionais de oferta e demanda de produtos, com base em uma construção coletiva (entre oferta e demanda) dos mercados.

Nesse âmbito, ainda, é relevante finalmente considerar que essas *visões institucionalistas dos mercados*, em que o Estado estabelece condições formais para a agricultura familiar acessar *mercados de forma mais justa e solidária*, com maior igualdade de condições competitivas, além da transformação inclusiva, propiciam o surgimento de inovações locais/regionais (via produtos e serviços), de forma cooperativa, associativa ou simplesmente familiar, diminuindo a interdependência em relação aos padrões tradicionais do livre mercado e as informalidades. Assim, conclui-se que este projeto possibilitou fomentar, de acordo com Sen (2010), as *liberdades objetivas e substantivas* dos jovens em questão, que, com suas famílias, conseguiram se libertar das forças impositivas da livre concorrência e, ao final do projeto, visivelmente, transcenderam em geração de emprego e autoemprego no campo e em organizações, por meio da inclusão produtiva, aumentando, com isso, as rendas, as motivações das famílias, o que poderá significar novas chances de reprodução social das unidades de produção e de autoestímulo à sucessão rural.

É possível concluir também que a experiência das rodadas de negociações, proporcionada no projeto, possibilitou aos jovens ficarem frente a frente com gestores municipais responsáveis pela organização das chamadas públicas e obterem, ali, de forma prática e inovativa, uma das melhores experiências em organização da produção e do acesso aos mercados institucionais, estimulando novos horizontes produtivos e agroindustriais na agricultura familiar e espaços alternativos de mercado e comercialização no Oeste de SC.

Do ponto de vista das grandes limitações, percebidas por meio desta pesquisa e pela convivência com o tema, relacionadas ao acesso dos jovens e de suas famílias aos mercados, ao paradigma da sucessão rural em si e aos condicionantes envolvidos, pode-se concluir que o poder público (país, estado e municípios) não tem conseguido, com eficiência desejada, até então, provocar mudanças significativas, por meio de políticas e programas, ao passo de reverter o cenário que desocupa cada vez mais o espaço rural

brasileiro, o que requer necessariamente uma revisão mais profunda no âmbito de geração de políticas públicas.

As constatações e evidências trazidas por este projeto, de estudo local e vivencial, permitem concluir que, se por um lado houve incentivos via financiamentos produtivos, mesmo que diferenciados, para a geração de rendas e o aumento de produção/produtividades (visando a motivação dos(as) jovens rurais para aspectos sucessivos), por outro lado não houve ações macroestruturantes (no Brasil), suficientes e capazes de reverter as visões conservadoras, no centro do núcleo familiar, ligadas ao planejamento e gestão, especialmente, no que tange à formação e à capacitação.

Assim, as grandes limitações perduram ligadas a: gestão pouco participativa, centralizada no *comando familiar* – talvez fruto de uma herança patriarcal – e não totalmente resolvida; discriminação de gênero e geração – relegadas a desempenhar papéis subalternos nas unidades (mais voltadas ao gênero feminino); não socialização das rendas internas; ao baixo estímulo e receio para inovação, entre outras *não ações*, que, por sua vez, constituem-se nos grandes desafios que merecem ser encarados pelos poderes públicos; afinal, aqui está em jogo uma importante matriz do desenvolvimento rural, não só no Oeste de SC, mas acredita-se que em todo o Brasil.

Em um intento de desfecho do estudo, aponta-se que, entre os grandes desafios ao desenvolvimento rural sustentável, está a questão da juventude e sucessão rural, tema que, embora reúna o mérito de excelentes estudos – e de longa data no Brasil e no mundo –, carece de um olhar mais sistêmico e atento, para ações políticas mais íntegras, integradoras, sugerindo-se aos poderes públicos inovações nas políticas públicas, retomada de iniciativas que deram respostas positivas. Tais medidas tendem a ser tão mais eficientes quanto mais forem construídas pela própria juventude rural e por suas organizações sociais e sindicais, protagonistas de suas próprias transformações.

*

Agradecimentos ao CNPq, por proporcionar a oportunidade de uma pesquisa com caráter extensionista, possibilitando a geração de aprendizados coletivos e a disposição de bolsas de estudo aos participantes e aos(as) condutores(as) da presente pesquisa.

Aos jovens participantes, oriundos das mais diversas cidades do Oeste de SC, e às suas famílias, por terem acreditado e participado, do início ao fim do projeto, com entusiasmo, alegria e muita dedicação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R. (coord.). Os mercados como construções sociais. **Jornal Valor Econômico**, [s. l.], ago. 2007. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/os-mercados-como-construcoes-sociais/> Acesso em: 10 out. 2020.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 47., 2009, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: SOBER, 2009.

BAUMANN, Renato (coord.). **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. CEPAL/PNUD/OIT: Brasília, 2008. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226208.pdf Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasil: Ministério da Educação, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude. Brasil: Casa Civil, 2013. Disponível em: http://prattein.com.br/home/images/stories/Juventude/Estatuto_da_Juventude.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]**. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 15 maio 2012. (Série Legislação n. 83). Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-78.

CARNEIRO, M. J. Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. In: CARNEIRO, M. J. *et al.* **Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CONSTANTY, H. F. P. H. **Contribuições do PNAE na sustentabilidade dos agricultores familiares**: o caso do município de Marechal Cândido Rondon. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, [2020]. Disponível em: sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em 12 set. 2020.

JONES, G. R. **Teoria das organizações**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

MANN, S. Tracing the process of becoming a farm successor on Swiss family farms. **Agriculture and Human Values**, [s. l.], v. 24, p. 435-443, 2007.

MISHRA, A.; EL-OSTA, H. Effect of agricultural policy on succession decisions of farm households. **Review of Economics of the Household**, [s. l.], v. 6, p. 285-307, 2008.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 1-27, maio 1985. Disponível em: http://www.ppgasmn-ufrj.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_52.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 12 set. 2020.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro (SC).** Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2020.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz-RS.** 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4585/000502487.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2020.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism.** New York: The Free Press, 1995.

WOORTMAN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo; Brasília: Hucitec; Editora UNB, 1995.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. Juventude rural: a sucessão como projeto de vida ou acidente de percurso. *In: EYNG, Cinthia et al. (org.). Ciências agrárias: ensino, cooperativismo, segurança alimentar e sucessão na agricultura.* Marechal Cândido Rondon: CCA, 2019. p. 119-136.

ZONIN, V. J.; MARTINS, S. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da mesorregião da Grande Fronteira Mercosul. *In: CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos. Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos.* Florianópolis: Insular, 2016. p. 229-252.

JUVENTUDE EM FORMAÇÃO: FORTALECENDO A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA

Willian Simões

INTRODUÇÃO

No Oeste de Santa Catarina, em trabalho extensionista realizado ao longo dos anos de 2015 e 2017, planejamos e percorremos um percurso formativo com 45 jovens rurais² que, apesar dos dilemas vividos todos os dias em um campo em que é difícil ser jovem, compreendem-se como sujeitos estratégicos no fortalecimento da agricultura familiar. São jovens inseridos em pequenas unidades familiares³, algumas integradas ao agronegócio de aves, suínos e leite, outras ligadas às cooperativas locais de variados alimentos, entre panificadas, hortifruticultura, agroecológicos, orgânicos, entre outros. Os arranjos socioespaciais (SOUZA, 2013) dessas unidades na região supramencionada nos mostram quanto a agricultura familiar é diversa e precisa ser compreendida com base nessa heterogeneidade.

Neste texto, objetivamos socializar resultados e compartilhar reflexões acerca do projeto supramencionado. Entre seus objetivos estava o de contribuir na formação continuada de jovens da agricultura familiar, sucessora das unidades familiares, visando qualificar sua capacidade de inserção em mercados institucionais [a exemplo do Programa de Aquisição de Alimen-

²Projeto de extensão e pesquisa intitulado “Fortalecimento da Juventude Rural na Região Oeste de Santa Catarina”, possível a partir de uma articulação entre o extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A coordenação do projeto foi composta pelas seguintes pessoas: Prof. Dr. Valdecir José Zanin (Coordenação Geral); Prof. Dr. Darlan Cristiano Kroth (Orientação de Núcleo); Ms. Tomé Coletti (Orientação de Núcleo); Esp. Jucimara Meotti Araldi (Orientação de Núcleo); Prof. Dr. Willian Simões (Coordenação Pedagógica).

³Participaram do projeto, jovens da agricultura familiar oriundos de municípios do Oeste de Santa Catarina, moradores em propriedades cujos tamanhos possuem a seguinte variação: até 5ha (11,5%); de 5 a 10ha (25%); de 10 a 20ha (40,4%); entre 20 e 50ha (17,3%); mais de 50ha (5,8%).

tos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)]; assim como em práticas de circuitos curtos de comercialização com ancoragem na perspectiva da economia solidária (a exemplo de feiras livres, armazéns comunitários, compra direta, entre outros). É preciso destacar, também, a interlocução permanente com representações jovens ligadas à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina (Fetraf-SC).

Coube de imediato compreender as juventudes enquanto categoria social (GROPPO, 2000; DAYRELL, 2003), cuja constituição da identidade é perpassada por múltiplas dimensões (econômica, cultural, política, ambiental, étnica, territorial, entre outras). Nesse sentido, corroboramos a compreensão de que “ser jovem e/ou reivindicar juventude no território da agricultura familiar é diferente de um território de acampamento ou assentamento da reforma agrária, ou ainda, de territórios indígenas, quilombolas, entre outros povos e comunidades tradicionais” (SIMÕES, 2015, p. 128). E, enquanto categoria social, compreendemos, também, que “o/a jovem tem sua geografia e história, constrói sua forma de produzir, interpretar e viver o mundo – se relacionam com gerações mais antigas, mas para além das formas idealizadas/forjadas pelos adultos ou mais velhos”; e, nesse sentido, os jovens precisam ser compreendidos como “sujeitos ativos” que participam dos “processos de des-re-territorialização de sua cultura e identidade”.

Coube, também, se ancorar em uma perspectiva dialógica de educação (FREIRE, 1987), de universidade participativa (FALS-BORDA; MORA-O-SEJO, 2006), no sentido de construir uma experiência formativa que viesse, ao mesmo tempo:

- i. contribuir em reflexões e debates acerca das expectativas⁴ dos jovens no seio da agricultura familiar⁵ e seus contextos de luta

⁴ Participaram da formação: jovens com idade entre 15 e 29 anos, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. No que se refere a sua escolaridade, o trabalho diagnóstico realizado nos permitiu constatar que 35,2% estavam cursando o Ensino Médio e que 33,3% já havia concluído esse nível de ensino da Educação Básica. Cerca de 16,7% estava cursando o Ensino Superior e 9,3% já havia concluído esse nível de ensino. Há quem, ainda, estava investindo em formação técnica (cerca de 3,7%) e quem já havia concluído um curso nesta modalidade de ensino (a exemplo do Pronatec Campo).

⁵ Constatamos que os jovens são ativos no seio do trabalho familiar, uma vez que em torno de 60% sinalizou em diagnóstico auxiliar nas principais tarefas da unidade familiar, outros 16% afirmaram agenciar diretamente a produção. Apenas 20% respondeu que se dedica exclusivamente aos estudos, ainda assim apareceram os/as que mencionaram contribuir no que denominaram de “auxílio nas tarefas de casa”. Assim, também, demonstram participar da vida em comunidade, entre os principais espaços frequentados estão: a igreja (88,7% confirmou frequentar); sindicatos (47,2%) e cooperativas (79,6%); atividades esportivas como times de futebol, vôlei ou outros (34%); clube de jovens (18,9%); grêmio estudantil ou centros acadêmicos (9,4%).

social (algumas delas cotidianas) pela melhoria de suas condições de vida no campo⁶;

- ii. ajudar na construção do que acreditamos ser uma “universidade pública e popular”, uma “universidade de proximidade”, uma “universidade-rede”, contemplando múltiplas vozes, saberes e experiências, conforme destacado por Trevisol (2015) e Loss, Michels e Onçay (2014).

Assim, este texto está dividido em duas seções. Na primeira, tratamos do projeto político pedagógico do trabalho de formação, os passos tomados para a organização da matriz curricular, os temas e suas respectivas ementas. Salientamos, desde já, que se tratou de uma dinâmica formativa marcada por módulos mais densos (com aulas, palestras e/ou oficinas), mas também por viagens de intercâmbio e realização de pesquisas diagnósticas. E aproveitamos, nessa seção, para reforçar nossa compreensão sobre o papel formativo de uma instituição de ensino superior que possui a pretensão de ser pública e popular, a exemplo da UFFS.

Já na segunda seção destacamos e refletimos acerca de algumas das aprendizagens dos jovens participantes deste projeto extensionista, sobretudo a respeito de temas como juventude rural, agricultura familiar, sucessão familiar, organizações coletivas e políticas públicas. Destacamos desafios que precisam ser enfrentados para que a agricultura familiar possa se constituir também território de vida das juventudes.

SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O COMPROMISSO COM A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E POPULAR

Necessitamos de universidades democráticas e altruístas que estimulem a participação criativa dos estudantes na procura de novos conhecimentos e, nessa medida, considerem a investigação como ferramenta pedagógica do maior valor, como base da autonomia acadêmica. Que tenham como tarefa prioritária a consolidação de um ambiente cultural que propicie a criatividade durante todas as etapas de formação

⁶ Os jovens participantes do projeto manifestaram a vontade de permanecer no campo, entre os principais entraves desta permanência estariam: i) a falta de políticas públicas que atendam os reais interesses dos jovens (52,9%); ii) infraestrutura inexistente ou precarizadas, tais como estradas, meios de comunicação, energia elétrica, etc (43,1%); iii) dificuldades com a lida do trabalho no campo (31,4%); iv) baixa renda (27,5%); v) problemas familiares, com destaque para conflitos de gênero e geração (25,5%).

que contribuam para o processo de reconstrução social e o bem-estar das maiorias desprotegidas da população. Precisa-se de universidades participativas, comprometidas com o bem comum, em especial com as urgências das comunidades de base, que mediante técnicas de educação combinadas de investigação e ação, tomem em consideração a formação de cidadãos capazes de emitir juízos fundamentados no conhecimento das realidades sociais e naturais. (FALS-BORDA; MORA-OSEJO, 2006, p. 720).

A opção pela agricultura familiar não pode ser vista como sendo pura e simples adequação, necessária para atender a critérios de um edital de fomento às atividades de pesquisa e extensão universitária. Trata-se de uma opção pelo movimento da ciência que, problematizando e refletindo acerca dos conhecimentos e das práticas destrutivas (do trabalho humano e da natureza comum e necessária à vida) e provocadoras de desigualdades sociais existentes no Brasil rural da atualidade, se coloca no sentido de construir alternativas sustentáveis, na busca pelo fortalecimento, em nosso caso, dos saberes e fazeres que giram em torno das condições concretas das lutas por soberania e segurança alimentar dos brasileiros. É com base nessa perspectiva que este projeto entendeu contribuir na construção de uma universidade pública e popular, uma universidade participativa, como propõe Fals-Borda e Mora-Osejo (2006).

Para Trevisol, Cordeiro e Hass (2011, p. 31-32), dois movimentos se fazem necessários para que a Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs) se constitua como uma Instituição de Ensino Superior (IES) que esteja a serviço da sociedade em defesa de ideários (como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social), defendidos por aqueles que lutaram por sua instalação e implantação na região, sendo:

- i. O primeiro movimento marcado pelo que os autores denominam de “democratização de dentro para fora”, propondo uma espécie de relação radical universidade-comunidade regional, uma “universidade de proximidade” ou, ainda, uma “universidade-rede”, para usar aqui os termos propostos. Nesse caso, a pretensão é o de superar distanciamentos/abismos na relação universidade-sociedade, intensificando interações e “relações de cooperação solidária”.
- ii. Já o segundo trata da “democratização de fora para dentro”, propondo uma espécie de diálogo de saberes, intercâmbio radical de

conhecimentos, entendendo que “o mesmo movimento que leva o conhecimento científico para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento para dentro da universidade” (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p. 31-32).

É preciso chamar atenção à relevância desse duplo movimento para a constituição de universidades populares e participativas, porque convivemos com perspectivas/práticas universitárias que se alinham ou podem se alinhar a interesses capitalistas-neoliberais. Como bem destaca Harvey (2011, p. 55), “o capital vai ao trabalho” e a formação humana é uma das dimensões fundamentais para a criação das condições objetivas de expansão, mobilidade e de controle da força de trabalho pelo capital. E, nesse sentido, cabe salientar o papel do Estado, uma vez que experiências demonstram que o poder estatal tem se preocupado em ampliar a formação profissional [qualificação profissional] visando [muito embora não só] também produzir tecnologias para servir aos interesses empresariais⁷. Nestes casos:

O Estado (local, regional ou nacional) se torna responsável por garantir o fornecimento de força de trabalho em quantidades e qualidades adequadas (incluindo a formação profissional, treinamento e docilidade política) em relação à demanda de trabalho corporativo. Embora o aparelho do Estado possa passar a seguir a agenda das empresas em vez da agenda de trabalho, há ainda um grande interesse em localidades que investem em oportunidades educacionais de alta qualidade (universidades e escolas técnicas) (HARVEY, 2011, p. 60).

Não é raro recebermos indicações de editais de fomento às pesquisas vinculadas a empresas privadas que querem investir em temas como sustentabilidade, combate à pobreza ou, ainda, visando ao desenvolvimento de medicamentos ou nanotecnologias. Alguns até mencionam a defesa dos direitos humanos e dos povos, entre outros. Trata-se, aqui, de pesquisa e desenvolvimento (P&D)⁸. Para Harvey (2011, p. 81)⁹:

⁷ Essa discussão, de modo mais aprofundado, pode ser encontrada em Costa e Cunha (2001); Berni, Gomes, Perlin, Kneipp e Frizzo (2015); Gimenez... *et al* (2015).

⁸ A trama é consideravelmente complexa e não caberia neste momento aprofundar no texto, mas é possível observar essa perspectiva associativa empresa/indústria-universidade no Brasil a partir do relatório do projeto “Centro de Referência em Inovação (CRI) Multinacionais” publicada pela Fundação Dom Cabral, disponível em: https://www.fdc.org.br/professorespesquisa/nucleos/Documents/inovacao/cri_multinacionais/relatorio_cri_multinacionais.pdf. Acesso em: 16 ago. 2016. Um exemplo interessante pode ser visto em https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia2.php?codNot=25092, que trata sobre transgenia.

⁹ Harvey (2011) cita o caso japonês, que também foi referência para diferentes países emergentes, tais como a Coreia do Sul, Taiwan, Brasil e Singapura.

Na medida em que P&D sustenta vantagens comparativas na competição econômica global, um vasto leque de serviços dentro do aparato governamental (lidando com saúde, alimentação, agricultura, transportes, comunicações e energia, assim como ramificações tradicionais de militares e de segurança), apoiado por um sistema universitário semi-público [*e até poderíamos dizer público, considerando o Brasil*] tem desempenhado um papel vital na inovação tecnológica e organização em associação com a indústria nas principais potências capitalistas.

Essa lógica mercantil é tratada por Lander (2008) como sendo um processo permanente de subordinação do conhecimento científico aos interesses dos capitalistas. O referido autor cita exemplos dessa subordinação, com destaque o que vem ocorrendo com a indústria de manipulação genética de alimentos ou a médica e/ou farmacêutica. Para o caso da manipulação genética de alimentos, por exemplo, o autor destaca que em diferentes países a agroindústria passou a contar com dois instrumentos estratégicos: um de natureza científico-tecnológica e outro, de caráter jurídico, que não só legitima, mas também produz cada vez mais mecanismos de controle e fiscalização que subordinam os agricultores às regras preestabelecidas na compra dos pacotes tecnológicos. Considerando o caso estadunidense, o referido autor também destaca a ação de empresas farmacêuticas que, segundo ele:

[...] protegem seu investimento por meio de contratos com pesquisadores e centros de pesquisa (universidades, hospitais) que delimitam quem pode ter acesso à informação, restringem a participação de estudantes graduados, a menos que sejam assinados contratos de confiabilidade, e se reservam o direito de impedir a divulgação de resultados não favoráveis (LANDER, 2008, p. 57).

Nessa perspectiva, podemos falar na existência de “posturas investigativas bancárias” que, segundo afirmei em Simões (2016, p. 52), também estão comprometidas:

[...] com a indústria da guerra (CECEÑA, 2008), com as empresas farmacêuticas (LANDER, 2008), com a violência epistêmica em relação à diversidade de formas de produzir conhecimento sobre o mundo (MIGNOLO, 2006; VISVANATHAN, 2006; WALLERSTEIN, 2006), com a produção de invisibilidades, homogeneização e marginalização/

subalternização política, econômica, cultural e ambiental da diversidade de formas e modos de vida humana existentes no planeta (SANTOS, 2006; 2010; 2013; QUIJANO, 2009; 2010), entre outros.

Assim, compreendemos que, ao assumir a pretensão de ser pública e popular, a Uffs pode ser entendida como instrumento de luta contra-hegemônica, contra essas posturas bancárias e essa perspectiva de ciência mercantilizada a serviço do capital. Não por acaso, Loss, Michels e Onçay (2014, p. 57-82) sinalizam que uma universidade popular se caracteriza, dessa forma, por:

- i. Ser mais responsável pela intercomunicação entre a cultura e as dimensões políticas, sociais, econômicas, epistemológicas e técnicas;
- ii. Ter como projeto de estruturação e organização o respeito epistemológico à diversidade de vozes e de saberes coletivos;
- iii. Ter como característica primordial a emancipação dos sujeitos a partir do conhecimento e da consciência reflexiva sobre as diferentes culturas e classes sociais para resistir às imposições da indústria cultural;
- iv. Ser comprometida com a(s) cultura(s) dos sujeitos, em que, por meio da práxis pedagógica, do processo dialético entre o saber popular e o saber elaborado, transforma as culturas não mais uma em detrimento da outra, ou como forma de condicionamento das massas populares;
- v. Ser capaz de construir a contracultura na qual os sujeitos sociais são formados e transformados;
- vi. Se desafiar à implementação de um novo paradigma educacional e curricular que instigue o uso da inteligência para contrariar a cegueira do pensamento simplificador, disciplinar e disciplinado; construindo, deste modo, as possibilidades de desenvolvimento do pensamento complexo e de capacidades como a criatividade, a afetividade, a ética e o espírito crítico.

Feitas essas considerações iniciais, cabe salientar que o projeto aqui em questão se desafiou, valendo-se de uma perspectiva dialógica e participativa, a se construir conjuntamente com representações da comunidade regional em que jovens se fizeram presentes. É desse percurso formativo

que trataremos com maior profundidade a partir de agora. Um percurso de formação que viesse ampliar o potencial de jovens rurais em suas atuações no seio da agricultura familiar, ainda que inseridos em um tecido social complexo e contraditório do capitalismo histórico. Pois cabe reconhecer que o acesso a mercados institucionais pode ser considerado parte de uma minúscula estratégia capaz de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar.

Nesse percurso, quatro modalidades de atividades político-pedagógicas se fizeram presentes:

1. Os **módulos de formação**, compostos por temas de interesse da agricultura familiar, com foco na qualificação profissional para inserção dos jovens rurais em mercados institucionais e em circuitos curtos de economia.
2. As **viagens de intercâmbio**, que tinham o intuito de conhecer e debater experiências de gestão da unidade familiar, de inserção da agricultura familiar em mercados institucionais e os desafios da sucessão.
3. As **oficinas microrregionais**, que enquanto tempo-comunidade foram organizadas pelos próprios jovens nas microrregiões em que habitam, acompanhadas por equipe de coordenação do projeto, visando aproximar os órgãos estatais dos agricultores familiares, debater os limites e as possibilidades dos mercados institucionais (PAA e Pnae), vivenciar rodadas de negociação com os governos municipais, discutir o valor nutricional da variedade de alimentos produzidos pela agricultura familiar e sua importância para a soberania e segurança alimentar, entre outros.
4. A realização de **pesquisa diagnóstica** em unidades familiares dos territórios de vida dos jovens, assim como com entidades que operam compras institucionais (cooperativas, prefeituras, entre outros).

A matriz curricular que orientou a organização do trabalho pedagógico de formação desses jovens ao longo do desenvolvimento do projeto contemplou unidades temáticas para além da dimensão econômica, que visaram atender a perspectivas formativas como: i) metodologias participativas para o trabalho em grupo; ii) políticas institucionais voltadas à agricultura familiar e os desafios da juventude rural, iii) aspectos históricos

e políticos das organizações coletivas da agricultura familiar e o lugar da juventude; e, iv) gestão administrativa da unidade familiar e os desafios da ação cooperada.

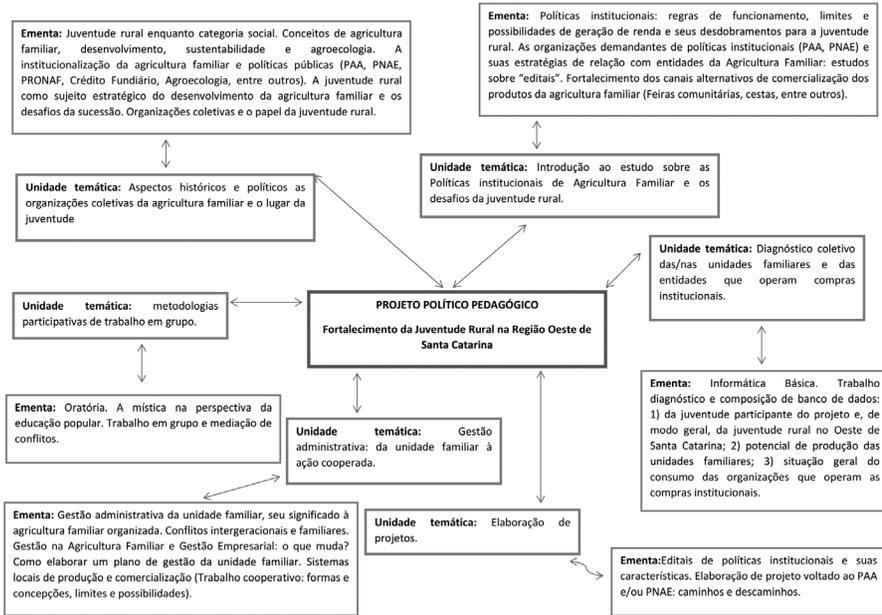
Cada unidade temática, elaborada dialogicamente com representações da comunidade regional em que jovens da agricultura familiar se fizeram presentes, possuía um ementário a ser trabalhado por educadoras/es convidadas/os. É com base nesse ementário que podemos observar o compromisso ético-político com uma perspectiva de agricultura familiar que se ancora em uma concepção de campo/rural como território de vida, em que é possível a produção de alimentos saudáveis, a busca por formas de produção mais ecologicamente sustentáveis e de comercialização mais autônomas.

É preciso salientar que a elaboração de uma matriz curricular, base de sustentação de nossa trajetória de formação, não é uma ação neutra (SACRISTÁN, 2013). Pois é por meio dela que deliberamos quais são os conhecimentos fundamentais do percurso formativo (sobre o que e quando se aprende), que atividades serão desenvolvidas (palestras, oficinas, leituras, viagens de intercâmbio, entre outros), os ritmos e as sequências que marcam os processos de ensinar e aprender. E é justamente por não ser uma ação neutra que ela se manifesta enquanto território em disputa (ARROYO, 2011), em nosso caso, uma disputa sobre concepção de juventude rural, de agricultura familiar, de política pública, de rural e de sociedade que se tem e que se quer.

E também não é neutra por se tratar de uma ação extensionista, que, embora não guarde determinadas rigorosidades típicas de uma formação escolar/acadêmica formal, também foi sistematicamente planejada e desenvolvida. E aqui queremos nos diferenciar da compreensão de extensão do tipo “transmissão”, de extensionistas “recipientes” detentores de um tipo de conhecimento especializado que é levado e repassado “àqueles que se encontram além do muro”, ou ainda “fora do muro”, muito criticada por Freire (1993, p. 13).

Compartilhamos na figura a seguir a matriz curricular do projeto:

Figura 2.1 – Projeto Político Pedagógico



Fonte: elaborado pelo autor

A universidade participativa, dessa forma, na compreensão que aqui estamos delineando, torna-se o espaço que tem responsabilidades na criação das condições necessárias para a promoção de encontros e confrontos de visões de mundo baseada em um diálogo de saberes que sejam capazes de contribuir para ampliação e compreensão acerca do tecido social hegemonicamente capitalista, sua complexidade, suas contradições e possibilidades de transformação – apostando, também, no otimismo da ação. Porém, nunca de forma preconceituosa e arrogante.

JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS APRENDIZAGENS

Ao longo desses dois anos muitos conhecimentos e experiências foram repassados. No mundo da agricultura convencional, agroecologia, agricultura familiar e políticas públicas são palavras que não entram no cotidiano e no diálogo. No entanto, inserir-se nesse meio e buscar conhecê-lo é ousado e interessante.
D. S., jovem agricultora, 2016).

Na minha compreensão, o curso foi extremamente importante, para ver a situação que está o campo, porque jovens não ficam, ver as condições de trabalho, lazer, de vida. E que os jovens só vão suceder seus pais se tiverem boas condições de vida, oportunidades, políticas públicas, treinamentos, cursos como este para fortalecer a estadia no campo e ver o campo de uma maneira diferente.
(R. M., jovem agricultor, 2016).

Valendo-se do percurso de formação, que englobou a realização de 10 módulos presenciais e viagens de intercâmbio, os jovens foram instigados permanentemente, por meio das atividades pedagógicas propostas com base nas unidades temáticas mencionadas, a sistematizar, refletir e debater sobre suas compreensões a respeito de temas como **juventude rural, agricultura familiar, sucessão familiar, organizações coletivas e políticas públicas**. As atividades visaram mapear aprendizagens, autoavaliar trajetórias e vislumbrar mudanças possíveis nos saberes e nos fazeres de um grupo de jovens que pouco tinha acesso a conhecimentos mais especializados, uma formação sistemática. É com fundamento nos registros dispostos nessas atividades que destacamos algumas reflexões que seguem.

Começamos pelo tema da **juventude rural**, pois foram constantes as sínteses que apontaram para uma compreensão de juventude enquanto fase de transição para a vida adulta. Uma fase da vida em que afirmam passar por profundas transformações, cujas escolhas podem afetar o futuro da agricultura familiar. As formulações dos jovens nos permitem evidenciar que eles se veem como sujeitos que possuem capacidade de renovação e/ou inovação de ideias e conceitos, tendo a sucessão familiar como uma questão muito delicada, dada a existência de tradições culturais e/ou tradicionalistas ainda resistentes no campo. Disse-nos uma jovem:

A sucessão familiar ainda é uma questão muito delicada para se discutir devido às questões culturais e tradicionalistas de

nossos antepassados, porém muitos jovens estão rompendo essa barreira e estão trabalhando juntos com seus pais para um melhor andamento (J. E. C., jovem agricultora, 2016).

Pode-se dizer que a superação da noção de juventude enquanto período de transição para a vida adulta ainda é um desafio a ser superado no seio da agricultura familiar. Alerta Dayrell (2003, p. 41) que o jovem, tendo em vista a condição de transitoriedade, é um “vir a ser”, está em trânsito entre a infância e a vida adulta, o que induz a considerá-lo, sobretudo, na sua “negatividade”, no sentido de negar o presente vivido. Os jovens são vistos, em sua maioria, ainda como rebeldes e incapazes de assumir muitas das responsabilidades de gestão da unidade familiar – principalmente para o caso das jovens mulheres.

Sobre esta questão, o trabalho de Stropasolas (2006, p. 21) ressalta que, geralmente, são os homens que herdaram a terra e as mulheres adquirem a terra, na maioria das vezes, quando uma filha casada permanece ou retorna à propriedade para cuidar dos pais. Podemos dizer que tal fato tem contribuído muito para a masculinização do campo, uma vez que as moças saem para estudar fora da comunidade e, ao saírem, dificilmente retornam para casar com os filhos de agricultores. Com base em depoimentos de jovens, o referido pesquisador destaca que esse retorno e casamento com os filhos dos agricultores representa para as moças que saem “a continuidade da condição social da mulher na agricultura, condição vivida por suas mães, e que elas não pretendem reproduzir”.

A percepção por parte dos participantes do projeto aqui em questão sinaliza que as juventudes vêm ocupando mais espaço na agricultura familiar, porém que as migrações continuam acontecendo, uma vez que há procura por melhores condições de trabalho e renda, acesso à educação, entre outros. No entanto, defendeu-se a compreensão de que os jovens que estão permanecendo no campo, ainda que não necessariamente inseridos em atividades agrícolas, estão vivendo melhor que os jovens migrantes, que, segundo eles, nem sempre conseguem superar os obstáculos impostos pela vida na cidade.

Foi possível constatar, também, que os jovens da agricultura familiar se constituem nas suas relações com o urbano, que abrange suas vidas escolares e/ou universitárias, o trabalho com o intuito de ampliar a geração de renda (nas feiras, nas negociações de compra e venda de produtos agrícolas, o trabalho em outros setores da economia, por exemplo), a procura pelo

lazer (em bailes ou baladas, grupos de jovens, entre outros), nem sempre negando suas especificidades.

Observamos, dessa forma, “uma dupla dinâmica social” (uma dinâmica espaçotemporal), conforme já observado por Wanderlei (2007, p. 23):

[...] por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva.

Quando trataram das suas compreensões sobre o conceito de **agricultura familiar**, a ênfase se deu sobre sua dimensão econômica, como modo de produção que envolve o trabalho familiar em pequenas propriedades, buscando garantir geração de renda e a permanência dos agricultores no campo, conforme podemos observar nos relatos a seguir:

A agricultura familiar é um modelo de agricultura onde quem é responsável por toda produção, mão de obra, são somente os membros da família, seja para comercializar ou para consumo próprio (C. V. P., jovem agricultora, 2016).

A agricultura familiar é a única forma de renda que ainda mantém os pequenos produtores no campo, porém, essa classe é muito discriminada e tem seus benefícios reduzidos (F. R. L., jovem agricultor, 2016).

Mas não faltaram relatos que ressaltaram o caráter comunitário e solidário desse modo de organização social, marcado por costumes e tradições que atravessam gerações (não sem conflitos, em que há continuidades e descontinuidades):

Trabalho feito pela família. Um local/meio de convívio familiar. Sendo este local além do trabalho na produção, um modo de vida, de cultura e relacionamento com a natureza (D. C., jovem agricultora, 2016).

Jovens destacaram, dentre suas aprendizagens, a importância de suas participações em **organizações coletivas**, tanto para ampliar o potencial de comercialização dos produtos da agricultura familiar como para o fortalecimento das lutas por direitos comuns. Mas não deixaram de desabafar, ao longo do percurso formativo, acerca dos enfrentamentos realizados para poderem ter reconhecida a própria voz. Ressaltou-se que ainda é predominante uma razão adultocêntrica em cooperativas e sindicatos, por exemplo.

No decorrer dos módulos vimos cada vez mais a importância de estarmos envolvidos em entidades como cooperativas, sindicatos, entre outros. Pois assim podemos ter mais oportunidades de nos inserir em novos mercados (D. B., jovem agricultora, 2016).

Somente depois que entrei para esse projeto é que comecei a me envolver em/com entidades coletivas e logo percebi a riqueza que cada organização carrega, seja cooperativa ou sindicato, por exemplo (S. A. P., jovem agricultora, 2016).

Para a maioria deles, considerando os estudos e as discussões realizadas ao longo do percurso formativo, não restam dúvidas de que **políticas públicas** como o PAA e o Pnae contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, assim como servem de incentivo para ampliar a produção, por exemplo, de produtos orgânicos e agroecológicos.

A política pública é essencial para dar suporte aos agricultores e facilitar na comercialização ou investimento. Além disso é um direito nosso e com apoio de sindicatos podemos reivindicar as necessidades (P. M. M. C., jovem agricultor, 2016).

É de grande importância a existência de mercados institucionais como PAA e PNAE, pois é uma nova possibilidade de venda de produtos da agricultura familiar (C. V. P., jovem agricultora, 2016).

Mas não faltaram críticas destacando que as políticas não devem ficar restritas às questões de produção, devendo englobar outras dimensões da vida jovem no campo – educação, saúde, habitação, cultura e lazer, entre outras. Suas sínteses sinalizam que não se pode pensar em sucessão na agricultura familiar sem uma melhoria plena das condições de vida no campo.

Neste início de século, foi crescente a participação de coletivos jovens no âmbito de movimentos sociais e/ou sindicais, a exemplo do MST, que, em 2004, realizou em Niterói-RJ, na Universidade Federal Fluminense (UFF), o 1º Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária (Eneterra). Outro exemplo está na Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), que desde 2000 vem realizando Jornada de Luta pela Agricultura Familiar, em que a categoria juventude aparece nas pautas de reivindicações por políticas públicas específicas (SIMÕES, 2015).

Sobre a Fetraf, mais ligada aos interesses da classe trabalhadora da agricultura familiar, em Simões (2015, p. 194) destaquei que:

Em 2012, como resultado da VII Jornada Nacional de Lutas, há registros que nos permitem evidenciar que a FETRAF realizou audiências com ministérios do governo federal. Para a referida federação, composta por sindicatos, naquele momento, a pauta da juventude da agricultura familiar estava centrada em alguns eixos, como: capacitação profissional; o acesso à terra (reforma agrária e crédito fundiário); crédito (Pronaf Jovem); cultura, lazer e inclusão digital; acompanhamento técnico (ATER); preservação da ecobiodiversidade. A preocupação desta instituição se refere, principalmente, à permanência dos jovens no campo e a sucessão da propriedade familiar.

Evidencia-se, em diversos registros documentais, que, para a Fetraf Brasil, a juventude vem se constituindo em sujeito estratégico. Vivenciamos cada vez mais que no âmbito da referida federação vem se reconhecendo a necessidade e trabalhando para a existência de políticas públicas de juventude que atendam aos reais interesses dos jovens, para amenizar ou até extinguir o êxodo para os centros urbanos. Pode-se afirmar que já não se trata apenas de demandas pautadas pelos interesses dos adultos, pois os registros permitem evidenciar a participação de jovens no processo de elaboração da pauta, sobretudo valendo-se de plenárias coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da experiência formativa aqui socializada, como parte estruturante de um projeto extensionista no âmbito da Uffs, nos permitiu evidenciar que, no Oeste de Santa Catarina, há jovens rurais que demonstram interesse em permanecer no campo e fortalecer a agricultura

familiar. São jovens que, ao longo dos trabalhos realizados no decorrer do projeto, procuraram denunciar os mais diferentes abandonos do poder público, reivindicando o campo como espaço de vida, com cultura, lazer, educação, saúde, habitação, geração de renda, entre outros. Um campo em que seja possível constituir e viver a juventude.

Nas trilhas do percurso de formação, não faltaram momentos de aprendizagem e debate a respeito da conjuntura atual brasileira, da necessidade de ampliação dos direitos das juventudes e de que as políticas sejam elaboradas, planejadas e implementadas por jovens. Houve reconhecimento de que ações governamentais, a exemplo do PAA e Pnae, contribuem para ampliar as possibilidades de permanência dos jovens no campo, mas ressaltou-se, ao mesmo tempo, a necessidade de superação da noção de campo como sendo, apenas, espaço-mercadoria.

No diálogo com esses jovens, constatamos a necessidade de superar a razão adultocêntrica, ainda predominante no seio das famílias ou das comunidades em que vivem, nos movimentos sociais, sindicais ou no campo político das políticas públicas. É necessário que mais jovens participem dos processos e das decisões, para que suas demandas possam atender a seus reais interesses. Assim, também, para que se sintam sujeitos dos processos que os atingem direta ou indiretamente, quebrando silêncios e invisibilidades.

Podemos afirmar que não há fortalecimento da juventude no seio da agricultura familiar sem a participação efetiva dos jovens, entendidos hegemonicamente como futuros sucessores das unidades familiares. O diálogo pedagógico em torno das unidades temáticas trabalhadas ao longo do percurso formativo reforça a noção de juventude como sujeito estratégico.

Por isso pode ser considerada estratégica a ocupação e a efetiva participação dos jovens em diferentes escalas. Dessa forma, também, o fortalecimento de investimentos do Estado, dos movimentos sociais e sindicais em processos formativos que incentivem e qualifiquem as suas participações no seio do trabalho familiar ou nas decisões que giram em torno da unidade familiar, nas ações sindicais, na elaboração e implementação de políticas públicas, entre outros – com todos os limites que isso possa apresentar no atual contexto do capitalismo histórico.

É estratégico, também, pensar com mais radicalidade sobre a perspectiva societária que temos e a que queremos. Não podemos desconsiderar que o Brasil é um país marcado, por exemplo:

- a. pela elevada concentração fundiária, pois, como bem destaca Bombardi (2017, p. 31), com base nos dados fundiários do Incra de 2015,
- [...] os imóveis com mais de 1.000 hectares correspondem a 1,05% do total do número de imóveis rurais e, no entanto, a área destes imóveis somada correspondeu a 57% da área total de imóveis rurais. Isto significa que 1% dos imóveis ocupa praticamente 2/3 de toda área ocupada [...];
- b. pela vergonhosa persistência do regime de trabalho escravo. Segundo dados do Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, do Ministério Público do Trabalho (MPT), entre os anos de 2003 a 2017 foram realizados 43.428 mil resgates de trabalhadores vivendo nesse regime de trabalho;
- c. pela existência de um campo extremamente conflituoso, seja na luta pela terra e por uma reforma agrária popular, pelo território e o direito de acesso e uso sustentável dos elementos naturais (água, terra, vegetação, entre outros); seja na luta por uma vida digna, contra a degradação do trabalho, a mercantilização da natureza, os impactos provocados pela exploração mineral ou projetos de desenvolvimento. Somente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou em seu Caderno de Conflitos no Campo que em 2016 ocorreram 1.536 conflitos no campo brasileiro, envolvendo 909.843 pessoas, e 61 assassinatos;
- d. pelo uso elevado de agrotóxicos. Conforme podemos evidenciar em Bombardi (2017, p. 33), “o consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas no ano de 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em um período de apenas 14 anos”;
- e. pela expansão das áreas destinadas à produção de commodities. Bombardi (2017, p. 26-27) afirma que, se somadas “as áreas plantadas com cana, soja e eucalipto no Brasil[,] isto corresponde a 5 vezes a área territorial de Portugal, ou a 6 vezes a área territorial da Escócia ou a 16 vezes a área territorial da Bélgica”.

E, nesse sentido, muito embora possamos considerar relevantes as iniciativas tomadas pelos governos nacionais, que entre 2004 e 2015 se mostraram mais progressistas, visando ao fortalecimento da agricultura

familiar, elas acabam sendo simbólicas diante da necessidade de superação dessas marcas que potencializam a desigualdade social no país, degradam a natureza, o trabalho humano e colocam em risco a vida no planeta.

Por fim, não podemos deixar de considerar o papel de uma universidade que tem a pretensão de ser pública e popular, a exemplo da Uffs, pois é urgente a necessidade de oportunizar processos formativos e a produção do conhecimento científico que, no diálogo com a comunidade regional, vislumbrem as possibilidades de construção de perspectivas societárias outras – para além do capital e pelo comum.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo – Brasil 2016**. Brasil: CPT Nacional, 2016.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.
- FALS BORDA, O.; MORA-OSEJO, L. E. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. *In*: SOUSA SANTOS, B. de. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências “revisitado”**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LANDER, E. A ciência neoliberal. *In*: CECEÑA, A. E. (org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LOSS, A. S.; MICHELS, L. R. F.; ONÇAY, S. T. Von. Do projeto de universidade ao currículo na perspectiva da educação popular. *In*: LOSS, A. S. *et al.* (org.). **Uma**

experiência de universidade pública que se projeta como popular: bases para (re)leituras dos cenários da UFFS. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SIMÕES, W. **Territorialidades da juventude faxinalense:** entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba-PR: UFPR, 2015.

SIMÕES, W. A relação universidade e movimentos sociais: discursos, ações e dilemas em uma experiência de pós-graduação no Sul do Brasil. *In: JORNADA DO TRABALHO*, v. 17. **Anais [...]**. Porto Nacional: Universidade Federal do Tocantins, 2016.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: UFSC, 2006.

TREVISOL, J. V. Movimentos sociais e Universidade Popular no Brasil: a experiência de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. *In: ALMEIDA, M. de L. P. de et al. Educação superior iberoamericana: uma análise para além das perspectivas mercadológicas da produção do conhecimento.* Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HASS, M. **Construindo agendas e definindo rumos:** I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS. Chapecó: UFFS, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In: CASTRO, E. G. de; CARNEIRO, M. J. (org.). Juventude rural em perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR: O DILEMA DA SUCESSÃO INTERGERACIONAL NO OESTE CATARINENSE¹⁰

Tomé Coletti

INTRODUÇÃO

O tema da sustentabilidade tem mobilizado a sociedade mundial desde a década de 1980. Cada vez de forma mais ampla e intensa. O relatório *Nosso Futuro Comum* (BRUNDTLAND, 1987) e os documentos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, foram motivados pelo objetivo de orientar as políticas públicas, visando atender às necessidades presentes sem comprometer os recursos para as gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987). Seghezso (2009) afirma ser essa visão antropocêntrica¹¹, ao fundamentar-se em três bases – econômica, social e ambiental –, compreendendo que as questões da sustentabilidade seriam garantidas pela mediação da economia de mercado em sua relação com a sociedade e o meio ambiente.

Entretanto, o conceito de sustentabilidade é polissêmico, possibilitando que em seu uso fossem transmitidas diferentes compreensões, geralmente de acordo com os interesses de quem está falando, mas também sendo interpretado de acordo com os desejos de quem está recebendo a mensagem. Fruto desse modismo e do debate que o termo suscitou, de acordo com Umberto Berardi (2013), existe, hoje, mais de uma centena

¹⁰ Parte deste capítulo foi extraída do Capítulo 3 da Tese de Doutorado: Paisagem rural e patrimônio cultura da agricultura familiar no Oeste catarinense apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro em junho de 2020.

¹¹ Visão antropocêntrica: visão de mundo que tem o ser humano como centro. Tudo gira em torno das necessidades da pessoa e da sociedade humana. Sendo normal a sujeição de todas as demais formas de vida e do Planeta a essas necessidades. Nessa visão o homem é o centro e tudo o que existe é para servi-lo.

de conceitos de sustentabilidade. Enrique Leff (2009) aponta que o termo inglês *sustainability* tem dois grandes significados: 1) que implica a internalização das condições ecológicas ao processo econômico e 2) em que sustentável se restringe à durabilidade do próprio processo econômico. O primeiro denotando preocupação com as condições ecológicas; o segundo apenas apresentando inquietação com a solidez e garantia da reprodução dos processos econômicos.

Os temas do desenvolvimento rural e da sustentabilidade contribuíram na construção do conceito de agricultura familiar e a sua visibilidade surgida durante a década de 1990. Os trabalhos de José Elli da Veiga (1991), Ricardo Abramovay (1992) e Hugues Lamarche (1993) demarcaram os rumos analíticos dos estudos agrários brasileiros, demonstrando que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria das economias desenvolvidas (FERRARI, 2003). O relatório FAO/Incra (1994), ao fornecer uma tipologia das formas sociais de produção no meio rural brasileiro, demonstrou a importância da agricultura familiar na produção agropecuária e o potencial econômico e social para o desenvolvimento do rural brasileiro. Esse estudo, que dois anos mais tarde se tornou uma das bases do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) (FAVARETO, 2007), teve como título *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*, revelando a ligação entre o início do debate sobre o conceito de agricultura familiar com a temática da sustentabilidade.

Por sua vez, a sucessão das unidades da agricultura familiar é um tema que intriga pesquisadores, formuladores de políticas públicas e o conjunto dos movimentos sociais do campo. Esse tema ganhou visibilidade nas últimas duas décadas a partir da intensificação do êxodo da juventude rural e, por esta, da revelação do desejo de não permanecer trabalhando na agricultura. Pesquisas e estudos têm sido realizados e publicados nos últimos anos sobre o tema. Neste contexto, foram pioneiras as pesquisas realizadas no Oeste catarinense por Ricardo Abramovay (1998), Milton Silvestro (2001), Volmir Strapassola (2002). Esses estudos têm apresentado um profundo diagnóstico da situação socioeconômica sobre a sucessão nas propriedades da agricultura familiar e apontam as mudanças atualmente nesses processos.

Tendo isso vista, este capítulo objetiva apresentar como o tema da agricultura familiar no Oeste catarinense se relaciona com as discussões em torno da sustentabilidade, com destaque para a questão da reprodução

intergeracional das unidades de produção familiar. Realizamos este objetivo tendo como base metodológica: a releitura das cinco dimensões da sustentabilidade propostas por Seghezzo (2014); a contextualização das dimensões da sustentabilidade em torno do conceito de agricultura familiar no Brasil e no Oeste catarinense; os dados da pesquisa realizada no âmbito do Projeto de Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense, bem como opiniões dos jovens apresentadas em trabalhos de grupos e relatórios individuais de visita de campo nesse projeto. Esse percurso é realizado almejando refletir sobre a quarta e quinta dimensão da sustentabilidade apresentada por Seghezzo (2014), que tratam da permanência e das pessoas, vista neste texto com base nas falas dos jovens participantes do projeto.

AS CINCO DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Lucas Seghezzo (2009) aponta para a necessidade de um novo quadro conceitual para abordar questões de sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade desenvolvido com base no documento *Nosso Futuro Comum*, como comentado, é, para o autor, antropocêntrico, fazendo daquele uma estrutura conceitual fraca para discutir as questões de desenvolvimento sustentável. Cabe esclarecer que o debate da sustentabilidade já surgiu influenciado por duas grandes visões preexistentes: a visão antropocêntrica e a não antropocêntrica. Ao passo que a primeira vê no bem-estar humano a motivação para a definição de políticas ambientais, a segunda rejeita a ideia de que o valor da natureza só existe na medida em que serve aos interesses humanos. As políticas propostas à luz de uma ou outra visão possuem grandes diferenças; assim como para muitas correntes do antropocentrismo, como a modernização ecológica e a tecnocêntrica, abordagens técnicas e gerenciais podem resolver a crise ambiental, já as correntes não antropocentristas são céticas em relação à capacidade do desenvolvimento tecnológico resolver a crise ambiental, e veem a necessidade de mudanças sociais radicais, tendo as questões éticas como força motriz¹².

Lucas Seghezzo (2009) aponta que o objetivo global do relatório *Nosso Futuro Comum* foi o de equilibrar sistemas econômicos e sociais

¹² Força motriz: Conceito da termodinâmica definida como um agente capaz de mover um conjunto de outros elementos. Em economia o termo é usado, principalmente como indústria motriz, conceito desenvolvido pelo economista francês François Perroux (1965) para caracterizar os setores da indústria capazes de propagar o dinamismo econômico, associado à operação de empresas, setores ou complexos industriais tecnicamente avançados, inovadores e dominantes, que operam em grande escala, com a capacidade de difundir o crescimento a um vasto número de indústrias ou atividades movidas.

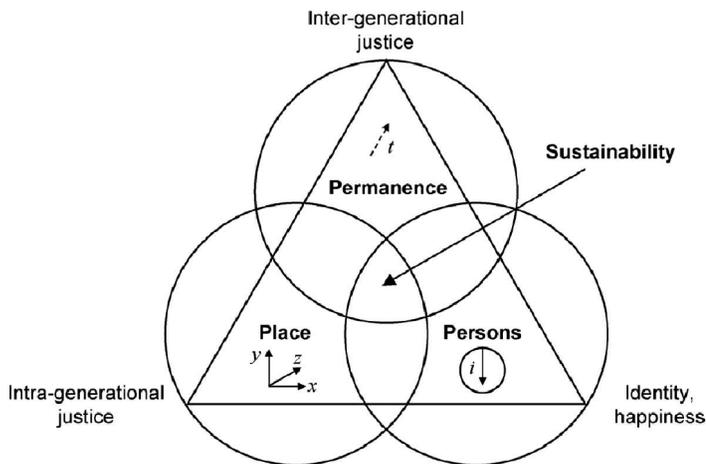
com as questões ambientais, sendo essas as três dimensões do desenvolvimento sustentável presentes na visão dos fóruns internacionais do clima. Na opinião do autor, o paradigma de sustentabilidade lançado em 1987 e representado pelo tripé da sustentabilidade, também conhecido como os três P's (Pessoas, Planeta e Prosperidade)¹³ formando o triângulo do desenvolvimento sustentável, deve ser reconsiderado pelas limitações que apresenta: ser essencialmente antropocêntrico; superestimar a importância da economia, negligenciar espaço e tempo e a ausência das questões relacionadas às pessoas afetadas.

Para superar essas limitações, o autor propõe um triângulo alternativo da sustentabilidade: *Place*, *Permanence* e *Persons* (os novos três P's). Sendo: (a) *Place* (Lugar) o espaço físico e geográfico, culturalmente construído, tridimensional, onde vivemos e interagimos; (b) *Permanence* (permanência) a quarta dimensão, ou seja, a dimensão temporal, que tem a ver com os potenciais e efeitos em longo prazo das ações no tempo presente; e (c) *Persons* (as pessoas) a quinta dimensão, seres humanos individuais, e não como membros indiferenciados da sociedade.

Esse triângulo leva em conta três aspectos: o espaço (o lugar), o tempo (permanência) e os sujeitos (as pessoas). Um em cada vértice do triângulo. A base do triângulo é representada pelos vértices do espaço e das pessoas. A permanência é o vértice do canto superior (mais distante), e trata-se de uma projeção, abstrata e subjetiva, dos outros cantos para o futuro. Seghezzeo (2009) considera que o lugar é a dimensão do espaço tridimensional e fornece uma parte importante do sentido de pertencimento e de identidade; é mais que espaço geográfico vazio, é fonte de fatos, identidades e comportamentos. Lugar é uma construção social que ajuda as pessoas a arquitetarem o sentimento de pertencer a uma dada cultura.

¹³ Os três P's tem origem nas palavras: People, Planet e Profit na língua inglesa.

Figura 3.1 – Triângulo da sustentabilidade



Fonte: Seghezza (2009)

A permanência é a dimensão do tempo. Para além das condições presentes, inclui modificações e melhorias para o futuro, é o âmbito do planeamento e da consideração dos efeitos futuros de ações e omissões que hoje são executadas. Por fim, a dimensão das pessoas, de identidade e da felicidade. Em sua justificativa para a inclusão dessa dimensão, Seghezza (2009) aponta que os conceitos de justiça e equidade, embora essenciais para construir um mundo mais sustentável, provavelmente não são abrangentes o suficiente para conter uma série de aspectos mais pessoais. Todos nós podemos ser iguais e ter o mesmo acesso a bens e serviços, mas também podemos ser todos igualmente infelizes. Simon Dresner (2002) afirma que a infelicidade está relacionada, em grande parte, à impossibilidade de cumprir os desejos socialmente criados. Em contraste, felicidade e bem-estar pessoal têm sido associados com aspectos como “autonomia, liberdade, realização, bem como o desenvolvimento das relações interpessoais profundas” (KANEMAN; SUGDEN, 2005, p. 176).

AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar no Brasil se formou concomitantemente com a emergência do tema da sustentabilidade durante a década de 1990. Mas tem suas origens no contexto mais amplo da transformação

da sociedade agrária para a industrial, com a Revolução Burguesa, que provocou a mudança de paradigma na produção agrícola. A Revolução Industrial marcou a passagem de um sistema de produção tradicional para um novo paradigma produtivista. A mercantilização da produção agrícola, sua tecnificação por meio de maquinários, químicos e melhorias genéticas são o contexto em que essa mudança acontece, conhecida como “revolução verde”¹⁴. De acordo com Costabeber (1998), é em resposta às consequências do paradigma produtivista que vai surgir no final do século passado o paradigma da sustentabilidade na produção agrícola. É em face do desafio da sustentabilidade que a agricultura familiar se torna um dos centros de referência na construção desse novo paradigma.

O debate da sustentabilidade no meio rural tem se articulado em dois âmbitos: do sujeito agricultura familiar e do paradigma da agroecologia. Os estudos e a emergência do conceito de agricultura familiar na década de 1990 teve no debate do desenvolvimento sustentável uma de suas razões e seu principal motivador. É nesse contexto que o modo de produção familiar na agricultura ganha visibilidade como possibilidade de produção mais sustentável: ambiental, econômica e socialmente. A passagem do paradigma produtivista para um novo paradigma, o agroecológico, é uma das vertentes que se constituem em torno do debate da sustentabilidade no meio rural.

A convergência entre agricultura familiar e agroecologia é grande e imbricada, e parece apontar para a não existência da agroecologia sem agricultura familiar; e para a não sustentabilidade da agricultura familiar sem a agroecologia. Ao afirmarmos que o conceito de agricultura familiar se vincula ao tema desenvolvimento sustentável, não estamos afirmando que ela é sustentável, mas que reúne um conjunto de características que, se incentivadas, podem promover o desenvolvimento sustentável.

O tema da industrialização do campo perpassou pelo século passado. A tese do fim do campesinato, tornando a forma de produção agropecuária uma indústria, teve força em diferentes correntes acadêmicas e políticas. Nos conceitos e categorias do desenvolvimento econômico capitalista, a agricultura familiar é considerada um modo de produção em extinção, mas, como esse processo avança mais lentamente que o previsto, esse prognóstico é colocado em questão, impondo a constante renovação do debate (ANDRIOLI, 2016).

¹⁴ É a penetração capitalista no campo, com a finalidade de maximizar a produção explorando ao máximo os recursos naturais para ampliar os lucros das grandes empresas. Surgiu após a Segunda Guerra com os discursos de aumentar a produção e a produtividade agrícola no mundo (ZAMBERLAM & FRONCHETI, 2012).

A abordagem liberal, de autores como Theodore Schultz, Everett Rogers, Edward Banfield e George Foster (ANDRIOLI, 2016), partiu da necessidade da modernização do campo, superando-se o chamado “atraso” das práticas tradicionais. Para tanto, vê como método a indução de novas técnicas, baseadas na “racionalidade econômica”, superando a ineficiência dos métodos tradicionais. A revolução verde, implantada após a Segunda Guerra Mundial nos países centrais do capitalismo e a partir da década de 1960 no Brasil, é a concretização desse processo de indução da modernização na agricultura.

O fim do campesinato também foi visto como a tendência por autores marxistas que apontavam para a superioridade técnica das grandes propriedades rurais (KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 1984). A possibilidade de especialização da produção, divisão entre trabalho mais e menos qualificado, intelectual e manual, estaria na base dessa superioridade (KAUTSKY, 1980). O avanço do capitalismo no campo levaria à dissolução do campesinato pela diferenciação, uma pequena parte tornando-se burguesa, por meio da concentração da terra e capital, e a grande maioria transformando-se em proletária. Dessa forma, com uma classe de assalariados se desenvolveria o mercado de bens de consumo e o mercado de bens de capitais, com o surgimento das empresas agrícolas (LÊNIN, 1984).

Destoando dos autores de abordagem liberal e da maioria dos autores de origem marxista, o economista Alexander Chayanov (1974) aponta para a coexistência de diferentes formas de agricultura no capitalismo. Desenvolve a teoria sobre a estrutura interna das formas familiares de produção agrícola e a capacidade de essas unidades sobreviverem no capitalismo. A chave desta teoria é o equilíbrio entre trabalho e consumo na agricultura familiar, sendo a satisfação das necessidades e o dispêndio do trabalho os critérios para determinar o grau de autoexploração a que a família está disposta a se sujeitar (ANDRIOLI, 2016). A composição e a dimensão da família diferenciam uma unidade da outra, bem como as necessidades de consumo, implicando no grau de produção e no uso da força de trabalho a ser realizada e utilizada.

De acordo com Chayanov (1974), a motivação para a produção nas unidades camponesas é dada pela necessidade de consumo, e não pela busca do lucro, como nas unidades de produção capitalista. Essa diferenciação – ao se analisarem as unidades familiares com base em sua existência real, e não com categorias vindas de outra forma de organização da produção, em que existe a divisão clara entre capital e trabalho – pode trazer leituras diferentes em relação ao desenvolvimento dessa forma de produção. A

escola da organização e produção camponesa analisa a unidade de produção familiar, interpretando a agricultura familiar por suas características, e não por meio da adaptação da estrutura teórica da empresa capitalista. Essa escolha pressupõe analisar o tema considerando a família – sua força de trabalho, a terra disponível e suas necessidades de consumo –, e não a remuneração do trabalho, do capital e da renda da terra.

Conforme afirmado por Chayanov (1974), devemos reconhecer que o trabalho é o elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo de produção. O trabalho na agricultura familiar é composto pelo conjunto dos membros da família, reúne a capacidade e a disponibilidade de todos para cumprir as tarefas no sistema de produção. A força de trabalho não é formada só por aqueles que o mercado de trabalho considera como ativos, mas também por aposentados, estudantes, bem como por membros familiares que têm outra ocupação externa a propriedade (COLETTI, 2009). A motivação e a quantidade de trabalho nas unidades familiares se dão na busca pela satisfação das necessidades da família. A quantidade também é composta diferentemente do mercado capitalista, fazendo parte dela todos os membros da família, de acordo com suas capacidades e disponibilidade. A unidade, por um lado, entre capital e trabalho na produção e, por outro lado, entre produção e consumo desenvolvidos em um mesmo lugar, e pelas mesmas pessoas, faz com que o trabalho seja a base da análise dessas unidades de produção e vida, totalmente distinto da análise de qualquer sistema de produção, no qual tanto capital e trabalho como produção e consumo estão divididos. Podemos incluir, ainda, nessas duas unidades uma terceira, a unidade entre o local de trabalho e o local de moradia.

Essa integralidade existente na agricultura familiar, entre todos os fatores de produção centrados no trabalho com vistas a suprir as necessidades de consumo da família, faz com que as categorias tradicionais da análise econômica sejam insuficientes para sua compreensão. Categorias como salário e lucro são inadequadas para a análise econômica dos sistemas de produção da agricultura familiar, conforme descrito por Alexander Chayanov:

[...] la unidad de explotación familiar, al carecer de la categoría del salario, difiere en su comportamiento económico de la unidad económica basada en el trabajo asalariado, tanto al hacer sus estimaciones como en la motivación para el trabajo, y que la circulación del capital se produce en ella de manera diferente a la forma en que se da en la empresa capitalista (CHAYANOV, 1974, p. 260).

Parece estar nessa diferença motivacional para o trabalho das unidades familiares de produção com as empresas capitalistas a explicação para a permanência dessa forma de produção, apesar de todas as previsões de seu fim com o desenvolvimento do sistema capitalista. Chayanov (1974) aponta ainda para a existência do campesinato em outras formações econômicas não capitalistas, como uma característica que poderá levar a sua permanência no capitalismo. Por seu lado, Jerzy Tepicht (1973) caracteriza a longevidade do modo de produção camponês como decorrente de sua adaptação aos diferentes modos de produção:

[...] o modo de produção camponês, tal como nós o compreendemos aqui, não é gerador de uma formação particular, ele se incrusta numa série de formações, ele se adapta, interioriza a seu modo as leis econômicas de cada uma delas e deixa, ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, em cada uma delas a sua marca. É aí que reside, na nossa opinião, o segredo da surpreendente longevidade que inspiraram as previsões sobre a sua perenidade (TEPICHT, 1973, p. 17-18).

A lógica para atender às diferentes necessidades de consumo da família, ou seja, a racionalidade da agricultura familiar, está na formação de sistemas de produção “eficientes e adaptados à realidade de cada unidade, combinando as necessidades de reprodução econômica, social e cultural da família, bem como do conjunto de seus membros, com os recursos materiais e culturais disponíveis” (COLETTI, 2009, p. 102).

Essa lógica de agir das formas familiares de produção agropecuária faz com que o processo descrito de “industrialização do campo” não ocorra do jeito previsto pela literatura sobre o tema. O avanço da indústria na produção agropecuária e nos espaços rurais não significa necessariamente o fim das formas familiares de produção. Pelo contrário, em grande parte tem se combinado a integração dessas formas de produção familiar com os processos industriais. A globalização econômica tem intensificado esse percurso de integração dessas formas familiares aos processos industriais, bem como o acesso aos bens e serviços da indústria às populações do campo. O resultado é uma aparente homogeneização, no que se refere ao acesso aos bens e serviços, entre as populações do campo e da cidade e aos modos de vida entre esses espaços, manifestando-se as diferenças nas identificações e reivindicações na vida cotidiana, o rural se torna um ator coletivo, uma referência espacial, envolvido num campo ampliado de trocas sociais (WANDERLEY, 2001).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a agricultura e o meio rural encontram-se em outro estágio, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. É incontestável que a imposição desse patamar não representou, conforme se previa, a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, na representação de um modelo empresarial e do tipo industrial (WANDERLEY, 2004). A sobrevivência da forma familiar de produção na agropecuária teve continuidade, apesar das rupturas provocadas pela modernização e da integração desta ao modelo industrial. Continuidade essa marcada por: a) uma série de outras “continuidades” internas, ligadas à cultura do ser agricultor, do ser camponês; b) adaptações e ressignificações de práticas apreendidas e/ou reproduzidas ao longo dos tempos; c) rupturas com uma série de práticas tradicionais de produção. A sobrevivência das formas familiares de produção agropecuária não é linear, nem mesmo contraditória, pois são múltiplos processos que se entrecruzam; alguns permanecem, outros acabam e muitos se modificam, mas, em seu conjunto, têm como resultado a continuidade dessa forma de produção agropecuária.

Para Jan Douwe van der Ploeg (2014, p. 7), a agricultura familiar é um fenômeno que as sociedades ocidentais têm cada vez mais dificuldades de entender. Isso se deve a muitos motivos, entre eles o fato de ser a agricultura familiar contraponto “à concepção burocrática, aos protocolos formalizados e à lógica industrial que dominam cada vez mais nossas sociedades”. Para o autor, isso faz com que a agricultura familiar seja vista, por uma parte da sociedade, como arcaica e anárquica e, por outra parte, que surja como atrativa, sedutora, com ares de novidade. Ploeg (2008, p. 17) caracteriza o desenvolvimento da agricultura em três trajetórias, sendo a primeira “uma forte tendência para uma industrialização multifacetada e de longo alcance; em segundo lugar, um processo generalizado, embora frequentemente camuflado, de recamponêsização, e, em terceiro lugar, um processo emergente de desativação”. Para o autor, “a recamponêsização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (p. 23). Segundo Ploeg:

[A] recamponêsização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recamponêsização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada,

ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados (PLOEG, 2008, p. 23).

Para Ploeg (2008), a agricultura camponesa não é estática; assim como a agricultura capitalista, aquela está em constante evolução. Também está mudando, e uma dessas mudanças diz respeito aos processos de recampesinização. Já a trajetória da desativação é vista por Ploeg (2008, p. 23) como “a contenção ou mesmo redução progressiva dos níveis de produção agrícola”. Esta, por sua vez, tem origem em muitas causas: conversão para o capital financeiro e para outros setores econômicos dos recursos utilizados na agricultura; saída da mão de obra que é necessária na agricultura para outros setores; expansão das grandes cidades, tornando a especulação das terras mais interessante que a produção agrícola; e, por fim, a globalização com a divisão internacional da produção agrícola gerou novas formas de desativação. De acordo com Ploeg:

Na agricultura empresarial, em particular, a desativação torna-se uma resposta “lógica”. Quando os níveis dos preços diminuem de tal forma que a rentabilidade se torna ilusória, os empresários optam por retirar o capital investido e reorientá-lo (ou reinvesti-lo) em outro setor. Esse movimento irá ser ainda mais acelerado pelos processos de suburbanização, pelo desenvolvimento de instalações de lazer, pela criação de “reservas da natureza” e pelas novas formas de gestão da água (PLOEG, 2008, p. 24).

Os conceitos de recampesinização e desativação trazidos por Ploeg (2008) agregam novo elemento ao debate sobre o fim do campesinato e da descampesinização. A recampesinização é um forte elemento de que existe a necessidade de releitura dos processos em curso nas áreas rurais, para além das questões da modernização agrícola e da velha tese da industrialização do campo.

Em relação ao rural, nas últimas três décadas, no Brasil, os estudos avançam de uma leitura setorial do rural igual à agricultura para uma leitura territorial. Olhar o rural como território, com a incorporação de temas como desenvolvimento rural em vez de desenvolvimento agrícola, pluria- tividade, multifuncionalidade, caracteriza a implosão das formas clássicas de analisar esses espaços. Esse novo olhar sobre o rural se desenvolve, a partir da década de 1990, com a emergência do tema “agricultura familiar”. Trazer para a pauta os “invisíveis do campo”, os movimentos sociais e os

diferentes processos de pesquisa acadêmica sobre o tema provocam novos olhares, análises e formulações de políticas públicas, legando ao conjunto da sociedade o debate e a preocupação com o espaço rural como mais do que o espaço de produção agrícola em grande escala.

Considerando-se a agricultura familiar como modo de produção e o entrelaçamento dos temas agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no espaço rural a partir da década de 1990, como surge a relação entre agricultura familiar e sustentabilidade? A resposta a essa questão é complexa, mas dois aspectos se destacam: um histórico e outro organizativo.

No aspecto histórico, a agricultura familiar mantém um conhecimento tácito dos modelos tradicionais de produção. Esses modelos, pela longevidade histórica, são adaptados aos meios em que se desenvolveram e se desenvolvem, possuem uma sustentabilidade intrínseca e são modelos mais sustentáveis do que o modelo produtivista implantado a partir da revolução verde. De acordo com Wanderlei (2014, p. 2), as transformações provocadas pelo sistema atual provocam mudanças nas formas familiares de produção, mas “não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas ‘anteriores’, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa”. É essa herança da cultura camponesa, que se reproduz atualmente, que é vista como uma das fontes da sustentabilidade das formas familiares de produção agropecuária.

No aspecto organizativo, a diferença de objetivos entre as formas familiares de produção agrícola e a capitalista, sendo na primeira o suprimento das necessidades da família e a segunda a valorização do capital em vez do lucro, leva à conformação de sistemas de produção diferentes. Nas características da agricultura familiar, vai se dar ênfase à diversificação, à durabilidade dos recursos e à qualidade de vida; já nas formas capitalistas à monocultura e à exploração intensiva dos recursos naturais.

Nesse contexto do debate da sustentabilidade no meio rural, sendo a agricultura familiar modelo mais adequado, como as cinco dimensões da sustentabilidade apontadas por Seguezzo (2014) aparecem na região Oeste catarinense? Buscamos apontar elementos para cada dimensão, sem a intenção de formular respostas completas a essa questão, mas de trazer subsídios para a formulação de possíveis respostas à problemática.

Ao se realizar busca aos diferentes trabalhos que tratam dos temas da agricultura familiar e da sustentabilidade na região, da mesma forma que nos trabalhos de enfoque nacional, vai se verificar que as quatro primeiras dimensões [econômica, social, ambiental e de permanência (reprodução)]

são preocupações permanentes. Já a quinta dimensão, que trata da pessoa, da individualidade, é a grande ausente nas pesquisas. Buscaremos por meio de dados primários tratar, também, desta questão a seguir, com enfoque no tema da sucessão nas unidades familiares na visão dos jovens rurais.

As dimensões econômica, social e ambiental reunidas por Seguezzo (2014) como uma das pontas do triângulo da sustentabilidade, designada por “lugar”, são geralmente vistas no âmbito do debate da agricultura familiar regional vinculadas ao tema do desenvolvimento. Parte-se de uma leitura das transformações e consequências do processo de modernização da agricultura e de seu aprofundamento com a globalização econômica, em seguida para apresentações de propostas de políticas e organização visando ao fortalecimento da agricultura familiar e o consequente desenvolvimento da região.

Dentre as consequências destacam-se as transformações que inviabilizaram o sistema de policultura subordinado à produção de suínos (TESTA *et al.*, 1996). Esse sistema de produção responsável pela implantação e desenvolvimento da agroindústria de carnes na região, e a formação da atual estrutura econômica e social, se desarticulou a partir da intensificação da implantação pelas agroindústrias do sistema de “integração” e posteriormente de “parcerias” em sua relação com os agricultores.

Esse processo leva à inviabilização de milhares de unidades de produção familiar nas décadas de 1980 e 1990, com o êxodo rural e regional de milhares de pessoas nesse período. Analisando-se os dados de crescimento da população do IBGE dos censos de 1980, 1990 e 2000, percebe-se que, enquanto a população brasileira cresceu 39%, a catarinense 46%; e o crescimento populacional da região Oeste catarinense aumentou apenas 15%. Agora, quando comparadas as taxas de crescimento da população urbana, esse fator se inverte, sendo as taxas da região Oeste superiores às do estado e do país (COLETTI, 2009). Isto demonstra um quadro de êxodo rural e regional provocado pela desestruturação do sistema de produção da agricultura familiar.

No âmbito ambiental esse período é marcado pelo esgotamento dos recursos naturais, advindos de um modelo de produção com uso intensivo em mão de obra e recursos naturais. Com a exploração agrícola realizada com práticas inadequadas para o tipo de solo e relevo da região e sem a existência de preocupação com a preservação ambiental.

Tendo-se presente que a sustentabilidade econômica e social da agricultura familiar é sua capacidade de manter e melhorar suas condições de sustento e reprodução ao longo do tempo, pode-se afirmar que o rompi-

mento e o processo de modernização e globalização tornaram insustentável o modelo existente. Em relação à dimensão ambiental, pode-se afirmar que já era insustentável anteriormente. No processo de transição pós-esgotamento do sistema de policultura subordinado à suinocultura, por um lado, diminui-se a pressão sobre os recursos naturais pelo esvaziamento populacional e, por outro lado, amplia-se a utilização de agrotóxicos e adubos químicos, dessa forma aprofundando a poluição e contaminação do meio ambiente.

É nesse contexto que o tema do desenvolvimento sustentável vem para o debate, e a agricultura familiar passa a ser estudada como potencial para se pensar o desenvolvimento regional. A necessidade da construção de novos sistemas de produção para as unidades familiares da região que fossem sustentáveis econômica, sociocultural e ambientalmente passa a ser o centro das preocupações de estudiosos e dos movimentos sociais do campo.

O processo de transição entre o fim do sistema de policultura subordinado à suinocultura na agricultura familiar regional para outros sistemas foi intenso em debates e estudos sobre o desenvolvimento rural, regional e sustentável. Nota-se que nesse processo, no âmbito das unidades de produção familiar, ainda dois processos ocorreram: por um lado, a busca de novos produtos comerciais que substituíssem o papel cumprido pelos suínos nos sistemas produtivos e, por outro lado, a saída de parte da população para as cidades da região e para fora dela.

Como resultado, o principal sistema de produção que se constituiu foi o sistema articulado à produção de leite. O terno *articulado*, em vez de *subordinado*, conforme foi utilizado para a suinocultura, representa melhor o que ocorre com os sistemas atuais; é mais caracterizado pela articulação de diferentes combinações de produções com a produção de leite do que por uma subordinação hierárquica dessa produção, como ocorria com a suinocultura (COLETTI, 2009).

Para além dos dois produtos predominantes nesta busca, leite e fumo, destacam-se as iniciativas de organização produtiva através de cooperação agrícola: cooperativas, associações e grupos de produção diversos. Outro conjunto de iniciativas encontra-se na produção orgânica e ecológica, ocupando principalmente — nichos de mercado. É importante destacar também que neste processo uma série de novos produtos foi incorporada ou ganhou importância em muitas propriedades. Produtos complementares na formação dos sistemas produtivos contribuíram para uma maior diversidade da produção

da agricultura familiar atual, diminuindo sua dependência em relação a um único produto (COLETTI, 2009, p. 175).

O resultado desse processo foi a constituição de uma estrutura, das unidades de produção familiar no início deste século, mais diversificada e tendo como principal sistema o articulado à produção de leite. Entrelaçam-se nos sistemas de produção familiar da região: sistemas de parceria com as agroindústrias (suínos e aves), integrados às agroindústrias (tabaco), commodities (leite, soja, milho, trigo, gado de corte), produções para o abastecimento do mercado regional, principalmente nichos de mercado (frutas, verduras, panificados, embutidos, derivados de leite, entre outros), com a produção de autoconsumo nas próprias unidades.

Essa nova realidade foi possibilitada em grande parte pela interação de um conjunto de políticas públicas surgidas a partir do debate sobre a importância do fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf, PAA, Pnae) e as demandas de mercado, principalmente pelo leite. Este produto, que teve nesse processo de transição a constituição de um mercado competitivo de um conjunto de agroindústria na região, possibilitou a prática de preços que garantem renda aos produtores. Diferentemente das produções de suínos, aves e fumo, em que os produtores ficam “espremidos” entre o monopsonio¹⁵ na venda da produção e do monopólio¹⁶ da compra dos insumos, o mercado de compra do leite é competitivo e as agroindústrias ainda não conseguirão monopolizar a oferta de todos os insumos.

As políticas sociais oriundas da Constituição de 1988 também têm um peso bastante grande na conformação da atual estrutura rural da região. Principalmente a previdência rural, com a aposentadoria das mulheres aos 55 anos e dos homens aos 60 anos. Esta contribuiu para a permanência e a viabilidade de muitas unidades. É comum na região unidades que têm um casal de aposentados combinando o sistema de produção com essa realidade de renda e de capacidade de trabalho ainda existente, respondendo às necessidades de consumo dessas unidades familiares.

Combinados o conjunto de políticas públicas e as estratégias de reprodução da agricultura familiar regional (construção de novos sistemas de produção e/ou migração), tem-se uma realidade atual de espaço rural com menos gente, envelhecimento e masculinização de sua população. Trazendo

¹⁵ Monopsonio. Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma mercadoria (em geral, matéria-prima ou produto primário) (SANDRONI, 1999, p. 410).

¹⁶ Monopólio: Forma de organização de mercado, nas economias capitalistas, em que uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto (SANDRONI, 1999, p. 409).

para o centro do debate a preocupação com a reprodução futura dessas unidades de produção. Portanto, a ponta da permanência do triângulo de Segezzo (2014) torna-se um dos temas de maior preocupação em relação à sustentabilidade do meio rural da região. Neste âmbito, o tema da sucessão das unidades familiares é a possibilidade real de permanência, e os dados apontam para milhares de propriedade sem sucessor.

Em síntese, para o aspecto das dimensões econômicas, social e ambiental, é possível afirmar que elas ocorreram e ocorrem em torno do debate sobre o desenvolvimento regional. Portanto, o aspecto local está presente com uma ênfase bastante forte. Na dimensão econômica a sustentabilidade da agricultura familiar regional viabilizou-se no início deste milênio, já na dimensão social enfrenta barreiras principalmente relacionadas à permanência da juventude e das mulheres jovens no espaço rural. Quanto aos aspectos ambientais, o “discurso” da sustentabilidade está presente em todos os espaços, mas com diferentes concepções dele advindas. Poder-se-ia afirmar que pelo menos três grandes compreensões ocorrem: i) os que veem na eficiência técnica e no aumento da produtividade o caminho para a sustentabilidade ambiental. Não se trata de buscar alternativas às tecnologias produtivistas, mas de aperfeiçoá-las para melhorar a sua eficiência ambiental. A grande aposta dos que assim pensam está na biotecnologia, sendo a transgenia o caminho a ser percorrido; ii) Os que veem na produção orgânica, pelo apelo desses produtos e quanto a preservação do meio ambiente, qualidade de vida e saúde, uma oportunidade de mercado a ser explorada. Portanto, uma oportunidade em uma região com uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. Muda-se a base tecnológica, sem se alterarem as relações sociais e econômicas de produção; e, iii) os que veem a agroecologia como uma nova forma de relação entre a natureza e a sociedade na produção de bens, não de forma utilitarista e individualista, mas como espaço de preservação da vida, de toda a vida, pela vida toda.

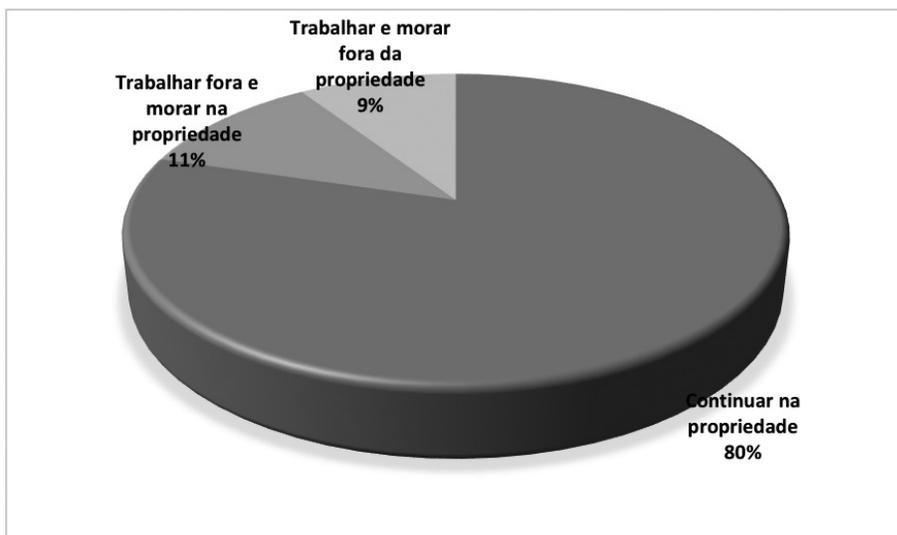
A DIMENSÃO DA “PERMANÊNCIA” E DA “PESSOA” NA VISÃO DA JUVENTUDE RURAL DO OESTE CATARINENSE

A quarta dimensão, e uma das pontas do triângulo da sustentabilidade em Segezzo (2014), a permanência, é aqui tratada com base no tema da sucessão nas unidades familiares de produção agropecuária na região Oeste catarinense. Realizamos essa leitura assentes na visão de 50 jovens agricultores participantes do projeto *Fortalecimento da Juventude Rural no*

Oeste Catarinense. Projeto de pesquisa e extensão, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs). Os dados e informações que ora analisamos foram coletados em dois momentos distintos: 1) no início do projeto (2015), em questionário aplicado aos participantes do projeto; e, 2) em relatório de visitas de campo, com o tema de gestão nas unidades familiares, realizadas em agosto de 2016. Esses relatos foram individuais de forma escrita e em apresentação de trabalho gravada durante aula. Partes dos dados desta pesquisa já foram publicadas em outros trabalhos do grupo do projeto (COLETTI *et al.*, 2016; DENTZ *et al.*, 2016).

Os jovens participantes do projeto demonstram preocupação com a permanência no campo e a sucessão das unidades familiares, e quanto ao projeto de vida. Conforme pode ser visto na Figura 3.2, a maioria afirma desejar permanecer no meio rural (90,74%), mas 11,11% responderam desejar continuar morando na propriedade e trabalhar fora; 9,25% demonstraram que desejam morar e trabalhar na cidade.

Figura 3.2 – Projeto de futuro da juventude rural do Oeste catarinense



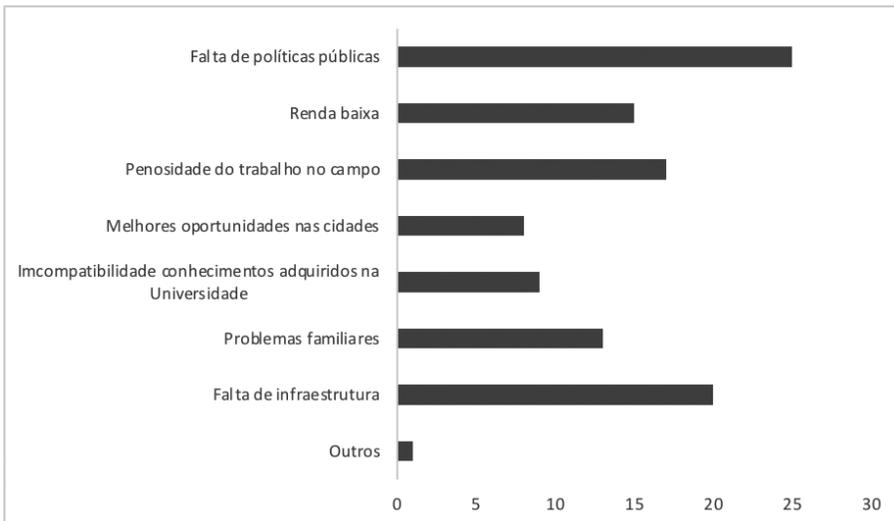
Fonte: projeto de *Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense*

Na mesma questão, 70% dos que responderam desejar permanecer na roça afirmaram desejar estudar. Os que desejam trabalhar foram 36,36%. Esses percentuais chamam atenção, pois historicamente, na sucessão das

propriedades, era comum a afirmação “não gosta de estudar, então vai ficar na roça”. Parece haver uma inversão de expectativas e o reconhecimento de que os desafios de uma agricultura sustentável passam por estudar, ou seja, pelo conhecimento. No âmbito dos que desejam sair, parece que a motivação principal é o empreendedorismo, e não a busca de oportunidades de estudar; e, entre estes, 66% responderam que desejam ter seu próprio negócio. Dos que pretendem trabalhar fora e morar na propriedade, 20% desejam ter seu próprio empreendimento. Dos que desejam ficar, 5% manifestaram o desejo de empreender na própria propriedade.

Na opinião da juventude participante do projeto, conforme é demonstrado no gráfico da Figura 3.3, os principais motivos para a saída dos jovens do meio rural são: a) falta de políticas públicas adequadas e suficiente (50%); b) falta de infraestrutura (estrada, meios de comunicação, energia elétrica etc.) (40%); c) penosidade do trabalho no campo (dificuldades na lida no campo) (34%); d) questões relacionadas a oportunidades de renda (30%); e) problemas familiares (26%); f) tipo de educação superior (dificuldade em aplicar conhecimentos adquiridos nas universidades) (18%); e, g) atratividade das cidades (maiores oportunidades nas cidades) (16%).

Figura 3.3 – Motivos para a migração da juventude rural



Fonte: projeto de *Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense*

Comentamos os dados do gráfico da Figura 3.3 com base nas respostas espontâneas dos jovens à questão *O que você considera como mais importante para a permanência do jovem na atividade rural?* E nos relatórios individuais e de grupos realizados em aula sobre o trabalho de campo.

O elemento que se destaca na pesquisa sobre a permanência dos jovens na agricultura familiar é o reconhecimento, para 64% dos pesquisados, de esse é um elemento fundamental para a sucessão nas unidades familiares. Para eles, esse reconhecimento está ligado ao ambiente familiar, social e público.

Para a maioria, o ambiente familiar é determinante para o processo de sucessão. O incentivo e a confiança nos jovens por parte dos pais é necessário. Nas palavras dos jovens: “[...] a iniciativa de jovens e sua intenção de manter-se na propriedade, deve vir acompanhada, em contrapartida, pela confiança familiar em suas figuras, ou seja, pela crença dos pais na capacidade administrativa e gestão dos filhos”¹⁷. A ausência da confiança e contrapartida dos pais e familiares deixa “os jovens desanimados, fazendo-os trocar o campo pela cidade”. Com isso muitos jovens “sentem-se desmotivados e buscam trabalho fora da propriedade”. O âmbito das relações familiares é determinante, e o diálogo é fundamental, “[...] dentro da família tem de haver o consentimento do pai, da mãe e dos filhos”.

O reconhecimento social da agricultura familiar é outro fator determinante para os jovens. O ambiente em que se vive e trabalha é importante, e o “preconceito” com o rural é um entrave para a sucessão familiar. Portanto, é necessária “a sociedade como um todo reavaliar a importância que o agricultor familiar tem em nossa sociedade”. Nesse sentido, para um dos jovens é importante ter “programas de incentivo que aumentem a autoestima dos jovens rurais, mostrar para esses jovens do campo que é possível ter qualidade de vida no campo e não é ‘feito’ ou constrangedor morar e trabalhar na roça”. Em outras palavras, “valorização aos agricultores”.

O reconhecimento do poder público é visto de duas maneiras: valorização da agricultura familiar e visibilidade da juventude rural. O apontamento da importância das políticas públicas para a permanência é recorrente na fala dos jovens, e, para além da sua existência, tem-se a necessidade da “efetividade de políticas públicas para a agricultura familiar que possam auxiliar na renda e na qualidade de vida dos agricultores”. A falta de políticas públicas específicas para os jovens parece estar mais relacionada com

¹⁷ Optamos por transcrever as falas dos jovens como elas foram realizadas. Também não identificamos nem um dos jovens que utilizamos falas neste capítulo.

as questões da criação de oportunidades de exercício de novas atividades, ligadas a inovação e o empreendedorismo. Outro elemento que depende em muito do investimento público está relacionado à infraestrutura no meio rural, para que se garanta acessibilidade a serviços e bens. Políticas públicas e infraestrutura foram os temas mais citados na pesquisa, o que demonstra a importância que tem o estado na construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável no campo baseado na agricultura familiar.

As questões relacionadas ao trabalho e à renda aparecem em um nível inferior ao das políticas de estado, mas com destaque nas respostas e falas. A penosidade do trabalho agrícola ainda é um dos motivos para a saída da juventude, apontada principalmente pelas jovens. O tempo do trabalho na agricultura, o trabalho de fins de semana, feriados, é apontado como problema e faz repensar: “[...] a ideia de permanecer na propriedade é deixada de lado quando se leva em consideração as tarefas diárias que durante décadas vem sendo realizadas pelos seus pais, formando assim, muitas vezes uma rotina exaustiva”. A utilização de produtos químicos e agrotóxicos também é apontada, principalmente pelas jovens, como um problema sério no âmbito do trabalho, mas com inovação e incentivo é possível encontrar soluções, de acordo com uma das jovens:

Acredita-se que, com maior valorização e incentivos aos pequenos agricultores, é possível inovar o trabalho, tornando-o mais “leve”, assim fazendo com que novos agricultores sintam a necessidade e percebam a importância de ter alimentos e produtos de qualidade, sem a total utilização de agroquímicos, como herbicidas, inseticidas, pesticidas e fungicidas, tais substâncias que provocam uma série de problemas à saúde pública.

As questões relacionadas à renda aparecem em quarto lugar entre as razões da saída dos jovens. Abramovay (1998) afirma que 40% dos jovens (homens) responderam ser a questão das oportunidades de renda uma das dificuldades em permanecerem nas propriedades. Silvestro (2001, p. 29) “mostra que, sobretudo entre as famílias de menor renda, a contribuição dos filhos que partiram para o orçamento da casa de origem é bastante frequente e significativa”. Levando-se em consideração os dados do gráfico da Figura 3.3, em que 30% respondem ser a oportunidade de renda uma das razões de os jovens saírem do campo, percebe-se que esse fator vem diminuindo de importância no contexto geral dos processos de sucessão nas unidades familiares na região. O fator renda, que teve melhora na agricultura familiar

regional neste início de século, parece também estar relacionado ao baixo número dos que responderam ser a saída provocada pelo número maior de oportunidades na cidade (16%). Considerando a relação direta entre trabalho e renda, o custo de oportunidade entre o trabalho no campo e o trabalho urbano, essa importância do fator renda pode se alterar, principalmente, nos períodos de maior empregabilidade e de aumento de salários, e o inverso ocorrer nos momentos de maiores níveis de desemprego.

O acesso à educação superior e técnica, na opinião dos jovens, está em muitos casos forçando a saída deles, pela incompatibilidade entre formação e as atividades na agricultura. Temos aqui dois fatores operando para essa realidade: por um lado, as escolhas dos cursos realizadas pelos jovens; por outro lado, a oferta de cursos superiores e técnicos não atende às necessidades de formação necessária à agricultura familiar. A educação é apontada permanentemente como um elemento importante para a permanência no campo, mas aqui pode também, pelo lado da oferta, estar uma das possibilidades de saída.

Dentre as razões importante para a permanência dos jovens na agricultura, destaca-se um conjunto de respostas vinculadas a questões de âmbito pessoal, individual; 18% dos pesquisados apontaram que, para a permanência, é necessário o jovem “ter amor pela vida no campo”, “gostar do que está fazendo”, “querer ficar na propriedade, dar continuidade ao que já tem e aprimorar com outras atividades”, “empenho e dedicação”, “ter senso próprio e buscar meios viáveis” e “acreditar que dias melhores virão”. Considerando-se esses elementos, a questão do reconhecimento, apontado pela ampla maioria, e outros motivos, como qualidade de vida, não ao preconceito e igualdade, apontam para a dimensão da pessoa no âmbito da sustentabilidade do modo de vida na agricultura familiar. Isto fica claro na fala de uma jovem no oitavo módulo do projeto:

Quando o jovem demonstra pra família o interesse em continuar, a própria família [...], como ele (jovem) busca qualificação, o pai dele, busca cursos, então tudo isso melhora a relação da família. E com certeza facilita muito para a sucessão familiar. Muitas vezes isso não ocorre, o jovem não demonstra interesse, talvez por não ver as possibilidades, oportunidades. E a família fica com o pé atrás. Será que vale a pena, será que não vale?

Em resumo, entre a juventude participante da pesquisa, a maioria demonstra o desejo de permanecer na atividade rural, aponta o desejo de

continuar estudando, vê a saída da juventude do campo relacionada à falta do reconhecimento da agricultura familiar, pela sociedade em geral, e dos jovens, por parte de pais e familiares. Entre os jovens, o tipo de trabalho rural é ainda determinante para a saída. A questão da renda não exerce mais a mesma pressão pela saída, mas relacionada à questão do trabalho e ao reconhecimento, ainda é um fator de peso. Assim sendo, a dimensão da permanência na sustentabilidade da agricultura familiar encontra barreiras grandes a serem superadas para sua efetivação. As dimensões da permanência e da pessoa estão diretamente relacionadas. A sucessão passa cada vez mais por o jovem estar motivado a ficar, ser incentivado, ter reconhecimento dos pais e da família, a profissão de agricultor ser reconhecida socialmente e haver renda, infraestrutura e qualidade de vida no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre o meio rural e o meio urbano no Oeste catarinense são cada vez mais intensas e complexas. Intensas, pelas trocas e movimentos de pessoas e mercadorias existentes entre esses dois espaços diariamente e pelas complementaridades presentes nas atividades econômicas e sociais. Complexas, pela amplitude das dimensões envolvidas nessas relações, que compreendem, além dos aspectos econômicos, questões familiares, de educação, de saúde, cultural, de lazer, entre outras.

A distância entre a cidade e o campo está cada vez menor, com o avanço da infraestrutura de comunicação física – acesso a automóveis e motos – e virtual – celular e internet. A crescente presença de pessoas residentes no rural ocupadas em atividades não agrícolas também contribui para que a distância seja encurtada para a ampla maioria da população rural. A relação das famílias com as cidades é praticamente diária, ou pela presença física de alguém da família ou pelo contato virtual mantido.

A sociedade tem na agricultura familiar uma das grandes possibilidades de construir a sustentabilidade nos espaços rurais. No Oeste catarinense, essa possibilidade passa centralmente pelo reconhecimento social da agricultura familiar com sua valorização, principalmente, por meio da implantação de políticas públicas e a garantia de infraestrutura que garantam a acessibilidades aos diferentes serviços nas áreas rurais.

Já a agricultura familiar deverá reconhecer e confiar nos seus filhos (jovens) para garantir a sucessão geracional e, assim, ampliar a possibilidade da reprodução das suas unidades, vencendo a atual crise sucessória.

O potencial sociocultural e econômico da agricultura familiar, seus sistemas de produção mais próximos da sustentabilidade ambiental, principalmente se investido em sistemas agroecológicos, passa pela garantia de sua permanência (reprodução) ao longo do tempo, o que depende, centralmente, das pessoas, jovens e seus familiares, na construção desse futuro. No reconhecimento da quinta dimensão da sustentabilidade em Seguezzo (2009), a dimensão do indivíduo, da pessoa, parece ser uma das principais possibilidades de construção desse caminho. A mudança que aponta o desejo de estudar dos que pensam em continuar nas unidades familiares é um sinal promissor que também corrobora essa necessidade de investimento nas pessoas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Chapecó/Brasília: Convênio FAO/INCRA/CPPP-EPAGRI, UNOESC, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP/AMPOCS, 1992.

ANDRIOLI, A. I. **Soja orgânica versus soja transgênica: um estudo sobre tecnologia e agricultura familiar no noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Brasil)**. Chapecó: Editora da UFFS, 2016. 330 p.

BERARDI, H. Clarifying the new interpretations of the concept of sustainable building. **Sustainable Cities and Society**, [s. l.], v. 8, p. 72-78, 2013.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COLETTI, T. **Agroindústria suinícola e a agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica do Oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado em Economia) – PPGE/UFSC, Florianópolis, 2009.

COLETTI, Tomé; ARALDI, Jucimara Meotti; ZONIN, Valdecir José; SIMÕES, Willian. Juventude da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina: dilemas e desafios para a sua permanência no campo. In: CONGRESSO DA SOBER, 54., Maceió, 2016. **Anais [...]**. Maceió: SOBER, 2016.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tesis Doctoral, ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422 p.

DENTZ, E. V.; KROTH, D. C.; ZONIN, V. J.; ZANETTI, T. E. Análise sobre o rural da região Oeste de Santa Catarina: relação entre perfil dos jovens e mercados institucionais. In: CONGRESSO DA SOBER, 54, Maceió, 2016. **Anais [...]**. Maceió: SOBER, 2016.

DRESNER, S. **The principles of sustainability**. London: Earthscan Publications, 2002.

FAO; INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília; FAO; INCRA, 1994. p. 24.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Unicamp, Campinas, 2003.

FERNANDES, B. M. **Um referencial para o campesinato no Brasil (versão preliminar)**. Curitiba: [s. n.], maio 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SECULO%20XXI.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

KANEMAN, D.; SUGDEN, R. Experienced utility as a standard of policy evaluation. **Environmental and Resource Economics**, [s. l.], n. 32, p. 161-181, 2005.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editoria, 1980.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Trad. Jorge E. Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÊNIN, W. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 6-14, fev. 2014.

SEGUEZZO, L. The five dimensions of sustainability. **Environmental Politics**, [s. l.], n. 18, p. 539-556, 2009.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis; Brasília: EPAGRI; NEAD, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese de Doutorado - UFSC. Florianópolis. 2002.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysans polonais**. Paris: Librairie Armand Colin, 1973.

TESTA, V. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VEIGA, J. E. D. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. D. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44.

WANDERLEY, M. D. N. B. Agricultura familiar e camponesinato: rupturas e continuidades. **Estudos sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 46-61, 2004.

WANDERLEY, M. D. N. B. O camponesinato brasileiro: uma história de resistência. **Economia e sociologia rural**, Brasília, v. 52, suppl. 1, 2014.

ANÁLISE DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR PARTE DOS MUNICÍPIOS: O CASO DO PNAE EM TRÊS MICRORREGIÕES DO OESTE CATARINENSE¹⁸

*Darlan Christiano Kroth
Valdecir José Zonin
Tomé Coletti
Willian Simões
Eduardo Von Dentz*

INTRODUÇÃO

O Brasil vem ampliando e aprimorando o rol de políticas públicas para o Desenvolvimento Rural (DR) a partir de 2003. Nessas políticas enquadra-se a construção de mercados institucionais – política de compras governamentais direcionadas à agricultura familiar –, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Uma das inovações dessas políticas é seu caráter sistêmico, ou seja, entrelaçam-se com outras áreas, como educação, saúde e assistência social, e ampliam seus efeitos sobre a sociedade. Nesse sentido, o PAA está articulado à política de combate à fome; e o Pnae, à política educacional, ainda que ambos se articulem com a política de segurança alimentar e nutricional.

Para Schneider (2010) e Grisa e Schneider (2015), a construção de mercados institucionais no país é o desdobramento de uma trajetória de políticas públicas que ganharam impulso na década de 1990, por meio da mobilização social e de estudos em DR, que foram se materializando ao longo

¹⁸Esse texto foi originalmente publicado como artigo na revista *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 24, n. 1, janeiro-abril, 2019, gentilmente autorizado pela revista para publicação neste livro.

dos anos¹⁹. Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 11.947/2009, que exige a compra de alimentos da Agricultura Familiar (AF) de, no mínimo, 30% dos recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pode ser considerada como um resultado desse movimento.

O mercado institucional do Pnae tem como grande mérito, além da priorização da produção de alimentos da AF, incorporar ao tema da alimentação escolar a preocupação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Assim, o novo formato do Pnae permite atingir vários resultados, como hábitos de alimentação saudável, e, por conta disso, melhoria da saúde e do desempenho escolar dos alunos, o fortalecimento da AF, a maior cooperação entre os agricultores e o desenvolvimento regional.

Uma característica importante da operacionalização do Pnae é o papel dado aos entes federados, com destaque para os municípios na governança dessas políticas²⁰. Conforme dados do FNDE (BRASIL, 2018), em 2011, apenas 26,7% dos municípios brasileiros atingiram o mínimo de 30% de aquisição da AF, número ampliado para 42,1%, em 2016. Em Santa Catarina, essa realidade está um pouco melhor: 58%, em 2011, e 75,8%, em 2016²¹. Verifica-se, dessa forma, que ainda há um grande espaço para avançar no Pnae, e esse avanço passa, principalmente, pela superação de alguns gargalos na gestão do programa (TRICHES, 2015).

Nesse contexto, o presente estudo tem como principal objetivo analisar a operacionalização dessa política pelos municípios de três microrregiões do Oeste de Santa Catarina, possibilitando responder a questões referentes à demanda de alimentos da AF, à gestão do programa e aos instrumentos para aprimorar tal política. Para dar conta desse objetivo, optou-se pela realização de estudo de caso, considerando uma amostra de 31 municípios. As entrevistas foram realizadas por meio de cinco fóruns (denominados de oficinas regionais), nos quais, além das entrevistas individuais, pode-se fazer uma socialização das experiências e debate acerca do programa.

Destaca-se que a região Oeste de Santa Catarina, objeto do estudo, é caracterizada pela presença de grande parcela de agricultores familiares, sendo considerada um modelo desse tipo de agricultura para o país (MIOR,

¹⁹ A construção de mercados institucionais e de políticas para seu desenvolvimento, também vem ganhando destaque na literatura internacional, conforme Heibinck *et al.* (2015).

²⁰ A governança (ou gestão) da política pública segue os preceitos apresentados por Secchi (2013), em que há uma participação efetiva do gestor público (e de seu quadro técnico) em todas as fases da política, iniciando pela formulação, passando pela execução até sua avaliação e socialização dos resultados com a comunidade.

²¹ Conforme observação do FNDE, esses dados são preliminares.

2005). Além disso, a região enfrentou até o início dos anos 2000 um processo intenso de modernização agrícola, que resultou na exclusão de grande parte dos pequenos produtores menos capitalizados, gerando um forte processo de êxodo rural, somado a impactos negativos sobre o meio ambiente (TESTA *et al.*, 1996). Atualmente, as propriedades rurais remanescentes observam a saída de jovens, que acarreta problemas na sucessão familiar dessas propriedades e na manutenção do modelo produtivo da AF.

Nesse prisma, o presente estudo pretende contribuir com a literatura, no intuito de avaliar os efeitos do Pnae, por meio da Lei nº 11.947/2009, em uma região caracterizada por esse tipo de população e que apresenta necessidade de políticas de DR. Além disso, a metodologia adotada permite avançar – se comparada a outros trabalhos na área – na medida em que lança o olhar sobre a governança do programa nos municípios e considera uma amostra significativa.

O trabalho está estruturado em seções, divididas a fim de organizar e facilitar a compreensão do texto em sua unidade semântica. Assim, a segunda seção discute o que são mercados institucionais, como a construção desse tipo de mercado se insere no processo de DR e como as políticas públicas podem auxiliar no seu fortalecimento e ampliação. Na sequência, traz uma síntese da evolução do PNAE, com destaque para trabalhos que avaliaram o desempenho do programa. A terceira seção apresenta a metodologia; a quarta expõe e analisa os resultados. À guisa de fechamento, a quinta expõe as principais conclusões do estudo.

MERCADOS INSTITUCIONAIS

O estudo dos mercados institucionais²² tem sua origem na literatura da Nova Economia Institucional (NEI), que contempla a base conceitual dos mercados institucionais, como as instituições *per se* e os custos de transação. No que concerne às instituições, Hodgson (2004) define-as como sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam as interações sociais; logo, as relações econômicas na sociedade são reguladas por instituições. Conforme Bueno (2004), a NEI considera que as instituições são criadas na sociedade, com base em complexos processos de negociação, visando reduzir os custos envolvidos em um empreendimento conjunto,

²² Os mercados institucionais também são chamados de *nested markets* (mercados aninhados, em uma tradução livre). Utiliza-se, no presente texto, os termos “mercados institucionais” ou “novos mercados” de forma intercambiada.

realizado entre agentes/atores que detêm racionalidade limitada e são propensos a agir de forma oportunista²³.

Nesse sentido, os custos de transação referem-se aos riscos contratuais existentes em uma transação específica, e, para reduzi-los, surgem diferentes formas de contratos. Tais custos assumem basicamente quatro formas: i) custos para adquirir e processar informações; ii) custos voltados a organizar a produção, incorridos pelo comportamento ineficiente das partes contratantes; iii) custos de monitoramento do esforço das partes envolvidas em uma negociação; e, iv) custos legais associados ao gerenciamento de cláusulas contratuais.

Partindo da base da NEI, Heibinck *et al.* (2015), conceitua mercados institucionais como estruturas de comércio e distribuição de produtos agrícolas, criados ao redor de recursos disponíveis em uma região, estruturados sob regras sociais e governados pela estruturação de instituições criadas para tal. Embora apresentem formatação diversificada, têm como característica central a ação coletiva e a cooperação entre agricultores e demais entidades participantes (cooperativas, associações de produção, de consumo e agências ou órgãos de Governo).

Outra definição é dada por Ploeg (2015), para quem os novos mercados são segmentos de mercados maiores (já consolidados); por exemplo, o mercado global de commodities. As principais diferenças em relação aos mercados tradicionais referem-se a sua dinâmica, inter-relações entre os atores, diferenciais de preço, formas de governança, mecanismos distributivos e, principalmente, impacto. O autor argumenta, ainda, que os mercados tradicionais desempenham duas funções importantes para os mercados institucionais: impelem a criação desses novos mercados e garantem sua perenidade em virtude da existência de brechas infraestruturais²⁴.

Ao propor uma base teórica para análise dos mercados institucionais, Ploeg (2015) apresenta quatro elementos constituintes desses mercados, os quais devem atuar conjuntamente, a saber: multifuncionalidade, diversificação, infraestrutura sociomaterial e recursos comuns. A multifuncionalidade é o movimento que impele para a oferta de novos produtos e serviços, que

²³ Os principais expoentes da NEI são Douglas North, Ronald Coase e Oliver Williamson.

²⁴ As “brechas estruturais” podem ser analisadas em termos de oportunidades negociais, como, por exemplo, a entrada de produtos japoneses no mercado americano nos anos 1980. Um exemplo de “brecha estrutural” para o setor de alimentos seria a percepção de falta de qualidade na produção industrial, em virtude do processamento químico que os alimentos sofrem. Nesse caso, o buraco/brecha seria a oferta de produtos de qualidade, frescor e de origem local, criando um novo espaço a ser explorado dentro do mercado convencional.

devem ser diferentes daqueles que já estão colocados no mercado tradicional e que atendam a uma demanda reprimida da sociedade, como é o caso dos produtos de maior qualidade (coloniais e orgânicos)²⁵.

É preciso considerar a ideia de que a diferenciação é a característica do produto que lhe confere maior valor agregado. Para Ploeg (2015), esse elemento é fundamental para que os produtos da AF possam competir com os produtos convencionais. Produtos convencionais (geralmente ligados a grandes empresas) são produzidos em grande escala, o que reduz seu custo e, portanto, permite que possam ser disponibilizados ao mercado a um menor preço. Em razão disso, o autor aponta que, caso a AF fosse direcionar seus novos produtos para mercados tradicionais, provavelmente não sobreviveria.

Importante destacar, ainda, que, para que a diferenciação obtenha sucesso, é necessário que tenha consumidores diferenciados, com capacidade de distinguir e apreciar a diferenciação. A existência de tais consumidores pode gerar, inclusive, feedbacks entre consumidores e agricultores, reforçando o impacto das redes sociais em direção ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos (processo conhecido como inovação via aprendizado pela interação – *learning by interaction*).

A infraestrutura sociomaterial se refere ao lócus do mercado propriamente dito (uma feira ou uma cooperativa de produtos da AF) e às formas de negociação nesse mercado (vendas de produtos em feiras, vendas direta ao consumidor ou vendas em mercearias) e pode incluir, também, uma marca para os produtos. A infraestrutura sociomaterial é, portanto, a ponte que liga os produtos diferenciados dos agricultores às brechas (oportunidades negociais). Nesses termos, os mercados institucionais são um exemplo dessa infraestrutura. Vale ressaltar que, a partir da consolidação da infraestrutura sociomaterial, um ciclo virtuoso pode iniciar, na medida em que novos produtos podem surgir como resultado da experiência e aprendizado (processo também conhecido como *learning by doing*).

O último elemento, os recursos comuns, refere-se à capacidade de gerar benefícios comuns aos atores envolvidos e, ao mesmo tempo, evitar que tais benefícios sejam afetados por comportamentos oportunistas. Também, podem ser definidos como as formas de governança desse mercado e as redes (e relações) sociais criadas em seu entorno. Essas relações sociais

²⁵ Para Ploeg (2015), a multifuncionalidade da agricultura se refere às novas modalidades de atividade agrícola (trabalho casual, turismo rural, proteção do meio ambiente, produtos orgânicos e coloniais) que surgiram nos últimos anos, aliada, muitas vezes, a formas convencionais, como resposta às dificuldades da globalização.

conectam e permitem transações, comunicação e fluxo de informações se realizarem, ou seja, criam diferentes formas de interdependência e interação. Dessa maneira, os recursos comuns representam a confiança, a cooperação e a reciprocidade entre produtores, consumidores, entidades de apoio e governo.

Com arrimo nos conceitos propostos por Milone e Ventura (2015), pode-se classificar os mercados institucionais em três categorias: i) mercados completos, para um novo bem (ex.: proteção do meio ambiente); ii) mercados construídos mediante segmentos de mercados já existentes com diferenciação de produtos (ex.: produtos orgânicos e coloniais); e, iii) mercados construídos mediante políticas públicas para promover o acesso de novos segmentos da população à produção de alimentos locais (ex.: PAA e Pnae).

Ainda segundo Milone e Ventura (2015), os mercados institucionais trazem em si elementos que favorecem a redução dos custos de transação, o que passa a ser uma de suas principais características competitivas em relação aos mercados tradicionais²⁶. Nos mercados institucionais, essa redução de custos se dá pela forma como o mercado é construído (infraestrutura sociomaterial) e governado (recursos comuns). Nesse viés, a interação (feedbacks) entre consumidores e produtores substitui as pesquisas de mercado tradicionais, a divulgação dos produtos (propaganda) é realizada pela própria rede social criada, e o monitoramento contra atos oportunistas é realizado pelo sistema de governança. Além da redução dos custos, Milone e Ventura (2015) também consideram que processos inovadores podem surgir dessa interação entre os atores e instituições criadas, em processos nos quais se aprende fazendo (*learning by doing*), pela interação (*learning by interaction*) e pela ampliação de know-how.

Compreender a configuração de um mercado institucional possibilita visualizar a relevância de alguns instrumentos de incentivo e de regulação (ou aparato institucional) para prover a consolidação desses mercados, como é o caso de políticas públicas específicas (PLOEG *et al.*, 2015). Corroborando essa visão, Heibinck *et al.* (2015) avaliam, ainda, que o desenho dessas políticas públicas deve considerar os atores envolvidos no processo,

²⁶ Nos mercados tradicionais, há um elevado conjunto de regras e custos, que nem sempre são possíveis de serem absorvidos por pequenos e/ou novos empreendimentos. Portanto, mercados tradicionais buscam formas para reduzir esses custos, como é o caso do sistema de integração da agroindústria de carnes no Oeste Catarinense, a qual criou um sistema que define regras (ou contrato), como especificação da qualidade, quantidade e formas de pagamento, para reduzir os custos de transação.

como agricultores familiares, comerciantes, consumidores, movimentos sociais, entidades e Governo²⁷.

A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS INSTITUCIONAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DR

O DR pode ser entendido, conforme Kageyama (2004), como um processo multifacetado que objetiva a melhoria das condições de vida das populações rurais (ou mais especificamente dos agricultores familiares), abrangendo desde a criação de novas formas de geração de renda, infraestrutura no campo, lazer, sustentabilidade ambiental, rede de seguridade social, políticas agrícola e agrária e sucessão familiar, até a preservação da cultura, conhecimentos, tradições da vida rural – em que pese sua inserção nos modos e meios de vida contemporâneos. Três elementos importantes estão presentes nessa definição. O primeiro é que o DR amplia as oportunidades de acesso às políticas públicas pelas populações rurais. O segundo se refere ao fato de que esse tipo de desenvolvimento transborda seus efeitos para o local e regional, ou seja, seus benefícios não são absorvidos apenas pelo mundo rural, mas por toda a sociedade. Nesse sentido, o DR contribui para o desenvolvimento regional. O terceiro elemento significativo nessa relação é a presença do Estado como mediador e catalisador desses processos, por meio da realização de políticas públicas.

Segundo Navarro (2001), o conceito de DR se constrói com base na própria concepção mais genérica de desenvolvimento (como desenvolvimento econômico e suas demais conotações: local, sustentável, regional), englobando, então, esses elementos. Outro aspecto importante na definição acerca do que é o DR é que ele se modifica ao longo do tempo, na medida em que novas conjunturas/realidades emergem e impactam na vida das famílias rurais. Nesses termos, o autor também aponta para o fato de que o DR, como proposto aqui, afasta-se de outras definições próximas, como desenvolvimento agrário e agrícola, e, portanto, é muito mais amplo que essas duas concepções de desenvolvimento²⁸.

²⁷ Os instrumentos de política que podem ser utilizados para promover os novos mercados podem ser as compras institucionais, linhas de crédito para fomentar a infraestrutura sociomaterial, fomento de pesquisa e extensão em produtos da AF, regulação de mercado como legislação sanitária.

²⁸ Segundo Navarro (2001, p. 86), o desenvolvimento agrícola estaria relacionado “...exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo...”. Já o desenvolvimento agrário refere-se a “...interpretações acerca do ‘mundo rural’ em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões...”.

Em sintonia com esse arcabouço teórico, Heibinck *et al.* (2015) se debruçam na proposição de políticas públicas de DR. Na sua concepção, a elaboração de políticas deve considerar dois elementos basilares. O primeiro decorre de colocar as práticas de DR no estágio central da política, isto é, o DR não pode ser considerado uma metanarrativa que vai da política pública para a prática; tampouco é um domínio exclusivo dos formuladores de política ou acadêmicos. Mais adequado, o DR é modelado por um múltiplo conjunto de práticas que são iniciadas e desenvolvidas em resposta às falhas de mercado. Segundo os autores, política é uma prática, e, quanto mais ela se entrelaça a outras práticas, maior é sua efetividade. Em resumo, a política não é o ponto inicial do DR, mas deve ser resultado da interação entre os atores. O segundo elemento consiste em direcionar o foco para o papel dos atores envolvidos, principalmente os agricultores familiares e suas organizações econômicas, sociais e políticas.

Nessa perspectiva, a constituição de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar vem sendo utilizada como instrumento de DR em experiências internacionais e nacionais (NIEDERLE *et al.*, 2014). Os mercados institucionais, conforme já destacados na seção anterior, apresentam características e são estruturados de forma diferente das vigentes nos mercados convencionais, destacando-se uma nova forma de governança entre os diversos atores envolvidos.

Na mesma linha, segue o estudo de Chang (2009), ao avaliar políticas para a agricultura realizadas no passado em várias economias desenvolvidas, e, mais recentemente, em economias em desenvolvimento. O autor sugere como uma das possíveis ações de políticas públicas para economias em desenvolvimento o fortalecimento de mercados institucionais. Além disso, aponta a necessidade de providências como a ampliação dos canais de comercialização e o processamento de produtos, a modernização dos canais de comercialização e a produção de produtos de qualidade, destacando que tais iniciativas (e suporte) públicas devem se coadunar com as experiências e proposições dos agricultores envolvidos.

No Brasil, os mercados institucionais foram sendo constituídos de forma independente pelos próprios agricultores e movimentos ligados à AF, por meio de feiras livres e feiras de produtos coloniais e agroindustriais, com participação marginal do Estado (CONTERATO *et al.*, 2013). Conforme estudo de Niederle e Grisa (2008), essas iniciativas da AF expõem o movimento de diversificação de atividades no seio da AF como resposta à

superação de crises (e/ou choques externos) de natureza econômica, política e ambiental/ecológica que a AF enfrentou com maior vigor no início dos anos 1990, e da superação de sua condição passiva em face do sistema agroalimentar convencional, que a torna mais vulnerável a essas crises. A diversificação se alicerça na constituição e desenvolvimento de ativos (recursos) oriundos da própria AF, como capital social, capital humano e capital produzido²⁹.

Para Silva e Silva (2011), a consolidação de mercados institucionais como política pública ocorre a partir da constituição de programas de compras governamentais, tendo como principal exemplo o PAA, em 2003, em âmbito do Programa Fome Zero. Nesse sentido, os mercados institucionais como política pública no Brasil surgem de um conjunto de elementos complementares que criam as condições adequadas para a elaboração da política pública, como a trajetória de experiência dos próprios agricultores, da reivindicação e mobilização dos movimentos sociais ligados à AF por melhorias no campo, do histórico de estudos em DR que permitem desenvolver instrumentos para formatar a política, e da conjuntura política favorável, contando com um governo sensível a esses movimentos e preocupado com o DR, que acolheu e implementou tais propostas (SACCO DOS ANJOS; BECKER, 2014). Para Grisa e Schneider (2015), a constituição de mercados institucionais demarca a terceira geração de políticas para a AF, iniciada com o Pronaf nos anos 1990.

A CONSTRUÇÃO DO MERCADO INSTITUCIONAL PARA A AF A PARTIR DO PNAE

O Pnae é um dos programas alimentares mais antigos do país, tendo iniciado no ano de 1955. Mas, em quase todo o período de existência, manteve-se como um programa de caráter assistencialista e centralizador, em que o órgão central do Governo planejava os cardápios e realizava as compras para todo o país, sem espaço para AF e sem vínculos com o desenvolvimento regional sustentável. Apenas em 1994, quando ocorre a descentralização dos recursos aos municípios, o programa passa a ter uma característica mais próxima da realidade regional brasileira, oferecendo maior espaço para os municípios gerirem a alimentação escolar, como a

²⁹ Capital produzido compreende a infraestrutura (estradas, energia, telecomunicações, pontes), recursos financeiros (dinheiro, crédito, poupança) e meios de produção (máquinas, equipamentos, implementos, barracões).

compra dos alimentos, a elaboração dos cardápios e a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) (TRICHES, 2015).

Mas é a partir de 2003 que o Pnae passa a ser incorporado em uma política de DR, quando insere uma nova concepção de alimentação escolar, em termos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). De acordo com Maluf (2007), essa concepção está pautada em um modelo agroalimentar mais saudável e sustentável, do ponto de vista econômico e ambiental, aproximando a relação produção-consumo e enfatizando a produção da AF. Nesses termos, o objetivo do Pnae passa a ser o de “suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de *Segurança Alimentar* e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares” (BRASIL, 2003, s/p.). Em 2006, o Pnae contemplou o apoio ao desenvolvimento sustentável, ao fortalecer/incentivar as culturas locais³⁰.

Essa nova concepção toma corpo quando da promulgação da Lei nº 11.947/2009, que obriga a aplicação de no mínimo 30% dos recursos advindos do FNDE na aquisição de alimentos da AF. Essa lei prevê, ainda, processos de compra menos burocráticos, se comparados com a lei de licitações brasileira (Lei nº 8.666/1993)³¹. Deve-se ressaltar que, além dos recursos do FNDE, os estados e municípios podem ampliar esses valores, na medida em que a legislação estabelece que devam direcionar o mínimo de 25% de sua receita para despesas em educação. Outra possibilidade é o fato de que esses entes podem, por meio de suas legislações, ampliar algumas regras, por exemplo, a instituição da merenda escolar orgânica, realizada pelo Estado do Paraná (Lei Estadual do Paraná nº 16.751/2010).

Passados mais de dez anos da Lei 11.947/2009, percebe-se que nem todos os entes federados se adequaram a essa legislação (conforme dados apresentados na introdução), e alguns estudos foram, e vêm sendo, realizados, na perspectiva de avaliar a efetivação e os efeitos dessa política. Na intenção de sintetizar alguns resultados desses trabalhos, serão apresentados, na sequência, os principais aspectos positivos e as maiores dificuldades na implementação da política, que servirão de base comparativa com a nossa pesquisa.

³⁰ A obra de Bhargava (2008) traz uma resenha de vários estudos em nível internacional que traduzem os impactos positivos de uma alimentação saudável sobre desempenho escolar e sobre indicadores de saúde.

³¹ Para Grisa e Porto (2015), a Lei n. 8.666/1993 restringe as possibilidades de SAN e de fortalecimento da AF, pois inviabiliza o pequeno produtor de concorrer nas licitações, estimulando grandes grupos alimentares do país, com alimentos de qualidade duvidosa e externos aos hábitos regionais.

Em relação aos efeitos positivos da política, a literatura pesquisada é unânime em afirmar que tem ocorrido a geração e ampliação de renda para a AF e a melhoria da alimentação dos estudantes, conforme demonstraram os trabalhos de Belik *et al.* (2011) e Triches (2015). Outro ponto destacado é o resgate da cultura alimentar regional, uma vez que os cardápios passam a ser formados com base nos gêneros produzidos na região. Como consequência desse resgate, Monego *et al.* (2013) expõem que há a valorização do trabalho dos agricultores, pois começam a ser vistos como importantes agentes da SAN, fortalecendo ações de educação nutricional (muitas escolas fazem visitas com alunos às propriedades).

Por fim, Constanty (2014) observou que ocorre também a diversificação da cesta de produtos que passaram a ser produzidos nas propriedades, contribuindo tanto para ampliar a renda como para melhorar a alimentação da própria família do agricultor. Ainda no tocante à produção, percebeu-se o estímulo à cooperação, a busca por novos mercados (feiras e abastecimento de supermercados locais) e a ampliação de iniciativas de produção orgânica.

Contudo, apesar dos grandes benefícios, a nova configuração do Pnae ainda encontra alguns desafios para se consolidar como uma ferramenta mais efetiva de DR e garantir maiores impactos. Nesse sentido, podem-se apontar como principais dificuldades as questões operacionais, a estrutura da oferta, as regulamentações sanitárias e questões políticas.

As questões operacionais estão relacionadas à organização da gestão do programa por parte dos entes federados. Segundo Triches *et al.* (2018), a falta de diálogo entre os diferentes setores da administração pública local, aliada às dificuldades de logística de distribuição dos produtos e refeições, limita o potencial de demanda. Dentro dessa questão, os autores apontam que a rigidez dos cardápios, influenciada por uma cultura conservadora por parte de nutricionistas, interfere diretamente na cesta de produtos demandados da AF.

Na esfera da produção, conforme Baccarin *et al.* (2011) e Ribeiro *et al.* (2013), muitos municípios enfrentam a oferta insuficiente de produtos para a alimentação escolar, tendo em vista que as propriedades estavam estruturadas para atender ao modelo de agricultura tradicional (commodities). Nesses termos, a organização dos produtores e uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) mais específica poderiam contribuir para ampliar a produção.

No que tange à regulação sanitária, existem, ainda, muitas dificuldades em se adequar à legislação (regulamentações sanitárias, fiscais e ambientais nacionais, que ditam as regras a serem seguidas em todo o território nacional), em virtude de que, em muitos casos, a adequação exige investimentos nem sempre suportados pela AF ou pelas cooperativas (TRICHES *et al.*, 2018; COSTA; AMORIM JR.; SILVA, 2015). Já as questões políticas estão relacionadas com a falta de interesse de muitos entes nos programas, o que faz com que não sejam dedicados esforços em organizá-los (há casos em que o preparo da alimentação escolar é terceirizado para empresas privadas e/ou toda a operacionalização fica a cargo das nutricionistas). Essa questão é ampliada pela atuação incipiente dos CAEs e Conselhos de Segurança Alimentar (Consea) (TRICHES, 2015).

METODOLOGIA

Para avaliar o desempenho do Pnae, o presente trabalho lançou mão de um estudo de caso nos municípios pertencentes às microrregiões de Chapecó, Concórdia e Xanxerê, as quais compreendem a mesorregião Oeste de Santa Catarina. As três microrregiões se constituem de 70 municípios e correspondem a 59% dos municípios do Oeste. Em 2014, as três microrregiões detinham 47 mil alunos matriculados na rede municipal de ensino, conforme o Censo Escolar.

A escolha desse recorte regional decorre por conta de essa região apresentar uma significativa presença da AF, advinda de uma história de colonização em pequenas propriedades, tornando-se o principal capital social regional. A AF, nessa região, tem passado por transformações profundas durante as últimas três décadas, como resultado da exclusão de milhares de agricultores e do conseqüente êxodo destes. Em razão disso, a região se torna um ambiente (lócus) adequado para avaliar os efeitos de uma política pública voltada para a AF e, por sua vez, para o DR.

A pesquisa realizada pode ser classificada como explicativa (pois busca identificar fatores que determinam ou contribuem para o desempenho do Pnae na região Oeste), desenvolvendo uma abordagem qualitativa. O método de pesquisa empregado foi o estudo de caso, que, segundo Yin (2002), é uma estratégia empírica utilizada para compreender profundamente um fenômeno da vida real dentro do seu contexto, com base numa metodologia específica de plano de pesquisa, técnicas de coleta de dados e abordagem na análise de dados. Ainda segundo o autor, esse método

permite ao pesquisador capturar vários processos envolvidos no contexto social sob análise, no qual essas interações estão ocorrendo.

Portanto, a abordagem do estudo de caso foi utilizada como uma estratégia para compreender como os municípios se comportaram para operacionalizar o mercado institucional criado pela Lei nº 11.947/2009 e levantar quais os principais benefícios e desafios desse marco legal. Nesse sentido, o estudo de caso procurou analisar efeitos de uma política pública que apresenta objetivos multidisciplinares, como o fortalecimento da AF, a SAN e, conseqüentemente, o DR.

Como instrumentos de coleta das informações primárias (utilizados de forma conjunta no processo de análise), foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos responsáveis pela operacionalização do Pnae nas prefeituras municipais, complementadas por meio de fóruns que contaram com a presença dessas prefeituras e também, em alguns casos, das cooperativas da AF que participam diretamente dessa operacionalização nos municípios³².

As entrevistas foram executadas da seguinte forma: inicialmente foram enviados convites com os questionários da entrevista (e os termos de aceite de participação à pesquisa) para as 70 prefeituras que compõem as três microrregiões de análise. Na seqüência, foram realizadas cinco oficinas regionais ao longo do mês de novembro de 2015, nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho, Formosa do Sul, São Domingos e Seara. Essas oficinas foram estruturadas no formato de fóruns, nos quais as prefeituras foram convidadas a debater o Pnae e expor suas experiências. Ao final dos fóruns, eram finalizadas as entrevistas com cada uma das prefeituras. Essa metodologia se revelou oportuna, na medida em que se pôde reunir um grupo maior de sujeitos no mesmo espaço e ampliar o nível de observação dos casos, principalmente quando foram confrontados com experiências de municípios vizinhos.

Os questionários aplicados foram construídos com base na literatura de DR, à luz da Lei nº 11.947/2009 (bem como de suas Resoluções nº 26/2013 e nº 4/2015), e por meio de debates com cooperativas da AF e representantes sindicais da AF. Por fim, a adequação do questionário foi

³² A coleta de informações a partir dos fóruns se assemelha muito com a técnica de grupos focais, técnica muito utilizada em Ciências Sociais e Sociais Aplicadas e que consiste na formação de um grupo reduzido de indivíduos reunidos para avaliar conceitos e identificar problemas (CRUZ NETO *et al*, 2008).

verificada em estudo preliminar (piloto) realizado com três prefeituras da microrregião de Chapecó, no mês de julho de 2015.

Tabela 4.1 – Sumário estatístico dos municípios pertencentes à amostra e comparativo com o estado de Santa Catarina (2012)

Indicador	Municípios da Região			Total Região da Pesquisa	Estado de SC
	Média	Mín.	Máx.		
População	13.943	1.698	198.188	432.223	6.383.286
Pop. Rural	3.242	961	16.162	100.493	1.000.523
% Pop. Rural	50,93	8,15	83,60	23,25	15,67
Nr. DAPs	617	268	2.059	19.119	143.542
Nr. Cooperativas	0,84	0	4	26	182
PIB *	346.649	20.212	5.259.307	10.746.131	177.275.691
PIB Agrícola*	21.214	6.286	79.616	657.649	6.388.653
% PIB rural	24,22	0,9	53,1	6,2	3,6
PIB per capita	17.553	10.346	37.944	24.862	19.070
IDH-M**	0,732	0,597	0,800		0,774

Fonte: adaptada dos dados de IBGE (2015), MDA (2015). * Em R\$ mil. **Refere-se ao ano de 2010

Foram três aspectos que motivaram a escolha das prefeituras (municípios) como unidade de análise da pesquisa. O primeiro decorre de que os municípios são os principais agentes de operacionalização dessa política pública, sendo, portanto, os principais responsáveis pelo sucesso (ou não) da política. O segundo elemento refere-se à possibilidade (ou objetivo) de avaliar o volume da demanda de alimentos em cada município, podendo, assim, contribuir para o melhor planejamento da produção por parte dos demais atores que participam do Pnae. O terceiro refere-se ao fato de que, em virtude de o Governo de Santa Catarina terceirizar a alimentação escolar nas escolas sob sua gestão, as compras da AF não são realizadas nos municípios das escolas estaduais, e a análise fica prejudicada.

Considerando essas premissas metodológicas, a pesquisa realizou 31 entrevistas, o que representa 44% do total de municípios das três microrregiões objeto de estudo. Na Tabela 4.1 há um sumário estatístico dos municípios participantes da pesquisa. A tabela expõe algumas características

socioeconômicas dos municípios pesquisados e compara com o estado de Santa Catarina.

Fazendo a leitura apenas para a variável percentual da população rural (“% pop rural”), verifica-se que, em média, os 31 municípios da amostra têm mais de 50% de sua população vivendo na zona rural, apresentando um mínimo de 8,15% (representada pelo município de Chapecó, a maior cidade e mais urbanizada da região) e um máximo de 83,6% em Santa Terezinha do Progresso. No estado, esse percentual é de 15,7%. Esse dado revela um pouco do traço rural que é caracterizado na amostra da pesquisa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção visa apresentar e analisar os resultados da pesquisa. Para uma melhor exposição da análise, a seção está dividida em quatro partes. A primeira discutirá o perfil das compras das prefeituras. A segunda avalia a operacionalização do Programa no município, como ações que são desenvolvidas com a AF para organizar a produção. A terceira apresenta aspectos relacionados às escolas que recebem os alimentos, bem como avalia a transversalidade do tema da alimentação nos planos educacionais. A quarta parte analisa os principais pontos positivos e limitadores do programa. Em virtude do espaço do trabalho, não apresentaremos tabelas e gráficos de todas as 26 questões de nosso instrumento de coleta de dados, e muitas respostas estão apresentadas de forma intercalada.

Perfil das compras do Pnae municipal da AF

O primeiro aspecto levado em consideração em nossa pesquisa se refere aos recursos do FNDE direcionados à aquisição de produtos da AF. Nesse sentido, verificou-se que apenas um dos municípios não vem conseguindo adquirir da AF o valor mínimo de 30% dos recursos, conforme especificado pela Lei nº 11.947/2009. Os demais estão superando esse percentual, e muitos estão direcionando esforços para ampliar anualmente as compras da AF. Verificou-se que, no ano de 2009, em média 39,2% dos recursos do FNDE eram direcionados para aquisição da AF, ampliando-se para 68,4%, em 2014³³.

³³ Em que pese a legislação facultar a aquisição de alimentos de agricultores familiares de municípios vizinhos, os números apresentados referem-se a um mínimo de 90% de aquisições de agricultores do próprio município. A diferença é decorrente de compras de cooperativas de AF, que podem possuir produtos de agricultores de outros municípios. Por outro lado, agricultores dos municípios em análise, por estar vendendo para municípios vizinhos, quando participam de uma cooperativa.

Essas informações foram repassadas pelas próprias prefeituras, e existem pequenas diferenças em comparação aos dados fornecidos pelo FNDE. Chamou atenção a dificuldade apresentada pelos municípios no fornecimento de tais informações desagregadas (nesse caso, cinco prefeituras não responderam e 10 prefeituras responderam de forma incompleta). Essas dificuldades geralmente estão relacionadas às diferentes formas de as prefeituras classificarem tais informações. Por exemplo, como os recursos do FNDE não cobrem toda a despesa com alimentação escolar no município, as administrações precisam aportar recursos adicionais, e essa divisão não fica clara quando se avalia o montante direcionado para a AF. Essa falta de informações pode ser considerada como uma fraqueza da gestão do programa, pois limita seu acompanhamento no tempo, dificulta o planejamento das ações e, além disso, limita a análise e avaliação da política.

Em relação aos produtos adquiridos da AF, foram classificados em “in natura” e “processados”, em um total de 82 alimentos. Os produtos “in natura” são 45 itens, sendo 29 verduras/legumes e/ou cereais e 16 frutas, com destaque para os seguintes produtos: alface, repolho, beterraba, laranja, cenoura, batata-doce, couve-flor, bergamota e mandioca. Já os “processados” englobam 37 itens, tendo destaque bolacha caseira, mandioca descascada, pão caseiro, açúcar mascavo, cuca/bolo e macarrão caseiro.

Considerando esses números, verificou-se que a quantidade e diversidade de itens foram se ampliando a cada ano, demonstrando por um lado a preocupação em diversificar e incluir novos tipos de alimentos oferecidos nas escolas e, por outro, o estímulo do agricultor em explorar novas culturas, bem como o papel da agregação de valor ao produto, quando considerada a demanda por produtos transformados³⁴.

Dentro da esfera da compra de alimentos, há preferência por produtos orgânicos e agroecológicos em 19 municípios (61% da amostra). Seis municípios (20%) que não manifestaram preferência justificaram que tais produtos necessitam de certificação, e, no momento, os agricultores do município ainda não a possuem. A pesquisa demonstrou que há demanda por tais produtos, mas são enfrentadas dificuldades em termos de baixa oferta (ou em alguns casos, a inexistência desses produtos), principalmente em virtude da falta de certificação.

³⁴ A preocupação em diversificar e incluir novos alimentos no cardápio escolar pode ser avaliada pelas ações realizadas entre poder público, nutricionistas e cozinheiras, como a realização de concursos de receitas entre as cozinheiras das escolas coordenado pelas associações de municípios.

Apesar de crescente, as prefeituras destacaram que há espaço para ampliar a demanda geral de produtos da AF, porém é necessário avultar a oferta. O estudo identificou escassez de oferta, principalmente nos seguintes produtos: arroz, feijão, carnes (frango, gado e suíno), bebidas lácteas, farinha de milho, maçã, mamão e geleia de frutas. Alguns desses itens, por necessitarem de legalização/inspeção, principalmente carnes e lácteos, acabam gerando restrições para a oferta pela AF.

As prefeituras manifestaram, ainda, a preocupação com a qualidade dos produtos adquiridos; 75% dos municípios exigem certificação e/ou registro dos produtos, e 90% os inspecionam tecnicamente e exigem embalagens adequadas. Apenas dois municípios não fazem nenhum tipo de exigência aos produtores.

Com relação ao número de agricultores familiares que estão envolvidos na oferta ao Pnae, a pesquisa levantou 402 agricultores; nove municípios não responderam (ou não possuem cadastro/históricos dos agricultores que participaram do Programa), o que leva esse número a ser bem maior. Cabe destacar aqui o papel das cooperativas da AF, existentes em muitos municípios, que contribuem para organizar a produção, a documentação das chamadas públicas e a logística de entrega dos produtos nas escolas. Muitas dessas cooperativas nasceram com o objetivo de organizar a produção para atender aos mercados institucionais (PAA e Pnae) e tiveram apoio de outros programas (Projeto Territórios). Atualmente, muitas vêm desenvolvendo empreendimentos de processamento dos produtos “in natura”, como panificados e biscoitos, sucos e geleias, carnes e embutidos e lácteos.

Gestão do programa pelas prefeituras

Conforme apontado na revisão de literatura, um aspecto fundamental para o sucesso do programa e inserção da AF é o comprometimento/engajamento dos municípios na gestão do programa. Como gestão ou governança, entende-se o envolvimento do município em todas as etapas do processo de compra, que vai desde a pesquisa dos produtos existentes no município e das reuniões de divulgação com a AF, até o acompanhamento da produção, a gestão da logística e o envolvimento com os planos educacionais das escolas, tendo em vista a importância do tema da SAN. Por fim, a gestão do programa também exige monitoramento e socialização dos resultados junto à comunidade e/ou controle social.

Verificou-se ao longo das respostas que esse tem sido o principal gargalo do programa. Em 90% dos municípios pesquisados, a gestão é “terceirizada” para as nutricionistas, responsáveis técnicas do programa. Também não há o envolvimento das secretarias diretamente afetadas pelo Pnae, como as Secretarias da Agricultura e da Educação. Esse comportamento tem efeitos diretos sobre a efetividade do programa e gera a perda de uma oportunidade única para estimular o desenvolvimento socioeconômico do município³⁵.

Nesse sentido, buscou-se identificar ações (projetos ou programas) que as prefeituras desenvolvem para estimular e planejar/organizar a produção da AF para o mercado institucional da alimentação escolar do Pnae. Verificou-se, conforme exposto pelo Quadro 4.1, que 23 municípios (74,2% da amostra) realizaram alguma ação de incentivo e de organização da produção. No entanto, percebeu-se que há constante falta de articulação entre as secretarias envolvidas (Agricultura e Educação) e, na maioria dos casos, essas ações são repassadas para as cooperativas da AF (20 municípios desenvolveram parecerias com cooperativas da AF), embora elas não tenham condições financeiras e infraestrutura para realizarem algumas ações importantes, como Ater para a AF.

Em virtude dessa realidade, optou-se em classificar as ações municipais em três tipos de ações (fraca, média e forte). As ações consideradas “fracas” são aquelas em que as prefeituras apenas divulgam os processos de chamada pública e fazem visitas pontuais para estimular a produção para o Pnae. As ações classificadas como “médias” incluem uma preocupação maior com a AF e procuram envolver outras entidades ligadas à agricultura, como Cooperativas, Sindicatos da Agricultura Familiar e Epagri. As ações “fortes” são aquelas consideradas mais próximas do ideal no que concerne a promover a ampliação da oferta de alimentos para o Pnae e melhorar as condições de produção dos agricultores, como a organização da produção, apoio logístico e Ater específica.

³⁵ Apesar de a gestão ficar a cargo quase que estritamente das nutricionistas, percebeu-se que as mesmas possuem envolvimento com o Programa, se esforçando em incluir a AF. Resultados diferentes daqueles encontrados por Constanty (2014).

Quadro 4.1 – Ações e programas realizados pelas prefeituras para auxiliar a AF na oferta de produtos ao Pnae

Tipo de Ação	Caracterização	Quantidade de Respostas
Fraca	Restringe-se a visitas de “animação” nas propriedades rurais.	5
Média	Realização de parcerias com outras instituições (Cooperativas, Sindicatos, Sebrae, Epagri) e de algumas ações mais específicas.	14
Forte	A prefeitura lidera projetos de mobilização da AF com ações reais/de impacto.	4
Não realiza	Não desenvolve nenhuma ação.	7
Sem resposta		1

Fonte: adaptado dos dados da pesquisa

Por meio da análise dos dados coletados, percebeu-se que apenas quatro municípios realizaram uma gestão completa ou ações de cunho “forte” (conforme definição supra) e iniciaram projetos de envergadura para gerar resultados reais e sustentáveis para a AF. Nesse rol de iniciativas, criou-se a coordenação do Pnae dentro da Secretaria de Agricultura, em que foram disponibilizados funcionários para acompanhar todo o processo de aquisição dos alimentos, logística e realização de interfaces com as escolas. Ligada à criação da coordenação, houve a constituição de uma central de recepção dos alimentos para posterior distribuição nas escolas, com veículo próprio da coordenação. Outras ações incluíram disponibilidade de técnico agrícola para realização de Ater específica ao Pnae aos agricultores e inclusão de normativas na legislação municipal para ampliar o percentual de aquisição da AF dos recursos do FNDE³⁶.

Uma terceira iniciativa foi a realização de projeto de certificação de produtos orgânicos, em parceria com Instituto de Desenvolvimento Regional, institucionalização de programas de capacitação para AF, bem como planejamento da produção com os agricultores. Por fim, houve ações lideradas pelas Secretarias de Agricultura e de Educação, que envolvem todo o município, como o “Setembro Verde”, semana do mês de setembro dedicada à sensibilização a respeito da alimentação saudável e proteção do meio ambiente.

³⁶ O município que ampliou a legislação, também venceu o prêmio nacional gestão eficiente da alimentação escolar nos anos de 2010, 2012 e 2013.

Nas ações de grau médio, podem-se destacar as constantes melhorias e adaptações do cardápio para priorizar a produção da AF local, envio ao legislativo de proposta de Plano Diretor Rural do município – com programas específicos para a AF –, campanhas de capacitação da AF para o Pnae e apoio logístico para as cooperativas da AF. Em sete municípios, não houve a realização de nenhuma ação voltada ao Pnae. Essa falta de protagonismo das prefeituras acaba refletindo na baixa participação da AF, no baixo impacto socioeconômico regional e na ineficácia da SAN.

Outras questões da pesquisa também demonstraram o baixo engajamento dos municípios, como o escasso apoio de Ater na produção de itens da alimentação escolar. Nesse quesito, 17 municípios (55%) não realizaram qualquer tipo de Ater e 10 municípios (32%) realizam Ater por meio de parcerias com cooperativas e/ou empresas de pesquisa (que em alguns casos não é uma Ater específica). Apenas cinco municípios (13%) realizaram Ater específica (considera-se aqui Ater específica o direcionamento de um técnico agrícola para assessorar famílias que participam do programa).

Em termos de suporte logístico aos agricultores para coleta, armazenagem e distribuição dos produtos (elemento importante na formação dos custos de produção), verificou-se que 46% das respostas remetem para o agricultor a total execução desse serviço; e, em 28%, fica a cargo do produtor levar até uma central do município. Aqui ficou evidenciado o apoio das cooperativas, já que estas, em 20% das respostas, são responsáveis pela logística do programa. Apenas um município faz a coleta diretamente na propriedade do agricultor.

Muitos municípios responderam que não forneceram auxílio ou realizaram maiores ações porque sua demanda para o Pnae é muito pequena. Porém, ao confrontar com outras questões da pesquisa, percebeu-se que tais prefeituras também não se engajaram em parcerias com municípios vizinhos para realização de projetos conjuntos, que proporcionariam a ampliação da escala de produção da AF.

Ao serem avaliados alguns aspectos administrativos (elaboração da chamada pública, por exemplo), verificou-se que, em 21 municípios, o método para calcular o preço pago ao produtor segue os pressupostos mínimos da Lei nº 11.947/2009, pois apenas fazem o cálculo mediante pesquisa de preços em três estabelecimentos locais. Outros oito municípios procuram, além da pesquisa de preços, considerar outros custos envolvidos na transação, como o custo com transporte e administrativos. Dois municípios não responderam.

Tal metodologia de cálculo do preço é relevante para garantir que o agricultor tenha retorno positivo, isto é, a geração de renda para a AF. Dessa maneira, para avaliar a efetividade da metodologia de cálculo, foi questionado se os municípios tinham conhecimento da margem de lucro dos agricultores, sobre o que 19 municípios alegaram que acreditam haver retorno positivo (embora não mencionassem nenhuma metodologia de cálculo desse retorno). Outros 12 municípios não sabem ou não responderam.

Os municípios também consideraram que não há diferenças entre as chamadas públicas e os leilões eletrônicos (formas alternativas de compra da AF e dos mercados convencionais, respectivamente), e que, quando há diferença, esta é em prol da AF. Apenas quatro municípios não responderam, e um município mencionou que a única diferença ocorre quando se trata de produto orgânico. Em se tratando dos processos de compra, ficou nítido o distanciamento das equipes técnicas das prefeituras com a realidade dos agricultores e a falta de interesse em compreender essa realidade e de adaptar os processos burocráticos para facilitar a compra dos agricultores. Neste quesito, há um longo caminho para mudar a cultura dos servidores municipais.

Interação entre alimentos da AF e as escolas

A preocupação com a SAN é um dos objetivos fundantes/estruturantes da Lei nº 11.947/2009. Nesse contexto, o efeito de uma alimentação saudável, evidenciado no melhor desempenho escolar e saúde dos alunos é um princípio básico do Pnae. Procurou-se, então, analisar em que medida a aquisição dos alimentos da AF se constitui em uma interface com as escolas. Para tanto, foi avaliado como se dá a preparação da alimentação escolar. Em 28 municípios, a preparação é realizada nas escolas ou em unidades do município, com equipes de cozinheiras e funcionárias municipais, monitoradas pelas nutricionistas. Apenas em dois municípios a preparação da comida é terceirizada, e um município não respondeu. Em todas as escolas em que há preparação própria, há estruturas de freezers e atendimento às especificações técnicas do local e equipamentos.

O acompanhamento dos estudantes referente a preferências por alimentos, satisfação da merenda fornecida, educação alimentar, ganhos de peso e/ou melhoria do desempenho na escola foi realizado por 29 municípios, e dois não responderam³⁷. O acompanhamento foi realizado pelas nutricio-

³⁷ Conforme a Lei n. 11.947/2009, os municípios são obrigados a realizar tais acompanhamentos e avaliações, porém nenhum apresentou algum resultado específico desses acompanhamentos.

nistas, por meio de testes de aceitabilidade; toda vez que muda o cardápio (nesse caso, há preocupação em alterar e encontrar formas alternativas de inserir legumes/frutas para despertar o interesse dos alunos); e por meio de oficinas de educação alimentar. Em alguns poucos casos, houve parcerias com o Programa Saúde na Escola e a realização de avaliação antropométrica, com auxílio dos professores de educação física.

Por fim, buscou-se analisar se os planos municipais de educação contemplavam atividades interdisciplinares com relação à alimentação saudável (produção agroecológica, valorização da agricultura familiar), ou se as coordenadoras pedagógicas das escolas realizavam ações voltadas a esses aspectos. Em 20 municípios, há essa correspondência, seis não realizam, e cinco não responderam à questão. Uma ação que se destaca é a visitação de alunos a propriedades rurais, visando aproximar as crianças da AF e valorizando o trabalho dos agricultores.

Avaliação geral do programa (pontos positivos e limitações)

A quarta dimensão de análise refere-se à percepção dos municípios com relação aos efeitos da criação do mercado institucional para AF via Pnae, bem como ao levantamento dos principais desafios para a sustentabilidade do programa. Considerou-se, aqui, que o constante monitoramento do desempenho das políticas públicas é instrumento fundamental para seu aprimoramento e avanço. O Quadro 4.2 apresenta uma síntese dos principais pontos destacados pelos 31 municípios envolvidos na pesquisa.

Quadro 4.2 – Percepção dos principais benefícios e desafios do Pnae (Lei nº 11.947/2009) nos municípios

Benefícios	Quant. Resp.	Desafios	Quant. Resp.
a) Efetivação da SAN e melhoria da qualidade da alimentação escolar	24	a) Falta de oferta e/ou produção de alimentos para a alimentação escolar em quantidade insuficiente	13
b) Fortalecimento da AF local	16	b) Sazonalidade dos produtos e logística (entrega, armazenamento, embalagem)	7
c) Desenvolvimento local e regional (renda, emprego)	12	c) Outros problemas relacionados com agricultores (desinteresse, descompromisso)	5

Continua

Continuação do quadro 4.2

Benefícios	Quant. Resp.	Desafios	Quant. Resp.
d) Estímulo para permanência do jovem no campo	4	d) Falta de ações do município para organizar a produção junto a AF	3
e) Desenvolvimento sustentável	2	e) Dificuldades na legalização/inspeção de produtos transformados	2
f) Incentivo ao cooperativismo	2	f) Falta de diversidade de produção;	2
g) Desenvolvimento rural	1	g) Baixa demanda do município não incentiva aumento da produção pela AF	2
h) Estímulo a outras redes de comércio/consumo (feiras)	1	h) Baixa qualidade dos produtos entregues	2
i) Melhoria do desempenho escolar dos alunos	1	i) Excesso de trâmites/documentos (burocracia)	2
j) Melhora das finanças públicas	1		

Fonte: adaptado dos dados da pesquisa

Obs.: cada prefeitura pôde escolher mais de uma opção

Sobre os benefícios gerados pelo programa, percebeu-se um consenso em relação a três pontos: o reconhecimento de que o programa possibilitou a disponibilidade de alimentos mais saudáveis, contribuindo com a saúde dos alunos; o fortalecimento da AF do município, pois propiciou mais uma alternativa de renda ao agricultor; e o estímulo da economia local, em virtude de que os recursos do FNDE passaram a circular no município.

Quanto ao primeiro, pode-se acrescentar que a proximidade com o produtor facilitou o contato e ajuste do produto à necessidade da escola e favoreceu a realização de visitas com os alunos. Além disso, o uso de alimentos saudáveis e de origem local facilitou a construção de uma nova cultura alimentar mais saudável.

Os aspectos aqui analisados deixam entrever que o fortalecimento da AF vai para além da geração de renda, pois, em alguns municípios, a organização da produção para o Pnae contribuiu para a formação de feiras na

cidade. Outros municípios apontaram que os jovens começaram a perceber oportunidades para seguir na propriedade.

Por fim, agrega-se ao fator de desenvolvimento local o aumento na arrecadação municipal em virtude da geração de renda dos agricultores (bem como gastos no comércio e prestação de serviços) e potenciais melhorias da saúde no município (em virtude da alimentação saudável), que podem propiciar economia nas despesas com consultas/remédios.

Ao comparar tais resultados aos demais estudos sobre o Pnae referenciados no texto, evidencia-se que há uma estreita relação entre eles, sugerindo que tais estudos sejam utilizados para elaborar novos mecanismos para aprimorar o programa e inserir uma quantidade maior de agricultores. Por outro lado, fica evidente que a construção do mercado institucional via Pnae foi uma política muito eficaz em torno dos seus objetivos e só não apresenta resultados mais amplos em virtude de limitações em sua governança, questão que pode ser melhorada.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelo programa, foi apontada como principal problema a falta de oferta de gêneros da alimentação escolar, tanto em relação ao número de agricultores que se dediquem a tal cultivo quanto pela falta de variedade de produtos, incluindo produtos orgânicos. Esse problema pode ter sua explicação por outros motivos apontados como limitadores do Pnae, como a falta de assessoria/apoio por parte dos municípios (já mencionado na revisão de literatura), falta de apoio logístico, baixa demanda em alguns municípios, dificuldades na inspeção/legalização de produtos e excesso de trâmites. Todos esses fatores acabam desmotivando os agricultores a adentrarem nesse mercado institucional.

Outras causas para a pequena oferta podem estar relacionadas a escassez de mão de obra no campo (a região Oeste vive uma acelerada perda da população rural), restrições de Ater para lidar com tais gêneros e dificuldade do agricultor familiar lidar com questões burocráticas, isto é, a necessidade de reunir um conjunto de documentos e preenchimento de formulários para participar das chamadas públicas pode desmotivar os pequenos agricultores. É nesse quesito que se observa o papel destacado das cooperativas da AF, em termos de poderem organizar e assessorar a produção. A presença das cooperativas da agricultura familiar foi considerada fundamental pelos agentes públicos para o avanço do mercado institucional do Pnae. Em que pese a importância dessas cooperativas, sua ação poderia ser mais efetiva, na medida em que tivessem estrutura ou que o município se responsabilizasse pela Ater.

Com relação ao aspecto “outros problemas relacionados ao agricultor”, foram apontadas as dificuldades do agricultor em seguir o cronograma (esquecimento da data de entrega) e/ou a desistência em participar do programa após terem sido aprovados na chamada pública. Outros indicaram a falta de compreensão dos agricultores sobre o Pnae, gerando um distanciamento do agricultor e do programa. Dessa forma, percebe-se que a maior parte dos problemas enfrentados na condução do Pnae e listados pela literatura também se verificou no Oeste Catarinense, o que enseja a necessidade de aprimoramento do programa.

CONCLUSÕES

O presente estudo procurou analisar a nova modalidade do Pnae que prevê o direcionamento de parte dos recursos do FNDE para a aquisição de alimentos da AF, por meio de sua governança pelas prefeituras municipais em três microrregiões do Oeste de Santa Catarina. Essa região se mostrou adequada para a análise por contemplar grande participação da AF, a qual vem enfrentando dificuldades, nos últimos anos, em virtude dos efeitos das exigências de novos modos de produção do mercado convencional.

O estudo demonstrou que o Pnae se insere em uma iniciativa de DR que vem ganhando corpo internacionalmente e que as políticas públicas são fundamentais para seu desempenho de longo prazo. Nesse sentido, a Lei nº 11.947/2009 inova, no sentido de contemplar no tema da alimentação escolar as premissas da SAN e do DR, ao estimular a AF. Dessa forma, muitos resultados positivos já estão sendo verificados em todo o país.

Acredita-se que esta pesquisa tenha contribuído com a avaliação do programa, demonstrando que ele vem atingindo seus principais objetivos, em termos de fortalecimento da AF, melhoria na qualidade nutricional para os alunos e, também, na medida em que se constitui como promotor do desenvolvimento local/regional. Nesse sentido, a política vem se demonstrando eficaz.

Percebeu-se, porém, que algumas situações vêm restringindo maiores impactos do programa, como é o caso da Governança municipal. No tocante ao problema em apreço, a pesquisa verificou que apenas quatro prefeituras (13% de nossa amostra) realizaram uma gestão do programa considerada adequada, no que concerne a desenvolver ações de organização da produção, auxílio logístico e assessoria técnica aos agricultores. Nas demais prefeituras, ficou transparente a falta de envolvimento e articulação

dos produtores, sendo que, em muitos casos, a gestão do programa ficou a cargo das nutricionistas, sem maior participação das secretarias envolvidas (Educação e Agricultura). Uma ação que relativiza a falta de engajamento das prefeituras é a atuação realizada pelas cooperativas da AF, o que pode ser evidenciado pelo fato de que, em muitos municípios, são as cooperativas que organizam a produção e dão suporte administrativo e logístico.

Essa realidade pode explicar um segundo gargalo do programa: a falta de oferta de produtos para alimentação escolar. Deve-se ponderar que essa baixa oferta tem forte relação com a falta de assessoria e de apoio logístico, baixa demanda por parte de alguns municípios, dificuldades na inspeção/legalização de produtos e excesso de trâmites. Todos esses fatores acabam por desmotivar os agricultores para adentrarem nesse mercado institucional.

Nesse sentido, o estudo também possibilitou levantar algumas propostas para o aprimoramento do programa. As principais proposições apontam para a criação de mecanismos que visam ampliar o envolvimento das prefeituras com o programa. Um passo nessa direção seria mudar a lógica do incentivo oferecido pelas prefeituras aos agricultores. Por exemplo, em vez de as administrações municipais subsidiarem serviços de máquinas e oferta de insumos (sementes e adubo), que são as ações mais convencionais, poderia ser ampliada a Ater para os produtores. Considerando os instrumentos de política, uma das formas seria criar incentivos a exemplo dos recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb), em que, quanto maior é o empenho dos municípios, maior é o valor recebido por aluno.

Demais proposições estão relacionadas à ampliação do valor disponibilizado por aluno pelo FNDE, tendo em vista que uma alimentação mais saudável gera impactos não apenas sobre o desempenho escolar, mas também nos índices relacionados à saúde, sendo, portanto, uma questão de saúde pública. Dado o papel destacado das cooperativas da AF, estas também poderiam ser alvo de ações, como o subsídio de ações de Ater para a AF.

Considerando que a pesquisa avaliou apenas um dos atores envolvidos no Pnae, as prefeituras, há limitações naturais em nosso trabalho. E, nesse sentido, a comparação dos resultados com outros estudos, a ampliação do número de municípios a serem considerados na amostra e a pesquisa considerando os demais atores do Pnae – principalmente cooperativas e agricultores familiares – são os caminhos básicos para melhorar o escopo da pesquisa.

Apesar dessas limitações, o estudo traz importantes elementos sobre a governança da política, e seus resultados podem ser utilizados como insumo

para o aprimoramento do Pnae. Sendo assim, a continuação de estudos e a socialização dos resultados aos atores do programa são os próximos passos a serem seguidos.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G. *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do artigo 14 da lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. *In: CONGRESSO DA SOBER*, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, SOBER, 2011.

BELIK, W. *et al.* O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de desenvolvimento local. *In: CONGRESSO DA SOBER*, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, SOBER, 2011.

BHARGAVA, A. **Food, economics and health**. New York: Oxford, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 30 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 15, de 16 de junho de 2003**. Estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). [S. l.]: Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). [S. l.]: Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Sistema DAP**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Dados da agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BUENO, N. P. A lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 361-420, jul./dez. 2004.

CHANG, H. J. Rethinking public policy in agriculture: lessons from distant and recent history. **Policy Assistance Series**, Rome, FAO, n. 7, Rome, 2009.

CONSTANTY, H. F. P. H. **Contribuições do PNAE na sustentabilidade dos agricultores familiares**: o caso do município de Marechal Cândido Rondon-PR. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

CONTERATO, M. A. *et al.* **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013. (Série Difusão Iepe/UFRGS).

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR; Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 109-126, jan./mar. 2015.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP), 13., 2002, Ouro Preto. **Anais** [...]. Ouro Preto-MG, ABEP, 2002.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 155-180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 19-50.

HEBINCK, P. *et al.* The construction of new, nested markets and the role of rural development policies: some introductory notes. *In: HEBINCK, P. et al. (ed.). Rural development and the construction of new markets.* New York: Routledge, 2015.

HODGSON, G. M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, [s. l.], v. 25, p. 651-660, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PIB dos municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15jan2015.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. *In: CONGRESSO DA SOBER*, 42., 2004, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá, SOBER, 2004.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MILONE, P.; VENTURA, F. The visible hand in building new markets for rural economies. *In: HEBINCK, P. et al. (ed.). Rural development and the construction of new markets.* New York: Routledge, 2015.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MONEGO, E. T. *et al.* Produção e potencial agrícolas de alimentos destinados a alimentação escolar em Goiás e no Distrito Federal, na região Centro-Oeste do Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 2, n. 26, p. 233-241, 2013.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, 2001.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. *In: DOULA, S. et al. (org.). A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. Viçosa: Suprema, 2014. p. 43-68.

NIEDERLE, P.; GRISA, C. Diversificación de los medios de vida y acceso a actores y activos: un abordaje sobre la dinámica de desarrollo local de la agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, [s. l.], v. 5, n. 61, p. 41-69, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. *In: HEBINCK, P. et al. (ed.). Rural development and the construction of new markets.* New York: Routledge, 2015.

PLOEG, J. D. V. D. *et al.* Rural development: actors and practices. In: MILONE, P. *et al.* (ed.). **Constructing a new framework for rural development**. [S. l.]: Emerald Group Publishing, 2015.

RIBEIRO, A. L. P. *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2013.

SACCO DOS ANJOS, F.; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Rev. Econ. NE**, [s. l.], v. 45, 2014. Suplemento especial, p. 92-101.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Boletim Mercado de Trabalho**, [s. l.], Brasília: Ipea, nov. 2011.

TESTA, V. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 181-200.

TRICHES, R. M. *et al.* Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. In: PEREZ-CASSARINO, J. *et al.* (org.). **Abastecimento alimentar**: redes alternativas e mercados institucionais. Chapecó: Ed. UFFS, 2018. p. 91-105.

YIN, R. K. **Case study research**: design and method. 3. ed. [S. l.]: Sage, 2002. Applied Social Research Methods Series, v. 5.

A ATUAÇÃO DOS AGENTES DE ATER PARA A JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

*Karina Kestring
Wilson João Zonin
Vinícius Mattia*

INTRODUÇÃO

O início da extensão rural no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, era voltado para a modernização da atividade rural, sendo considerada atrasada e relacionada com a pobreza. Os extensionistas da época foram preparados para atuar num modelo difusionista-inovador, promovendo modernização tecnológica e acelerando os padrões de desenvolvimento do capitalismo na agricultura (PIRES, 2011).

De acordo com Fonseca (1985), a extensão rural no Brasil foi um projeto educativo para o capital, em que as necessidades sentidas foram dominadas pelas imposições consentidas. Um modelo que se esgotou já na década de 1980, quando Figueiredo (1984) já apontava para a necessidade de repensar o modelo, desmistificando a questão da ciência e da tecnologia como tecnocracias, e apontando um caminho adiante, com um novo papel dos extensionistas, de ação extensionista libertadora, voltada a atender às demandas dos verdadeiros “patrões”, os que pagam impostos, os pobres e os pequenos agricultores, uma extensão democrática, em que a proposta de trabalho é fruto de um diálogo entre técnicos e agricultores, buscando ações adequadas em vez de pacotes.

Alterações foram implantadas no dia a dia da propriedade, tanto em grandes como em médias e pequenas, promovendo um potencial aumento da produtividade mediante o avanço tecnológico. Em vista disso, parte do setor agrícola direcionou a produção para a exportação, e os que não

foram para esse segmento foram gradativamente excluídos do rural (GOES JUNIOR; LACERDA, 2019).

A modernização no campo teve embasamento em uma determinada fonte de renda, na qual se aumenta a produtividade, porém pequenas e médias propriedades rurais não têm facilidade ou ainda não conseguem adquirir os pacotes tecnológicos. Isso por vezes resulta em inviabilização da propriedade, contribuindo para o êxodo rural (HARTWIG, 2009).

A entrada da modernização no campo trouxe consigo uma diferenciação econômica e também social. Uma maior utilização de tecnologias, os insumos industrializados, maior acesso ao crédito, conformação de mercados e a busca por maiores lucros começam a conduzir a vida do agricultor, trazendo novos padrões de sociabilidade. Com essa modernização as gerações mais novas (jovens do campo) passam a ter um maior tempo de estudo e também maior contato com o modo de vida urbano (com seus valores e cultura), resultando muitas vezes na busca desses jovens por novas formas de vida, consideradas mais fáceis que a vida no campo (KISCHENER *et al.*, 2015).

Na atualidade existe uma preocupação quanto ao futuro da agricultura, já que os jovens que deveriam substituir seus pais no trabalho do campo, em muitos casos, não pretendem ou não encontram oportunidade de fazê-lo. Necessitam, muitas vezes, de um auxílio para tomarem suas decisões, e é nesse ponto que os agentes de Ater podem estar atuando, por meio da percepção da necessidade de trabalhar o tema nas propriedades para que exista um processo de sucessão satisfatório para pais e filhos.

A sucessão geracional, para Strapassolas (2011), é aquela em que há transferência de poder e também do patrimônio entre gerações no ambiente de produção familiar, ou seja, retira-se a geração mais idosa da gestão da propriedade e coloca-se a mais nova, com o intuito de formar um novo agricultor. Além da reprodução específica, entre as gerações, de um patrimônio material, a sucessão deve levar em conta a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural.

Cortina e Silvestro (1998) apontaram que a sucessão pode ocorrer em razão de quatro pilares. O primeiro deles é a instituição do minorato, em que o filho mais novo assume a propriedade e cuida dos pais quando estes apresentarem uma idade avançada. O segundo deles é o de ensinar os filhos mais velhos permanentemente, para que eles possam ter condições de seguir a profissão dos pais. Já o terceiro valoriza a atividade agrícola, de forma que, quando os filhos chegam à vida adulta, sua maior realização da

vida é ser agricultor. Enquanto o quarto seria a presença de uma grande mobilidade espacial e o mercado de terras dinâmico entres os familiares.

Muitas vezes o processo de sucessão não ocorre, isso porque há, entre os familiares, alguns conflitos enfrentados, dentre estes se pode destacar a dificuldade do pai em aceitar as ideias dos filhos e falta de autonomia e liberdade para trabalhar na propriedade (STRAPASSOLAS, 2011).

A divisão da propriedade entre dois ou mais irmãos, quando voltada para a agricultura familiar, muitas vezes se torna inviável economicamente, em razão do pequeno tamanho de área (ABRAMOVAY *et al.*, 2000). A partir do momento que o jovem tem condições de arrumar um emprego, o que ocorre, na maioria das vezes, no meio urbano, ele começa a se desvincular da propriedade, somando-se a isso o fato de que o jovem, em certo momento, deseja ter autonomia financeira (BRUMER, 2004).

Em unidades familiares que têm uma economia consolidada também pode não ocorrer o processo de sucessão, pois nos últimos anos, com o avanço das tecnologias em alguns setores de produção, precisa-se de uma mão de obra mais qualificada, mais intensiva, a qual muitas vezes precisa estar presente em feriados e fins de semana, desestimulando os jovens por não terem uma remuneração maior ou ainda pelo fato de não terem seu lazer nos finais de semana (STRAPASSOLAS, 2011).

Com todos esses fatores de influência, encontrar alternativas para que os jovens sejam atraídos a permaneçam nas propriedades com qualidade de vida, principalmente em se tratando de empreendimentos familiares rurais, é um grande desafio. E alguns indicativos de resposta a esses desafios podem estar na atuação de profissionais extensionistas, das diferentes áreas de estudo: mediante suas ações, é mister que trabalhem para que, com a família, em especial com os jovens, despertem para o encontro de atividades sustentáveis que estimulem a sucessão.

Por meio desta pesquisa, teve-se por objetivo identificar a atuação e os conhecimentos dos agentes de Ater de três entidades que atuam na região Oeste do Paraná sobre o tema da juventude e sucessão rural.

METODOLOGIA

O estudo tem por base uma pesquisa aplicada com o objetivo de avaliar os problemas e apresentar situações práticas que envolvam verdades e interesses (PRADANOV, 2013). Nesse caso, é de identificar se os agentes

de Ater da região Oeste do Paraná trabalham com o tema da juventude e sucessão rural nas propriedades às quais eles atendem.

Tratou-se de um estudo do caso e que se entende pela técnica de coleta e análise de dados provenientes de apenas um indivíduo ou de um grupo e seu modo de vida com relação direta a um assunto específico (PRADANOV, 2013).

Foi utilizada como ferramenta a pesquisa quantitativa e qualitativa que visa entender de forma detalhada por que o indivíduo ou um grupo de pessoas apresenta certo tipo de comportamento (PRADANOV, 2013).

A pesquisa teve seu início com o contato dos gestores de três entidades que prestam assistência técnica na região Oeste do Paraná, o Instituto de Desenvolvimento Rural-Paraná (IDR-Paraná), a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore) e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa). Posteriormente foi enviado via e-mail um questionário semiestruturado e disponibilizado de maneira on-line na plataforma *Google Forms*.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar – Emater (IDR-Paraná) foi criado no ano de 2019 por meio da Lei nº 201.21/19, resultado da fusão de quatro órgãos estaduais que agora passam a responder como apenas uma entidade à Secretaria de Estado da Agricultura e abastecimento. As entidades fundidas são o Instituto de Assistência Técnica do Paraná (Emater), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), o Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) e o Instituto Agropecuário do Paraná (Iapar) (IDR-PARANÁ, [2019?]).

Deve-se levar em consideração que, quando este trabalho foi iniciado, a fusão entre os órgãos ainda não era oficial, e foram abrangidos na pesquisa os agentes de Ater que atuavam e atuam na região Oeste do estado e pertenciam à Emater.

A Cooperativa de trabalho Biolabore foi formada em 2005 por egressos dos cursos de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) que visavam a uma atuação diferenciada no mercado, de forma que fosse satisfatória financeiramente, e que seus conhecimentos fossem utilizados para o desenvolvimento da agricultura. Trabalha desde o início com firmação de contratos e convênios voltados para o desenvolvimento rural sustentável, contando com uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar que abrange muito mais que apenas os setores primários de produção; também a agregação de valor nos produtos, como as agroin-

dústrias e assessoria para as cooperativas e associações de produtores (MATTIA *et al.*, 2019).

O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa) é uma organização não governamental (ONG) que foi criada em 1978 pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), com a Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento, sendo ambas sediadas em Berlim. Seu primeiro local de instalação no Brasil foi no estado do Rio Grande do Sul, visando à prática social e serviço ao público que vive no meio rural. Na região Oeste do Paraná, o Capa possui um núcleo no município de Marechal Cândido Rondon, desde o ano de 1997, tendo como apoio o envolvimento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) (O CAPA..., [2017?]).

O retorno obtido do questionário disponibilizado aos agentes de Ater das três instituições mencionadas anteriormente totalizou 85 respostas, e o universo total de participantes poderia chegar a 135. Sendo assim, esta pesquisa se mostra adequada ao estudo científico, pois sua amostra, considerando um grau de confiança de 91% com margem de erro de 9%, seria de 82 respostas, conforme a calculadora da plataforma *Solvis*.

A sistematização de dados foi realizada com o software *Microsoft Office Excel* para a análise, e posteriormente tabelas, gráficos e quadros foram utilizados para visualização dos resultados obtidos – e estes comparados com a bibliografia consultada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O início do questionário teve um cunho de identificação, ou seja, para que se tenha uma ideia das pessoas que estão participando e a abrangência da pesquisa. Sendo assim, quando questionados para qual instituição trabalhavam, as respostas remeteram, em sua maioria, ao IDR, como é possível observar na Figura 5.1.

O IDR apresenta um total de 85 agentes de Ater atuando em duas regionais pesquisadas, que abrangiam de maior forma a região Oeste do Paraná – essas regionais são a de Cascavel e a de Toledo, enquanto que a Biolabore apresenta um total de 27 agentes de Ater, e o Capa apresenta 23 agentes de Ater na sua totalidade. Porém vale destacar que somente 55, 16 e 13 agentes de Ater participaram de cada instituição, respectivamente.

A região Oeste do Paraná é formada por 50 municípios, e neste trabalho conseguimos uma abrangência de extensionistas que atendem a 46 destes. A

falta de alguns municípios a serem listados pode estar vinculada ao fato de nem todos os extensionistas terem respondido à pesquisa, fazendo com que alguns municípios não apresentassem nenhum agente de Ater participando.

Uma questão muito debatida nos estudos sobre juventude rural é sobre a existência de políticas públicas voltadas a essa categoria. Sendo assim, os agentes de Ater foram questionados sobre o conhecimento de políticas públicas voltadas para os jovens e se, em suas percepções e/ou atuação, estas são utilizadas.

Dos 85 participantes, 68 afirmam conhecer alguma política, enquanto outros 12 não conhecem e 5 não responderam. Porém, quando se trata da utilização das políticas, a situação se inverte, e a maior parte afirma que não são utilizadas, conforme demonstra o Quadro 5.1. A diferença entre as respostas faltantes pode variar por conta de os que não conhecem as políticas não terem respondido sobre a utilização.

Quadro 5.1 – Respostas dos extensionistas quanto às políticas públicas voltadas para os jovens rurais

Conhecem as políticas públicas	
Resposta	Frequência
Sim	68
Não	12
Utilização das políticas públicas	
Sim	17
Não	43
Quais políticas conhecem	
Pronaf Jovem	26
Pronaf	10
DAP Jovem	5
Pnae	4
PAA	2
Crédito fundiário	2
Ater jovem	1
PMAA	1
Programa municipal de auxílio aos agricultores	1

Fonte: os autores (2020)

Destacam-se ainda, nas respostas, pelo menos duas políticas públicas que os entrevistados citaram: o Pronaf e uma linha alternativa voltada para jovens, o Pronaf Jovem, sendo este último o mais apontado. Os extensionistas ainda comentam nessa resposta que os principais motivos para que não sejam utilizadas essas políticas são a falta de conhecimento, o baixo valor disponibilizado pela política e também a falta de interesse por parte dos bancos e cooperativas de crédito, deixando o jovem sem opção para continuar o trabalho na propriedade ou até mesmo iniciar uma nova atividade, como podemos ver nas descrições dos entrevistados.

Existe o PRONAF Jovem, mas que infelizmente os bancos não divulgam e nem trabalham com esse perfil, sem recurso, os jovens que tem uma visão empreendedora ficam sem condições de dar continuidade ou começar uma alteração na propriedade, portanto, no meu entender, falta recurso financeiro para investir nesses jovens e ao mesmo tempo, um trabalho com os pais para que esses possam compreender a importância da sucessão familiar (Entrevistado nº 21).

Conheço apenas o PRONAF e PRONAF JOVEM que habilitam linhas de crédito específico para esse público. Mas sua utilização na prática consiste em financiar e refinanciar as atividades principais da propriedade perpetuando um modelo de gestão inadequado que já se mostrou ineficiente (Entrevistado nº 5).

Em um de seus estudos, Masson (2013) conversou com o diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e, segundo este, as linhas de crédito que existem não são acessadas pelos jovens em razão da incapacidade de pagamento das unidades familiares.

No ano de 2013, o agora extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Nacional da Juventude foram os principais promotores de políticas públicas para a juventude rural, considerados pelo governo federal. O MDA realizou ajustes em trâmites burocráticos e no percentual de juros do Pronaf Jovem e no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)/Linha Jovem; e ainda realizou o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Campo (BARCELLOS, 2017).

Os extensionistas colaboraram ainda com a sua opinião quanto à principal demanda sobre políticas públicas/ações pedagógicas/motivacionais para os jovens do meio rural, conforme pode-se observar no Quadro 5.2.

Para a maioria deles, as políticas públicas voltadas para a juventude são a principal demanda, logo depois colocam que a especialização dos jovens também é um fator importante, assim como as alternativas de renda e a sensibilização da família para que permaneçam na propriedade.

Quadro 5.2 – Principal demanda de políticas públicas/ações pedagógicas/motivacionais para os jovens rurais

Demanda	Frequência
Políticas públicas	24
Especialização dos jovens	20
Alternativas de renda	13
Sensibilização da família	12
Moradia rural	8
Investimento em tecnologia	7
Financiamentos	6
Incentivo a venda de produtos	6
Assistência técnica	6
Programa de sucessão familiar	5
Não existem demandas	5
Acesso a terra	4
Autonomia na propriedade	3
Parcerias com instituições	3
Saneamento básico	3
Lazer	2
Ações que despertem interesse	2
Menos burocracia	1
Criação de empregos não agrícolas	1

Fonte: os autores (2020)

Para Masson (2013), o jovem só é um público-alvo quando se parte de alguma externalidade, quando se tem um programa, uma proposta, um

recurso ou até mesmo uma política pública; e, para o autor, quando se tem uma motivação externa, o risco de uma descontinuação nas ações para os jovens rurais é maior. Afirma ainda que “os trabalhos direcionados aos jovens rurais têm sido de curto tempo” (MASSON, 2013, p.70), evidenciando a fragilidade das ações institucionais para com os jovens.

Gervazio *et al.* (2014) elencaram no seu estudo a ausência de políticas públicas que estejam voltadas para a agricultura familiar, o acesso restrito a terra e aos direitos sociais, a falta de oportunidade de comercialização com renda garantida, a mecanização rural, a fuga de desastres naturais (secas e enchentes), a qualidade de ensino e a necessidade de infraestrutura, a saúde e os transportes como demandas que os jovens avaliam para saírem das propriedades.

De acordo com os jovens que participaram do estudo de Kordiac (2016), para que eles permanecessem na propriedade, sugeriram que as estradas apresentassem melhores condições; acesso à internet e sinal de celular; academia; mais incentivo aos agricultores; melhoria nos preços dos produtos; valorização da profissão de agricultor; escolas voltadas para a área agrícola e pecuária; terras mais produtivas; maquinários agrícolas; palestras; cooperativas de produção; posto policial; indústria para geração de empregos no interior. A demanda, segundo o autor, é grande e aponta que é necessário valorizá-los para não procurarem alternativas fora do estabelecimento agropecuário; e esses jovens ainda demonstram que querem ter as mesmas condições que a juventude da cidade.

Já para Zanol e Stropassolas (2019) os jovens apresentam demandas que busquem a similaridade do campo com a cidade, isto é, os jovens do meio rural devem ter direito a educação, trabalho, lazer e atividades culturais, bem como de terra e condições dignas de sucessão, ou mesmo de alternativas de trabalho e renda que garantam uma qualidade de vida no local em que cresceram.

Um documento que apresenta as perspectivas do sistema agroalimentar e do espaço rural de Santa Catarina, escrito por Altmann *et al.* (2008), coloca o ponto de vista de representantes de agroindústrias, cooperativas e organizações sociais dos estados, em que é unânime a questão de o futuro requerer uma demanda maior de conhecimento e preparação dos recursos humanos, principalmente a educação e a capacitação de jovens rurais.

Nesse viés, e buscando uma visão do trabalho que esses extensionistas realizam com os jovens, foram questionados quanto ao desenvolvimento

de ações e iniciativas especificamente com os jovens. Das respostas obtidas, foi formulada uma nuvem de palavras para destacar as principais respostas, como está apresentado na Figura 5.1.

Figura 5.1 – Nuvem de palavras formulada com as respostas dos extensionistas quanto aos trabalhos realizados com os jovens no meio rural



Fonte: os autores (2020)

Como se pode observar, a expressão em maior destaque é “não fazem”, mostrando que muitos deles não apresentam um trabalho específico com os jovens. Mas vale destacar ainda que muitos citam a capacitação, a diversificação da propriedade, a parceria com o Senar, entre outras formas que estão sendo utilizadas para envolver o jovem na atividade agrícola.

Para Panno (2016), o ensino médio em escolas agrícolas, feiras, exposições, cursos de curta duração e participação em entidade de fomento ajudam a motivar os jovens a permanecer nas propriedades e se preparar para a sucessão rural. Segundo o autor, isso se justifica, pois apontam alternativas para os jovens desenvolverem as propriedades familiares com qualidade de vida por meio da minimização dos desafios que os afastam desse espaço.

A cooperativa Coopercampos realizou um projeto com jovens rurais focados para a sucessão, em que se juntaram a equipe de assistência técnica, os jovens e a equipe de marketing da cooperativa, que criaram o “Jovens Empreendedores

da Coopercampos”, para trabalhar com os jovens por meio de grupos estratégicos, viagens de estudo e informações via correio eletrônico (MASSON, 2013).

No estudo de Scariot (2017), a diversificação auxiliou os pequenos proprietários de Tapejara-RS a manterem-se na atividade agrícola, bem como seus filhos com suas respectivas famílias a permanecerem e compartilharem as atividades da propriedade. Porém, o autor destaca que, para esse processo de diversificação, deve-se levar em conta a viabilidade da propriedade para cada empreendimento, o acompanhamento técnico e a busca pelo conhecimento.

A Epagri é uma instituição que trabalha com jovens, tendo desenvolvido um processo de formação em Liderança, Gestão Ambiental e Empreendedorismo, o qual se divide em duas dinâmicas. A primeira delas utiliza uma metodologia de alternância relacionada aos cursos de formação distribuídos em 12 centros de treinamentos, e tem ainda como parceira a Secretaria de Estado do Turismo (SOL), que trabalha com assuntos de turismo rural e com o Programa Beija Flor, da SAR (Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca), que também trabalha com empreendedorismo, além de trabalhar com inclusão digital. Já a segunda dinâmica trabalha com a organização de grupos temáticos, tendo como proposta oportunizar a realização de projetos, coletivos ou individuais, dos jovens, de forma que descubram e redescubram suas comunidades, potencialidades econômicas, sociais, culturais e ambientais (MASSON, 2013).

As principais características para o processo de sucessão familiar rural são a necessidade de preparar os filhos para o processo de sucessão, bem como de incentivar os pais a motivarem seus filhos a permanecerem, a valorizá-los e também valorizar o campo (TOLOTI; KRUGER; PETRI, 2018).

Sobre a preparação da sua instituição para trabalhar com o assunto de juventude e sucessão rural, as respostas obtidas estão demonstradas na Figura 5.3. A maior parte das respostas ficou entre uma preparação razoável, boa preparação e pouco preparadas, destacando-se que 64% dos entrevistados, quase 2/3, consideraram sua instituição mal, pouco ou razoavelmente preparada para atuar com juventude e sucessão rural, um percentual preocupante.

Ainda sobre a preparação das instituições, foi solicitado aos agentes de Ater que comentassem sua resposta, e muitos deles colocam que a extensão rural no estado do Paraná já apresenta uma certa preocupação com o tema, tanto que, sempre que possível, os extensionistas trabalham com os jovens de forma que estes vejam as oportunidades e decidam ficar na propriedade. Dentre as questões que podem influenciar o trabalho realizado

pelos agentes de Ater, pode-se destacar a questão da formação e capacitação interdisciplinar, conforme Zonin e Neukirchen (2020).

Figura 5.2 – Preparação das instituições para trabalharem com juventude e sucessão rural



Fonte: os autores (2020)

Porém, nem todos apresentam a mesma visão; alguns colocam que existe uma falta de pessoal capacitado para trabalhar com essa questão, tendo em vista que é de cunho mais social do que técnico, e muitas vezes os extensionistas que visitam as propriedades não estão preparados suficientemente para tal questão.

A formação de nossos profissionais é mais voltada a produção e este tema é um objeto mais voltado as ciências sociais e que exige um trabalho multidisciplinar e que na maioria das vezes falta uma diretriz que faça esta conexão (Entrevistado nº 4).

O trabalho da minha instituição nesta área tem mais de meio século. Tem um conhecimento teórico e prático consolidado. As ações implementadas ao longo do tempo contribuíram muito para reduzir ou minimizar o êxodo rural, não só dos jovens, mas também das famílias no seu contexto maior (Entrevistado nº 61).

Os cidadãos que vivem no meio rural apresentam sonhos e mudanças que desejam, e esse é o novo e verdadeiro papel da extensão rural, auxiliando-os no desenvolvimento local, incorporando seu dia a dia nos interesses dos agricultores, suas famílias e organizações, colocando os interesses acima da própria instituição de que fazem parte (LIMA NETO, 1999).

Um estudo feito por Silva *et al.* (2012) com os agentes de Ater da Epagri mostrou que 20,2% dos envolvidos considera os aspectos sociais como importantes para a agricultura. Nesse estudo, os aspectos sociais considerados foram a qualidade de vida, mão de obra familiar, sucessão familiar, integração e participação social, permanência no meio rural e humanização da mão de obra. Enquanto que outros aspectos corresponderam a ambiental, 35%; dimensão econômica, 25,4%; emprego de técnicas agronômicas, 21,9%, demonstrando que a Ater praticada está mais focada na assistência técnica do que na extensão rural.

Trabalhar com a juventude rural é compreender e refletir seus contextos, cultura, possibilidades e limites. Contribuir com os projetos de vida dos jovens não é uma tarefa simples nem fácil para as instituições que promovem o desenvolvimento rural; é uma tarefa complexa, que necessita de conhecimento, habilidade, acompanhamento e deve ser feita de forma participativa. Sempre considerando as possibilidades e os limites de um mundo que a cada dia está mais globalizado (MASSON, 2013).

A nova Ater deve procurar promover ações e iniciativas que não sejam apenas aquelas convencionais, mas direcionadas para novas formas de desenvolvimento rural e da própria agricultura, respeitando os agroecossistemas, a biodiversidade e a diversidade cultural, baseando-se em um manejo ecológico e adequado aos recursos naturais, bem como na participação ativa dos atores sociais envolvidos. As ações dos novos extensionistas devem buscar a segurança alimentar, a produção de alimentos limpos, por meio da construção de uma plataforma de negociação; e assegurar o diálogo entre os sujeitos envolvidos tanto do meio rural quanto do meio urbano (FARIAS, 2010).

No seu estudo, Mattia *et al.* (2019) fez uma análise das entidades que fornecem o serviço de Ater para a agricultura familiar na região da Bacia do Paraná 3 (BP3) e constatou que a atuação dos agentes de Ater atende aos preceitos do desenvolvimento rural sustentável, cuidando do ambiente e das pessoas; apresenta-se gratuitamente no serviço, graças a entidades financiadoras; utilização de metodologias participativas; estratégias multidisciplinares, interdisciplinares e interculturais com equipes e público beneficiário; utilização dos princípios da agricultura ecológica, além de contribuir-se para a soberania e segurança alimentar por meio dos programas do Pnae e PAA. Sendo assim, para os autores, a Ater desenvolvida pelas entidades estudadas na BP3 estão dentro dos princípios da chamada nova Ater.

Masson (2013) afirma que, mesmo com os esforços e as experiências de extensão rural de Santa Catarina, existe ainda um longo caminho a ser percorrido, de forma que possamos compreender a importância de se trabalhar com os jovens rurais, não utilizando apenas como temática que surge de tempos em tempos ou com a vontade de programas de governo, mas de se ter uma discussão-ação de longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes de Ater da região Oeste do Paraná, em sua maioria, revelam não desenvolver ações específicas com jovens rurais: 64% consideram sua organização e/ou instituição mal, pouco ou razoavelmente preparada para atuar com o tema juventude e sucessão rural.

A percepção dos extensionistas rurais sobre as causas da saída dos jovens do meio rural foram: a falta de uma renda que motive o jovem a permanecer, a área da propriedade ser insuficiente, a motivação dos pais para as suas saídas, a forma como as propriedades são geridas, a falta de valorização do homem do campo, a falta de acesso à educação, a falta de cursos de capacitação técnica, tecnológica e de gestão rural, o baixo incentivo por parte do poder público municipal, a centralização da gestão financeira pelo chefe da família. Quanto à permanência dos jovens no campo, são fatores relacionados à inclusão dos jovens na renda, com participação dos jovens na gestão da propriedade, gerando mais autonomia.

Conclui-se por meio desta pesquisa que a Ater precisa ser fortalecida para atuar no tema juventude e sucessão rural, com a ampliação de políticas públicas, de âmbito municipal, estadual e federal, que possam incluir o jovem no desenvolvimento rural, com acesso a renda, cidadania e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Edições UNESCO, 2000.
- ALTMANN, R.; MIOR, L. C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**. Florianópolis: Epagri, 2008. 133 p. (Epagri. Documento, 231).
- BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, [s. l.], n. 48, 2017.

- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.
- CORTINA, N.; SILVESTRO, M. L. Desenvolvimento rural sem jovens? **Rev. Agropecuária Catarinense**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 5-8, dez. 1998.
- FARIAS, R. L. A extensão rural: o desafio da sustentabilidade no agronegócio. **Complexus**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 99-112, 2010.
- FIGUEIREDO, R. P. de. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Rev. Bras. Tecnol.**, Brasília, v. 15, n. 4, jul./ago. 1984.
- FONSECA, M. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.
- GERVAZIO, W.; BATISTA, E.; CAVALCANTE, L. dos S. O êxodo da juventude camponesa: campo ou cidade? **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 9, n. 4, nov. 2014.
- GOES JUNIOR, R. M.; LACERDA, A. L. R. Redes sociais e processo de modernização em pequenos e médios estabelecimentos rurais na região Sudeste de Mato Grosso. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [s. l.], v. 3, n. 1, abr. 2019.
- HARTWIG, M. **Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores**. [S. l.]: UFSC, 2009.
- IDR-PARANÁ. **Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná**, Curitiba, [2019?]. Disponível em: agricultura.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana. Acesso em: 12 ago. 2020.
- KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.
- KORDIAC, V. **Sucessão familiar no meio rural na região norte do município de Prudentópolis/PR**. [S. l.: s. n.], 2016.
- LIMA NETO, P. C. Extensão Rural e Agricultura Familiar. **Revista de Política Agrícola**, [s. l.], v. 8, n. 3, jul./set. 1999.
- MARIN, J. O. B. Pronaf jovem: os limites da construção social de jovens emancipados e sucessores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 55., 30 julho a 3 de agosto de 2017, Santa Maria. **Anais [...]**. Brasília: Sober, 2017.
- MASSON, I. **Juventude e extensão rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MATTIA, Vinícius; ZONIN, Wilson João; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires. **Ações da nova Ater para a agricultura familiar na bacia hidrográfica do Paraná 3: caracterização e demandas.** *Extensão Rural*, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 56-75, 2019.

O CAPA: apresentação. **Capa**, [s. l.], [2017?]. Disponível em: <http://www.capa.org.br/page/apresentacao/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PANNO, F. **Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PIRES, A. H. B. **Extensão rural, agroecologia e juventude rural: a experiência dos agentes promotores da agroecologia (Apas), no sertão do Araripe – Pernambuco.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). **Panorama ODS: Oeste do Paraná em números.** Brasília: [s. n.], 2018. 92 p.

SCARIOT, R. P. **Sucessão familiar rural: comparativo entre propriedades rurais diversificadas e com monoculturas.** [S. l.: s. n.], 2017.

SILVA, Y. V.; CALLOU, A. B. F. Juventude rural e políticas de extensão rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco. **Contexto e educação**, [s. l.], Unijuí, n. 87, p. 104-127, jan./jun. 2012.

STRAPASSOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agronomias**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

TOLOTTI, C. M. F.; KRUGER, S. D.; PETRI, S. M. Características do processo de sucessão familiar: uma abordagem em entidades rurais de Santa Catarina. **Vivências**, [s. l.], v. 14, n. 26, p. 97-109, 2018.

ZANOL, S. V.; STROPASOLAS, V. L.; Projetos juvenis no contexto das novas ruralidades. In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial.** Santa Maria: UFSM, 2019. p. 137-165.

ZONIN, W. J.; NEUKIRCHEN, L. **Interdisciplinaridade sem fronteiras: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina.** Curitiba: CRV, 2020. 254 p.

DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE RURAL

Rosani Marisa Spanevello

Adriano Lago

Tanice Andreatta

Mariele Boscardin

INTRODUÇÃO

No Brasil, desenvolvimento rural foi, por um período da história do país, sinônimo de desenvolvimento agrícola, já que aquele era dado pela modernização do setor agropecuário.

O entendimento preconizado por esse processo de desenvolvimento residia sobre o fato de que o meio rural era atrasado e as pessoas que faziam parte desse meio alcançariam melhores condições de vida se modernizassem as suas atividades produtivas. O fato é que essa perspectiva de desenvolvimento, apesar de ter gerado a modernização da produção agropecuária brasileira, também gerou externalidades negativas sobre a população rural, pois nem todos os agricultores conseguiram se modernizar, ocasionando a pobreza rural, a migração para as cidades e efeitos nocivos ao meio ambiente.

Mais recentemente, o desenvolvimento passou a incorporar o rural com destaque para as atividades não agrícolas e ambientais e a considerar os diferentes públicos que ali residem, tais como os agricultores familiares, quilombolas, assentados e ribeirinhos, as mulheres, idosos e jovens.

Nessa perspectiva, o artigo tem como recorte a questão dos jovens rurais. O objetivo é discutir a incorporação da temática juvenil e dos jovens como público prioritário no desenvolvimento rural valendo-se de dois momentos distintos: primeiro, relativo aos trabalhos realizados com os jovens pela Extensão Rural no início da década de 1950 no Brasil; segundo,

a partir da década de 1990/2000, com a inclusão ou a retomada dos jovens nas políticas públicas para o desenvolvimento rural.

O primeiro período tem como cenário a perspectiva de que todo filho de agricultor almejava ser agricultor. Nesse período, o desenvolvimento rural preconizou, entre outras questões, os jovens como público-alvo do processo de modernização da agricultura, atentando para o fato de os jovens possuírem menos resistência (quando comparado às gerações mais antigas) à incorporação de inovações na produção agropecuária.

Quanto ao segundo período, em que os jovens ressurgiram como público-alvo do desenvolvimento rural, o mesmo acontece em um contexto em que as perspectivas ocupacionais não estão necessariamente voltadas a permanecer no campo e na condição de agricultor. Ou seja, a retomada da juventude como público prioritário em distintos projetos e ações de desenvolvimento rural tem como perspectiva fomentar a permanência dos jovens no campo, por meio da sua inclusão em políticas públicas voltadas a aquisição de terras, crédito e assistência técnica para gerar renda e garantir a permanência das novas gerações no campo, ainda que não necessariamente como agricultores.

Conforme Masson (2013), a juventude rural apresenta-se como uma alternativa distinta ao desenvolvimento rural, conforme o contexto histórico. Segundo a autora, a introdução dos serviços de extensão rural no Brasil, no final de década de 1940, organizaram “a juventude rural nos Clubes 4-S como forma de prepará-la técnica e ideologicamente para a modernização da agricultura”. Já na década mais recente os jovens rurais têm sido trabalhados pelas instâncias governamentais e privadas visando à construção de “uma juventude rural autônoma, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento sustentável” (MASSON, 2013, p. 10).

Essas políticas (incluindo também programas) governamentais atuais têm como propósito favorecer a permanência dos jovens no meio rural, tendo em vista o crescente êxodo juvenil e as dificuldades em torno da sucessão geracional ou da permanência desses jovens como agricultores. No entanto, o êxito dessas políticas depende de uma série de fatores relacionados direta ou indiretamente com o contexto em que vivem e se desenvolvem esses jovens rurais.

O objetivo deste artigo é analisar a inserção da juventude no desenvolvimento rural no período de introdução da extensão rural no Brasil e no período mais recente, com a retomada da juventude em projetos e

programas de desenvolvimento rural. O artigo está dividido em diferentes seções, sendo a segunda relativa à temática da visibilidade da juventude rural, com ênfase na discussão sobre os dois períodos mencionados; uma seção que aborda os efeitos da inclusão dos jovens no desenvolvimento rural do segundo período e as justificativas que reforçam a sua inclusão; e, por fim, as considerações finais.

A VISIBILIDADE DA JUVENTUDE RURAL NOS ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Nesta seção abordam-se os dois períodos de inclusão dos jovens na pauta do desenvolvimento rural. O primeiro, imbricado no processo de modernização da agricultura, quando o jovem era o centro das atenções por suas características inovadoras, disposição e capacidade de trabalho com insumos modernos com vistas à transformação da agricultura “atrasada” da época.

No segundo período, os jovens retornam ao centro das discussões do futuro do meio rural e do desenvolvimento rural, como atores essenciais no processo de renovação da força de trabalho e na estruturação de políticas públicas específicas para esses atores, uma vez que o rural e as atividades agrícolas não representam o horizonte-limite das escolhas e possibilidades desses jovens.

Jovens e a adoção de inovações

A década de 1950 foi marcada, no meio rural brasileiro, como o período em que se preconizava a introdução da modernização do setor agropecuário brasileiro, com maior ênfase nas décadas de 1960/1970, quando se iniciou um modelo de desenvolvimento focado na produção agropecuária, também conhecido como desenvolvimento agrícola. (NAVARRO, 2001).

Conforme Navarro (2001), essas iniciativas de desenvolvimento do meio rural tinham como principal característica a intervenção do Estado e de organizações internacionais (especialmente americanas) com o propósito de melhorar as condições produtivas e sociais do meio rural. Um dos elementos fundamentais para empreender esse processo de modernização foram os serviços de extensão rural.

O modelo de extensão rural introduzido no Brasil tem sua origem no modelo americano, cujo objetivo era auxiliar os agricultores, jovens e

mulheres a melhorarem as condições produtivas e de bem-estar social das famílias (FONSECA, 1985).

Para Oliveira (2013), os serviços de extensão rural brasileiro consideravam o meio rural como atrasado, comparativamente ao progresso das cidades, forçando o entendimento de que o rural precisava se modernizar para melhorar a renda da população, que chegava a 63,8% do total da população brasileira em 1950.

Conforme Viebrantz (2008, p. 129), a extensão rural implementada a partir da década 1950 “fazia uso de várias estratégias de educação informal, voltada a difundir informações com o objetivo de formar, entre os agricultores, uma cultura que levasse a prática do uso de insumos e equipamentos agrícolas modernos”. Além disso, o foco dos extensionistas também eram as mulheres, para treinamento em atividades relacionadas a economia doméstica e os jovens.

Viebrantz (2008, p. 129-130), analisando o cenário social e cultural em que viviam os jovens, alvos da extensão rural, constata que a juventude “carecia de lazer e vínculos de sociabilidade com pouco contato com o urbano”. Os horizontes eram aqueles de sua comunidade, com exceção daqueles que ingressassem na vida religiosa ou os rapazes recrutados para os serviços militares.

Nessa mesma perspectiva, Viebrantz (2008) reforça que a cultura familiar e a atribuição dos papéis de cada um dos membros dentro da família acentuavam a baixa autonomia dos jovens no trabalho e na gestão da propriedade. Segundo o autor (2008, p. 130), o pai era “o detentor dos saberes agrônômicos, ocupando posição hierárquica sobre a esposa e os filhos, de modo que cabia ao jovem aprender com o pai as práticas agrícolas”.

Souza (2015) aponta que as condições socioeconômicas e produtivas desfavoráveis das famílias da época, especialmente os pequenos agricultores, afetavam especialmente os jovens que não viam um futuro promissor no campo, pois as famílias também não tinham condições de oportunizar capacitação para o trabalho urbano restando, portanto, ficar na agricultura. Diante desse cenário, Abramovay *et al.* (1998) afirmam que, ocupacionalmente, os jovens não tinham opção: limitavam-se a permanecer no campo e na agricultura.

Na tentativa de mudar ou reverter as condições em que viviam os jovens e as famílias rurais, Viebrantz (2008) argumenta que foram criados,

pela Extensão Rural, os Clubes 4S, baseados nos Clubs Four H da Extensão Rural dos Estados Unidos.

Segundo Souza (2015), os Clubs Four H americanos serviam como motivadores à permanência dos jovens no campo e na agricultura, pois já desde 1890 se registra o êxodo rural dos jovens rurais naquele país.

Passou-se, então, de acordo com Souza (2015), a desenvolver um trabalho formativo e educativo baseado na produção agropecuária e economia doméstica, com jovens e crianças, objetivando fomentar a permanência destas gerações no campo, com instrução sobre saneamento básico, produção agropecuária, lazer, saúde focada na produção de uma alimentação saudável.

A organização desses clubes era materializada por meio de um símbolo, um trevo verde de quatro folhas com a letra H em cada folha e as expressões: *Head, Heart, Hands, Health*. No Brasil, a introdução da extensão rural, e com ela os trabalhos com juventude por meio dos Clubes 4S, se deu em Minas Gerais, cujo símbolo é semelhante ao americano, com as palavras *Saber, Sentir, Saúde, Servir* em cada folha do trevo (SOUZA, 2015).

Dados do IBGE apontam que em 1968 havia no Brasil um total de 75.072 Clubes de Juventude Rural 4S. Entre os estados com maior número de clubes estava o Rio Grande do Sul, com 10.158 clubes, seguido do estado da Paraíba, com 9.234, e de Minas Gerais, com 8.981.

Essa organização da juventude rural em grupos atendidos pelos serviços de extensão rural era composta por grupos de aproximadamente 20 jovens, de ambos os sexos. De acordo com Souza (2015), havia uma separação dentro dos grupos quanto ao sexo dos jovens: rapazes e moças faziam parte de grupos distintos, assim como era distinta a formação recebida por cada grupo.

Para os rapazes a formação está diretamente relacionada com a produção agropecuária, os quais recebiam capacitação em atividades de pecuária de leite e corte, agricultura e criação de pequenos animais (aves, peixes e suínos).

Já para as moças versava uma formação com base na econômica doméstica, a qual envolvia a realização de trabalhos manuais (culinária, decoração, paisagismo, artesanato, costura) e a produção de alimentos via horticultura, visando ao autossustento da família.

Os extensionistas que prestavam conhecimento e assistências a esses jovens dos Clubes 4S também obedeciam ao critério de separação por sexo:

os jovens do sexo masculino recebiam instruções de um supervisor agrícola com formação na área de produção agropecuária, enquanto as moças eram assistidas por uma supervisora social com formação pedagógica, de econômica doméstica ou da área da saúde (SOUZA, 2015).

Em termos metodológicos, Souza (2015) esclarece que o trabalho com os sócios do Clube 4-S obedecia a algumas regras, tais como: 1) os jovens recebiam capacitação e formação separada dos pais; 2) as atividades dos clubes antecediam as atividades com os pais. Essas regras tinham como objetivo mostrar aos pais os ganhos adquiridos ou obtidos pelos filhos dentro dos Clubes 4S, valorizando assim o trabalho, as atitudes e o conhecimento dos jovens, forçando os pais a perceberem quão mais rentável e moderna poderia ser a produção e produtividade apreendidas pelos filhos, adotando assim as mesmas práticas utilizadas pelos jovens.

A organização da juventude via Clubes 4S não visava apenas à formação dos jovens para seguir no campo na condição de agricultores ou de esposas de agricultores. O trabalho de Souza (2004) aponta que a juventude rural formada pelos Clubes 4S acabou se tornando o principal agente ou o elo para levar os novos conhecimentos às famílias.

Ademais, segundo a autora, o trabalho via Clubes 4S foi fundamental para contribuir com a modernização da agricultura por meio da introdução do uso dos fertilizantes, calcário, maquinário, sementes híbridas, máquinas agrícolas, associação em sindicatos e cooperativas. Conforme Souza (2015), a juventude tinha o potencial de mudar o trabalho e a forma de viver no rural.

Souza (2015) afirma que, por trás do extensionismo que atuava no trabalho com a juventude, estava posto um modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura. Os jovens eram vistos como inovadores, pois possuem mentes abertas à introdução de novas técnicas e tecnologias na produção agropecuária.

O foco da juventude como público-alvo desse projeto de modernização e, por consequência, do desenvolvimento agrícola do país, para Souza (2015), parafraseando Silva (2002), trata-se de um discurso em que se atrelavam os jovens como fundamentais para alterar a produção agropecuária e a geração de renda no campo, desde que fossem “fixados” no campo para difundir o ideal da modernização agropecuária. Nesse caso, a juventude estava também a serviço da consolidação de um desenvolvimento preconizado pelas políticas de Estado, voltado a modernizar a agropecuária

brasileira para tirar o meio rural do atraso e favorecendo a sustentação do crescimento urbano e industrial.

Jovens e as perspectivas ocupacionais para além da agricultura e do meio rural

Na concepção de Schneider (2010), discutir a perspectiva do desenvolvimento rural no Brasil de 1990 em diante tem outra conformação comparativamente às bases de discussão dos períodos anteriores. Para o autor, a emergência da discussão do desenvolvimento rural está atrelada ao reconhecimento político e produtivo da agricultura familiar e da consolidação de políticas públicas para esse perfil de agricultores, da discussão sobre agronegócio e a inclusão da temática da sustentabilidade ambiental.

Outra questão relevante foi a aceitação de que o rural, em uma perspectiva teórica e/ou empírica, se configura para além das atividades agrícolas. Com base nesse pressuposto, observa-se uma ampliação significativa não só do público do desenvolvimento rural, mas também um conjunto de atividades a ele relacionado, de novas dinâmicas que caracterizam o rural como um espaço multifacetado, multidimensional e dotado de complexidade (SCHNEIDER, 2010).

Para Mattei (2015), as razões que motivam as mudanças socioeconômicas e produtivas do rural no Brasil se referem a questões como a ampla produção de commodities agropecuárias voltadas ao mercado exportador, a modernização da produção que dispensou mão de obra no campo, acentuando a migração campo cidade, bem como a emergência das atividades não agrícolas associada a reordenação dos espaços geográficos rurais. Favareto (2007) menciona que os espaços rurais estão cada vez mais integrados a novas e complexas dinâmicas fazendo surgir transformações sociais que formam a “recomposição do rural” ou a nova ruralidade (WANDERLEY, 2009).

Essa recomposição do rural associada às transformações sociais, políticas e econômicas feitas pelo Estado a partir de 1990, segundo Schneider (2010, p. 516), “resultaram na formulação de ações e políticas públicas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo às ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros”.

Considerando especificamente a questão juvenil, e as razões que colocam esse público como prioritário de ações e políticas públicas no desenvolvimento rural, desde 1990, tem-se como uma das motivações atrair os jovens a permanecer no campo e frear a migração juvenil.

Diferentemente do período histórico anterior (já comentado), em que os jovens tinham como horizonte ocupacional a agricultura e sua principal função era auxiliar o projeto de modernização da produção agropecuária brasileira, nesta fase do desenvolvimento, a inclusão dos jovens tem que, entre outras razões, fortalecer a perspectivas das novas gerações de permanecerem no campo, especialmente em regiões de predominância da agricultura familiar.

Essas razões estão pautadas em dados censitários. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991 eram aproximadamente 7 milhões de jovens (15 a 24 anos) no meio rural brasileiro; no ano de 2010, esse estrato reduziu-se para 5 milhões, ou seja, uma redução de quase 27%. No país, o número médio de jovens no meio rural representa 20% do total da população.

Esses dados refletem outras estatísticas, como é o dado do perfil dos produtores rurais brasileiros apontados pelo Censo Agropecuário de 2017: produtores rurais jovens (faixa etária compreendida entre 25 a 35 anos) representam 9,5% do total dos produtores brasileiros, enquanto no Censo Agropecuário de 2006 a representatividade era de 13,5%. Outro aspecto trazido por esse Censo diz respeito ao crescimento do número de produtores rurais no país em idade mais avançada (com 65 anos ou mais) representando 21,4% dos produtores, enquanto no Censo Agropecuário de 2006 representavam 17,52%.

Essa dinâmica migratória despertou, especialmente na região Sul, desde a década de 1990, diversos estudos voltados a analisar as razões ou as motivações que levam os jovens a ficar ou sair do campo (ABRAMOVAY *et al.*, 1998; SILVESTRO *et al.*, 2001) e as implicações sobre a sucessão geracional em regiões de predominância da agricultura familiar (SPANLEVELLO, 2008; WEISHEIMER, 2019).

Segundo Brumer (2014), em vista do maior registro da migração juvenil, as pesquisas procuraram especialmente apontar as causas do desinteresse dos jovens de ambos os sexos em permanecer na atividade agrícola, com destaque para as oportunidades de trabalho e educação, sucessão e transferência de patrimônio dados pelos pais de forma distinta aos filhos e às filhas.

De acordo com os resultados desses estudos, muitos filhos não estão dispostos a assumir a propriedade paterna, ou seja, fazer a sucessão geracional ou a passagem do patrimônio de geração em geração (GASSON; ERRIN-

GTON, 1993). Segundo Creighton *et al.* (2016), os jovens tendem a sair do meio rural em razão de diversos fatores, tanto internos como externos.

Considerando os fatores internos, os autores apontam as instabilidades financeiras das propriedades (pelo risco da atividade agrícola) e a divisão da herança. Chiswell (2016) menciona ser a falta de autonomia dos filhos no trabalho e na gestão dos negócios um fator motivador para a saída, pois os pais tendem a ver os filhos como trabalhadores, e não como futuros gestores, negando a oportunidade de estar à frente da gestão das atividades agrícolas ainda durante a juventude.

Nessa perspectiva, Morais, Binotto e Borges (2017), ao avaliarem o impacto de fatores psicológicos na intenção dos sucessores em assumir as propriedades, destacam que os pais são importantes influenciadores. Para tanto, os autores ressaltam a importância em preparar os pais para receber em casa os sucessores após a conclusão dos estudos, aceitando novas ideias e permitindo a aplicação de seus conhecimentos (MORAIS; BINOTTO; BORGES, 2017).

Para Fischer e Burton (2014), a mecanização do trabalho agrícola é outro fator interno de saída dos filhos, pois a mecanização diminui a necessidade da mão de obra e o contato dos filhos com o trabalho, fazendo-os perder o interesse na atividade. Já para Cassidy e McGrath (2014) a preferência pelos filhos homens na sucessão como parte de um processo cultural leva as filhas a deixarem o campo.

Quanto aos fatores externos, segundo Creighton *et al.* (2016), está o valor elevado da terra, que impossibilita os pais de comprarem novas áreas para os filhos, sendo a sucessão atrelada à manutenção do tamanho da propriedade repassada pelos pais.

Foguesatto *et al.* (2016) citam ainda a falta de políticas públicas específicas para os jovens e a falta de escolas e universidades no meio rural, pois os jovens que desejam estudar se deslocam até o meio urbano, tornando difícil o retorno. Matte *et al.* (2015) consideram ainda o lazer no meio urbano, que atrai os jovens para as cidades.

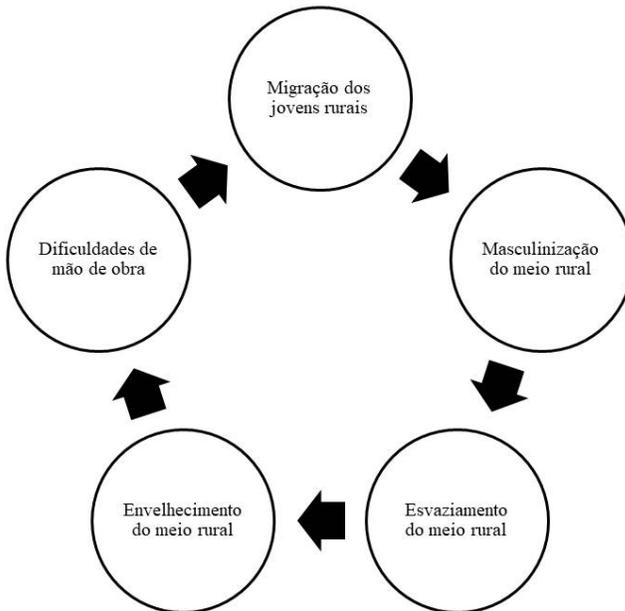
De acordo com Brumer (2014), essa dinâmica migratória juvenil de saída por fatores internos e externos passou a ser vista com preocupação pelo Estado e por diversos agentes de desenvolvimento rural, especialmente pelas consequências sociais e econômicas ao campo.

Na perspectiva de Brumer (2014, p. 215), esse cenário está relacionado com a:

[...] ampliação proporcional da migração juvenil (população com idade entre 15 a 24 anos), principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no campo. Como resultados dessa migração seletiva por idade e sexo, muitos estabelecimentos agrícolas familiares apresentam a tendência a não permanecer na mesma família após a aposentadoria ou o falecimento dos atuais proprietários. Adicionalmente, o envelhecimento da população, conjugado com a diminuição do número de filhos, tem provocado o fechamento de escolas rurais, em locais onde são poucas as crianças em idade escolar, a diminuição de atividades sociais capazes de dinamizar a vida comunitária e o enfraquecimento dos órgãos representativos dos agricultores familiares.

O fato é que a não permanência gera uma série de consequências inter-relacionadas, conforme exposto na Figura 6.1.

Figura 6.1 – Efeitos da migração de jovens no meio rural



Fonte: os autores

Um dos primeiros efeitos é o processo de “masculinização” no meio rural. De acordo com Costa *et al.* (2013), esse processo é forte no Rio Grande do Sul e com tendência de agravamento. Uma análise do espaço rural do estado gaúcho realizada pelos autores expõe que, em uma perspectiva comparativa, a razão entre sexos foi de 111 homens para cada 100 mulheres. Considerando diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, em regiões como a Campanha, por exemplo, essa relação chegou a 128/100. No que concerne à relação entre a população adulta (de 25 a 59 anos), nessa região especificamente, a relação chegou a 139/100 no mesmo ano (COSTA *et al.*, 2013).

Outra consequência ligada à migração de jovens é o envelhecimento da população rural. Em uma perspectiva mais ampla, com a diminuição da população jovem, houve um acréscimo no percentual da população idosa (acima de 60 anos) residente no meio rural. No caso brasileiro, de acordo com dados do IBGE, em 1991 a população idosa perfazia um total de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas; 3,3 milhões em 2010 (IBGE, 2011).

Obviamente que há que se considerar o aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de fecundidade como causa do envelhecimento populacional. No meio rural, a saída dos jovens (filhos) torna o envelhecimento um processo social, pois os pais não sabem o que fazer com o patrimônio no fim da vida nem o que vão produzir sem a mão de obra juvenil.

No que se refere ao envelhecimento e aos processos sucessórios, estudos (MATTE, *et al.*, 2015, 2019; SPANEVELLO, *et al.*, 2017) apontam que os pais pretendem se mudar para o meio urbano e residir com os filhos, ou esperam o retorno dos filhos às propriedades para ampará-los na velhice. No entanto, quando os pais visualizam a perspectiva de que, de fato, os filhos não retornarão, inicia-se o processo de quais estratégias adotarão, sobretudo em relação à propriedade.

Nesse contexto, tanto na agricultura como na pecuária registram-se propriedades sem expectativa de sucessor, o que tem levado à transferência dos casais idosos para o meio urbano e, por consequência, à comercialização ou ao arrendamento da terra. O trabalho de Costa *et al.* (2020) revela outras facetas do envelhecimento rural, como a necessidade de criação de estruturas de governanças regionais para atender às necessidades desse público cada vez mais presente no meio rural.

Outra interface relacionada à ausência de sucessão diz respeito à probabilidade de estagnação das propriedades rurais. Inwood e Sharp (2012),

em estudo realizado em propriedades rurais dos Estados Unidos, constataram que, no momento em que as famílias não conseguem identificar um sucessor, a tendência é não realizar investimentos, reduzir as atividades e a diversificação produtiva, ou entrar em modo de gerenciamento estático, podendo ainda realizar a venda de terras e ativos.

Por outro lado, quando as famílias identificam um possível sucessor, ocorre uma série de estratégias de crescimento, tais como expansão, inovação, diversificação e intensificação das atividades, visto que há a necessidade de maximizar as receitas a fim de manter membros da família adicionais. Nessas situações pode haver a expansão das áreas de terra por meio da compra ou arrendamento ou por meio da intensificação das atividades nas áreas já disponíveis ou o desenvolvimento de novas atividades (INWOOD; SHARP, 2012).

Os processos de migração e envelhecimento, entretanto, têm relação com a disponibilidade da força de trabalho no meio rural. Assim, ainda que pese na configuração do rural contemporâneo o alto grau de mecanização das atividades agrícolas, a migração se constitui em um problema, uma vez que os jovens são mais abertos a inovações e tecnologias. Nesse caso, os conhecimentos dos jovens podem fazer a diferença na produção agropecuária.

De qualquer forma, à medida que “o novo rural brasileiro” passa a abarcar outros aspectos para além do agrícola, também se modifica o cenário do trabalho rural. Nesse aspecto, duas situações precisam ser consideradas.

A primeira situação, naturalmente, está relacionada com a natureza do trabalho no meio rural. Para Buainain *et al.* (2013), tem se verificado a intensificação da produção bem como a concentração desta; por outro lado, o crescimento sustentado da agropecuária brasileira está atrelado à oferta de mão de obra no campo. De acordo com Maia e Sakamoto (2014), embora tenha diminuído o contingente de pessoas dedicadas à agricultura desde 2000, é preciso salientar que em torno de 14 milhões de trabalhadores se dedicavam à atividade agrícola em 2012, muito embora seja um trabalho marcado por altos índices de desigualdades no que se refere à renda.

De acordo com Mattei (2015), a dinâmica da região Sul apresenta uma diferenciação das demais regiões do país. Em decorrência do processo histórico, observa-se um contingente significativo de agricultores familiares, com pelo menos quatro perfis: “[...] produção exclusiva para autoconsumo; produção para autoconsumo e para o mercado; produção integrada às

grandes agroindústrias; e a produção de commodities para os mercados nacional e internacional” (MATTEI, 2015, p. 37-38).

A segunda situação, que diz respeito às alternativas ligadas ao trabalho rural, é decorrente da diversificação das atividades rurais. Recentemente, muitas famílias têm adotado a estratégia da diversificação, inclusive com base em atividades não agrícolas, como o turismo rural, as agroindústrias familiares, a terceirização de máquinas e equipamentos, as quais têm se destacado e contribuído para a reprodução social das famílias rurais.

Ainda que seja difícil mensurar a relação entre a dinâmica da terra e a dinâmica migratória, sobretudo de jovens, há que se considerar que as alterações nos preços das terras nos últimos anos, de certa maneira, afetam as expectativas desses jovens.

Fritz *et al.* (2016) realizaram um estudo que avalia a comportamento do preço da terra no Rio Grande do Sul, mais especificamente do mercado de terras de várzea, coxilha e pecuária. Os autores mencionam que os preços reais das terras de várzea tiveram uma valorização de 240,74%; nas terras de coxilha a valorização foi de 253,74%; e as terras de pecuária seguiram a tendência, e sua valorização no período foi de 249,62%.

Em termos de arrendamento, esses mesmos tipos de terras, respectivamente, tiveram uma valorização também semelhante. Nesse sentido, as possibilidades de expansão da área, um anseio quase natural para quem trabalha, vive e depende da produção/produktividade da terra, tendem a ser comprometidas, em decorrência da valorização da terra, nos últimos anos.

Esse cenário contribui para trazer à tona novamente a inserção dos jovens como atores importantes no desenvolvimento rural. Conforme análise de Barcellos e Mansan (2014), a partir do ano de 2000, o meio rural do Brasil passou a receber um maior número de políticas públicas, com a inclusão de grupos sociais diversos, como é o caso da agricultura familiar, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas. Ademais, políticas públicas também foram criadas para segmentos específicos dessas categorias sociais, como é o caso das mulheres e dos jovens.

Neste artigo não se pretende fazer uma análise dos espaços sociais e políticos, especialmente eventos e ações que culminaram ou que fortaleceram os jovens como público-alvo de políticas públicas. No entanto, é preciso dizer que um aspecto fundamental desse processo de inclusão dos jovens rurais foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, pelo Governo Federal, tendo dentro da sua estrutura a Assessoria

de Juventude e, posteriormente, o surgimento da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, o que permitiu a ampliação da discussão da temática dos jovens, em especial dos jovens rurais, nas políticas públicas preconizadas pelo Estado (BARCELLOS; MANSAN, 2014).

Considerando as políticas de crédito, programas mais gerais, relacionadas ao combate à fome e à pobreza rural, assim como programas mais específicos, principalmente no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), como o Pronaf Jovem, o Pronaf Mulher, o Pronaf Agroindústria, o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar (PAA) tem seu foco na geração de renda, viabilização de propriedades rurais e agroindústrias e, por consequência, na redução da migração de população rural, sobretudo dos jovens.

Essas políticas têm dois pontos de destaque: a produção agropecuária ou a agregação de valor com base naquela; ainda, a inclusão de públicos até então marginalizados (mulheres, quilombolas, indígenas, ribeirinhos), principalmente no período da modernização. Uma das políticas que geraram que mais expectativa, em termos de reverter ou atenuar a migração de jovens rurais, foi a política de crédito, tais como o Pronaf, o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher.

Em relação à juventude, segundo informações do *Guia de Políticas Públicas de Juventude* (BRASIL, 2006, p. 6):

[...] é recente a inclusão desta temática na agenda política do Brasil e do mundo. As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, já que os jovens são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI.

Considerando algumas das principais políticas públicas focadas nos jovens rurais, podem-se citar: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Jovem, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Saberes da Terra, voltada à oferta de crédito para os jovens, formação, capacitação e assistência técnica.

O Quadro 6.1, a seguir, retrata as principais políticas e programas e suas características gestadas pelo Estado a partir de 2006.

Quadro 6.1 – Principais políticas e programas e suas características

Política/Programa	Principais características
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Jovem.	É uma política de crédito com uma linha de financiamento específica para jovens, filhos de agricultores familiares (com idade entre 15 a 29 anos), existente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. Os beneficiários podem usar os recursos dessa linha para investir em atividades próprias que gerem renda ou então investir em atividades familiares, podendo ser atividades agrícolas ou não agrícolas.
Programa Nacional de Crédito fundiário – Programa de aquisição de terras – Linha Nossa Primeira Terra.	Política de crédito para jovens rurais com idade entre 16 (emancipado) e 19 anos e que comprovem pertencer à agricultura familiar, seja como integrante do grupo familiar, seja como aluno de Escola Técnica, de Centros Familiares de Formação por Alternância ou de instituições similares.
O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	Programa educacional no campo que atende, além de jovens, a adultos que fazem parte de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC). Podem participar também alunos de cursos de especialização promovidos pelo Incra, professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias ou ainda jovens de famílias cadastradas pelo Incra.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Política de assistência técnica. Refere-se à oferta de assistência técnica para os jovens do campo, tanto para a produção agropecuária diversificada como não agrícola.
Programa Saberes da Terra	Programa educacional que objetiva o aumento da escolaridade de jovens pertencentes à agricultura familiar. Uma das principais características desse programa é o calendário escolar ser adaptado à realidade produtiva de cada região e o currículo ser voltado às especificidades do rural.

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo (2019); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2020); Guia de políticas públicas de juventude (2006)

Entre as principais finalidades desse conjunto de políticas e programas, estão a renda (tanto a renda individual para os jovens, com base na implementação de novas atividades na propriedade paterna, ou em área de terra própria, como aumento da renda familiar), a possibilidade de instala-

ção como um agricultor independente da propriedade paterna, de produzir segundo os critérios de produção sustentável, de receber assistência técnica e extensão rural, de elevar a formação educacional por meio de um processo educativo ajustado à realidade da agricultura e do rural.

A inclusão da juventude nas diferentes políticas pelo Estado garante aos jovens o papel da continuidade da produção de alimentos e das propriedades, especialmente as familiares. No entanto, conforme Barcellos e Mansan (2014, p. 211), é preciso ponderar sobre os resultados efetivos dessas políticas no que se refere “às mudanças significativas e necessárias para a construção de condições de vida dignas e a transformação do meio rural em um espaço que possibilite aos (às) jovens a autonomia e a emancipação desejada para a construção de seus projetos de vida”. O que os autores defendem é a consolidação de políticas para e com a juventude, e não políticas pensadas sem a participação efetiva do público-alvo.

Ademais, segundo Castro e Barcellos (2015), a participação efetiva da juventude nas políticas públicas depende do entendimento do que é juventude e das suas reais necessidades, da articulação efetiva entre os órgãos e ministérios governamentais e da desburocratização do acesso, entre outros.

Yami *et al.* (2019), analisando a juventude africana e as formas de estímulo capazes de fazê-la permanecer no meio rural, conclui que os agentes governamentais e parceiros têm desenvolvido estratégias e ações para facilitar o envolvimento dos jovens no campo, por meio de acesso a recursos, tecnologias de produção e comunicação. No entanto, essas ações são mais bem-sucedidas quando consideram a diversidade das aspirações dos jovens e capacidades, interesses e expectativas partilhados, bem como os desafios associados ao acesso a recursos e participação na ação coletiva.

Ainda que não se tenham estatísticas brasileiras oficiais mais recentes sobre o comportamento migratório campo-cidade, estudos em nível estadual e local, em média, indicam tendências pouco animadoras sobre essas políticas no que concerne aos esforços de manter o jovem no campo.

O trabalho de Spanevello *et al.* (2016) discute os efeitos das políticas públicas, em especial do Pronaf Jovem, sobre a sucessão geracional de jovens mulheres (com idade entre 15-29 anos). O referido trabalho foi realizado em todos os territórios da cidadania do RS; os resultados apontaram que as jovens têm dificuldades em acessar o crédito e que, em boa parte dos casos, fazem uso do recurso influenciado pelos pais ou irmãos, que acabam destinando a aplicação dos investimentos.

Nesse caso, a grande maioria das jovens é intermediária do crédito, acessa e repassa os recursos para que os “homens” apliquem em atividades produtivas consideradas por eles rentáveis, geralmente relacionadas a grãos. Durante as entrevistas, foi possível constatar que algumas jovens nem lembravam o destino do recurso, pois isto foi feito pelos pais ou irmãos.

Dessa forma, o recurso não acaba fortalecendo o investimento em um projeto produtivo de autonomia da jovem, tendo pouco efeito na geração de renda própria e na própria motivação para sua permanência no meio rural (SPANVELLO *et al.*, 2016).

Barcellos (2017), em sua análise sobre o Pronaf Jovem no contexto brasileiro, ressalta que os resultados efetivos dessa política não acontecem por falta de sinergia entre o que espera o proponente (Estado) do público beneficiado e as condições e expectativas dos jovens com base no acesso a essa política.

Ainda, a respeito de políticas públicas e sua interface com os processos sucessórios, destacam-se as políticas de acesso a terra, educação do campo, a exemplo do Programa Nacional de Crédito Fundiário e Pronera. O referido estudo contemplou beneficiários do Pronera que haviam acessado o PNCF em três regiões do estado do Rio Grande do Sul: Celeiro, Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea. Os resultados apontaram que, embora o acesso a terra e a qualificação profissional na área agrícola tenha possibilitado um incremento de renda para as propriedades rurais com a ampliação da área de terra, este não é um fator determinante na permanência no meio rural para significativo número de beneficiários.

No estudo, constatou-se ainda que uma grande parcela de beneficiários exerce atividades no meio urbano, tendo restrita relação com a propriedade rural de seus pais (BOSCARDIN; PELEGRINI, 2020).

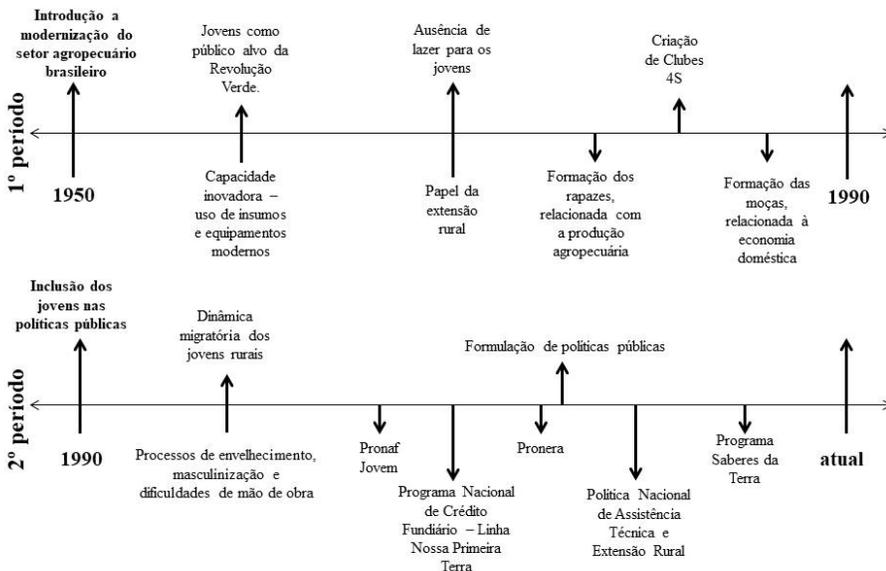
O trabalho de Signor (2019), realizado com quase 700 jovens que estudam cursos relacionados ao Agronegócio no RS, revela que os jovens têm forte intenção de empreender em negócios agrícolas ou não agrícolas no meio rural, ou seja, de retornar ao campo depois de formados, mas argumentam a necessidade de políticas públicas de crédito ou de fomentos para esse retorno acontecer de forma mais acentuada.

Duarte (2019), em seu estudo sobre a sucessão geracional de jovens em famílias que exercem as atividades não agrícolas no meio rural, verifica que políticas de crédito como o Pronaf permitem a agregação de valor aos produtos agropecuários produzidos dentro das propriedades (em especial

por meio de agroindústrias). Essa condição, segundo a autora, reforça a vontade dos jovens entrevistados de fazer a sucessão geracional das propriedades (conforme respondeu a maioria dos entrevistados) ou a sucessão rural (desejando permanecer no rural, exercendo atividade nesse meio fora da propriedade paterna).

A síntese da forma como ocorreu a inserção da juventude rural como público-alvo no desenvolvimento rural do Brasil em dois momentos distintos, conforme apresentado ao longo deste estudo, é apresentada na Figura 6.2:

Figura 6.2 – Representação esquemática da inserção de jovens rurais como público prioritário no desenvolvimento rural no Brasil em dois períodos



Fonte: os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o propósito de abordar a questão da inclusão da juventude em projetos de desenvolvimento rural, em distintos períodos da história brasileira. O primeiro período da inclusão da juventude retrata como os jovens serviram ao processo de modernização da agricultura, por serem considerados um grupo mais aberto às mudanças comparativamente aos pais. O segundo período é mais recente e considera os jovens atores

importantes no desenvolvimento da diversidade produtiva e socioeconômica do meio rural, por isso busca manter a sua permanência no campo.

Uma das principais diferenças entre os dois períodos são os horizontes ocupacionais almejados pelos jovens. No primeiro período, os filhos de agricultores não tinham, em grande medida, horizontes ocupacionais fora da agricultura, por isso os jovens eram importantes para implementar a fase modernizadora da agricultura; enquanto, no segundo período, os jovens não necessariamente pretendem ficar no meio rural e viver da agricultura.

As perspectivas sucessórias (ou a falta delas) acabaram trazendo a discussão da inclusão desse público nos projetos atuais de desenvolvimento rural, tendo em vista que a ausência das novas gerações de agricultores pode gerar uma série de questões para o meio rural. Entre os processos sociais que surgem mais diretamente pela falta de jovens estão a masculinização e o envelhecimento, com implicações indiretas na manutenção das estruturas sociais do meio rural (tais como as escolas) e no mercado de terras.

Ainda que seja prematura uma avaliação mais aprofundada sobre os impactos das políticas públicas em termos de permanência ou retorno dos jovens ao meio rural, faz-se necessário considerar que essa temática é complexa, dadas as variáveis e os diferentes contextos envolvidos. Se, por um lado, as políticas públicas, em grande medida, contemplam a questão da renda e a assistência técnica, por outro, questões como a dinâmica interna da família, assim como objetivos dos jovens e seus projetos de longo prazo, são aspectos que estão para além das políticas, contribuindo para amortecer a efetividade destas.

Por fim, ressalta-se que a temática precisa ser mais bem explorada como forma de produzir resultados ou conclusões mais fundamentadas, especialmente em aspectos teóricos e por meio de comparações com realidades de outros países.

* Nota: para uma análise mais detalhada das políticas públicas para a juventude rural no período mais recente, ver trabalho de Castro e Barcellos (2015).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

BARCELLOS, S. B. **As políticas públicas para a juventude rural**: o Pronaf Jovem em debate. IPEA. Planejamento e Políticas Públicas. n. 48, p. 149 – 173, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/714/431>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BARCELLOS, S. B.; MANSAN, P. R. A. Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para o debate. *In*: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 200-210. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1).

BOSCARDIN, M.; PELEGRINI, G. O perfil socioeconômico dos educandos do Proner II da URI. *In*: HILLESHEIM, L. P.; PELEGRINI, G.; BOSCARDIN, M. **A alternância no ensino superior e a formação de agricultores**. Frederico Westphalen: URI Westphalen, 2020. 128 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: [s. n.], 2007. Disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater-4.doc. Acesso em: 17 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pronatec Campo** – formação profissional para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável em bases territoriais e agroecológicas. Brasília: [s. n.], [2017?]. 16 p. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/cartilha%20PRONATEC_baixa.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: [s. n.], 2006. 48 p. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_juventude_br.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. *In*: MENEZES, M. A., STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 215-233. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1).

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre; Chapecó: UFRGS; FetrafSul; CUT, 2008. 136 p.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311/259>. Acesso em: 10 dez.

2018.

CASSIDY, A.; McGRATH, B. The relationship between ‘non-successor’ farm offspring and the continuity of the Irish family farm. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 54, n. 4. 2014. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2014.11.006.

CASTRO, E. G. de.; BARCELLOS, S. B. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 549-570.

CHISWELL, H. M. From generation to generation: changing dimensions of intergenerational farm transfer. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 58, n. 1. 2016. DOI: 10.1111/soru.12138.

COSTA, A. E. K. da *et al.* O problema do envelhecimento da população: o caso dos imigrantes açorianos no Vale do Taquari/RS, Brasil. **Redes**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 304-315, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8520>. Acesso em: 5 mai. 2020.

COSTA, C. *et al.* Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 set. 2017.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização no rural do Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 27-54, mar. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/20888/14377>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CREIGHTON, J. *et al.* For the love of the land: generational land transfer and the future of family forests in Western Washington State, USA. **Small-scale Forestry**,

[s. l.], v. 15, n. 1, p. 1-15. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11842-015-9301-2>. Acesso em: 8 dez. 2020.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. **Revista Holos**, [s. l.], ano 33, v. 2, p. 360-375, 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.4210.

DUARTE, L. C. **Atividades não agrícolas e sucessão de jovens no campo**. 87p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19636>. Acesso em: 14 maio 2020.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 54, n. 4. 2014. DOI: 10.1111/soru.12055.

FOGUESATTO, C. R. *et al.* Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**: economia, estado, sociedade, Curitiba, v. 37, n. 130. 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/786>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FRITZ, E. R. *et al.* Análise do mercado de terras do Estado do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM DESENVOLVIMENTO, 3., Santa Maria. **Anais [...]**. 2016. Disponível em: http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/images/anais_2015/Analise-do-Mercado-de-Terras-doEstado-do-Rio-Grande-do-Sul.pdf. Acesso em: 14 nov. 2016.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. [S. l.]: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2017.

INWOOD, S. M.; SHARP, J. S. Farm persistence and adaptation at the rural-urban interface: succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 107-117, 2012. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2011.07.005.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 591-620. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MASSON, I. **Juventude e extensão rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8894/MASSON%2C%20IVANDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2020.

MATTE, A. *et al.* Agricultura e pecuária familiar: (des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 15, p. 19-33, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317/739>. Acesso em: 19 maio 2019.

MATTE, A. *et al.* Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito - RS. **Holos (online)**, Natal, v. 1, p. 144, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964>. Acesso em: 20 out. 2018. DOI: 10.15628/holos.2015.1964.

MATTE, A. *et al.* Reprodução social na pecuária familiar. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 265-284. (Série estudos rurais).

MATTEI, L. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 85, p. 35-52, 2015.

MORAIS, M.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Identifying beliefs underlying successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 68, p. 48-58, 2017. DOI: 10.1016/j.landusepol.2017.07.024.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.** v.15 n.43 São Paulo set./dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>. Acesso em: 8 dez. 2020.

OLIVEIRA, P. C. F. de. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) – (1948 – 1974)**. 163 f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1723.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009. Acesso em: 14 maio 2020.

SIGNOR, C. **Empreendedorismo rural: intenções empreendedoras dos jovens acadêmicos da área de ciências agrárias**. 2019. Dissertação (Mestrado em Agro-negócios) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19424>. Acesso em: 13 maio 2020.

SILVESTRO, M. S. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis; Brasília: EPAGRI/NEAD, 2001.

SOUZA, S. B. de. **Extensão rural e juventude: a experiência dos Clubes 4-S em Minas Gerais (1950-1980)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6526>. Acesso em: 12 maio 2020.

SOUZA, S. de F. **Tradição X modernização: a ação dos Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)**. Editora da UPF. 2004.

SPANEVELLO, R. *et al.* A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento Em Questão**, [s. l.], v. 15, n. 40, p. 348-372. 2017. DOI: 10.21527/2237-6453.2017.40.348-372.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 11 maio 2020.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In: RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. 5. ed. Chapecó: Argos, 2014. p. 163-188.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. **Revista CCEI**, Bagé, URCAMP, v. 14, n. 26, p. 54-71, ago. 2010.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista Polis**, [s. l.], n. 44, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: 14 maio 2020.

VIEBRANTZ, K. P. M. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Griffos**, [s. l.], n. 25, p. 127-145, dez. 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/660/423>. Acesso em: 30 nov. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida** – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WEISHEIMER, N. Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 67-94, fev. 2019. DOI: 10.36920/esa-v27n1-4.

YAMI, M. *et al.* African rural youth engagement in agribusiness: achievements, limitations, and lessons. **Sustainability**, [s. l.], 11, 185. 2019. DOI: 10.3390/su11010185.

A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: O LONGO CAMINHO A TRILHAR

Eliziário Toledo

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar os processos relativos à procura de sucessão geracional nos estabelecimentos rurais em face das perspectivas e dos desejos dos pais em buscar que a atividade do estabelecimento permaneça sob o comando dos filhos. A investigação de evidências e argumentos se destina a problematizar se a fragilização do ingresso de renda regular induz os membros da família a buscarem novas formas de trabalho. Esse processo pode ocorrer por meio das atividades não agrícolas, visando garantir o ingresso de renda regular oriunda de atividades fora do estabelecimento rural e fora das atividades agropecuárias. Esse processo altera e justifica, inclusive, os caminhos adotados na migração de membros das famílias premidas pela monetarização da vida social, que exige o ingresso regular de dinheiro, até mesmo para suprir a manutenção familiar, em razão da ampliação da mercantilização da sobrevivência.

É amplamente conhecido na literatura do desenvolvimento rural que o conjunto de transformações efetivadas pela modernização da agricultura ocasionou um processo intenso e contínuo de reorganização das unidades produtivas. Esses fatores impuseram processos de racionalização econômica, novas funções às famílias rurais e novas atribuições a seus membros, em face de o contexto exigir processos de especialização produtiva, aproveitada por um grupo seletivo de agricultores. Desse modo, a monetarização da vida social se tornou uma realidade cotidiana das atividades agropecuárias, que passam a ser decompostas em atividade econômica regida pela intensificação tecnológica, gerencial e concorrencial exigida pelas demandas do mercado. Esses fatores mudaram as feições e as estruturas sociais e produtivas das regiões rurais brasileiras, entretanto as raízes históricas geradoras da desi-

gualdade e dos conflitos sociais e políticos ainda não foram radicalmente tocadas, quais sejam: a questão do acesso a terra (que perdeu ímpeto e saiu da agenda política), a oferta adequada de infraestrutura social e produtiva. E sabemos que são poucas as possibilidades de esses entraves serem equacionados no curto prazo.

Graziano Neto (1985) resumiu que a desigualdade da modernização da agricultura se deu em três níveis distintos: i) entre as diversas regiões do país; ii) entre as distintas atividades agropecuárias; e, iii) entre as heterogêneas famílias rurais. As contradições desse processo têm sido fonte de amplos debates, buscando compreender as formas históricas que caracterizam, mantêm e ampliam as disparidades. Ainda é constante o cenário de exclusão e desenraizamento de parcela expressiva de agricultores familiares (os mais pobres), ao não conseguirem em tempo se adaptar às exigências estruturais impostas. E, dessa forma, vivem à própria sorte ou à sombra de políticas emergenciais ou compensatórias, o que torna duvidosa a sobrevivência, reprodução social e sucessão geracional dos estabelecimentos rurais que acene com a prosperidade material da maioria dessa parcela, em um futuro não tão distante.

Os dados apresentados são relativos ao recorte sobre a questão da sucessão geracional nos estabelecimentos rurais e foram extraídos da pesquisa finalizada em dezembro de 2016, pela Embrapa Sede (Brasília), denominada “Os estabelecimentos rurais de menor porte sob gestão familiar e a estratégia institucional da Embrapa: diversidade social, dinâmicas produtivas e desenvolvimento tecnológico”. Foram realizadas 219 entrevistas entre julho de 2013 a julho de 2014, e tendo como *loci* empíricos os estados do Pará (PA) (municípios de Tomé Açú, Viseu e Augusto Correa, 22% da amostra); Paraná (PR) (Itapejara d’Oeste, Francisco Beltrão, 22,8%); Santa Catarina (SC) (Concórdia, 22,8%); Bahia (BA) (Uauá e Cruz das Almas, 20,1%); e Pernambuco (PE) (Petrolina, 11,4%). O projeto buscou captar evidências empíricas das relações monetárias do novo padrão de acumulação econômica nas regiões rurais brasileiras, uma das expressões do novo padrão de desenvolvimento agrícola e agrário, caracterizados na literatura à luz dos aportes de Buainain *et al.* (2013, 2014). Os dados da pesquisa serviram de base para a tese de doutoramento do autor, defendida no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, em 2017.

O artigo está organizado em três seções a partir desta brevíssima introdução. A primeira seção trata das rendas oriundas das atividades não

agrícolas auferidas pelos membros das famílias rurais; a segunda seção foi destinada a enfatizar os aspectos relativos às transformações em curso das regiões rurais brasileiras; e a terceira discute sobre as possibilidades de reprodução social das famílias e do estabelecimento rural no futuro.

AS RENDAS DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

Já é consolidada na literatura a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento das regiões rurais, ainda que se necessite de um conceito mais elaborado. É um debate que tomou corpo nos últimos anos e cuja contribuição para o desenvolvimento rural ultrapassa a dimensão meramente produtiva de alimentos e de matérias-primas. Para tanto, é necessário considerar o conjunto de transformações ocorridas nas trajetórias do desenvolvimento agrário e agrícola em períodos recentes. Buainain *et al.* (2013, 2014) explicitam a abrangência do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola, sob as distintas estratégias que sedimentam um novo padrão de acumulação. Uma delas é a manifestação do caráter competitivo exigido na condução das atividades e dos mercados agropecuários. A intensificação tecnológica relativiza importância da terra e do trabalho (SOUZA *et al.*, 2012), além da introdução da financeirização da agricultura, que combinadas com o acirramento concorrencial entre as famílias rurais se tornaram uma realidade cotidiana.

Dessa forma, é forçoso considerar que a consolidação da mercantilização e da monetarização foi ampliada nas atividades da agricultura familiar, e um dos aspectos mais marcantes e percebidos é o contínuo processo de vulnerabilização crescente dos agricultores familiares, e que é mais agudo para os mais fragilizados. Esse processo, por um lado, se propaga pelo caráter intensivo da necessidade da adoção de tecnologias de produção, além das transformações importantes nos modelos gerenciais e administrativos das atividades com vistas à produção de commodities (soja, frango, suínos, tabaco etc.), quase sempre destinadas à exportação. Do outro, pelo aumento da dependência externa dos agricultores familiares, que diante dos riscos das atividades ampliam a fragilidade produtiva sob as demandas de mercados concorrenciais cada vez mais seletivos e que reduzem os espaços de erro e manobra.

A mercantilização da agricultura, nos termos propostos por Ploeg (1992), é um dos formatos mais evidentes de como as atividades agropecuárias estão se moldando ao modo de produção capitalista. Esse processo se

manifesta pela crescente externalização e cientificação de todo o processo produtivo e aprofunda a dependência da agricultura em produzir para o mercado. Ao mesmo tempo, transforma os agricultores em consumidores de produtos e serviços externos ao estabelecimento. A institucionalização e a obrigação do ingresso contínuo de renda monetária ultrapassam e transcendem as questões materiais ligadas meramente à produção agrícola; e a reprodução social e material dos estabelecimentos rurais, não raro, igualmente dependem disso. Por outro lado, as influências penetram nas dimensões simbólicas, estruturais e nos comportamentos sociais dos agricultores, influenciando-os para a consolidação de uma sociabilidade claramente capitalista (NAVARRO, 2001).

No conjunto investigado, se consideramos as rendas monetárias médias originárias das atividades estritamente agrícolas, evidenciou-se um grupo de agricultores, 21,6% da amostra investigada, cujos estratos de Valor Agregado Bruto (VAB) se situaram entre R\$ 50.000,00 a R\$ 480.000,00 anuais (VAB médio de R\$ 2.840,47 mensais por indivíduo do estabelecimento, tendo por base o salário mínimo de R\$ 678,00 em 2013). Esses agricultores estão concentrados nos estados do PR e SC, e seus estabelecimentos estão focados primordialmente na produção de commodities. Pode-se inferir que esses agricultores familiares efetivamente são os que conseguem “viver da agricultura”. Foram os que apresentaram os melhores índices de acesso a bens de consumo (automóveis, motocicletas, computadores etc.), disponibilidade de máquinas agrícolas, maior índice de associação a cooperativas e na contratação de serviços de assistência técnica. Embora isso não signifique afirmar que esses agricultores não estejam igualmente sujeitos e expostos aos riscos inerentes da atividade, e que seus estabelecimentos estejam com a sucessão geracional garantida.

O segundo grupo de agricultores identificado representou 13% da amostra, cujo VAB foi situado entre R\$ 25.000,00 a R\$ 50.000,00 anuais (VAB médio de R\$ 711,14 de renda média por indivíduo do estabelecimento), e está localizado majoritariamente nos estados do PR, SC; e uma parcela no PA. Esses estabelecimentos demonstraram que podem ser potencializados por meio de políticas indutoras de desenvolvimento rural (educação, assistência técnica, crédito, infraestrutura, seguro etc.), elementos estruturais que podem induzir o aumento dos patamares produtivos, econômicos, tecnológicos e sociais.

Ficou caracterizado, igualmente, um terceiro grupo, que apresentou consideráveis riscos de exclusão em 56% dos estabelecimentos averiguados.

O trabalho de pesquisa identificou VAB considerados baixos (menores que R\$ 25.000,00 por ano, que auferiram R\$ 168,18 mensais por membro do estabelecimento), e estavam especialmente localizados nos estados das regiões Norte e Nordeste (municípios localizados nos estados do PA, PE e BA). Os agricultores familiares desse grupo enfrentam dificuldades em produzir, inclusive, para o provimento da subsistência da família; e, ao mesmo tempo, são restritas as suas condições e capacidades produtivas em gerar excedentes econômicos. Parte expressiva desses agricultores está sendo apoiada ordinariamente por políticas de transferências sociais. De modo geral, as transferências sociais são uma importante fonte de suporte, pois 73,5% da amostra confirmou receber esses benefícios: 28,3% receberam o valor correspondente inferior a um salário mínimo; 29,2% receberam de um a dois; e 16%, de dois a três.

A necessidade de ingresso de renda monetária regular para os estabelecimentos dos agricultores familiares se apresenta como uma questão importante e repercute, inclusive, no uso dos recursos do crédito rural. O trabalho de Toledo (2009), realizado em Salvador das Missões (RS), estudou as fontes de rendas oriundas de atividades agrícolas e concluiu que essas rendas não são suficientes para garantir a manutenção das necessidades básicas da família e a sustentação do estabelecimento. Dessa forma, os agricultores familiares mais vulneráveis criaram e utilizaram de estratégias para deslocar parte dos recursos do crédito rural, transformando-os em verba de manutenção para cobrir as demandas básicas da família.

O engenhoso processo consiste em utilizar a aplicação de insumos agrícolas abaixo da recomendação técnica dos projetos (especialmente, nos recursos do custeio agrícola), a fim de fazer “sobrar” dinheiro para atender a outras necessidades imediatas e viabilizar a manutenção e sobrevivência do grupo familiar e do estabelecimento rural. Outra estratégia adotada por esses agricultores foi contratar o custeio pecuário, além de outros financiamentos, sem a devida necessidade produtiva, com o objetivo de atender às necessidades de gastos emergenciais da família (doenças e despesas diversas ou, mesmo, aplicar os recursos financeiros na poupança). Este relato do agricultor familiar entrevistado é sintomático dessa estratégia:

Se fizer malandragem dá, mas no meu caso, eu tive que apresentar nota *né*, o dinheiro que eu peguei ia direto *prá* firma no caso dos investimentos, mas caso dos custeios vinte ou trinta por cento ou até cinquenta por cento sobrava e a gente deixava aplicada como reserva (Entrevistado 3 *apud* TOLEDO, 2009, p. 102).

Os agricultores familiares “capitalizados” podem administrar os recursos do crédito e transformá-los em capital de giro para os estabelecimentos, o que possibilita, inclusive, a ampliação patrimonial com base em projetos elaborados e outras estratégias. A esses agricultores concretizam-se essas possibilidades porque eles já possuem propriedades com estruturas consolidadas e habilidades profissionais e tecnológicas traduzidas em especialização e diferenciação produtivas. Configura-se nesse processo a diferenciação social entre os agricultores familiares e entre as regiões brasileiras. A declaração capturada por Toledo (2009) é sintomática do processo de como alguns agricultores aproveitam a oportunidade, inclusive, para a expansão da unidade produtiva.

Muita gente já desistiu, eu tenho 80 hectares que já comprei de quatro (agricultores), que simplesmente abandonaram, venderam *prá* mim e eu vou seguindo. [...] financiei este trator e investi este recurso em outra terra. [...]. Paguei o trator, o trator já *tava* pago. [...] é uma maneira que colono tem de comprar e eu, usei o investimento. Eu comprei de quatro colonos que foram *prá* cidade. Eu usei o dinheiro que era barato, a gente conseguiu comprar mais coisas, terra e até fazer os filhos estudar (Entrevistado 7 *apud* TOLEDO, 2009, p. 82).

O relato revela o desvio de finalidade dos financiamentos e dos recursos oriundos do crédito rural; nesse caso, é causa e efeito do processo de diferenciação social entre os agricultores familiares, francamente favorável aos já bem situados economicamente. O processo de acirramento concorrencial está solapando e fragilizando as condições objetivas de reprodução social e material de uma parcela expressiva de estabelecimentos rurais de agricultores familiares que operam centrados apenas em rendas oriundas da agropecuária. O conjunto de mudanças nas regiões rurais leva a intuir sobre a ruptura da tese chayanoviana do equilíbrio, na medida da ampliação da necessidade produtiva de excedentes na unidade de exploração, antes estabelecida pelas necessidades de produção e de consumo interno das famílias. A influência externa do mercado alterou as necessidades de consumo, inclusive de insumos produtivos, e continua pressionando para determinar o volume total da atividade, que, por sua vez, pressiona o volume de trabalho pelo ingresso de mais renda, que pode ser complementada pela geração de outras rendas acessórias (CHAYANOV, 1974).

A necessidade de gerar mais renda por meio de outras atividades complementares se torna uma estratégia deliberada pelos agricultores familiares, quando existe mão de obra excedente (o que está se tornando cada vez mais escassa) e que possa contribuir com o aumento de ingressos de renda de outras fontes de trabalho fora do estabelecimento rural e fora da agricultura. No tocante à oferta de mão de obra para o trabalho agrícola, é a expressiva decomposição das famílias rurais causadas pela redução do número de filhos. Maia e Sakamoto (2014), analisando dados do IBGE, realçam a queda da taxa de fecundidade das famílias, de 4,0 filhos por família em 1981, para 1,71 em 2010. Ainda segundo os autores, isso por si só representa perdas na disponibilidade de mão de obra no futuro, e não repõe nem as perdas da população rural, cuja necessidade se estima ser de 2,1 filhos por família.

Outro aspecto lembrado pelos autores supracitados é a força expressiva do êxodo seletivo de membros da família, especialmente dos homens em idade apta para o trabalho agrícola. Entre 1991 e 2010, a participação das famílias nucleares se reduziu em 16 pontos (de 74% para 58%); e, ao mesmo tempo, aumentou em oito pontos percentuais (de 4% para 12%) a participação de casais sem filhos. Mantido esse cenário, pode-se concluir que a contribuição da população rural para o aumento global da população brasileira terá importância reduzida.

Com isso posto, podemos admitir que a pluriatividade é uma possibilidade para transformar a unidade produtiva em multidimensional e multitarefa, em que se pratica a agricultura combinada com outras atividades (não agrícolas, inclusive), visando ampliar a renda e adequar a força de trabalho ao volume nas lides dos estabelecimentos. Entretanto, há que se considerar o que foi exposto no tocante à disponibilidade e à oferta de mão de obra, dado que nas últimas décadas vem ocorrendo uma redução expressiva da oferta de trabalhadores rurais. Baumel e Basso (2004) defendem que, desse modo, a pluriatividade:

[...] se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

De forma que a pluriatividade se expressa pela diversificação das atividades que possam auferir rendas complementares, por meio de diferentes atividades ou por exercício de atividades, por vezes, nem mesmo agrícolas, mantendo a residência no campo e uma ligação que tende a se fragilizar com a agricultura e com a vida no espaço rural. Para Alentejano (1999, p. 157), “a noção de pluriatividade permite dar conta melhor do caráter familiar da unidade agrícola, pois parte dos membros pode dedicar-se até integralmente ao trabalho agrícola, enquanto outros trabalham em outras atividades”. Ao buscar outras fontes geradoras de ingressos, revela-se, de certa forma, a fragilidade e a incapacidade estrutural da unidade familiar em prover satisfatoriamente a geração de renda necessária e compatível para o estabelecimento, por meio exclusivamente das atividades agropecuárias.

Por outro lado, essa possibilidade se torna uma estratégia que supostamente permite alocar racionalmente a mão de obra existente para obter ingressos de renda complementares, quando existe a disponibilidade de mão de obra e de mercado de trabalho. Essa temática tem sido objeto de estudos por um conjunto de pesquisadores tais como Carneiro (1998), Campanhola e Graziano da Silva (2000) e Schneider (1999, 2003), que interpretaram essa tendência como uma das possibilidades de geração de renda complementar para os agricultores familiares e um promissor campo de pesquisa para o desenvolvimento rural.

Dessa forma, o trabalho da pesquisa revelou qual a extensão e o potencial da pluriatividade se manifesta por meio dos ingressos das rendas de atividades não agrícolas (Tabela 7.1). Os dados indicaram que 69,9% dos agricultores familiares da amostra não tiveram aporte de nenhuma renda por meio dessa estratégia; 30,1% informaram que sim.

Os dados, em termos gerais, são francamente favoráveis aos agricultores familiares mais capitalizados da região Sul, apesar de os índices serem os mais baixos em termos percentuais. Contudo, apresentaram os maiores volumes de recursos captados por essa estratégia, e que ocorreram por meio da oferta de serviços especializados em máquinas agrícolas. Nessa região há uma pungente escassez de mão de obra familiar, na medida em que as famílias são menores, e na oferta de mão de assalariada para os estabelecimentos rurais, e em alguns setores essa escassez é mais presente, por exemplo, na cultura do tabaco e na produção leiteira.

Tabela 7.1 – Rendas de atividades não agrícolas

Volume de aporte anual	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Sem aporte	N	39	40	33	12	29	153
	%	17,8	18,3	15,1	5,5	13,2	69,9
Até R\$ 5.000,00	N	1	1	2	4	2	10
	%	0,5	0,5	0,9	1,8	0,9	4,6
De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	N	2	5	5	3	5	20
	%	0,9	2,3	2,3	1,4	2,3	9,1
De R\$ 10.001,00 a R\$ 15.000,00	N	2	2	3	0	2	9
	%	0,9	0,9	1,4	0,0	0,9	4,1
De R\$ 15.001,00 a R\$ 20.000,00	N	3	1	1	2	1	8
	%	1,4	0,5	0,5	0,9	0,5	3,7
De R\$ 20.001,00 a R\$ 25.000,00	N	1	0	1	2	2	6
	%	0,5	0,0	0,5	0,9	0,9	2,7
Acima de R\$ 25.001,00	N	2	1	5	2	3	13
	%	0,9	0,5	2,3	0,9	1,4	5,9
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Toledo (2017)

Apesar de supor que as regiões do Norte e do Nordeste tenderiam a ter ainda uma oferta residual de mão de obra, os dados do Censo de 2010 desmentem essa percepção inicial. No caso específico do Nordeste, cerca de 60% dos municípios nordestinos apresentaram queda nominal em 3,29% na população rural. No período 2000/2010 houve a redução em seis dos nove estados daquela região, pois, dos 1.787 municípios, em 1.087 houve redução em 60,83% dos municípios pesquisados (IBGE, 2010a).

Ao se referir sobre o potencial e a capacidade das atividades não agrícolas em oferecer condições de geração de renda investigada por diversos grupos de pesquisa e autores, Silva e Costa (2014) admitem, de modo geral, que a busca de ocupações fora do estabelecimento e fora da agricultura por diversos membros das famílias rurais nem sempre se constitui e se viabiliza como fator de promoção socioeconômica das famílias. No Nordeste são notórias as condições estruturais de precariedade, e a oferta de trabalho,

quando existe, reforça o processo de centralização produtiva, na medida em que as ocupações mais rentáveis são oriundas do meio urbano ou focadas em localidades (por exemplo, polos de agricultura irrigada), e ensejam relações de proximidade mais adequada para o processo de desenvolvimento.

Garcia (2014), com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, enfatiza outros aspectos relativos às mudanças que influenciaram a transferência de trabalhadores rurais para as cidades. Apesar de os dados demonstrarem que houve redução no ímpeto da migração e com a concomitante diminuição relativa à oferta de pessoal ocupado nas atividades da agropecuária, cerca de 9 milhões de pessoas ainda obtiveram seus rendimentos diretamente das atividades agrícolas (fora a parcela de agricultores). Além disso, aproximadamente metade dos ocupados em atividades agrícolas, cerca de 16 milhões, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), residia nas áreas urbanas (IBGE, 2014a, 2014b, 2014c). Enfim, de acordo com aquele órgão federal, os dados confirmaram ainda a crescente importância de uma parcela expressiva da população rural que vive ocupada em atividades não agrícolas, estimada em 3,74 milhões de pessoas (IBGE, 2014a).

Finalmente, Garcia (2014) arremata que não se pode falar em mercado de trabalho rural, mas sim em múltiplos mercados de trabalho, cuja tendência está acompanhando as transformações mais gerais das regiões rurais para atender às demandas dos sistemas produtivos agropecuários. No tocante ao Nordeste rural, o mercado de trabalho continua fortemente marcado pela presença dos pequenos estabelecimentos agrícolas com áreas muito reduzidas (BUAINAIN; GARCIA, 2013). O estabelecimento rural já foi local de moradia, e a mão de obra “sobrante” (KAGEYAMA; REHDER, 1993) era utilizada como reserva para trabalhos ocasionais, sazonais, quase sempre de baixa qualificação e mal remunerada.

Retomando a análise da Tabela 7.1, no tocante às rendas das atividades não agrícolas, SC teve 4,2% da amostra; PR, 5,1%; o PA teve 7,9%; a BA, 6,9%; e PE, 5,9%. A pesquisa revelou que parte expressiva da contratação desses trabalhadores está concentrada do setor de serviços (saúde, educação, segurança, comércio, beleza etc.), na construção civil, na indústria de transformação (refrigeríficos, alimentos e na metalurgia). Há uma parte sendo empregada em organizações sociais (ONGs, sindicatos, cooperativas e prefeituras). Entretanto, há um fator a considerar sobre a tendência da opção pelas atividades não agrícolas, pois, ao se consolidar um cenário de

um amplo mercado de trabalho nesses setores, essa “virtude” pode estimular ainda mais a evasão da mão de obra para os setores urbanos, apesar de se constituir em uma importante estratégia de geração de renda para o estabelecimento. Dito de outra forma, esse fator tenderia a reduzir ainda mais a oferta de mão de obra para as atividades agropecuárias, sendo mais impactante economicamente aos estabelecimentos da agricultura familiar.

É admissível e oportuna a lembrança levantada por Barthez (1987) sobre a extensão da ruptura familiar na busca de outras atividades fora do escopo da lógica da família tradicional, antes baseada no grupo doméstico homogêneo como unidade profissional, na medida em que cada membro atuava em trabalhos ou fainas diferentes, sendo da mesma família. As atividades agropecuárias tendem a perder espaço, na medida em que a oferta de trabalho em outros setores pode ser considerada menos penosa, e mais bem remunerada. Originariamente cumpre, de certa forma, para algumas regiões brasileiras, o enunciado de Lewis (1954): o segmento rural e outros espaços sociais fragilizados, e vivendo em regime de subsistência, poderiam suprir as necessidades de mão de obra do setor industrial (e outros).

A oferta de trabalho, na visão de Lewis, cuja mão de obra é excedente, precária ou desempregada seria atraída pela oferta de trabalho com renda mais elevada do que a renda rural (menos penoso que o trabalho agrícola), mesmo que em termos de remuneração estivesse restrita a cobrir o mínimo da subsistência e da reprodução social. Esse modelo, com algumas limitações, em parte ainda explica a escassez de mão de obra em algumas regiões rurais. No entanto, o modelo de Lewis (1954) foi aceitável como uma alternativa analítica e explanou, com certa razoabilidade, por um período. Toledo e Toni (2016) defendem que isso foi possível na medida em que a industrialização avançou em países com a maioria da população rural, como o caso do Brasil. O modelo foi adequado na medida em que:

[...] foi factível enquanto os países podiam contar com a oferta abundante de trabalhadores de baixa produtividade, oriundos do setor rural e de outros segmentos de subsistência. Entretanto, o aumento da urbanização e a decomposição demográfica da população rural refletiram na oferta e demanda de braços para o emprego nas indústrias, e, por extensão, no demandante setor agropecuário (TOLEDO; TONI, 2016, p. 95).

Os dados de pesquisa revelaram ser uma realidade que as atividades não agrícolas, visando melhorar a renda dos estabelecimentos rurais, se

apresentam como uma opção a considerar. E esse fator, combinado com outros, tende a diminuir as perspectivas em permanecer nas atividades agropecuárias no futuro, ao influenciar os membros dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares a elegerem outras alternativas consideradas mais viáveis e menos penosas. Essa opção parece indicar que apenas se ganha tempo para a exclusão futura, em face de as condições socioeconômicas não apresentarem evolução.

Aqueles que deixam as regiões rurais, particularmente os mais jovens, buscam encontrar alternativas de emprego e renda regular, e são igualmente os que encontram maiores dificuldades na integração aos mercados urbanos de trabalho (ABRAMOVAY, 1998). Isso ocorre em virtude da baixa escolaridade e qualificação necessárias para atender às demandas de ofícios para empregos dos quais nunca foram preparados. Além disso, em 2014, entre os 4,5 milhões de trabalhadores ocupados e empregados (ou assalariados rurais), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada (não formalizados), e 40,6% (1,6 milhão) estavam formalizados (DIEESE, 2014).

Quando analisamos o número de dias trabalhados em outras atividades, conforme dados apresentados na Tabela 7;2, o PR teve 11,5% da amostra dos que contrataram; o PA apresentou 10,1%; PE, com 7,9%; SC, 6,6%; e a BA, 5,9%. No geral, foram 22,8% da amostra acima de 300 dias no ano de 2012-2013. Os números estão revelando que existe um atuante mercado de trabalho na agricultura familiar, e esse fator reforça a percepção de que a realidade de produção agropecuária está forçando a necessidade de contratação de mão de obra externa.

A Tabela 7.2 informa ainda o número de dias trabalhados pelos membros das famílias que optaram em trabalhar em outras atividades (fora dos estabelecimentos, fora da agricultura). Os dados revelaram que 5,0% da amostra trabalharam de 1 a 30 dias; SC teve o percentual maior, com 1,8%; PA, 0,5%; PE, PR e BA, 0,9%. No estrato de 31 a 60 dias, PE e BA tiveram 0,9%; o PR, 0,5%, e somatório do extrato em 2,3% do total da amostra. De 61 a 90 dias, PR não teve nenhum; SC, 0,9%; PA e PE, com 0,5%; e a BA, 0,9%. O total do estrato somou 2,7%. Os três estratos (1 a 120 dias) somados representaram 12,7% da amostra pesquisada.

Tabela 7.2 – Número de dias trabalhados fora do estabelecimento (ano agrícola 2012-2013)

Número de dias	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
De 1 a 30 dias	N	2	4	1	2	2	11
	%	0.9	1.8	0.5	0.9	0.9	5.0
De 31 a 60 dias	N	1	0	2	2	0	5
	%	0.5	0.0	0.9	0.9	0.0	2.3
De 61 a 90 dias	N	1	0	2	2	1	6
	%	0.5	0.0	0.9	0.9	0.5	2.7
De 91 a 120 dias	N	0	2	1	1	2	6
	%	0.0	0.9	0.5	0.5	0.9	2.7
De 121 a 180 dias	N	1	1	1	1	2	6
	%	0.5	0.5	0.5	0.5	0.9	2.7
De 181 a 241 dias	N	0	1	1	1	0	3
	%	0.0	0.5	0.5	0.5	0.0	1.5
De 241 a 300 dias	N	4	0	0	0	0	4
	%	1.8	0.0	0.0	0.0	0.0	1.8
Acima de 301 dias	N	16	6	14	8	6	50
	%	7.3	2.7	6.4	3.7	2.7	22.8
Não sabe/não respondeu	N	25	36	28	8	321	128
	%	11.4	16.4	12.8	3.7	14.2	58.4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22.8	22.8	22.8	11.4	20.1	100

Fonte: Toledo (2017)

Com o aporte realizado na legislação, de acordo com a Lei nº 11.718/2008 (BRASIL, 2008), que trata sobre a contratação de mão de obra temporária na agricultura familiar, afiançando que pode ser efetivada com a devida garantia, sob o amparo legal, por meio dos contratos de curta duração, essa modalidade de contrato de trabalho é destinada aos agricultores que vivem em regime de economia familiar, cujos estabelecimentos rurais detenham até quatro módulos fiscais e que não tenham contratados empregados permanentes. Essa legislação, entretanto, não é aplicável para as pessoas jurídicas.

A contratação do empregado fica restrita aos 120 dias de trabalho durante o ano, corridos ou intercalados, e o trabalhador pode exercer outras atividades, inclusive, em áreas urbanas, sem perder a condição de segurado especial³⁸ do regime previdenciário. No estrato compreendido entre 121 e 180 dias trabalhados, o percentual foi de 2,7% do total da amostra: PR, SC, PA, PE tiveram 0,5% cada, e a BA, 0,9%. De 181 a 241 dias, foi 1,4% da amostra total: SC, PA e PE tiveram 0,5%, de 241 a 300 dias; 1,8%, somente uma ocorrência no PR de 1,8%. Acima de 301 dias, o percentual foi de 22,8% do total da amostra, e os estados mais expressivos em contratação de mão de obra foram PR, com 7,3%; PA, 6,4%; PE, 3,7%; SC, 2,7%; e BA, 2,7%. Por outro lado, houve 58,4% dos informantes da amostra que não souberam ou não responderam. Os dados, em termos gerais, demonstraram a necessidade e a concomitante capacidade dos agricultores familiares e das regiões (mais capitalizadas) em contratar empregados assalariados permanentes, sintoma de escassez de mão de obra familiar.

Contudo, uma ressalva se faz necessária, pois esse fator não implica necessariamente formalização das relações de trabalho, que, por vezes, não podem ser cobertas por grande parte dos agricultores familiares, dadas as baixas rendas monetárias dos estabelecimentos. Esse fator contribuiu para a informalidade dos assalariados rurais. No PR, a taxa é de 46,9%; em SC, de 49,5%; no PA, de 78,2%; em PE, de 69,1%; e na BA, 81,9% (a média das cinco UFs é de 65,1%). Um fator que auxilia a explicar a grande informalidade do trabalho rural, (além, logicamente, da falha estrutural do Estado em fiscalizar adequadamente) é a condição de morar na propriedade onde trabalha. Do mesmo modo, nos trabalhos de curta duração, a migração forçada dos agricultores familiares (temporários) que vagueiam em busca de algum trabalho, em determinados períodos do ano, contribui para o elevado percentual de informais com local de residência em áreas exclusivamente rurais (DIEESE, 2014).

³⁸ Conforme Lei 8.212/1991, art. 12, inciso VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; 2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e, c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo (BRASIL, 1991).

O trabalho do Dieese diz respeito ao local de moradia dos assalariados rurais, pois 48,8% vivem exclusivamente em áreas rurais. Esse número cai para 41,1% quando se consideram apenas os trabalhadores formais e atinge 54,1% entre os informais. Por outro lado, 51,2% dos assalariados rurais residem em áreas urbanas. Esse fator amplia o contexto que enseja profundas transformações socioeconômicas nas regiões rurais, que conjugadas com outros fatores (a importância da tecnologia, a sociabilidade capitalista, a monetarização da vida social, o apoio residual do Estado etc.) justificam os argumentos sobre a emergência de um novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola e de acumulação, conforme as concepções defendidas por Buainain *et al.* (2013, 2014).

De forma que o conjunto de indagações nos leva a refletir sobre as possibilidades apresentadas para as regiões rurais no futuro, no tocante à busca de outras atividades fora da agricultura e fora dos estabelecimentos, tema a ser ampliado na seção seguinte

AS REGIÕES RURAIS ENTRE O HOJE E O PREÇO DO AMANHÃ!

A Tabela 7.3 evidencia os principais motivos alegados pelos membros da família para buscarem outras atividades fora da agricultura e fora do estabelecimento rural. Na percepção dos chefes das famílias, 58,4% não souberam ou não responderam a essa questão. Das nove causas que foram relacionadas e representaram 41,7% da amostra, elencamos as cinco principais. Em primeiro lugar, aparece como motivo de abandono a penosidade do trabalho agrícola e renda reduzida do estabelecimento rural, em 27,9% da amostra – o PA teve o percentual mais elevado, 9,2%; seguido da BA, com 5,5%; PR, 4,6%; SC, 4,5%; e PE ficou com 4,1%.

Essa motivação representou 67% das 91 respostas válidas para a questão sobre a opção de buscar as atividades não agrícolas. O segundo destaque foi a necessidade de conciliar o trabalho com as demandas de estudo, com 5,2% da amostra – em SC, 1,9%; na BA, 1,4%; em PE, 0,9%; o PR e o PA ficaram com 0,5%. Em terceiro lugar, ficaram as adversidades climáticas, com 3,2%. Em quarto lugar, a área reduzida do estabelecimento, com 2,7% do total das amostras. O quinto motivo alegado foi a necessidade de estudar, que apareceu em 2,7% da amostra. A opção pela migração apareceu em quinto lugar, com 2,3% da amostra.

Por outro lado, chama a atenção que apenas 2,7% da amostra tenha expressado como motivo para buscar outras atividades a área reduzida dos seus estabelecimentos para as atividades agrícolas. Esse fator soa contraditório, na medida em que a terra é quase sempre defendida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, sendo um elemento importante (mas não único) na viabilização dos estabelecimentos rurais, especialmente os menores. Essa percepção é provocativa e reveladora, ao se considerar que a média de área dos estabelecimentos rurais investigados não é extensa. No PR é de 26,36 há; em SC, de 28,36 há; no PA, de 32,68; em PE, de 30,16 há; e na BA é de 20,43 ha. Nesse quesito, o PR foi o estado que apresentou o maior percentual (1,8%), enfatizando-se o problema da área reduzida do estabelecimento como condição para optar em procurar outras atividades não agrícolas a fim de aumentar ou complementar a renda da família.

As informações da Tabela 7.3 parecem conduzir os membros das famílias à procura de alternativas econômicas e de outras oportunidades que muitas vezes não podem ser alcançadas no interior dos estabelecimentos. Esse tema está diretamente relacionado com a migração seletiva dos jovens do sexo masculino e, a reboque, amplia a discussão sobre a sucessão geracional dos estabelecimentos rurais dos agricultores familiares. A temática da masculinização e do envelhecimento se tornou global e vem demonstrando seus efeitos em vários outros países, inclusive no Brasil, onde há poucos estudos a respeito. Contudo, o êxodo rural vem se apresentando sob novas formas, por meio da masculinização e o envelhecimento da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Os reflexos desses fenômenos se estendem a disponibilidade e oferta da mão de obra rural (MAIA; SAKAMOTO, 2014) e se consolidam como tendências do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola.

Tabela 7.3 – Motivos dos membros das famílias em optar pelas atividades não agrícolas

Principais motivos	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Penosidade do trabalho agrícola, a renda reduzida e irregular do estabelecimento	N	10	10	20	9	12	61
	%	4,6	4,5	9,2	4,1	5,5	27,9

Continua

Continuação da tabela 7.3

Principais motivos	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Adversidades climáticas	N	0	0	1	5	1	7
	%	0	0	0,5	2,3	0,5	3,2
Área reduzida do estabelecimento	N	4	1	0	0	1	6
	%	1,8	0,5	0	0	0,5	2,7
Migração (necessidade de conciliar trabalho e estudo)	N	1	4	1	2	3	11
	%	0,5	1,9	0,5	0,9	1,4	5,2
Construção de agroindústria caseira	N	1	0	1	1	0	3
	%	0,5	0	0,5	0,5	0	1,4
Enfermidade (pessoal ou de membros da família)	N	0	0	1	0	0	1
	%	0	0	0,5	0	0	0,5
Dificuldades de alocar mercado para os produtos agropecuários	N	0	1	0	0	0	1
	%	0	0,5	0	0	0	0,5
Disponibilidade de mão de obra familiar	N	0	0	1	0	0	1
	%	0	0	0,5	0	0	0,5
Não sabe/não respondeu	N	34	34	25	8	27	128
	%	15,5	15,5	11,4	3,7	12,3	58,4
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Toledo (2017)

A Tabela 7.4 mostra as expectativas dos agricultores familiares chefes das famílias. Quando indagados sobre a possibilidade de evasão de algum dos membros da sua família em migrar para a cidade, 47,5% da amostra manifestou o desejo de fazer essa opção. Os dados mostram ainda que apenas a superação da variável econômica não explica adequadamente os desejos de abandono, como no caso do PR, em que o percentual foi de 10,5%; em SC, de 8,2%, estados considerados com condições econômicas mais favoráveis; no PA, o percentual foi de 14,2%; em PE, de 4,6%; e, na BA, de 10,0%. A resposta negativa foi de 2,7%, enquanto 49,8% dos informantes não sabem ou não responderam à questão.

Os dados apresentados no trabalho de campo são semelhantes aos encontrados por Toledo (2009) em outro trabalho, ao investigar os agricultores familiares de Salvador das Missões (RS), na medida em que o argumento principal encontrado foi a renda reduzida e a penosidade na execução do trabalho agrícola. Esse fator foi responsável pela opção da migração em 53,3% naquela amostra pesquisada.

Tabela 7.4 – Expectativa de migração para a cidade

Expectativa	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Sim	N	23	18	31	10	22	104
	%	10,5	8,2	14,2	4,6	10,0	47,5
Não	N	3	1	0	0	2	6
	%	1,4	0,5	0,0	0,0	0,9	2,7
Não sabe/não respondeu	N	24	31	19	15	20	109
	%	11,0	14,2	8,7	6,8	9,1	49,8
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: dados da pesquisa (2014)

O trabalho de coleta de informações da pesquisa optou pela modalidade do estudo de caso. Dessa forma, exige-se a adoção de cautela ao fazer inferências generalizantes para universos mais ampliados. Entretanto, os dados indicam uma tendência que não deve ser negligenciada, na medida em que o processo de êxodo rural com a masculinização e o envelhecimento são fenômenos culturais e sociais complexos e não se apresentam como processos recentes nem isolados na realidade agrária brasileira. Os dados históricos apresentados pelos censos demográficos demonstraram que desde 1950 até 2010 as regiões rurais brasileiras perderam 51,2 milhões de habitantes (IBGE, 2010b), e continuam perdendo, ainda que em ritmo menos intenso. Ou seja, a permanência das populações nas regiões rurais é um enorme desafio que a sociedade brasileira ainda não soube equacionar. A realidade parece indicar que o Brasil ainda não conseguiu encontrar o lugar adequado e a contribuição das regiões rurais para o desenvolvimento do país.

Essa cifra supracitada, por si só, confirma que o tema dos estudos demográficos necessita ser urgentemente ampliado, a fim de compreender a situação atual e suas implicações sobre os destinos do desenvolvimento agrário e agrícola das regiões rurais brasileiras. Esses conhecimentos são fundamentais para que sejam elaboradas políticas e ações a fim de modificar, amenizar ou, mesmo, se adaptar à nova dinâmica demográfica rural. Maia (2014), ao analisar os dados históricos dos censos demográficos, observou que ainda há um cenário persistente de êxodo rural. Embora admita que houve desaceleração dessa tendência, especialmente notada a partir dos anos 2000, assinalar que:

A família rural, que, em 1991, caracterizava-se por um casal com dois filhos, agora caracteriza-se por um casal com um filho em idade escolar. Se persistirem as tendências observadas nas últimas décadas, há ainda a grande probabilidade de esse jovem alcançar níveis mais elevados de escolaridade do que seus pais e obter um emprego mais bem remunerado no setor de serviços das áreas urbanas (MAIA, 2014, p. 1.096).

No tocante à expressão e ao poder do êxodo, e ao reforçar a ideia admissível da crescente urbanização, Veiga (2002) critica a metodologia utilizada pelo IBGE para definir e diferenciar o que é urbano e rural, um rescaldo do “entulho getulista”, que na visão do autor desqualifica as regiões rurais ao não as valorizar como possíveis estratégias para promover o desenvolvimento do país. Essa visão talvez contribua para difundir as condições sociais e estruturais deficientes do meio rural, que para os jovens são vistas como castigo, e não como projeto de vida, e justifica, inclusive, a migração em busca de outras oportunidades.

A Tabela 7.5 mostra as expectativas captadas com os agricultores familiares (chefes dos estabelecimentos) em relação à continuidade da profissão de agricultor e ao legado gestado em décadas de experiência, que pode ser capturado pela família para a condução dos estabelecimentos rurais. Os dados informam que 67,1% desejaram que os filhos continuassem: no PR, 18,7%; em SC, 18,3%; e, no PA, 13,7%, sendo os estados mais expressivos. Na BA o percentual foi de 10,5%; e em PE, 5,9%; e 30,6% responderam que não desejariam.

Tabela 7.5 – Expectativas dos pais em relação aos filhos seguirem a profissão de agricultor

Expectativas	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Sim	N	41	40	30	13	23	147
	%	18,7	18,3	13,7	5,9	10,5	67,1
Não	N	9	9	19	11	19	67
	%	4,1	4,1	8,7	5,0	8,7	30,6
Não sabe/não respondeu	N	0	1	1	1	2	5
	%	0,0	0,5	0,5	0,5	0,9	2,3
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Toledo (2017)

De modo que a conservação e a transmissão de um patrimônio socio-cultural e material que compõem a unidade de produção familiar constituem um modelo incomum, e ao se carregarem essas funções e atribuições desempenham “um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar” (LAMARCHE, 1993, p. 13). Isso posto, destaque-se que a família ainda é o ponto central de referências e a mensageira número um dos valores atribuídos pela socialização dos sentidos do trabalho agrícola, da profissão e da propriedade. Almeja-se que o legado de muitas décadas de labutas e experiências possa ser revelado e transmitido aos filhos, na esperança de continuidade e manutenção dos estabelecimentos. É adequado o destaque realizado por Mancuso (1975), que anota:

Entre os vários motivos apresentados pelos atores sociais para explicar o apego que sentem pela vida rural, o costume e o fato de terem nascido e crescido em um determinado local aparece repetidas vezes. [...] Desta forma, a identidade do ator rural se define com relação ao lugar onde está e onde sempre viveu. Seus valores, seus padrões de comportamento, sua visão de mundo que integram a sua personalidade foram por ele obtidos, através do processo de socialização, dentro dos limites do Sistema Social Rural. Sua concepção de liberdade assim construída ressalta a importância do Sistema Natural. A cidade, com seus valores e padrões de comportamento diferentes, ameaça à identidade social dos atores rurais (MANCUSO, 1975, p. 134-136).

Em última instância, muito das questões apontadas nessa citação partia do mundo circunscrito do estabelecimento rural como o espaço social que determinava a forma de viver e se portar, bem como influenciava nas necessidades de produção e de consumo da família, mas que agora opera sob novas demandas econômicas e culturais. Estamos a viver em um intenso e amplo processo de mercantilização e monetarização da vida social, reflexos que expressam a evolução e a ruptura estrutural da composição interna da propriedade e, do mesmo modo, da família rural, que no passado era composta em um mesmo lugar de produtores e consumidores (CHAYANOV, 1974). Agregando a visão de Kiyota e Perondi (2014), a renda é um importante fator condicionante do processo de sucessão geracional dos estabelecimentos rurais, mas não deve ser tomada como exclusiva. Entretanto, os dados da pesquisa revelaram que em quase 60% dos estabelecimentos as rendas médias (R\$ 168,00 por indivíduo) são extremamente baixas.

Os estudos de Abramovay (1998) e de Silvestro *et al.* (2001) enfatizaram que as possibilidades de permanecer nos estabelecimentos rurais têm muito a ver com as condições de obter renda. Entretanto, essa abordagem é frequentemente negligenciada ou é demasiadamente superficial, pois parte expressiva dos cientistas sociais, organizações não governamentais e sindicatos representantes da agricultura familiar ainda têm uma perspectiva fantasiosa e anticapitalista a respeito das perspectivas e necessidades financeiras dos agricultores e resistência em admitir que a agricultura está se transformando cada vez mais em atividade regida por leis econômicas e que visa ao lucro e à acumulação material.

Em outra abordagem, a educação formal vem assumindo importância na vida dos que estão em busca de uma melhor formação, a fim de prepará-los para os desafios da vida e do mundo. Nesse aspecto, são reveladores e sintomáticos os apontamentos realizados por Brumer e Spanevello (2008):

[...] não são únicos nem isolados, mas interligados entre si e dizem respeito às condições socioeconômicas familiares e da unidade produtiva; ao tipo de trabalho (agrícola ou não agrícola) realizado; às oportunidades de trabalho existentes na agricultura familiar e em atividades não agrícolas no meio rural ou nas cidades próximas aos locais de residência, para jovens de ambos os sexos; à educação; ao acesso ao lazer, ao tipo de lazer existente e às expectativas dos jovens sobre o lazer no meio rural; à participação e ao envolvimento em movimentos sociais; à possibilidade de o jovem ter trabalho remunerado e autonomia para tomar decisões sobre seu

trabalho e seus gastos pessoais; à perspectiva de herdar a propriedade; à percepção sobre o trabalho agrícola e o modo de vida no meio rural; ao acesso ao crédito e a políticas públicas de auxílio aos jovens; à perspectiva matrimonial com moças ou rapazes do meio rural. São dimensões que constroem as razões e as motivações dos jovens de querer ou não ser agricultor (a), de querer ou não ficar no meio rural (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 13).

O trabalho de Kiyota e Perondi (2014) concluiu ainda que há uma tendência, encontrada igualmente em outros trabalhos (ABRAMOVAY, 1998), que evidencia o maior nível de escolaridade e a evasão das jovens mulheres na busca por uma melhor posição no mercado de trabalho. No quesito da educação, apesar de progressos, as regiões rurais apresentam baixos níveis de educação formal. O trabalho de campo demonstrou ainda que a evasão dos chefes dos estabelecimentos rurais determinada pela busca de educação é a segunda razão de abandono do meio rural, em 5,2% dos casos da amostra investigada. A primeira foi a penosidade do trabalho agrícola, a renda reduzida e irregular do estabelecimento (27,9%), conforme apresentado na Tabela 7.3. A Tabela 7.5 retratou uma previsão (muito mais próxima de um desejo dos chefes dos estabelecimentos) de dar continuidade às atividades agropecuárias no curto prazo, em caso de impedimentos.

Na Tabela 7.6 foi informada a perspectiva percebida pela lógica dos filhos dos agricultores, que supostamente poderiam seguir a profissão dos pais. Em 55,7% dos casos, os informantes responderam que existem condições favoráveis para que algum membro da família assuma o comando do estabelecimento rural em um determinado momento; e o PR foi o estado que apresentou o maior percentual de respostas afirmativas, em 13,7% do total da amostra; SC vem em segundo, com 12,8%; depois BA, com 11,9%; PA, com 11,0%. PE ficou com 8,2%, enquanto 32,0% da amostra respondeu que não gostaria de continuar, e pela ordem o PR, com 7,8%; SC, com 6,8%; PA, com 8,2%; PE, com 2,7%; e BA, com 6,4% – 12,3% dos entrevistados não souberam ou não responderam à questão.

Outros estudos sobre o tema parecem concordar que há um sintomático despreparo e uma despreocupação quanto à sucessão no comando das propriedades familiares. Há um contingente significativo de estabelecimentos rurais que não apresentaram nenhum sucessor, dado evidenciado pelo trabalho realizado na região do Vale do Taquari (RS) pela Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES, 2005), segundo o qual o

percentual encontrado entre os agricultores familiares foi de 32,5% para as mais de 28.000 propriedades familiares existentes nos 37 municípios que compõem aquela região do Rio Grande do Sul. São poucos os estudos sobre essa temática, que merece ser ampliada visando captar a realidade das demais regiões rurais brasileiras.

Tabela 7.6 – Perspectiva na sucessão dos estabelecimentos (visão dos filhos)

Possibilidades	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Sim	N	30	28	24	14	26	122
	%	13,7	12,8	11,0	6,4	11,9	55,7
Não	N	17	15	18	6	14	70
	%	7,8	6,8	8,2	2,7	6,4	32,0
Não sabe/não respondeu	N	3	7	8	5	4	27
	%	1,4	3,2	3,7	2,3	1,8	12,3
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: Toledo (2017)

Nessa linha, Toledo (2008, p. 3) alerta que, diante das transformações socioculturais das regiões rurais, “já não há mecanismos seguros que garantam a permanência da juventude rural junto às propriedades dos pais”. Está ocorrendo uma crise e uma ruptura entre as perspectivas de vida assumidas pelos pais e a esperada pelos seus filhos na continuidade das atividades do estabelecimento, que são vistas como penosas e de baixa remuneração. “[...] o que parece demonstrar que esses não vislumbram expectativas e atrativos que venham transformar o meio rural em um local adequado para o projeto de suas vidas” (TOLEDO, 2008, p. 6). Por outro lado, há registro de tendências que apontam para o retorno ao meio rural pelas populações urbanas a fim de desfrutarem e consumirem as “amenidades rurais” por meio do turismo rural ou, mesmo, como local de moradia. Essa opção tem sido buscada especialmente pela classe média urbana desejosa de fugir da “agitação, correria e insegurança” dos grandes centros urbanos (MONTE-BLANCO, 2016). Contudo, essa tendência pode ser entendida como um evento residual cujo objetivo principal não é “viver da agricultura”.

É um fato aceito que os grupos humanos não produzem apenas as condições da vida material, mas, ao fazerem isso, ao mesmo tempo, elaboram um conjunto de representações e valores sociais e morais que estão diretamente conectados com as condições de existência cotidiana. Dessa forma, para compreender os sentidos atribuídos às transformações morais e às visões de mundo, é necessário refletir sobre as mudanças socioeconômicas e culturais às quais os indivíduos estão submetidos. Os seja, as condições materiais influenciam e, por vezes, determinam de alguma forma a consciência dos indivíduos, confirmando as premissas de Marx (2004), quando se busca construir as condições materiais. Refletem, inclusive, nas representações sociais e na formulação de projetos.

Apesar das dificuldades, a maioria dos agricultores familiares entrevistados manifestou crença e fé nas atividades da agricultura e em possibilidades de desenvolvimento de um futuro promissor para a família (Tabela 7.7). É possível que o “otimismo” dos agricultores possa ser entendido pela necessidade dos centros urbanos em consumir comida farta e barata. Entretanto, o sistema de produção agropecuária da atualidade integra apenas uma pequena parte de agricultores ao mercado de fornecedores. O modo de produzir é altamente tecnificado e integrado por meio de diversas cadeias ligadas a vários complexos agroindustriais. Mesmo que as unidades familiares de produção possam ser consideradas por algumas unidades de produção não capitalista, elas se tornaram funcionais ao modo de produção capitalista e dispostas às mesmas vicissitudes do capitalismo, à competição e à concorrência contínua. Entretanto, essa concepção não deve ser estendida a todos os agricultores, pois há aqueles, ainda que minoritários, que acreditam e lutam por alternativas e formas produtivas que vão de encontro ao modelo de produção agropecuário dominante.

Gualda (2007) enumerou três arranjos distintos que podem ser adotados para desenvolver a agricultura familiar. A primeira, de cunho marxista, parece ser dominante nos estudos rurais brasileiros e anota que parte expressiva da agricultura familiar vai, no longo prazo, desaparecer, diante das dificuldades em se adaptar às exigências produtivas e tecnológicas do desenvolvimento agrícola. A segunda, denominada de “neopopulismo ecológico”, aposta nos atributos que destacam a autonomia relativa do agricultor familiar, ao enfatizar o uso dos recursos locais, na diversificação produtiva, além das possibilidades de uso sustentável dos recursos por meio dos sistemas de produção tradicionais. A terceira, a agroecologia, procura fazer uma composição com as duas primeiras posições.

A estratégia deveria ser olhar a agricultura familiar para muito além da visão reducionista e focada apenas na produção de subsistência, ao defender que a integração ao mercado de produtos agropecuário e insumos deve ser realizada atentando e controlando a dependência dos agricultores no processo. É possível, segundo a visão de Gualda, viabilizar uma agricultura familiar fortemente inserida em mercados cada vez mais dinâmicos e competitivos, com o uso intensivo de tecnologias modernas. Apesar da visão otimista do autor, esse processo está exacerbando a diferenciação social entre os agricultores e entre as regiões rurais, e ainda resta uma incômoda pergunta a fazer: para quantos?

A Tabela 7.7 mostra que 72,6% da amostra defendeu que há perspectivas positivas para o desenvolvimento da agricultura e, por consequência, confia que ela possa trazer prosperidade social e econômica para as famílias rurais. Os estados tradicionalmente com a agricultura familiar consolidada apresentam os melhores índices: PR com 17,4%; SC, 16,9%; PA, 17,4%; PE 12,3%; BA, 8,7%. Respondeu negativamente 22,4% da amostra.

Tabela 7.7 – Expectativas positivas em relação à agricultura e a suas famílias

Expectativas	Unidade da Federação					Total	
	PR (3)	SC (1)	PA (3)	PE (1)	BA (2)		
Sim	N	38	37	38	19	27	159
	%	17,4	16,9	17,4	8,7	12,3	72,6
Não	N	8	11	9	6	15	49
	%	3,7	5,0	4,1	2,7	6,8	22,4
Não sabe/não respondeu	N	4	2	3	0	2	11
	%	1,8	0,9	1,4	0,0	0,9	5,0
Total	N	50	50	50	25	44	219
	%	22,8	22,8	22,8	11,4	20,1	100

Fonte: dados da pesquisa (2014)

A visão positiva dos agricultores com relação a agricultura e bem-estar familiar pode ser atribuída ao fato de a família ser proprietária/possuidora dos meios de produção, à aptidão pelo trabalho na terra e aos valores e tradições (patrimônio sociocultural intangível) construídos em torno da, e, também, para a família (TEDESCO, 2001). Foi o conjunto de valores socializados por meio da relação com o trabalho, do agrupamento

afetivo e da visão da terra como extensão do próprio lar. Há, portanto, uma gama de estudiosos que vislumbram uma racionalidade intrínseca/diferenciada do agricultor familiar e que vai muito além da relação capital-terra. Esse fator se apoia na percepção de que os agricultores possuam novas visões sobre o que seja desenvolvimento econômico, social e político, que porventura possam ser distintas do *mainstream* do capitalismo, em seu sentido visceral. Dito de outro modo, tem-se a crença de que os agricultores familiares, em sua forma de produzir, alcancem oferecer condições de prosperidade, de bem-estar e no uso diferenciado dos recursos a todos indistintamente.

Esse arranjo de cosmovisões, ao ser capturado pelo ponto de vista cultural por uma parte da sociedade, é traduzido numa macroideia cujo escopo está na sustentabilidade e que pressupõe ser uma virtude da pureza inseparável da agricultura familiar em face de outros modelos de produção considerados politicamente incorretos e ambientalmente insustentáveis. Essa concepção pressupõe estruturar novas formas de produção, cujos produtos carregam atributos distintos e diferenciados, que possam ser reproduzidas culturalmente e tecnicamente a fim de criar mercados diferenciados, por meio do desenvolvimento de modelos de produção agrícolas alternativos (ALMEIDA, 2009; EHLERS, 1996).

O “otimismo” expresso pelos agricultores familiares e representado no índice de 72,6% da amostra e que foram apresentados na Tabela 7.7 contrasta com as condições objetivas da realidade na medida em que expressiva parte deles, pelos dados apurados nessa pesquisa, está vivendo abaixo dos padrões mínimos de decência social e de institucionalidade (NAVARRO, 2001). Essa percepção aguça e necessidade de cientistas sociais e organizações dos agricultores familiares problematizarem e buscarem conhecimentos empíricos e analíticos para a elaboração de uma nova narrativa discursiva, a fim de se justificar e se aproximar da realidade. Inclusive, para desconstruir a ideia de bem-estar e prosperidade calcada em grande parte nos valores artificiais e materiais instituídos em grande parte pelas ciências econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo, em face dos dados apresentados pela pesquisa de campo, foi possível inferir que a fragilização do ingresso de renda regular dos estabelecimentos rurais, diante das transformações socioeconômicas das regiões rurais, induz os agricultores familiares a buscarem novas for-

mas de trabalho por meio de atividades não agrícolas, com o objetivo de garantir e ampliar o ingresso de renda, inclusive alguns membros optando pela migração.

Nas regiões rurais do Brasil, há 3,74 milhões de pessoas trabalhando em atividades não agrícolas (IBGE, 2014a). Essa estratégia é apontada como uma alternativa importante para a composição do apertado orçamento dos agricultores familiares. A opção de buscar as rendas de atividades não agrícolas está diretamente conectada à disponibilidade de mão de obra familiar e à existência de mercado de trabalho. No trabalho de campo, foi possível identificar que essa estratégia é mais presente nos estados do NO e NE, em termos percentuais, mas que auferem menos recursos. Nessas regiões, há uma relativa oferta de mão de obra, pois as famílias têm um número maior de filhos, apesar de os dados censitários revelarem que a população rural continua reduzindo, especialmente no NE, embora com um ritmo menos intenso do que ocorria nas décadas passadas (IBGE, 2010b).

As referências apresentadas neste artigo buscaram ponderar sobre as necessidades impostas pela monetarização da vida social dos agricultores familiares, que igualmente produzem mudanças nos comportamentos sociais expressos na busca de alternativas de renda que auxiliem a compor o orçamento dos estabelecimentos rurais. Dessa forma, as rendas não agrícolas se apresentaram como alternativa para 30,1% da amostra, mas 69,9% não contaram com essa possibilidade. Foi entendido que os ingressos mais consideráveis estão nas regiões mais abastadas (Sul), oriundos, especialmente, da venda de serviços especializados de máquinas agrícolas – e os membros das famílias encontram maiores possibilidades de emprego no setor industrial. Para as regiões do NO e NE, as rendas são provenientes da venda da mão de obra contratada em serviços diversos, e o volume de recursos auferidos foi reduzido.

No conjunto investigado, se consideramos as rendas médias e originárias das atividades estritamente agrícolas, podemos aludir que elas representam consideráveis riscos de exclusão para 56% de estabelecimentos investigados. O trabalho de pesquisa identificou a remuneração de R\$ 168,18 mensais por pessoa nesses estabelecimentos, tomando por base o salário mínimo de 2013 (R\$ 678,00), e localizados especialmente nas regiões Norte e Nordeste (nos municípios localizados em PA, PE e BA). Para esse patamar de renda oriunda das atividades agrícolas, as rendas não agrícolas se tornam um elemento importante para o orçamento familiar, mas revelam

ao mesmo tempo a fragilidade estrutural de produção dos estabelecimentos em gerar renda compatível com as necessidades da família.

Outro aspecto percebido nos dados da pesquisa é que a busca de alternativas de renda por parte dos membros da família em outras atividades enfatiza visões diferenciadas em relação às expectativas dos pais, pois 67,1% deles esperam que os filhos continuem na profissão de agricultor. Os filhos (ou outros) responderam, positivamente, possuir expectativas de dar continuidade às atividades dos estabelecimentos rurais em 55,7% das respostas, os outros 45% desejam buscar fontes alternativas de geração de renda.

Outro aspecto salientado: apesar das dificuldades da atividade, parte expressiva dos agricultores chefes dos estabelecimentos (72,6%) ainda possui uma visão positiva da agricultura, e de suas possibilidades em produzir renda monetária, bem-estar para a família e para a manutenção do estabelecimento. Das causas relacionadas pelos membros da família em substituir as atividades agropecuárias por atividades não agrícolas, a primeira delas foi a renda reduzida e irregular e a penosidade do trabalho no estabelecimento rural, em 27,9% do total da amostra (mas isso representou 67% das 91 respostas válidas para a questão). O PA foi o estado que apresentou o percentual mais alto, 9,2%, seguido do estado da BA, com 5,5%; PR, 4,6%; SC, 4,5%; e PE, 4,1%. Esse motivo foi igualmente alegado em 26,4% da amostra, quando os agricultores foram indagados sobre as razões de abandono dos estabelecimentos rurais. Os dados mostram que o aceno com garantia de renda e penosidade do trabalho é aspecto que influencia na decisão de buscar outras modalidades de emprego e renda.

De forma que o acesso à renda regular, de acordo com Kiyota e Perondi (2014), está diretamente relacionado com a opção da migração seletiva de jovens do sexo feminino, especialmente, pois possuem nível de escolaridade formal mais elevado. É sabido que, na sucessão geracional nos estabelecimentos rurais, a renda é um importante fator condicionante e igualmente importante para os jovens do sexo masculino, mas não é o único. O fato é que a capacidade de geração de renda adequada e compatível com as necessidades dos membros da família traz a centralidade de discussão sobre a sucessão nos estabelecimentos rurais. A segunda causa para buscar a alternativa das atividades não agrícolas foi expressa pelas adversidades climáticas em 3,2% da amostra; a área reduzida do estabelecimento e a necessidade de estudar foi a terceira causa, em 2,7%.

De forma que as necessidades de ingressos financeiros estão se impondo como condições basilares de permanecer e de assumir os empreendimentos administrados pelos pais. Contudo, na ausência de perspectivas, não descartam a opção da migração forçada, pois 47,5% dos membros das famílias externalizaram expectativas em migrar para a cidade em busca de condições econômicas e sociais mais adequadas. O conjunto articulado de dados revela a necessidade de o Estado e as organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos, instituições de pesquisa etc.) adotarem uma postura proativa sobre a temática de sucessão geracional dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar. Há urgência em produzir informações e análise sobre a extensão e as influências do novo padrão de desenvolvimento agrário e agrícola sobre as possibilidades de ser, estar e permanecer nas regiões rurais e nas condições que estão transformando cada vez mais a agricultura em atividade concorrencial e econômica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? *In*: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidade e perspectiva. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 149-178.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BARTHEZ, A. Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. *In*: ARKLETON RESEARCH, **Cambio rural en Europa**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1987. p. 161-179.
- BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. *In*: CAMARGO, G.; FILHO, M. C.; FÁVARO, J. L. **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11718.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm. Acesso em: 8 jan. 2019.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da região Sul do Brasil**. Relatório de pesquisa. Porto Alegre; Chapecó: UFRGS; FETRAF-Sul-CUT, 2008.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

BUAINAIN, A. M. *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? *In*: NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013. p. 29-70.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Brasília: [s. n.], 1999. Disponível em: http://e.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf. Acesso em: 6 mar. 2016.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4.

CARNEIRO, M. J. P. **Agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos: Nueva Visión, 1974.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. 2014. São Paulo. Disponível em: <http://e.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-590.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUALDA, N. L. P. **Agricultura familiar versus modelo agroexportador: o falso dilema da não coexistência**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. Londrina. Disponível em: <http://e.pce.uem.br/artigos/artigo.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: e.ibge.gov.br. Acesso em: 10 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo IBGE 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=29>. Acesso em: 19 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <http://e.sidra.ibge.gov>. Acesso em: 22 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra**. Censo agropecuário 2014. Rio de Janeiro: IBGE 2014a. Disponível em: <http://e.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra**. Censo demográfico 2014b. Rio de Janeiro: IBGE 2014b. Disponível em: <http://e.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp>. Acesso em: 14 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra**. Pnad 2014. Rio de Janeiro: IBGE 2014c. Disponível em: <http://e.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnadc/default.asp>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 23-44, 1993.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? *In: BUAINAIN, A. M. et al. (org.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.* Brasília: Embrapa, 2014. p. 1.011-1.045.

LAMARCHE, E. **Agricultura familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School**, Manchester, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. *In: BUAINAIN, A. M. et al. (org.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.* Brasília: Embrapa, 2014. p. 1.082-1.099.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.* Brasília: Embrapa, 2014. p. 621-652.

MANCUSO, M. I. R. **O fenômeno da permanência no sistema social rural.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MONTEBLANCO, F. L. **O espaço rural na Campanha Gaúcha:** Santana do Livramento das origens à reforma agrária. [S. l.]: Paco Editorial, 2016.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

PLOEG, J. D. V. D. **Ecología, campesinato e historia.** Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SILVA, A. G. D.; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira.

In: BUAINAIN, A. M. *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 945-977.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOUZA, G. S. *et al.* **Um modelo de produção para a agricultura brasileira e a importância da pesquisa da Embrapa**. Brasília: Embrapa (SGE), 2012. Não publicado.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

TOLEDO, E. N. B. A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção. **Rel-UITA**, [s. l.], 29 jul. 2008. Agricultura. Disponível em: http://www6.rel-uita.org/agricultura/desafios_juventude_rural.htm. Acesso em: 7 jan. 2019.

TOLEDO, E. N. B. **A monetarização da vida social e a gramática econômica da agricultura familiar: acumulação e sustentabilidade**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TOLEDO, E. N. B. **O Pronaf em Salvador das Missões (RS): contradições de uma política de crédito**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOLEDO, E. N. B.; TONI, F. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras? **Colóquio** – Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 13, n. 1, p. 89-107, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/381>. Acesso em: 10 maio 2019.

UNIDADE INTEGRADA VALE DO TAQUARI DE ENSINO SUPERIOR (UNIVATES). **Dinâmica populacional e sucessão na agricultura familiar no Vale do Taquari**: pesquisa de opinião pública. Lajeado: UNIVATES, 2005.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. 304 p.

UMA LEITURA DA AGROPECUÁRIA DO OESTE CATARINENSE À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Eduardo von Dentz

Alessandro Viceli

INTRODUÇÃO

A agropecuária se configura numa das mais importantes atividades de geração de riqueza da economia brasileira. Trata-se de um segmento das atividades sociais e econômicas que responde pela produção de alimentos da qual toda parcela da sociedade se beneficia. Assim, a disseminação das práticas agropecuárias pelas diferentes porções do território aumentou significativamente as possibilidades de produção de alimentos e de produção de renda. A difusão da agropecuária no Brasil e no mundo, portanto, ocorreu em função dos avanços técnicos, científicos e tecnológicos, a exemplo do que ocorreu em outros setores, como na indústria (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

No Brasil, sobretudo após 1960, com a chamada “Revolução Verde”, intensificou-se a mecanização das atividades agropecuárias, paralelamente a um forte processo de industrialização e de crescimento das cidades (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Um dos desdobramentos do conjunto desses processos, mais conhecido como êxodo rural, causou, grosso modo, o esvaziamento do campo e o inchaço das cidades brasileiras. Com isso, os estudos sobre as cidades (por terem se tornado o principal espaço de moradia do povo brasileiro) e sobre a agropecuária (por ter se modernizado e se tornado o espaço de menor incidência da população) aumentaram significativamente. A modernização agropecuária no Brasil, portanto, tem no marco temporal de 1960 um momento crucial no seu processo de intensificação, sobretudo pela introdução de maquinaria pesada no setor. Outrossim, a agropecuária passou por um longo período de altos e baixos, de maneira que a década de

1990, em função da adoção das políticas neoliberais do governo FHC, talvez possa ser considerada um dos piores períodos para o setor.

Por outro lado, ao adentrar-se na década de 2000 o cenário muda consideravelmente. Cabe apontar que os avanços ocorridos no âmbito das políticas públicas, investimentos no setor econômico-produtivo e nos diferentes segmentos econômicos da agropecuária, após os anos 2000, ocorreram no contexto demonstrado por Bielschowsky (2014). Esse contexto ressalta que o ponto central que proporcionou o crescimento do setor agropecuário se deu, principalmente, em função de três frentes de expansão, comum a um conjunto de países que possuem:

- Um amplo mercado interno de consumo de massa – que será tanto mais amplo quanto melhor vier a ser a distribuição da renda – e também uma estrutura produtiva potencialmente capaz de vir a realizar localmente boa parte da produção em larga escala correspondente, nos setores primários, industriais e de serviços, sem prejuízo de ampliar as exportações;
- uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais; e
- perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social). Se os impulsos à expansão da capacidade produtiva derivados dessas três correntes de demanda efetiva vierem a ser adequadamente traduzidos em expansão do investimento no país (BIELSCHOWSKY, 2014, p. 115).

Nesse sentido, o período de crescimento econômico vivido pelo Brasil entre 2003 e 2014 também refletiu na vida econômica de Santa Catarina e do Oeste catarinense (recorte espacial deste texto), de maneira que no período 2002-2017 o crescimento médio do PIB brasileiro foi de 2,48% ao ano, o crescimento médio do PIB de Santa Catarina foi de 2,37% ao ano e o PIB do Oeste catarinense apresentou média de crescimento de 3,19% ao ano (ESPÍNDOLA, 2016). Assim, as atividades agropecuárias cumpriram papel fundamental na expansão econômica demonstrada, de maneira que a agropecuária, além de contribuir diretamente na participação do PIB, indiretamente está associada aos setores da indústria, do comércio e dos serviços. Nesse contexto, tendo em conta o papel das políticas públicas e a realidade agropecuária desvendada pelos dados do censo agropecuário de 2017, o objetivo do presente texto é demonstrar o papel das políticas

públicas³⁹ no cenário recente da agropecuária do Oeste catarinense com base nos dados do censo agropecuário de 2017.

Metodologicamente, a construção do texto seguiu três passos: 1) levantamento bibliográfico e levantamento de dados; 2) organização e sistematização dos dados; e, 3) análise dos dados e cruzamento com a bibliografia levantada. Nesse sentido, para alcançar o objetivo anteposto, além desta introdução, este capítulo encontra-se dividido em três partes: primeiro, discorreu-se sobre o papel que as políticas públicas, especialmente o Pronaf, exerceram na modernização das atividades agropecuárias da região Oeste catarinense; a segunda parte versa sobre a realidade agropecuária encontrada no Oeste catarinense, considerando os dados agropecuários do censo de 2017; e na terceira parte encontram-se as considerações finais.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DO OESTE CATARINENSE

Após os anos 2000, com a ascensão de um novo momento econômico no Brasil, inúmeras mudanças ocorreram no sistema de produção da agropecuária brasileira. A ampliação da atuação de grandes empresas internacionais e a reorganização dos programas estatais de financiamento agrícola figuram nas duas vertentes principais com base nas quais a agropecuária sofreu essas mudanças, fazendo modificar os usos do território (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Nesse sentido, embora a década de 1990 tenha sido marcada pelo corte de recursos destinados ao financiamento privado do custeio agrícola, a década de 2000 marcou a ampla liberação de recursos financeiros via programas federais para cooperativas agrícolas e agricultura familiar, por um lado, e, por outro lado, para financeirização da especulação dos títulos agropecuários, assim como as *tradings* transnacionais, resultando num significativo impacto econômico para a agropecuária brasileira como um todo (MEDEIROS, 2013).

A atuação do capital financeiro na dinâmica da agropecuária brasileira é inerente à ampliação do crescimento dos recursos via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No caso do BNDES, por exemplo, em fins da década de 1990 esse banco se tornou um dos principais agentes do financiamento

³⁹ A política pública de maior intervenção econômica e social na agropecuária da região Oeste catarinense é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

agropecuário, sobretudo nos investimentos em maquinário agrícola de grande porte e para a agroindústria. De acordo com Espíndola (2016), em 2010, já avançados os anos da política do governo Lula, os recursos para a agropecuária representaram 20% do total de desembolsos do BNDES (BNDES, 2011, p. 1). Em 2010 “o Banco liberou para a agropecuária de agroindústria, o montante total de R\$ 34,3 bilhões, o que corresponde a 41,8% dos valores do crédito rural” (MEDEIROS, 2013, p. 2). Considerando os valores do BNDES destinados à agropecuária, estes representavam 3,4% do total em 1997 e em 2011 chegaram a 13,1% dos valores do crédito rural total (MEDEIROS, 2013).

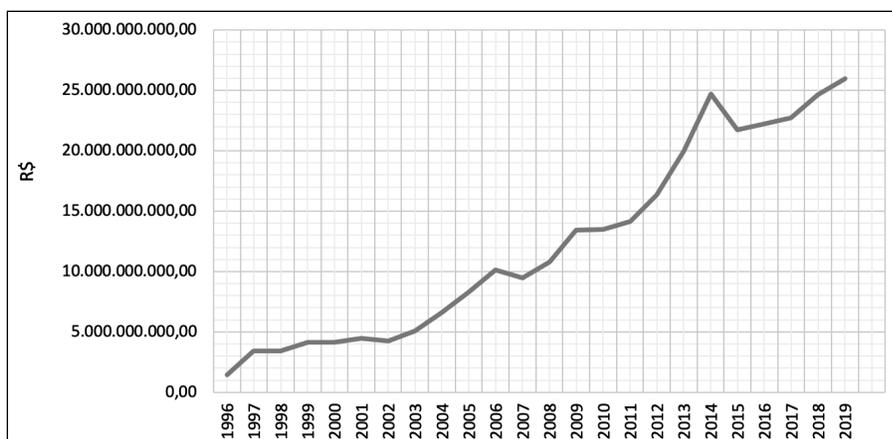
A tomada de recursos por parte da agropecuária foi significativa. Medeiros (2013) corrobora Coutinho (2009) ao assinalar que o setor agropecuário (com petróleo e gás; energia e logística) foi definido como alvo prioritário dos investimentos realizados pelo BNDES, de modo a promover o crescimento da economia brasileira. Aqui também está a importância de entender que o Estado é o principal promotor das políticas de modernização da agropecuária (pequena, média e grande) no Brasil, à luz, sobretudo, da política de distribuição de crédito rural. Nesse sentido, a partir da retomada da política de distribuição de crédito para a agropecuária nos anos 2000, a agropecuária como um todo foi beneficiada, tornando esse setor da economia um dos mais estratégicos setores de investimento do governo, a fim de impulsionar os avanços produtivos e econômicos. Assim:

No governo Lula, o crédito rural cresce significativamente, e passa por mudanças importantes, como a criação do plano safra da agricultura familiar e a maior participação das cooperativas agropecuárias. O crédito passou a ser tratado pelos formuladores de política, não mais apenas como instrumento de financiamento da produção, mas como elemento no combate às desigualdades regionais. Priorizou-se o aumento de repasses para as regiões norte e nordeste, bem como para pequenos produtores das regiões Sul e Sudeste. Ao mesmo tempo, permaneceu a vinculação do crédito às principais culturas de grande escala e de interesse nos mercados externos, para viabilizar superávits da balança comercial. Tanto o agronegócio quanto os produtores familiares conseguiram institucionalizar suas demandas nas políticas de financiamento (MEDEIROS, 2013, p. 2).

Os apontamentos de Medeiros (2013) corroboram os dados apontados nos Gráficos 8.1 e 8.2, ou seja, a partir do início dos anos 2000, o valor de

crédito concedido para a agricultura familiar e empresarial – na divisão estabelecida pelos órgãos públicos brasileiros – sofreu importante aumento gradativo, dando à agricultura brasileira a possibilidade real de evoluir em vários aspectos, como na produção e na produtividade, mas, sobretudo, no financiamento das operações que envolvem a produção. No Gráfico 8.1 pode-se verificar o crescimento ocorrido no crédito rural concedido via Pronaf no Brasil.

Gráfico 8.1 – Brasil – evolução do valor total dos contratos do crédito rural concedidos via Pronaf (1996 a 2019)



* Dados disponíveis no Banco Central do Brasil (BCB), Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural, Proagro (Derop) e Sistema de Operações do Crédito Rural

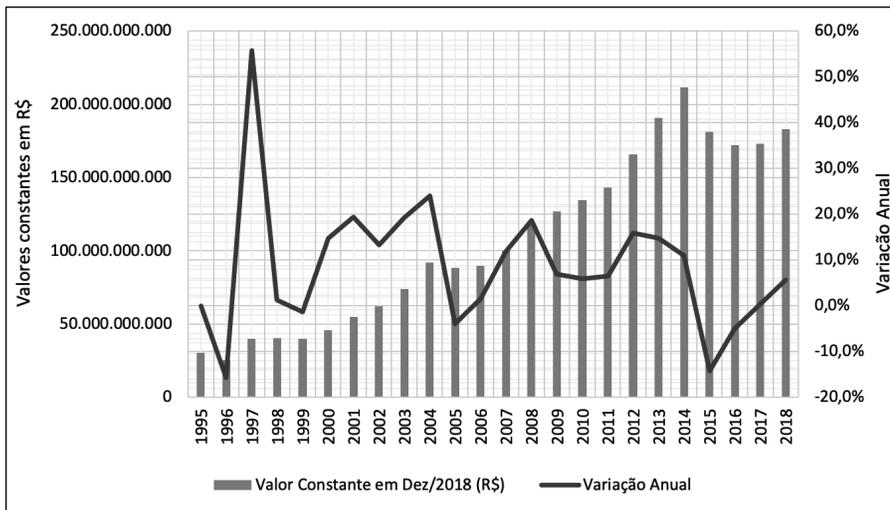
Fonte: adaptado de Crédito... (2019)

Nota-se o expressivo aumento de recursos do Pronaf, desde o seu surgimento em 1996. No entanto, o Gráfico 8.1 permite apontar que o crescimento dos recursos entre os anos de 2003 e 2014 foi muito superior ao período anterior a 2003 e ao período posterior a 2014. Dessa forma, entre 2003 e 2014, período em que o crédito mais foi expandido no Brasil, o crescimento do valor global dos contratos realizados com o Pronaf se aproximou de 500%, e o valor contratado passou de R\$ 5 bilhões no ano de 2003 para mais de R\$ 24,6 bilhões no ano de 2014. Após 2014, verifica-se uma queda no valor (Gráfico 8.1), seguida de uma retomada do crescimento dos valores contratados; e no ano de 2019 o valor contratado via Pronaf no

Brasil foi de R\$ 29,95 bilhões, superando o maior valor até então contratado na história do Pronaf, que havia ocorrido em 2014.

No Gráfico 8.2 pode-se observar a evolução do crédito rural total concedido para a agropecuária brasileira. O gráfico também apresenta a variação anual do crédito concedido, sendo possível perceber que, entre 1995 e 2005, a média da variação anual foi de 12,68%, e nesse período encontram-se os menores valores da série histórica analisada. Entre os anos de 2005 e 2015, o Gráfico 8.2 aponta que a média da variação anual do crédito rural foi de 7,86%. Aparentemente, pelo crescimento observado em porcentagem, o crédito rural no Brasil cresceu mais no primeiro período analisado, no entanto deve-se considerar que os valores do período 2005-2015 estão entre os mais elevados de todo o período analisado. Assim, da mesma forma que para o Pronaf, pode-se afirmar que, no montante geral, o crédito rural brasileiro teve seu maior crescimento ocorrido entre 2005 e 2015 (Gráfico 8.2).

Gráfico 8.2 – Brasil – evolução e variação anuais do crédito rural em valores constantes (1995-2018)*



* A atualização dos valores foi realizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mensalmente, até dezembro de 2018

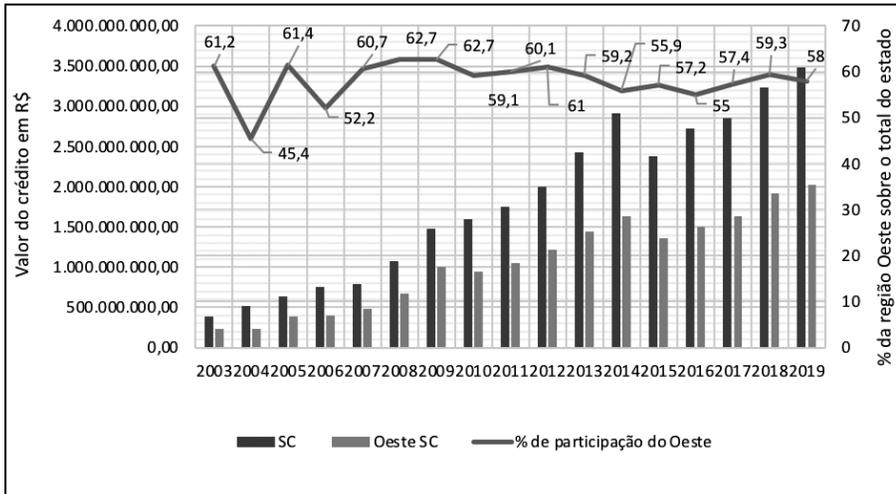
Fonte: adaptado de Crédito... (2019)

Conforme o Gráfico 8.2, o crédito rural brasileiro em valores constantes passou de R\$ 30,5 bilhões em 1995 para R\$ 182,9 bilhões em 2018, o que representa um crescimento de aproximadamente 600% no período, sendo, portanto, um crescimento superior ao verificado para o crédito contratado via Pronaf. Outrossim, os pequenos declínios no crédito rural que podem ser identificados nos Gráficos 8.1 e 8.2 não alteram profundamente a constatação de que ocorreu forte incentivo à política de crédito encabeçada pelo Estado para a agropecuária brasileira, sobretudo no período 2003-2014. Trata-se, portanto, de o Estado atuar como um dos principais articuladores econômicos da evolução dos recursos financeiros disponíveis para a agropecuária brasileira. Nesse sentido, ao contrário do que as correntes de pensamento neoliberal defendem, o Estado aparece como propulsor da expansão das atividades agropecuárias no Brasil.

Essa política de expansão do crédito surtiu efeito nas mais diversas regiões do Brasil. No Oeste catarinense⁴⁰, recorte espacial deste capítulo, não foi diferente, de maneira que foi possível verificar forte aumento da contratação de crédito pelos agricultores da região por intermédio do Pronaf. No Gráfico 8.3, é possível analisar a evolução do crédito rural concedido pelo governo federal via Pronaf para o estado de Santa Catarina e a região Oeste catarinense, no período 2003-2019. Ademais, o Gráfico 8.3 permite analisar a participação do Oeste catarinense no total de crédito rural do Pronaf contratado pelo estado.

⁴⁰ A divisão regional do Brasil em mesorregiões e em microrregiões geográficas foi estabelecida em 1989 (IBGE, 1990). Santa Catarina possui seis mesorregiões (Oeste catarinense, Norte catarinense, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, e Sul catarinense). Uma mesorregião geográfica é “uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização espacial definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicações e de lugares, como elemento da articulação espacial” (IBGE, 1990, p. 8). Assim, sempre que for citado Oeste catarinense ou região Oeste catarinense, estar-se-á referindo-se à mesorregião geográfica Oeste catarinense.

Gráfico 8.3 – Evolução do crédito rural contratado via Pronaf no estado de Santa Catarina e na região Oeste catarinense, com a participação da região no total estadual (2003-2019)

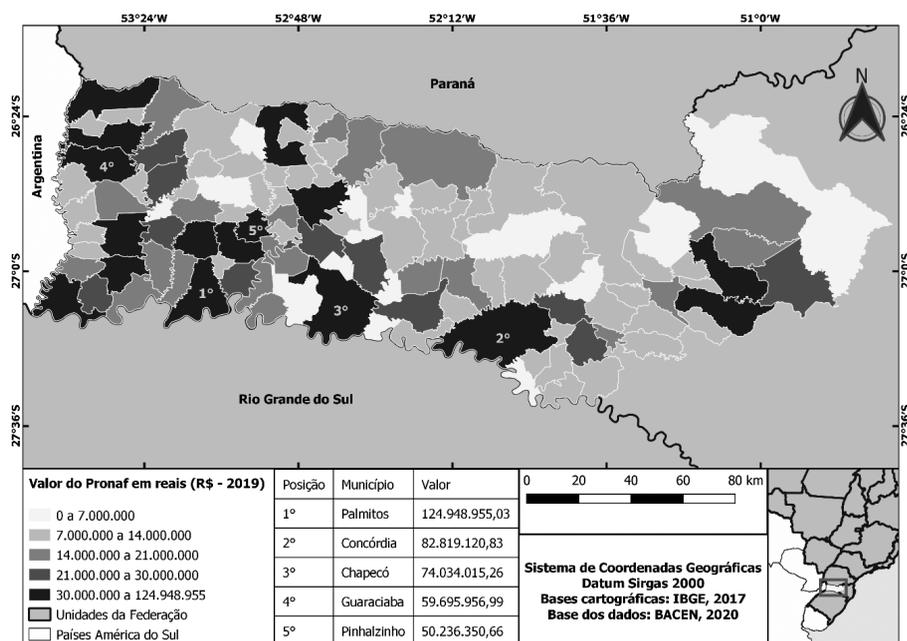


Fonte: adaptado de Crédito... (2019)

Conforme aponta o Gráfico 8.3, ocorreu forte expansão do crédito rural concedido via Pronaf tanto para o estado de Santa Catarina quanto para a região Oeste catarinense. No estado de Santa Catarina o crédito passou de R\$ 386 milhões em 2003 para R\$ 3,48 bilhões em 2019. No mesmo período, no Oeste catarinense o crédito rural passou de R\$ 236,4 milhões para mais de R\$ 2 bilhões. Dessa forma, no período sinalizado, enquanto o crédito do Pronaf cresceu nove vezes no estado de Santa Catarina, no Oeste catarinense o crescimento foi de 8,5 vezes. Com isso, permite-se inferir que ocorreu um pequeno processo de desconcentração do crédito do Pronaf no estado, mas o Oeste catarinense continua como a principal mesorregião para a qual os recursos do Pronaf são alocados. Em média, no período 2003-2019, a região Oeste catarinense foi destino de 54,4% de todo o crédito do Pronaf concedido ao estado de Santa Catarina. Em 2019, último ano dos dados disponíveis até o momento, o Oeste catarinense concentrou 58% do crédito rural contratado via Pronaf em Santa Catarina.

No Mapa 8.1 é possível analisar a distribuição espacial do crédito do Pronaf nos municípios do Oeste catarinense, considerando os recursos contratados no ano de 2019.

Mapa 8.1 – Distribuição espacial do valor (R\$) do Pronaf nos municípios da região Oeste catarinense (2019)



Fonte: adaptado de IBGE (2020c) e Crédito... (2019)

Conforme o Mapa 8.1, o Pronaf é uma política pública de crédito rural que alcança todos os municípios da região Oeste catarinense, o que demonstra sua eficácia em termos de abrangência espacial. No entanto, alguns municípios, por possuírem maior número de agricultores e mais capitalizados, maior número de agências bancárias e postos bancários avançados, entre outros fatores; concentram boa parte do crédito do Pronaf na região. No ano de 2019, o Oeste catarinense contratou um total de R\$ 2,02 bilhões em crédito rural pelo Pronaf, e os municípios de Palmitos, Concórdia, Chapecó, Guaraciaba e Pinhalzinho (Mapa 8.1) contrataram, juntos, mais de R\$ 391 milhões, o que representou 19,38% do crédito total do Pronaf do Oeste catarinense. Dessa maneira, pode-se dizer que aqueles municípios que possuem maior número de propriedades rurais, mas também estrutura bancária e/ou cooperativas bancárias de crédito rural, são aqueles que conseguem contratar maiores quantidades em valor.

Os recursos do Pronaf, portanto, movimentam a agropecuária de maneira ampla e complexa, pois abarcam uma estrutura de segmentos

setoriais na qual a produção agropecuária é um veículo estratégico na combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e vem a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo (GONÇALVES, 2005). Nesse sentido, os recursos do Pronaf são responsáveis por movimentos econômicos em três engrenagens principais: 1) pré-porteira (indústrias de bens de capital e indústrias químicas e de embalagens); 2) dentro da porteira (lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e produção pecuária); e, 3) pós-porteira (agroserviços) (ESPÍNDOLA, 2020).

Considerando a elevada participação da região Oeste catarinense no crédito do Pronaf destinado ao estado de Santa Catarina (Gráfico 8.3), cabe contextualizar que o Oeste catarinense é a maior mesorregião do estado de Santa Catarina, tanto em território (36.659,4 km²; o estado possui 95.442,9 km²) quanto em número de municípios (118 municípios; o estado possui 295 municípios). É também a região do estado com a maior porcentagem de população vivendo no campo (28%) (IBGE, 2010), o que evidencia a importância de políticas públicas como o Pronaf para a agricultura, na sua grande maioria, de pequena escala. Somam-se à importância do Pronaf outras políticas públicas do Governo Federal capazes de fomentar o setor na perspectiva apontada, tais como: a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros. Ademais, constata-se que para o conjunto da agropecuária o governo brasileiro direcionou o BNDES e o Banco do Brasil como principais agentes do financiamento agropecuário (ESPÍNDOLA, 2020).

Dada a relevância das políticas públicas para a região, bem como do setor agropecuário no dinamismo econômico regional, o último censo agropecuário realizado em 2017 permite acesso a um conjunto de dados que contribui para a compreensão da realidade agropecuária da região. A leitura dessa realidade pelos dados do censo dá-se numa conjuntura em que o papel das políticas públicas se mostra indispensável para a região.

A REALIDADE AGROPECUÁRIA DO OESTE CATARINENSE À LUZ DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

A abordagem dos dados do Censo Agropecuário de 2017 se dará com base em duas dimensões: a primeira se refere à estrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários, a qual daremos uma ênfase maior em virtude da aproximação com o crédito rural; e a segunda será sobre os resultados da produção nos segmentos produtivos do setor agropecuário do Oeste catarinense. Tal abordagem se faz necessária uma vez que as dinâmicas das duas dimensões possuem estreita ligação com a efetivação das políticas públicas, principalmente no que se refere ao acesso ao crédito rural. É importante ressaltar que o objetivo é destacar alguns pontos importantes do referido Censo Agropecuário, que possibilitem uma conexão relevante com as políticas públicas e, com isso, instiguem a construção de pesquisas futuras que abordem uma quantidade maior de dados.

Como ponto de partida destacaremos um dado que sintetiza bem as duas dimensões e que também possibilita a constatação do nível de influência das políticas públicas no setor agropecuário. Nesse sentido, o Quadro 8.1 demonstra o valor total da produção agropecuária nas microrregiões do Oeste catarinense, enfatizando na evolução dos valores entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Quadro 8.1 – Valor total da produção agropecuária (mil reais) nas microrregiões do Oeste catarinense (2006 e 2017)

Microrregião	2006				2017			
	Animal	%Part.	Vegetal	%Part.	Animal	%Part.	Vegetal	%Part.
São Miguel do Oeste	383.205	47,05	431.307	52,95	1.208.618	67,65	577.969	32,35
Total Geral	814.512				1.786.587			
Chapecó	688.386	60,48	449.910	39,52	1.540.231	65,75	802.378	34,25
Total Geral	1.138.296				2.342.609			
Xanxerê	380.800	52,82	340.177	47,18	720.453	46,73	827.799	53,27
Total Geral	720.977				1.541.652			
Concórdia	519.065	76,78	157.008	23,22	935.661	78,97	249.202	21,03
Total Geral	676.073				1.184.863			

Continua

Continuação do quadro 8.1

Microrregião	2006				2017			
	Animal	%Part.	Vegetal	%Part.	Animal	%Part.	Vegetal	%Part.
Joaçaba	503.527	50,51	493.436	49,9	1.110.814	49,73	1.122.673	50,27
Total Geral	996.963				2.233.487			

Fonte: adaptado de IBGE (2020b, 2020c)

Como podemos observar, o Quadro 8.1 demonstra quanto os valores totais das produções nas cinco microrregiões cresceram entre 2006 e 2017, com a microrregião de Joaçaba tendo um maior destaque nesse quesito, uma vez que passou por um crescimento de 124,03% no valor total de sua produção durante o período. Apresenta-se também uma alteração na porcentagem de participação no valor total entre os segmentos animal e vegetal entre 2006 e 2017, com o segmento animal tomando a frente na participação em 2017, o que de fato reflete uma nova conjuntura de investimentos no referido segmento na microrregião de Joaçaba, que passa a se destacar nas culturas de lavouras temporárias e permanentes.

A segunda microrregião que mais teve o valor total da sua produção agropecuária elevada foi a de São Miguel do Oeste, que apresentou um crescimento de 119,34% durante o período de 2006 a 2017. Assim como a microrregião de Joaçaba, São Miguel do Oeste também passou por uma importante alteração na porcentagem de participação dos segmentos animal e vegetal no valor total da produção agropecuária. A participação do segmento animal era de 47,05% em 2006 e saltou para 67,25% em 2017, ultrapassando o segmento vegetal. De fato, isso é resultado do avanço das estruturas produtivas da cadeia produtiva de carnes (aves, bovinos e suínos) na referida microrregião, que por sua vez está vinculada à conjuntura nacional de reestruturação do setor agroindustrial brasileiro, cujo principal ponto de apoio foram as políticas de crédito rural, conforme exposto nos dados anteriores.

As microrregiões de Chapecó e Concórdia apresentaram uma elevação no valor da produção total de 105,80% e 75,26%, respectivamente, e consequentemente em ambas se manteve o predomínio do segmento animal na porcentagem do valor total. Isso demonstra que se expandiram

as estruturas produtivas da cadeia produtiva de carnes em ambas microrregiões, pois, essas já possuíam uma determinada capacidade de produção instalada, que, somada à conjuntura de mercado favorável com os investimentos oriundos de capitais de crédito público, resultou na expansão de toda a cadeia produtiva.

Por outro lado, na microrregião de Xanxerê, cuja elevação no valor da produção total do setor agropecuário foi de 113,83%, o segmento animal perdeu participação para o vegetal durante o referido período, saltando de 47,18% em 2006 para 53,27% em 2017, representando assim uma importante reestruturação produtiva nessa microrregião, em virtude da ampliação significativa da produção de soja, que tem nessa região terras mais favoráveis para a mecanização, no entanto ainda contando com uma representativa estrutura produtiva do segmento animal.

Um dado que demonstra a influência do crédito rural na estrutura produtiva do setor agropecuário da mesorregião Oeste de Santa Catarina é o de áreas irrigadas e a existência de unidades de armazenamento. Tal item demonstra a capacidade de investimento dos estabelecimentos agropecuários, pois para a implantação dessas estruturas exige-se uma relevante quantia de capital investido. Há uma grande variedade de sistema de irrigação, desde os mais simples até os mais complexos, o que de fato também varia de acordo com a cultura a que o estabelecimento agropecuário se dedica. No que se refere às estruturas de armazenamento, elas possibilitam um melhoramento nas dinâmicas da logística dos estabelecimentos, assim como garantem uma melhor qualidade dos insumos produtivos devido às estruturas de conservação.

Desse modo, é importante destacar o papel do Programa Moderinfra (Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem), criado pelo Governo Federal em 2003, pela Resolução nº 3.092 do Banco Central, cujo objetivo está centrado na ampliação das estruturas de irrigação e modernização dos aparatos de armazenamento dos insumos e produção agropecuária. Tal programa, com as demais linhas de crédito rural, possibilitou a materialização de várias estruturas de irrigação e de armazenamento no estado de Santa Catarina e refletiu em investimentos no Oeste catarinense. No Quadro 8.2, pode-se analisar os investimentos realizados em estruturas de irrigação e armazenamento.

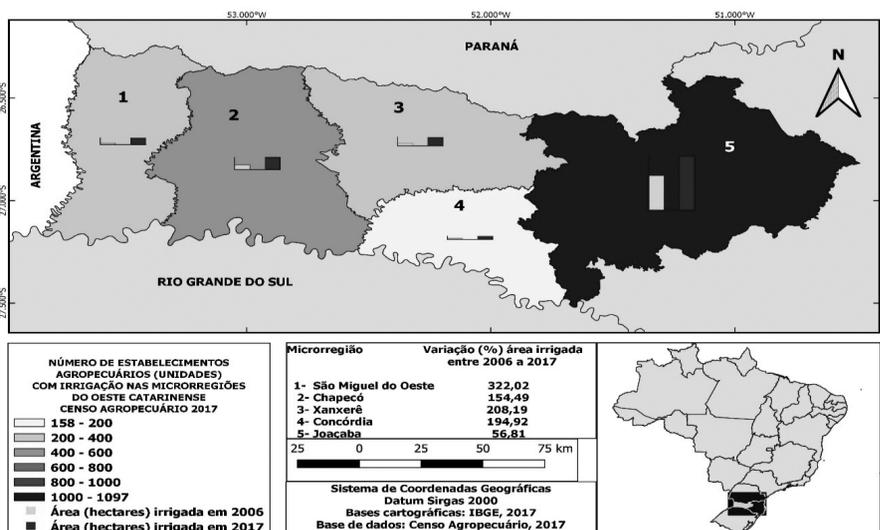
Quadro 8.2 – Crédito rural para implantação de equipamentos de irrigação e construção/ ampliação de armazéns no estado de Santa Catarina

Ano	Nº de contratos	Valor
2003	87	6.867.624,75
2004	88	3.569.131,46
2005	72	7.666.189,27
2006	200	3.414.689,93
2007	192	11.124.950,63
2008	195	24.428.538,97
2009	224	6.806.191,29
2010	350	19.505.247,71
2011	207	36.213.932,91
2012	619	63.109.205,46
2013	19	5.262.860,58
2014	10	3.330.556,13
2015	9	4.037.403,23
2016	7	1.314.829,81
2017	11	5.455.592,50

Fonte: adaptado de Crédito... (2019)

Como demonstra o Quadro 8.2, houve um intenso fluxo de crédito rural para a instalação de tais estruturas produtivas nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, com um destaque maior para o ano de 2012, quando o valor chegou a R\$ 63.109.205,46, em um total de 619 contratos. Nesse sentido, esses investimentos realizados no estado de Santa Catarina tiveram impacto direto no Oeste catarinense. Como pode ser visto no Mapa 8.2, ocorreu aumento de área irrigada e do número de estabelecimentos agropecuários que passaram a utilizar estruturas de irrigação.

Mapa 8.2 – Área irrigada entre 2006 a 2017 e número de estabelecimentos agropecuários com irrigação em 2017, nas microrregiões do Oeste catarinense



Fonte: adaptado de IBGE (2020b, 2020c)

Diante do fluxo de crédito rural exposto no Quadro 8.2, o Mapa 8.2 contempla exatamente a espacialização da área irrigada entre 2006 a 2017 e o número de estabelecimentos com sistemas de irrigação em 2017. Podemos observar que todas as microrregiões tiveram um aumento na área irrigada durante o referido período, cujo percentual de variação foi mais significativo na microrregião de São Miguel do Oeste, com um crescimento de 322,02% na área irrigada. No entanto, é a microrregião de Joaçaba que acaba concentrando a maior parte dos estabelecimentos agropecuários com irrigação e consequentemente a maior área irrigada do Oeste catarinense, conforme consta no Mapa 8.2. Isso se deve tanto à estrutura fundiária dessa microrregião, com grandes áreas vinculadas a médias e grandes propriedades, quanto ao próprio perfil produtivo dela, com um grande destaque para as culturas agrícolas (Quadro 8.3). Ademais, o Mapa 8.2 nos permite constatar que o crédito rural direcionado para a implantação de sistemas de irrigação no Oeste catarinense possibilitou um aumento relativo nas áreas irrigadas, principalmente nas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê e Concórdia, mas em uma proporção menor em Joaçaba, pois esta já possuía uma grande taxa de estabelecimentos com o referido sistema.

Quadro 8.3 – Participação (%) da área dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar, Agricultura Não Familiar e Pronaf na área total (hectares) irrigada no Censo Agropecuário de 2017

País/UF/Mesorregião/ Microrregião	2017			
	Área irrigada total (hectares)	% A.N.F.* do total	% A.F.** do total	% Pronaf do total
Brasil	6.694.245	79,25	26,18	19,77
Santa Catarina	167.243	45,11	54,89	50,87
Oeste Catarinense	8.998	45,33	54,68	46,22
São Miguel do Oeste	709	18,05	81,95	61,35
Chapecó	1.303	20,18	79,89	70,07
Xanxerê	903	35,11	64,78	53,05
Joaçaba	5.736	57,53	42,47	36,92
Concórdia	348	20,40	79,60	61,78

Fonte: adaptado de IBGE (2020c). *Agricultura Não Familiar; **Agricultura Familiar

O Quadro 8.3 reforça os pressupostos analíticos expostos com base no Mapa 8.2, pois demonstra exatamente a dimensão da área irrigada das microrregiões e acrescenta os elementos vinculados às características dos estabelecimentos agropecuários. Diferentemente da tendência nacional que concentra a maior parte das áreas irrigadas nos estabelecimentos agropecuários não familiares, o estado de Santa Catarina e a mesorregião Oeste catarinense são caracterizados pela predominância das áreas irrigáveis nos estabelecimentos de agricultores familiares e consequentemente com uma importante participação dos estabelecimentos com financiamento do Pronaf nesse mesmo item.

Entre as cinco microrregiões que compõem o Oeste catarinense, o Quadro 8.3 aponta que em São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê e Concórdia há uma predominância na participação dos estabelecimentos da agricultura familiar no total da área irrigada. Da mesma forma, quando focamos nos estabelecimentos com financiamento pelo Pronaf, os dados expostos apontam para uma predominância deles na área total irrigada nessas mesmas microrregiões, demonstrando o potencial desses estabelecimentos e o nível de importância desse programa de crédito rural para os agricultores familiares do Oeste catarinense. Novamente, o contraponto na referida região se faz pela microrregião de Joaçaba, que por sua vez é a única em que tanto os estabelecimentos da agricultura familiar quanto os pronafianos não

compõem a maior parte da área irrigada. Esse é um dos dados que reforçam os argumentos já destacados sobre a microrregião de Joaçaba.

No que se refere às estruturas de armazenamento, o Quadro 8.4 demonstra a espacialização e a característica dos estabelecimentos que as possuem.

Quadro 8.4 – Participação dos estabelecimentos agropecuários no total do número e na capacidade das unidades armazenadoras no Censo Agropecuário de 2017

País/UF/ Mesorregião/ Microrregião	Variável	Total Unidades/ toneladas	A.N.F.* %	AF.** %	Pronaf %	Pro- namp*** %
Brasil	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	390.433	33,98	66,02	64,37	27,61
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	56.521.431	92,30	7,70	6,95	17,94
Santa Catarina	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	36.067	21,08	78,92	73,85	23,94
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	1.861.068	48,61	51,39	44,28	37,35
Oeste Catarinense	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	15.886	17,12	82,88	76,17	20,99
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	846.239	54,03	45,97	33,95	46,05
São Miguel do Oeste	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	2.198	13,01	86,99	75,66	22,75
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	46.356	35,69	64,31	45,94	37,71

País/UF/ Mesorregião/ Microrregião	Variável	Total Unidades/ toneladas	A.N.F.* %	AF.** %	Pronaf %	Pro- namp*** %
Chapecó	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	3.497	12,04	87,96	84,16	14,93
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	204.602	56,76	43,23	25,09	60,11
Xanxerê	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	1.727	19,05	80,95	59,76	16,21
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	130.406	70,05	29,95	25,7	20,35
Joaçaba	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	5.535	24,50	75,50	68,17	27,44
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	377.877	55,57	44,43	33,53	52,97
Concórdia	Participação (%) no número de unidades armazenadoras	2.929	11,20	88,80	81,43	17,55
	Participação (%) na capacidade das unidades armazenadoras (toneladas)	86.997	26,64	73,36	59,94	25,84

Fonte: adaptado de IBGE (2020c). *Agricultura Não Familiar; **Agricultura Familiar; *** Pronamp: Financiamento via BNDES para custeio e investimento dos médios produtores rurais para atividades do setor agropecuário.

Sobre o Quadro 8.4, chama-nos a atenção novamente o número de unidades armazenadoras e a capacidade de armazenamento delas na microrregião de Joaçaba, superior às demais microrregiões do Oeste catarinense. Nessa mesma microrregião podemos observar a alta participação na capacidade de armazenamento total dos estabelecimentos agropecuários com

financiamento Pronamp, chegando a representar 52,97% da capacidade total de armazenamento na referida microrregião, representando exatamente a estrutura fundiária e produtiva da microrregião de Joaçaba, que conta com características que a diferem das outras microrregiões.

Quando focamos na questão das propriedades da agricultura familiar e não familiar, o Quadro 8.4 demonstra que o Oeste catarinense possui um número maior de estabelecimentos de agricultura familiar com unidades armazenadoras, no entanto, quando se refere à capacidade de armazenamento, há um predomínio dos estabelecimentos da agricultura não familiar, justamente pela própria composição dessas estruturas de armazenamento. Há um predomínio na capacidade de armazenamento dos estabelecimentos da agricultura familiar apenas nas microrregiões de Concórdia e São Miguel do Oeste, contanto com 73,36% e 64,31%, respectivamente, da capacidade de armazenamento total nessas microrregiões. Tal perfil é resultado da própria dinâmica do setor agropecuário de ambas as microrregiões e da própria formação social, que, somado às políticas públicas para esse setor, acaba resultando nesse destaque da agricultura familiar. É por esses elementos que os estabelecimentos pronafianos possuem uma representatividade elevada nas microrregiões de Concórdia e São Miguel do Oeste, pois o Quadro 8.4 aponta a importante participação desses estabelecimentos na capacidade de armazenamento total dessas duas microrregiões, chegando a 59,94% em Concórdia e 45,94% em São Miguel do Oeste.

Outro elemento que possui importância dentro da dimensão da estrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários é o de máquinas e implementos agrícolas, com destaque para os tratores, semeadeiras, colheitadeiras, adubadeiras e distribuidoras de calcário. Para a efetivação da compra dessas máquinas e implementos, é necessário um investimento significativo, o que demanda uma quantidade de capital disponível considerável. Diante disso, o crédito rural direcionado à compra desses equipamentos de produção é de extrema importância para a composição da estrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários, pois, além de disponibilizar uma grande quantidade de capital para a compra, as condições de pagamento e as taxas de juros são viáveis ao produtor rural. Dessa forma, o Quadro 8.5 aponta o número de máquinas e implementos durante o intervalo de 2006 a 2017, focando no Oeste catarinense e as cinco microrregiões que a compõem.

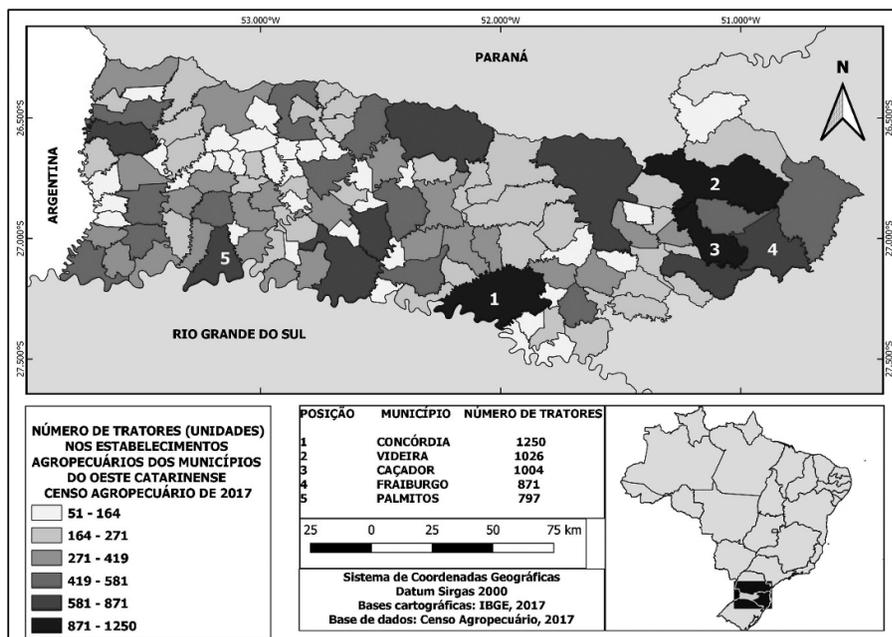
Quadro 8.5 – Número de máquinas e implementos agrícolas durante o período de 2006 a 2017

País/UF/Mesorregião/ Microrregião	2006	2017	Crescimento anual%
Brasil	1.079.069	2.013.105	86,56
Santa Catarina	112.001	176.614	57,69
Oeste Catarinense	48.241	73.242	51,83
São Miguel do Oeste	10.123	13.201	30,41
Chapecó	14.723	18.556	26,03
Xanxerê	5.611	10.499	87,11
Joaçaba	11.821	20.927	77,03
Concórdia	5.963	10.059	68,69

Fonte: adaptado de IBGE (2020b, 2020c)

No geral, o Quadro 8.5 demonstra um crescimento do número de máquinas e implementos em todas as localidades mencionadas, com relevo para a microrregião de Xanxerê, que cresceu a uma taxa de 87,11% durante o período de 2006 a 2017, ficando acima da média nacional, em virtude principalmente da ampliação do plantio da cultura da soja nessa microrregião. Além disso, Joaçaba ultrapassou Chapecó no número total de máquinas e implementos e se consolidou na primeira posição nesse quesito, chegando a uma taxa de crescimento de 77,03% durante o período destacado, o que de fato possui uma estreita ligação com os elementos estruturais da microrregião de Joaçaba, principalmente pelo seu desempenho produtivo nas culturas temporárias, como abóbora, alho, batata inglesa, cebola, feijão, milho, soja e tomate. Diante disso, visando apontar um elemento relevante dessa composição estrutural do setor agropecuário, o Mapa 8.3 expõe a espacialização do número de tratores nos municípios do Oeste catarinense.

Mapa 8.3 – Número de tratores nos municípios do Oeste catarinense (2017)

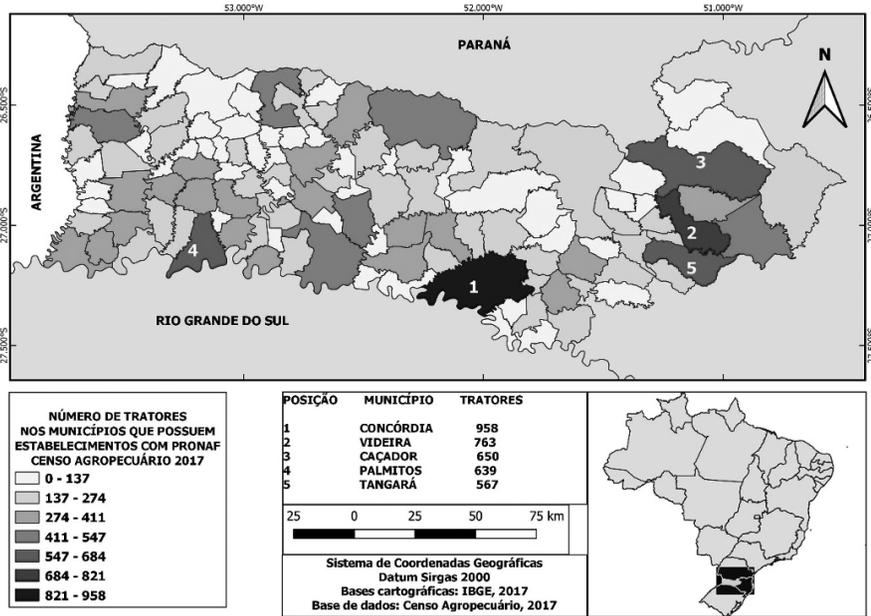


Fonte: adaptado de IBGE (2020c)

O Mapa 8.3 aponta uma distribuição espacial mais equilibrada do número de tratores entre os municípios nas microrregiões de São Miguel do Oeste, Concórdia, Xanxerê e Chapecó, com o município de Concórdia na primeira posição e com Palmitos na quinta posição, quando nos referimos ao número de tratores. Entretanto, conforme demonstra o Mapa 8.3, a microrregião de Joaçaba concentra uma parte relevante do número de tratores no Oeste catarinense, cujo reflexo se dá com base na composição de três municípios, Videira, Caçador e Fraiburgo, os quais figuram entre os cinco municípios com mais tratores no referido recorte espacial.

Visando dar uma centralidade para o crédito rural dentro dessa questão do número de tratores, o Mapa 8.4 apresenta o número de tratores nos estabelecimentos agropecuários com financiamento do Pronaf, tendo como base os dados do Censo Agropecuário de 2017.

Mapa 8.4 – Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários com Pronaf, nos municípios do Oeste catarinense (2017)

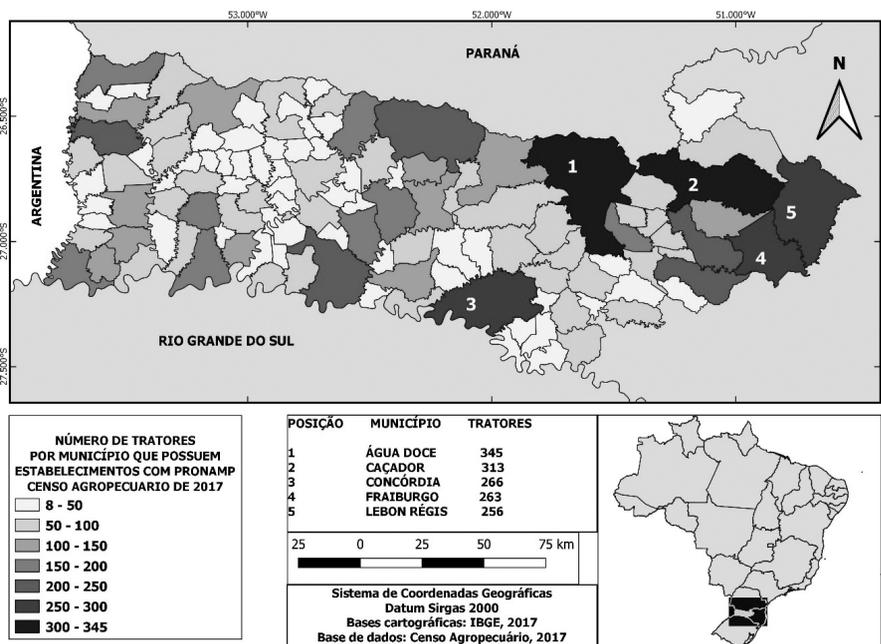


Fonte: adaptado de IBGE (2020c)

Apesar do número relevante de médias e grandes propriedades na microrregião de Joaçaba, o Mapa 8.4 demonstra a concentração espacial de tratores nos estabelecimentos com Pronaf na referida microrregião, congregando com as análises expostas à luz dos dados do Quadro 8.5 e do Mapa 8.3, o que de fato reforça o pressuposto da importância de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar como uma forma de inserir e tornar competitiva a atuação desses estabelecimentos no setor produtivo agropecuário. Da mesma forma, podemos observar que Concórdia mantém a primeira posição em número de tratores nos estabelecimentos com Pronaf, chegando a corresponder a 76,64% do número total de tratores nesse município, demonstrando o peso desse item do Pronaf na modernização dos estabelecimentos e o papel fundamental do crédito rural público.

Por outro lado, no Mapa 8.5 é possível analisar a distribuição espacial do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários dos municípios do Oeste catarinense, considerando, pelos dados do censo agropecuário de 2017, os estabelecimentos que acessaram o Pronamp.

Mapa 8.5 – Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários com Pronamp nos municípios do Oeste catarinense (2017)



Fonte: adaptado de IBGE (2020c)

Nesse mesmo sentido, de acordo com o Mapa 8.5, a referida espacialização apresenta semelhanças com o apresentado no Mapa 8.4, o que demonstra também o nível de espacialização dos financiamentos do Pronaf e Pronamp, bem como sua estreita relação com a existência de tratores nos estabelecimentos desses espaços. Outro dado importante a ser destacado no Mapa 8.5 é a concentração espacial de tratores nos estabelecimentos com Pronamp na microrregião de Joaçaba, expresso, principalmente, por possuir quatro dos cinco municípios do Oeste catarinense com mais tratores, de acordo com as características mencionadas, resultado do seu próprio perfil produtivo e fundiário.

Ademais, um dos elementos da estrutura produtiva e que possibilita a percepção das dinâmicas geoeconômicas do setor agropecuário do Oeste catarinense é o pessoal ocupado. Tal dado permite observar os impactos socioespaciais que as atividades do referido setor geram nessa região e consequentemente a dimensão das políticas públicas e seus resultados. Dessa forma, o Quadro 8.6 aponta a evolução do pessoal ocupado nas

microrregiões do Oeste catarinense, tendo como base os dados dos Censos Agropecuários de 1995, 2006 e 2017.

Quadro 8.6 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários nas microrregiões do Oeste catarinense – Censos Agropecuários de 1995, 2006 e 2017

Microrre- gião	1995	Variação anual %	2006	Variação anual %	2017	Variação anual acumulada %
São Miguel do Oeste	72.196	-24,06	54.826	-24,99	41.123	-49,05
Chapecó	105.594	-28,85	75.128	-19,36	60.583	-48,21
Xanxerê	38.268	-25,70	28.433	-1,35	28.050	-27,05
Concórdia	47.728	-29,27	33.757	-9,19	30.655	-38,46
Joaçaba	58.407	-41,90	33.933	44,49	49.031	2,59

Fonte: adaptado de IBGE (2020a, 2020b, 2020c)

Por meio do Quadro 8.6 é possível observar que a queda do número de pessoal ocupado no setor agropecuário entre 2006 a 2017 é mais acentuada do que no período de 1995 a 2006. Esse fato possui relação com a própria conjuntura de aumento do crédito rural para o Oeste catarinense, principalmente a partir de 2007, o que possibilitou uma reestruturação produtiva do setor agropecuário, ampliando os espaços de acumulação que demandavam mão de obra, apesar da intensa modernização de alguns seguimentos desse setor, que por sua vez acaba resultando em uma queda do número do pessoal ocupado no setor. A única microrregião que apresentou um saldo positivo na variação anual acumulada entre 1995 a 2017 foi Joaçaba, com 2,59% e com um crescimento de 44,49% durante 2006 a 2017, justamente pelo fato do seu perfil produtivo agrícola ser intensivo em mão de obra.

No que se refere à dimensão dos resultados da produção agropecuária, o Quadro 8.7 destaca exatamente o perfil produtivo do setor agropecuário do Oeste Catarinense e quanto ele passou por alterações em vários segmentos, complementando o que foi mencionado na exposição sobre o Quadro 8.1.

Quadro 8.7 – Valor total da produção e participação (%) por produto no Oeste catarinense nos anos de 1995, 2006 e 2017

Produto	Valor total da produção (milhões de reais)			Participação (%) no valor total		
	1995	2006	2017	1995	2006	2017
Leite	89	511	2.444	5,97	14,61	31,82
Soja (grãos)	51	208	1.223	3,43	5,93	15,92
Suínos	458	922	1.142	31,25	26,34	14,87
Milho	183	410	763	12,48	11,72	9,93
Aves	341	504	452	23,29	14,38	5,88
Ovos de galinha	35	154	402	2,36	4,38	5,22
Bovinos	40	49	289	2,67	1,38	3,75
Fumo	53	160	185	3,58	4,56	2,40
Maçã	89	296	105	6,08	8,44	1,36
Cebola	3	27	99	0,02	0,75	1,29
Feijão	48	54	99	3,24	1,52	1,28
Uva	6	25	88	0,37	0,70	1,14
Mandioca	17	40	79	1,13	1,14	1,02
Tomate	8	16	54	0,52	0,43	0,70
Alho	8	5	54	0,51	0,13	0,70
Outros	46	126	209	3,09	3,58	2,72
Total	1.475	3.507	7.687	100	100	100

Fonte: adaptado de IBGE (2020a, 2020b, 2020c)

Conforme podemos observar no Quadro 8.7, os cinco produtos com maior participação no valor total da produção agropecuária são: leite, soja, suínos, milho e aves. Entre esses, o único que apresentou uma queda de -10,32% entre 2006 a 2017 foi o segmento das aves. Também, é relevante apontar que, além das aves, sofreram queda na participação no valor total da produção os suínos e o milho, durante o período de 1995 a 2017. Em contrapartida, o leite teve um aumento acumulado de 852,44% no valor total do produto entre 1995 a 2017, atingindo em 2017 a participação de 31,72%

no valor total da produção do setor. Da mesma forma, a soja apresentou um aumento acumulado de 795,82% no valor total do produto durante o referido período, assim como uma elevação da sua participação no valor total do setor, que saiu de 3,43% em 1995 para 15,92% em 2017.

O cultivo da soja no Oeste catarinense se tornou tão intenso que esse produto ocupou em 2017 a porção de 34,84% da área total colhida das culturas temporárias nessa região. No Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos com Pronaf representavam 28,92% da produção total de soja do Oeste catarinense e com a agricultura familiar, saindo de 38% de participação em 2006 para 33,62% em 2017. No que se refere à agricultura não familiar, saltou de 62% em 2006 para 66,38% do total de soja produzido em 2017, e com a participação de 48,35% dos estabelecimentos com financiamento Pronamp. Sendo assim, os dados apontam para uma maior concentração produtiva principalmente no leite e na soja, cuja própria conjuntura do mercado interno e externo, somado às políticas públicas para tais segmentos, acabou interferindo na efetivação do referido processo. Na soja, essa concentração se deu principalmente nos estabelecimentos da agricultura não familiar, em virtude da própria estrutura demandada para os processos produtivos dessa cultura, que congregam uma necessidade de capital mais intensa.

No que se refere à produção de leite no Oeste catarinense e à relação com o crédito rural e com a importância da agricultura familiar, o Quadro 8.8 apresenta a produção total e a participação dos estabelecimentos agropecuários e suas respectivas características.

Quadro 8.8 – Produção de leite (mil litros) e participação dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Não Familiar, Agricultura Familiar, Pronaf e Pronamp (2017)

País/UF/ Mesorregião/ Microrregião	Total (mil litros)	A.N.F.* Participação (%) no valor total	A.F.** Participação (%) no valor total	Pronaf Participação (%) no valor total	Pronamp Participação (%) no valor total
Brasil	30.156.279	35,83	64,17	56,45	37,45
Santa Catarina	2.811.018	12,88	87,12	70,95	26,87
Oeste Catarinense	2.209.739	11,76	88,24	71,19	26,76

Continua

Continuação do quadro 8.8

País/UF/ Mesorregião/ Microrregião	Total (mil litros)	A.N.F.* Participa- ção (%) no valor total	A.F.** Participação (%) no valor total	Pronaf Participação (%) no valor total	Pronamp Participação (%) no valor total
São Miguel do Oeste	664.013	10,74	89,26	68,74	30,07
Chapecó	696.618	9,92	90,08	72,63	25,75
Xanxerê	272.173	18,53	81,47	69,20	24,24
Joaçaba	271.478	17,11	82,89	64,38	33,94
Concórdia	305.457	7,41	92,59	81,06	17,71

Fonte: adaptado de IBGE (2020c). *Agricultura Não Familiar; **Agricultura Familiar

Diferentemente do perfil produtivo da soja, por meio do Quadro 8.8 podemos ver o nível de importância tanto da agricultura familiar quanto dos estabelecimentos com Pronaf para a produção de leite no Oeste catarinense, em que estes chegam a representar 88,24% e 71,19%, respectivamente, da produção total da região. Tal concentração da produção nesses estabelecimentos acaba acompanhando tanto a tendência nacional quanto a estadual, cuja produção de leite é estabelecida na maior porcentagem por parte dos agricultores familiares e com financiamento via Pronaf. De fato, o Oeste catarinense e seu pleno desenvolvimento da produção de leite foram resultados de incentivos feitos via políticas públicas, que por sinal possibilitaram tanto o avanço da produção da matéria-prima quanto da indústria processadora de leite, vindo a dinamizar toda a cadeia produtiva, conforme destacado por Souza (2014).

Em se tratando da produção de milho, a agricultura familiar também perdeu participação na produção total durante o período de 2006 a 2017 no Oeste catarinense, conforme apontam os dados do Censo Agropecuário de 2017. Em 2006 a agricultura familiar possuía uma participação de 80,32% na produção total de milho e em 2017 chegou a 60,4% de participação nesse produto. Por outro lado, na produção de aves a agricultura familiar ampliou a sua vantagem na participação na produção total em face da agricultura não familiar no Oeste catarinense, passando de 61,76% em 2006 para 77,53% em 2017. Novamente é importante ressaltar o papel do crédito nesse perfil produtivo, pois os estabelecimentos com Pronaf foram responsáveis

por 69,32% da produção total de aves em 2017. Em relação à distribuição espacial da produção, as microrregiões de Chapecó, Joaçaba e Concórdia concentram respectivamente 28,75%, 28,08% e 20,9% da produção total de aves no Oeste catarinense.

Por fim, na produção de suínos houve uma queda na participação da agricultura familiar no total produzido entre 2006 a 2017, saindo de 69,88% para 66,37%, e com consequente aumento da participação dos estabelecimentos agropecuários não familiares.

Quadro 8.9 – Participação dos estabelecimentos com Pronaf na produção total de suínos entre os Censos Agropecuários de 2006 a 2017

País/ Mesorregião/ Microrregião	2006		2017	
	Produção total de suínos (unidade)	Part. (%) Pronaf	Produção total de suínos (unidade)	Part. (%) Pronaf
Brasil	31.189.351	49,02	39.346.192	39,84
Oeste Catarinense	5.117.728	56,30	6.432.012	65,39
São Miguel do Oeste	696.189	54,36	885.491	68,59
Chapecó	965.648	60,70	1.222.181	74,93
Xanxerê	558.699	38,71	683.055	45,64
Joaçaba	1.292.945	49,22	1.855.449	54,35
Concórdia	1.604.247	66,32	1.785.836	76,31

Fonte: adaptado de IBGE (2020b, 2020c)

Conforme aponta o Quadro 8.9, os estabelecimentos com financiamento Pronaf aumentaram a sua participação na produção total de suínos no Oeste de Santa Catarina. Nesse quesito, a participação saiu de 56,30% em 2006 para 65,39% em 2017, e foi acompanhada por uma mesma elevação em todas as cinco microrregiões que compõem o Oeste catarinense, demonstrando, assim, uma ampliação da estrutura produtiva dos suínos nos estabelecimentos com acesso ao Pronaf, cujo processo possui uma estreita ligação com o aumento dessa forma de crédito rural na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas possuem um papel fundamental na dinamização das atividades econômicas dos setores produtivos. No que se refere ao setor agropecuário, as políticas de crédito rural, que articuladas com outras políticas setoriais, são fundamentais para o desenvolvimento dos diversos segmentos produtivos desse setor, pois possibilitam a inserção de novos espaços nos processos de reprodução e acumulação de capital.

Diante disso, o Brasil apresentou uma elevação no fornecimento de crédito rural durante os anos 2000, na medida em que a conjuntura interna e externa possibilitaram a efetivação dessa política pública. Como resultado disso, a mesorregião Oeste de Santa Catarina, que já contava com importantes estruturas produtivas consolidadas no setor agropecuário, aproveitou-se desse momento e conseguiu inserir-se no processo de acesso ampliado de crédito rural, principalmente na linha de crédito do Pronaf, em virtude das próprias características da formação socioespacial dessa região.

Tal inserção possibilitou a alteração do perfil produtivo de algumas microrregiões e até mesmo dos municípios do Oeste catarinense, ao mesmo tempo que dinamizou diversas cadeias produtivas, principalmente as de carnes, leite e soja, gerando elevações tanto na produtividade quanto nos valores totais da produção. Com base nas informações do Censo Agropecuário de 2017, e dos dados de 1995 e 2006, foi possível constatar que esse processo de dinamização esteve vinculado a processos de reestruturação dos aparatos produtivos de diversos segmentos do setor agropecuário do Oeste catarinense. Reestruturação essa que foi fundamentada pelo capital oriundo do crédito rural, que possibilitou, por exemplo, a ampliação de áreas irrigadas, quantidade e capacidade de estruturas de armazenamento, crescimento do número de máquinas e implementos agrícola, sobretudo a ampliação da frota de tratores.

Ademais, o crédito rural permitiu que os estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar se inserissem de forma efetiva em alguns segmentos produtivos do setor agropecuário e ampliassem o seu domínio sobre outros, consolidando a sua posição nesse setor no Oeste catarinense. Nesse processo de inserção, ampliação e consolidação da agricultura familiar em vários segmentos do setor agropecuário do Oeste Catarinense, como o de leite, aves e suínos, o Pronaf teve um papel fundamental, conforme apontam

os dados, reforçando assim o pressuposto de que as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento dos setores produtivos.

Portanto, o presente texto, cujo objetivo foi o de analisar o setor agropecuário do Oeste de Santa Catarina à luz das políticas públicas, nada mais é do que uma parte que compõe a totalidade econômica e social da região. Sendo assim, foi possível demonstrar, por meio de uma abordagem que partiu da realidade concreta, o peso das políticas públicas e, principalmente, do crédito rural para a dinamização do setor agropecuário, colocando mais uma vez em evidência a farsa do discurso liberal de que quanto menos Estado melhor e de que o mercado trata de deixar tudo no pleno equilíbrio.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de investimento nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. *In: Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014. p. 115-133.

BNDES. **Informe Setorial n. 20**. [S. l.: s. n.], abr. 2011.

COUTINHO, Luciano. **A crise financeira internacional, os impactos sobre a economia brasileira e o papel do BNDES**. Brasília: Senado Federal, 2009.

CRÉDITO rural. **Banco Central do Brasil**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ESPÍNDOLA, C. J. Ciclo de crescimento da economia brasileira e desempenho do agronegócio catarinense. **Revista Geografia (UEL)**, Londrina, v. 25. n. 2, p. 91-109, 2016.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Configurações socioespaciais das estruturas produtivas catarinenses pós-2000. **Revista Entre-Lugar**, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 159-182, jun. 2020. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/12054/5735>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GONÇALVES, José S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 7-36, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. [S. l.]: Unicamp, 1998.

IBGE. **Censo agropecuário 1995**. Brasília: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 14 set. 2020.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 16 set. 2020.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2020c. Disponível em: sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 20 set. 2020.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1990. v. I. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

IBGE. **Santa Catarina: Cidades**. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MEDEIROS, Marlon Clóvis. Novas dinâmicas do capital financeiro na agricultura brasileira. **Princípios**, São Paulo, v. 1, p. 40-43, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2011.

SOUZA, Joel J. **O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da região Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2014.

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO ORGÂNICA, ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E JUVENTUDE NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL OITO DE JUNHO (LARANJEIRAS DO SUL/PR)⁴¹

*Rodrigo Asturian
Sérgio Roberto Martins*

INTRODUÇÃO

A perspectiva agroecológica nos assentamentos de Reforma Agrária é percebida no contexto do espaço da produção agrícola e da organização produtiva e engloba componentes técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e simbólicos que se articulam e interagem mutuamente. O presente texto busca contribuir para a compreensão dessas interações no âmbito da Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho (Coperjunho) vinculadas ao Assentamento da Reforma Agrária Oito de Junho, localizado em Laranjeiras do Sul, PR, dentre as quais se destacam aspectos da dimensão econômica da produção orgânica assumida entre seus cooperados, assentados e filhos de assentados, com formação no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

A cooperativa foi constituída com base na estruturação de atividades produtivas coletivas por um grupo de mulheres e jovens do assentamento que se organizaram no processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato. Com a implantação, em 2005, de uma

⁴¹ O texto apresenta novos elementos sobre a juventude rural e a sucessão familiar junto aos resultados parciais da dissertação de Rodrigo Asturian sob orientação do Prof. Sérgio R. Martins “Percepção da Agroecologia e as manifestações signícas no contexto da produção orgânica da Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho (Coperjunho) à luz da Semiótica de Peirce”, apresentada em 2018 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADRS) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul/PR.

cozinha comunitária, a produção foi ampliada não apenas para a subsistência das famílias assentadas, mas também para o mercado institucional. Por meio da Associação Comunitária do Assentamento, o grupo acessou o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Para consolidar a participação nesse mercado institucional, foi criada a Coperjunho em dezembro de 2007.

De um lado, evidencia-se a importância de aspectos de mercado e institucionalização do sistema produtivo por meio da organização da produção orgânica certificada. De outro, vislumbra-se um esforço bastante representativo do coletivo de assentados da Reforma Agrária – em especial mulheres e jovens – para a construção signíca da “marca Coperjunho”. Esses dois conjuntos de elementos revelam que o slogan “Alimentação Saudável” e os rótulos estampados nos produtos representam um universo complexo de organização social, com desafios e dificuldades que, na medida em que são identificados e compreendidos, podem ao mesmo tempo balizar caminhos de superação.

O texto sintetiza reflexões dos próprios produtores – alguns deles com cursos realizados no âmbito do Pronera – sobre as atividades produtivas e as estratégias de mercado desenvolvidas no âmbito da produção orgânica da Cooperativa que opera dentro do Assentamento Oito de Junho. Procede-se uma análise da realidade por meio de depoimentos recolhidos no interior do próprio assentamento. Com base nas entrevistas, identificam-se as questões de mercado percebidas pelos distintos atores envolvidos (grupos de assentados, corpo dirigente da cooperativa, profissionais de assistência técnica) na organização produtiva, assim como as estratégias dos produtores para superar os desafios impostos pela realidade. Destaca-se que essas entrevistas foram obtidas no primeiro semestre de 2017, incluindo depoimentos de filhos de assentados, constatando-se a presença do processo de sucessão familiar no assentamento, tendo sua criação em 25 de setembro de 2000 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Um dos principais elementos motivadores da análise foi a hipótese de que a dimensão econômica pode ser determinante para a afirmação do processo de transição agroecológica dos assentados que, no caso em estudo, se processa considerando os preceitos normativos da produção orgânica estabelecidos pelos instrumentos de política pública (PAA, Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/Planapo, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/Pnapo).

CAMPESINATO, SUCESSÃO FAMILIAR E A PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

A compreensão da organização social da Coperjunho, formada por assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, demanda uma abordagem teórica que contemple o conceito de *camponês* e que permita compreender a lógica da organização interna do coletivo de agricultores, bem como esclarecer a concepção de classe camponesa que se reproduz no interior do capitalismo. Entende-se que a luta pela terra é uma luta contra a sua extinção; portanto, é a luta por sua recriação, conforme Diniz (2010, p. 2).

Os camponeses têm demonstrado a capacidade de resistir à dominação e imposição das relações capitalistas de produção por meio de lutas, manifestações e práticas sociais. Para analisar o campesinato, é importante valorizá-lo em sua especificidade, considerando o momento histórico vivido. Deve-se ainda compreendê-lo na sua cultura, na sociabilidade da família e no grupo social mais amplo no qual está inserido. É na capacidade de luta e resistência que os camponeses têm conquistado as suas frações de território, se constituindo como possibilidade de construção da autonomia camponesa, pois na resistência os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos. (DINIZ, 2010, p. 2).

Na articulação entre o campesinato e Agroecologia, Sevilla Guzman (2001) mostra a fundamental importância do diálogo entre teoria e práxis (conforme mostra a organização social da Coperjunho). Para Sevilla Guzman (2001), a agroecologia se articula por meio diálogo entre teoria e práxis, pois só a partir dele a dimensão social da Agroecologia se consolida nas propostas técnicas materializadas na ação social concreta dos agricultores. Se a análise do agroecossistema é permeada obrigatoriamente pelas variáveis sociais, o pesquisador tem que dialogar em pé de igualdade com conhecimento local gerado pelos agricultores. A Agroecologia, então, se entende neste processo de construção de mecanismos de defesa do conhecimento local, mas também envolver-se nas lutas políticas e éticas dos grupos locais que buscam controle dos recursos sobre sua identidade (SEVILLA GUZMAN, 2001).

Assim, pode-se entender os sistemas de conhecimento local dos agricultores e agricultoras como potencializadores das biodiversidades ecológica e sociocultural em suas experiências produtivas. Ou seja, movimentos constituídos de ações político-produtivas (SEVILLA GUZMÁN, 2001). Nesse sentido, a organização produtiva de um grupo de mulheres que foi

se estruturando para o atendimento de um mercado institucional constitui a Coperjunho como um exemplo de construção da autonomia camponesa.

A incorporação da Agroecologia como um dos cinco princípios institucionais da Coperjunho [os outros são direção coletiva, desenvolvimento social, formação, capacitação e organização dos associados(as), sustentabilidade e igualdade] faz parte de uma estratégia para o posicionamento do grupo de assentados na dimensão econômica na agricultura e no ideário da sustentabilidade como um paradigma emergente como contraponto às consequências da Revolução Verde, no dizer de Sarandón e Flores (2014), danosas ao meio ambiente pela utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos, de forma intensiva e com altos custos operacionais. Para estes autores, somente com uma agricultura economicamente viável, socialmente aceitável e suficientemente produtiva é possível manter a base de recursos naturais e preservar a integridade do ambiente a nível local, regional e global.

No Brasil, esses preceitos, a partir dos anos de 1980, vão consolidando a Agroecologia como uma ciência do campo da complexidade (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009) construída da interação entre os conhecimentos da academia e os conhecimentos dos agricultores (fluxos entre teoria e prática) e o reconhecimento do papel dos movimentos sociais como protagonistas em tal aproximação. Tal entendimento embasa a criação tanto da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) como também está presente na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Têm sido determinantes na formulação de políticas públicas, projetos pedagógicos de instituições de ensino, bem como nas estratégias de ação de instituições de pesquisa e de extensão.

É nesse contexto que a Coperjunho, dos assentados organizados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incorpora a Agroecologia aos seus princípios e se materializa com base na adesão de um grupo de assentados à produção orgânica certificada. Acrescenta-se o processo de sucessão familiar em andamento na organização da cooperativa, uma vez que a composição de seus dirigentes e associados também se dá por filhos de assentados. A compreensão da Agroecologia, assim como a adoção de estratégias para inserção dos produtos orgânicos e certificados no mercado, se dá pelo fato de esses integrantes terem realizados cursos no âmbito do Pronera, com apoio da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado do Paraná.

De Paula *et al.* (2015) observam que o Pronera é uma das principais políticas públicas e assegura o direito à educação pelas populações camponesas, com objetivo de construir novas oportunidades no campo.

Spanevello (2018) aponta que a questão da sucessão familiar interfere nas relações produtivas no meio rural, e no Paraná a questão é relevante. As condições em que famílias se sucedem nos estabelecimentos rurais são afetadas pela modernização da agricultura, pela proximidade entre os meios rural e urbano e as dinâmicas familiares; e a permanência dos assentados no ambiente de trabalho rural pode, como se pretende discutir no presente texto, estar ligada à presença de políticas públicas que venham de encontro aos anseios e expectativas que se apresentam ao longo do tempo.

A conquista do lote não é um fim no processo, mas um começo, assim como a constituição de família no intervalo considerável entre a criação do assentamento e a concretização desta pesquisa. São 17 anos, ou seja, tempo suficiente para que uma nova geração se apresente e se expresse, com o suporte da educação de campo, para o fortalecimento e consolidação dessas famílias nos lotes da Reforma Agrária, com objetivo de fortalecimento da Agricultura Familiar.

Não se pretende aprofundar a discussão sobre sucessão familiar neste texto, porém é inegável que a presença desse componente influencia a forma de vida encontrada no Projeto de Assentamento Oito de Junho, no âmbito das ações dos(as) cooperados(as) da Coperjunho. É dessa forma que se desenha este capítulo, com as estratégias adotadas pelos assentados em torno da adoção da produção orgânica de viés agroecológico como forma de se apresentar ao mercado consumidor.

A compreensão da Agroecologia como ciência da complexidade, com diversas correntes teóricas (ALTIERI, 2009; SEVILLA GUZMÁN, 2001) tem promovido um significativo e consistente referencial teórico e prático. Contudo, Caporal e Petersen (2011) pontuam que no contexto rural nacional a Agroecologia ainda é vista, por muitos, como “nicho de mercado”. Entretanto, tal percepção contrasta com a importante e cada vez mais intensa repercussão da Agroecologia na sociedade brasileira em suas interações entre o espaço rural e urbano (sistemas de produção, aspectos nutricionais, saúde, relações ecológicas, alternativas de consumo e comercialização, questões culturais, questões de gênero, valorização dos saberes dos povos tradicionais etc.).

Além disso, a Agroecologia tem um importante papel no campo sociopolítico tanto no que se refere à organização dos agricultores como de seus sistemas produtivos, assim como dos movimentos sociais rurais. De acordo com Molina (2009), “o poder, tema do qual se ocupa a política, permeia o conjunto das relações sociais e estas determinam e são determinadas pelo meio ambiente”.

Ainda dentro desse entendimento Caporal e Costabeber (2004) definem a Agroecologia como uma ciência cujos princípios, conceitos e metodologias permitem alcançar estilos de agricultura de base ecológica.

Para Sarandón e Flores (2014), um modelo sustentável de agricultura deve ser social e culturalmente aceitável para os agricultores e funcionar de acordo com interesses, crenças e valores destes. Assim, são múltiplas as dimensões presentes na realidade e para as quais a Agroecologia está desafiada a contribuir em entendimento e superação de problemas: produtiva, ecológica, temporal, econômica, social e cultural etc.

No caso brasileiro, o segmento da Agricultura Familiar, que engloba também os assentamentos de Reforma Agrária, enfrenta problemas inerentes ao processo de modernização agrícola “por meio de crescentes graus de mercantilização [...], crescente subordinação [...] aos setores agroindustriais [...] tendo conduzido à fragilização econômica das famílias agricultoras” (CAPORAL; PETERSEN, 2011, p. 70). Além disso, outros desafios são fundamentais no processo de produção numa perspectiva sustentável, tal como propõe Altieri (2009, p. 27): “[...] a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente”.

No contexto atual, em que a produção agrícola é regulada ainda de forma predominante pelos preceitos da Revolução Verde, as iniciativas de produção orgânica da Coperjunho, numa perspectiva agroecológica, podem ser tomadas como processos de resistência e resiliência. Pode-se relacionar tais iniciativas com o dizer de Jacob sobre a Agroecologia: “[...] uma racionalidade que impulsiona um sistema agroalimentar contra-hegemônico [...] e um campo de diálogo sobre saberes, práticas e experiências sociais concretas” (JACOB, 2016, p. 41).

RECAMPESINAÇÃO, PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS E ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE MERCADO

Os processos de construção simbólica da Coperjunho podem ser compreendidos na “Perspectiva Orientada a Atores (POA)”, proposta elaborada no âmbito da Escola de Wageningen por Jan Douwe Van der Ploeg e Norman Long. Na mesma direção, Conterato *et al.* (2011), em uma análise sobre os pressupostos dessa linha de investigação, salientam a capacidade de agência dos agricultores com base em uma nova leitura sobre a realidade que ressignifica o papel e o lugar dos mercados. Nesse estilo de agricultura adotado na Coperjunho, o agricultor, como sujeito no processo agroecológico, reforça sua identidade como camponês ao mesmo tempo que também está sujeito às tendências de mercado.

Percebe-se esse movimento pela qualificação dos jovens. Há uma preocupação constante com o posicionamento da produção, de acordo com as necessidades mercadológicas, e, conseqüentemente, a busca pela qualificação está presente na gestão da Coperjunho. Para Esmeraldo, Molina e Antunes-Rocha (2017), essa tendência se faz presente nos depoimentos realizados e que evidenciam o fortalecimento da identidade camponesa nos campos da produção e de modo de vida, por meio da repercussão de cursos promovidos pelo Pronera, no âmbito dos Projetos de Assentamento, com o exemplo da própria construção da Coperjunho, por meio da atuação de seus dirigentes que foram qualificados em ações dessa política pública

Observa-se, também, a presença de grupo de jovens no processo de formação e direção da cooperativa como uma consequência direta e indireta de cursos realizados no âmbito do Pronera no assentamento, principalmente pelos filhos dos assentados. De acordo com dados do Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II Pnera), foram realizados 17 cursos pelo Pronera no estado do Paraná, com anuência da Superintendência Regional do Incra (SR-09), entre os anos de 1998 e 2011, dos quais quatro foram de Educação de Jovens e Adultos (EJA) fundamental, oito no ensino médio e cinco no nível superior (IPEA, 2015).

Nesse processo, visto como “recampesinação” (PLOEG, 2006), a agricultura camponesa não é vista como atrasada ou como entrave, mas sim enquanto ponto de partida no processo de desenvolvimento rural.

A análise da produção orgânica da Coperjunho implica considerar um mercado cada vez mais complexo que pode afetar sobremaneira as diversas

dimensões da realidade que conformam a perspectiva agroecológica da Cooperativa. Conforme aponta Conterato *et al.* (2011, p. 80), “a mercantilização é o resultado de um amplo processo de negociação e disputa entre os atores (individuais e coletivos; locais e externos) que envolve o controle de recursos (materiais e simbólicos)”. Dessa forma, a prática de agricultura na Coperjunho não envolve somente uma forma de produzir alimentos, mas também de “produzir valores e significados, dentro da dimensão simbólica”, conforme é salientado por esses autores.

A realidade vivida pelos assentados da Coperjunho denota uma diversidade na busca de alternativas que atenta para os pressupostos da Agroecologia, bem como às questões de mercado considerando as transformações em curso no espaço rural contemporâneo. Dessa forma, os mercados passam a ser vistos como mais do que simples mecanismos de transformação de valores de uso em valores de troca. São construções sociais cujo formato específico reflete a contínua interação entre os atores, seus projetos, estratégias e repertórios culturais (CONTERATO *et al.*, 2011).

Nesse quesito, uma característica marcante na forma de atuação estratégica da Coperjunho é a utilização dos circuitos curtos de produção e comercialização. As feiras são uma forma que os produtores encontraram para a comercialização dos produtos. Nesse sentido, alguns fundamentos apresentados por Darolt (2002, p. 88) explicam as estratégias de comercialização adotadas pela cooperativa. “Esses circuitos requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo”. Conforme Chaffote e Chiffoleau (2007 *apud* DAROLT, 2002), os circuitos curtos permitem melhor remuneração do produtor, preços justos ao consumidor, aproveitamento da produção local, assim como geração de empregos e dinamização da economia local. A venda direta permite a relação direta entre consumidor e produtor. Como bem afirma Darolt,

a feira é um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relações entre consumidores e produtores ecológicos. A feira traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida (DAROLT, 2002, p. 91).

A diversificação desses canais curtos de comercialização é uma característica marcante da Coperjunho, e essa opção passa diretamente pela atuação de agentes da juventude rural que receberam treinamento nos

cursos de qualificação do Pronera. Por exemplo, a Feira Agroecológica de Laranjeiras do Sul tem uma importância estratégica não apenas para aferição de ganhos financeiros, mas também por ser um espaço de afirmação de uma identidade social, uma vez que alguns produtos comercializados levam a marca da cooperativa “Coperjunho – Alimentação Saudável”.

Outras formas de comercialização são adotadas pela cooperativa, como a realização de eventos gastronômicos, a exemplo do “Café Colonial” (Figura 9.1). Nesse caso são produtos comercializados diretamente na propriedade, constituindo, como bem aponta Darolt (2002), uma relação direta entre produtor e consumidor numa atividade que pode ser compreendida como evento gastronômico na categoria de “serviços na propriedade”.

Figura 9.1 – Convite para o evento gastronômico “Café Colonial”, dentro da própria Coperjunho, distribuído na rede social Facebook



COPERJUNHO
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

CAFE COLONIAL

SEXTA FEIRA
DIA 08 DE JULHO

ANTECIPADO: R\$ 15,00

No Tel: 42-8431 3921
E-mail: vendas@coperjunho.com.br
<https://www.facebook.com/coperjunho/>
www.coperjunho.com.br

NA HORA: R\$ 18,00

Venha saborear os mais de 50 tipos de produtos



Fonte: <https://www.facebook.com/coperjunho/photos/a.697005647039436/1151449531595043> (imagem postada no perfil do Facebook da Coperjunho em: 6 jul. 2016. Acesso em 28 nov. 2020)

ELEMENTOS SÍGNICOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

Alimento orgânico é a denominação mais percebida pelos consumidores no país, tendência que foi absorvida e concretizada na produção orgânica na Coperjunho em razão da sua força sígnica. Dados da Coordenação

de Agroecologia (Coagre)/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), revelam que a área de produção orgânica no país (registrada em 2016) pode ultrapassar os 750 mil hectares, impulsionada principalmente pela agricultura familiar. Segundo a Coagre, houve um salto de 6.700 mil unidades em 2013 para aproximadamente 15.700 unidades no ano de 2016. Ou seja, em apenas três anos foi registrado mais do que o dobro desse tipo de produção em solo brasileiro (MAIS ORGÂNICOS..., 2017).

Nos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), dados de agosto e setembro de 2016 mostram que a região Sul responde pela maior concentração de produtores orgânicos (cadastrados no Mapa e os beneficiários do PNRA) em números absolutos (33% do total dos produtores brasileiros). O Paraná, segundo a superintendência regional do Incra, apresenta 153 produtores orgânicos cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)⁴², embora com um percentual pequeno comparado ao universo total de assentados no país (menos que 1%). Igualmente em termos gerais, os produtores orgânicos cadastrados representam uma pequena fração (0,2%) do total de famílias beneficiadas pela reforma agrária no país. Mesmo assim, o Paraná é o estado com maior número de assentamentos, com pelo menos um beneficiário do PNRA cadastrado no CNPO. São 36 assentamentos, em um total de 329, ou seja, praticamente 11% do total de assentamentos no estado (ARAÚJO; GUIMARÃES; TABOAS, 2017), entre os quais está inserido o Projeto de Assentamento Oito de Junho.

A produção orgânica no Brasil começa a ganhar força a partir dos anos de 1980 e tem um forte impulso a partir de 1990, com o crescimento do número de feiras e dos espaços no varejo supermercadista para oferta de alimentos considerados mais saudáveis, e vem sendo fortalecida com os avanços nas normas (legislação) de proteção ao consumidor. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme a legislação brasileira, o consumidor reconhece o produto orgânico pelo selo brasileiro ou pela declaração de cadastro do produtor orgânico familiar. Todo produto orgânico vendido em lojas e mercados necessita apresentar o selo em seu rótulo. A cultura e a comercialização dos produtos orgânicos no Brasil foram materializadas pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003,

⁴² O CNPO, de acordo com Araújo, Guimarães e Taboas (2017), “tem sido utilizado como referência para validar compras públicas de produtos orgânicos – ou seja, tem se configurado como importante ferramenta para a negociação no âmbito dos mercados institucionais”.

e a regulamentação ocorreu em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do Decreto nº 6.323 (LEGISLAÇÃO..., [2017]).

A ressignificação da agricultura pela adoção de critérios mais sustentáveis de produção passa também pela percepção mais apurada do real significado da alimentação pelos consumidores, bem como valorização de aspectos de regionalidade e de sazonalidade na escolha dos alimentos, Um contraponto ao que vem sendo observado nos padrões insustentáveis de consumo (fast-food, alimentos industrializados etc.): sua descaracterização, seu desprovemento de sabor e de qualquer sentido de identidade “Enche o estômago, mas a alma percebe o seu vazio”, como bem observa Khatounian (2001). Essa ressignificação pode ser explicada mediante a abordagem sobre as manifestações sîgnicas na Agroecologia no âmbito da Coperjunho, conforme será detalhado a seguir.

A Cooperativa Oito de Junho é concebida institucionalmente sob o signo “Alimentação Saudável” e, nesse contexto, encontra interfaces e conexões com diversos processos comunicativos que serão aqui apresentados. A abordagem da Comunicação, com o estudo dos signos na Agroecologia, acontece em sinergia com os processos educativos da extensão rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2009), uma vez que, dentro da perspectiva agroecológica da cooperativa, a certificação da produção orgânica acontece de forma participativa.

Dessa forma, é possível inferir que no âmbito da Coperjunho a comunicação e os fundamentos da “agricultura sustentável” têm caminhado juntos. A partir do momento em que o assentado se identifica com a perspectiva agroecológica por meio de um processo educativo, adquire o sentido de pertencimento a alguma coisa que dá sentido à sua vida como camponês e, ao mesmo tempo, percebe uma forma de trabalho e renda. A demonstração desse sentido é materializada por meio de signos específicos como forma de distinção simbólica.

Na Coperjunho a identificação da produção orgânica se dá por meio de rótulos. Nesse contexto da produção orgânica, há relevantes elementos sîgnicos a serem analisados e compreendidos. De imediato, percebe-se o signo “Alimentação Saudável” em sua logomarca uma vez que os produtos orgânicos possuem uma distinção visual própria (Figura 9.2).

Figura 9.2 – Logomarca da Coperjunho



Fonte: Imagem extraída da fig. 9.1 (reprodução)

Os rótulos, além de elementos simbólicos intangíveis, significam a face visível, material e perceptível da produção orgânica da Cooperativa e manifestam a importância da dimensão econômica do processo e a institucionalização do sistema produtivo por meio da organização da produção orgânica certificada e dos diversos sinais que evidenciam a natureza dos produtos. Dessa forma, percebe-se a importância signífica da marca Coperjunho no coletivo de assentados da Reforma Agrária, demonstrando que, muito além do slogan “Alimentação Saudável”, os rótulos podem denotar um universo bastante peculiar e complexo de organização social (elementos intangíveis). São sistemas signícos e organizativos complexos que revelam diversos elementos, tais como a logomarca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), selos de certificação orgânica, além do sistema de certificação participativa⁴³ por meio da Rede Ecovida de Agroecologia.

Os produtos feitos na Coperjunho têm certificação orgânica (selo “Orgânico Brasil”), em um processo participativo realizado por meio da Rede Ecovida. Para tanto, foi feito um trabalho de conscientização junto aos assentados do PA’s Oito de Junho. O processo participativo de certificação da produção orgânica é realizado pela Rede Ecovida de Agroecologia, que, de acordo com Radomsky (2009, p. 136), consiste em uma forma de certificação que não depende de organizações externas, resultando num modelo de verificação realizado pelos próprios agricultores e mediadores da rede.

A produção orgânica da Coperjunho é aplicada em produtos lácteos e panificados, orgânicos e convencionais. Conforme destacado, muito embora os rótulos desses produtos orgânicos constituam a face visível do

⁴³ Conforme Santos (2003), a certificação participativa envolve mecanismos de espaço-abrangência, públicos de trabalho, mecanismos de controle e fases definidas de implantação (formação, informação e compromisso, auto-fiscalização e auto-regulação, responsabilidade mútua e “olhar externo”, e aplicação legal).

processo organizativo dos assentados na perspectiva agroecológica por meio da produção orgânica, de modo isolado não conseguem revelar as interações entre as distintas dimensões da realidade, nem identificar os limites a serem superados de modo a fortalecer a Cooperativa no que se refere a aspectos produtivos, econômicos, socioambientais, culturais etc. São signos voltados ao consumidor, na expectativa de que sejam indicadores da organização social da Coperjunho quanto aos valores contidos nos produtos ofertados. Para uma compreensão do todo, e não apenas de uma parte, desse processo, faz-se necessária uma análise das percepções dos agricultores sobre essas questões.

A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES ASSENTADOS

Conforme visto, entende-se que os agricultores são produtores de significados próprios e incorporam no processo de produção sógnica o conhecimento e as experiências vividas no cenário de produção orgânica na perspectiva agroecológica da cooperativa onde estão inseridos.

No caso da Coperjunho foram identificados três grupos de famílias agricultoras em função de sua atividade produtiva. O primeiro é formado por famílias assentadas que já estão certificadas para a produção orgânica; o segundo grupo é formado por aquelas famílias em processo de transição e ainda não certificadas; e o terceiro grupo é constituído por famílias que produzem na forma convencional.

O Projeto de Assentamento Oito de Junho é constituído de 71 famílias, das quais 30 são associadas à Coperjunho. Observou-se, em março de 2016, que entre elas praticamente a metade (14) possuía produção orgânica com certificação participativa (6 em processo consolidado e 8 em transição). Contudo, constatou-se em agosto de 2017 que somente uma família do processo consolidado havia abandonado o sistema de produção orgânico, enquanto que a maior parte das famílias (6) em processo de transição optou por abandonar o sistema. Portanto, a análise desse movimento de redução de pessoal na produção orgânica torna-se imperativa para poder identificar limites e desafios da produção orgânica, tendo como elemento central a voz dos principais protagonistas envolvidos no processo de produção – agricultores, dirigentes da cooperativa e agentes de assistência técnica –, bem como prospectar possibilidades no fortalecimento da produção orgânica na perspectiva agroecológica. Em todo caso, pode-se constatar, de imediato, que aqueles produtores envolvidos no processo de transição

foram os mais afetados, seguramente os mais frágeis em face dos impactos circunstanciais do retrocesso de políticas públicas e recessão econômica verificada no país naquele período, conforme será abordado mais adiante no presente texto. Tal panorama é ainda mais desafiador ao considerarmos a existência de núcleos familiares nos quais já se nota um envelhecimento dos titulares dos lotes e participação crescente dos jovens na gestão não apenas das parcelas, mas também da própria cooperativa.

Para um dos agricultores, em processo de certificação, a estruturação da produção é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico familiar: *“A Coperjunho é parceira, principalmente na produção do leite orgânico, que agora está meio travado, [...] acho que está meio difícil, espero que no futuro, mesmo não sendo 100%, sabendo dessa dificuldade que está”*.

Para entender melhor as dificuldades enfrentadas, outro agricultor, também em processo de certificação, manifesta:

Eu vejo que a Coperjunho, apesar da dificuldade, faz um esforço que é possível mostrar um outro tipo de produção, ela é pequena mas é uma referência [...] não como grande quantidade mas como do ponto de vista da referência, que está no caminho certo. Ela precisa de mais apoio. Temos um limite muito grande, nenhum tipo de banco público tem recurso para produção orgânica e agroecológica. Se você vai pedir financiamento para produzir soja, milho transgênico, você vai ter financiamento. Mas agora se você falar que vai produzir produto agroecológico, vão dizer que não tem, que não está dentro do programa. Isso é ruim, porque se tivesse incentivo você poderia dobrar a capacidade de produção e se tiver produto agroecológico, vai chegar na mesa do consumidor, isso tinha que ser o diferencial.

Percebe-se que o acesso aos mercados é um fator que agrega interesses comuns do grupo de agricultores com produção orgânica certificada, mas ao mesmo tempo há fatores limitantes na comercialização (escala e dependência de mercados específicos). Na opinião de um agricultor certificado: *“O mercado, a gente não tem o produto para se fazer no mercado grande. A gente tem só a feira e a merenda escolar. Para fazer mercado tem que ter produção e sem produção não se alcança mercado”*.

Mesmo com todas as dificuldades e limitações dos mercados locais (feira) e institucionais (merenda escolar), o papel agregador da Coperjunho tem grande importância para a coesão social das famílias que optaram pela

produção orgânica no Projeto de Assentamento Oito de Junho, conforme destaca outro produtor certificado:

A Coperjunho que abriu as portas para a comercialização com o grupo aqui de orgânicos, apesar das pouquíssimas famílias aqui dentro do assentamento que trabalham nisso. Começamos com feira, e pela necessidade da comercialização e da merenda escolar, a gente viu a necessidade de ter uma cooperativa. A cooperativa se inseriu junto com o grupo e tem uma grande importância, pois ajuda a comercializar a produção nossa e acaba gerando renda para o produtor.

A coesão social e organização da produção também são evidenciadas nos depoimentos dos agricultores, até como forma de sobrevivência. “Acho que a Coperjunho ajuda na organização na produção. As vendas no mercado são necessárias para a gente se manter aqui”. A estratégia da produção orgânica também é referenciada como forma de justificar a permanência do agricultor na forma agroecológica de produção, reforçando a identidade da cooperativa. “Na Coperjunho tem um incentivo para a produção orgânica, que comercializa e planta, né, é uma cooperativa que está no rumo certo desse lado da agroecologia, né”.

Sobre os agricultores que saíram da produção orgânica, ainda que certificada, buscou-se entender as dificuldades encontradas para viabilizar a produção, principalmente pelas manifestações dos agricultores no que se refere às limitações para a obtenção de renda familiar. Para um dos agricultores (ex-certificado), o sucesso da produção orgânica numa perspectiva agroecológica passa pelos fatores de viabilidade econômica: “Para mim, a agroecologia tem que ser construída dentro da propriedade, que possa permitir a auto-sustentação da família, que a família sobreviva da agroecologia. Algumas pessoas aceitaram [a agroecologia] e outras não, acabando tomando um rumo diferente”.

A questão do retorno econômico mais imediato e da escala de produção também são apontados pelos agricultores como desafios, considerando a grande diversidade de produtores que são encontrados nos projetos de assentamento de Reforma Agrária.

Eu tentei o agroecológico, sem agrotóxico, mais natural, aqui mas foi complicado porque os vizinhos não eram, não seguiam a agricultura orgânica, e o veneno começou a prejudicar aqui, também, e não dava muito certo, né. Hoje está difícil com o que vem de fora, pois o produto orgânico que a gente produz para combater

os bichinhos que vêm de fora já não funciona mais, e o que vem de fora está muito contaminado. Na época que fiz a opção [pela agroecologia], eu era plantador de fumo, tinha que usar muito veneno, mas chegou em uma altura que não estava dando conta, pois na produção na agroecologia ela demora, produz pouco, perto do que tem na convencional. Saí por falta de dar retorno por área de terra. Tive que parar porque não tinha o suficiente para dar o sustento da família, você não consegue comercializar do jeito que você quer, aí fica difícil.

Um dos agentes da cooperativa – filho de assentado e oriundo de cursos do Pronera – destaca ainda questões sobre a organização da produção, alcance dos mercados em cadeias curtas e longas e a natureza dos produtos como decisivas para a Agroecologia, reconhecendo a importância da instalação de uma universidade dentro do próprio assentamento.

A vinda da Universidade [UFFS] isso ajudou muito. [...] Enquanto mercado, eu falaria assim, o produto “in natura” orgânico ele tem mercado, já, na região, mas ainda é muito pouco. E hoje para pensar em viabilizar alguma coisa, teria que industrializar e processar, e aí não é pensar na região, infelizmente. Se for pensar o lado econômico, tu vai quer que ir pro um grande centro. Já temos alguns testes, vendendo alguns produtos via Rede Ecovida em Curitiba, São Paulo, algumas coisas, estamos fechando agora com uma empresa que é uma ideia que, como o pessoal tem muita mandioca, que é um produto simples de produzir e que existe muito, a ideia é de iniciar um processo, industrializar isso aqui, embalar a vácuo e entregar em Curitiba para entregar na própria feira. Eu diria que o mercado de orgânico hoje, eu vejo que é maior que a produção. Ou seja, você ainda não tem a organização da produção ainda para chegar nesse mercado. Ou seja, com toda essa conversa que a gente faz com algumas empresas e você diz “não, é só fazer”, mas não é fazer produto “in natura” de qualquer jeito, em geral o produtor acha que é isso, que é só colocar dentro de uma caixa e vai. Não, tem que ter essa questão da profissionalização da produção, acho que isso está faltando muito, e o mercado é um grande problema.

Por fim, na opinião de um agente de Assistência Técnica com prestação de serviços à Coperjunho, também oriundo de cursos do Pronera, as políticas públicas existentes são insuficientes e não permitem o desenvolvimento pleno das comunidades atendidas, prejudicando a difusão da cultura agroecológica.

Por mais que o PA 8 de Junho é referência em agroecologia, a adesão ainda é baixa. O motivo pode ser a falta de tecnologias que facilitem a produção, principalmente de grãos e hortaliças. O leite poderia ser um carro chefe da produção orgânica, porém enquanto o laticínio não estiver em funcionamento não tem quem compre a produção de leite orgânico. Pois, a partir do momento que o laticínio estiver funcionando e comprando leite orgânico com um preço diferenciado, isso acaba influenciando os demais a produzirem e certificarem o leite como orgânico. Para aumentar a produção deveria ter mais assistência técnica, voltada para a produção agroecológica, com acompanhamento frequente, para que realmente avance a produção orgânica. Outro fator, seria a demanda de produção (exemplo o leite). A assistência técnica é muito importante, ajudou algumas famílias a avançarem no processo da produção agroecológica, porém a assistência técnica (Incra) para os assentados é muito burocrática para a agroecologia que precisa de maior acompanhamento. Pois, os técnicos tinham que cumprir metas de visitas de um número determinado de famílias e não podia fazer mais que uma visita no mês na mesma família. Isso dificulta muito para a produção agroecológica, para isso tem que ter uma assistência técnica específica para essas famílias. O projeto de assistência técnica do Incra era para avançar a produção agroecológica, porém na prática era muito diferente, muito burocrático, importava mais o que estava no papel do que as práticas que estavam sendo realizadas pelos técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere aos elementos sógnicos, percebe-se que, a partir do momento em que o assentado se identifica com a perspectiva agroecológica por meio de um processo educativo, ele passa a adquirir o sentido de pertencimento a alguma coisa que dá sentido à sua vida como camponês, ao mesmo tempo que vislumbra uma forma de trabalho e renda. Para demonstrar esse sentido, faz isso por meio de signos específicos como forma de distinção simbólica. Assim, os símbolos refletem a opção dos assentados por um tipo de produção mais saudável por meio da produção orgânica integrada aos preceitos da Agroecologia.

Todavia, para a efetivação dos fundamentos representativos desses símbolos, há alguns limites e desafios a serem considerados. Por exemplo, destacam-se, dentre eles, a dependência da Coperjunho com relação ao mercado institucional e o baixo investimento em políticas públicas prin-

cialmente no que se refere à assistência técnica. Esses são alguns fatores que dificultam a permanência de agricultores na perspectiva agroecológica de produção. Além disso, as limitações das cadeias curtas e dificuldades para entrar em mercados mais promissores também limitam a atuação da cooperativa.

A perspectiva agroecológica exige características próprias à produção orgânica praticada na Cooperativa, de modo a preservar os fundamentos preconizados pela Agroecologia (técnico-científicos, éticos, socioambientais, ecológicos, culturais, econômicos etc.). Nesse quesito, Arl faz um alerta sobre a tendência em adjetivar de verde com selos e propagandas os produtos orgânicos, uma vez que esse tipo de produção está em franca expansão no mercado, no que chama de “econegócio”: “[...] leva muitas empresas e grandes investimentos agropecuários a se interessarem pela produção orgânica, mas sob comando da lógica de mercado” (ARL, 2015, p. 41); estratégias essas que não fazem parte da perspectiva agroecológica que embasam o *ethos* da Coperjunho.

Em uma estratégia para melhoria das condições de vida dos assentados do Projeto de Assentamento Oito de Junho, cooperados da Coperjunho, nas manifestações dos agricultores da Coperjunho, percebe-se que há uma tentativa de manter a produção orgânica no marco epistêmico da Agroecologia, sem deixar-se dominar por esse denominado “econegócio”; identifica-se a preocupação com estratégias de mercado com base na construção de uma relação de confiança com os consumidores, relações de economia solidária assentadas na ideia de comércio justo (produtos saudáveis e preços adequados), vendas diretas em cadeias curtas de comercialização e aproximação com os consumidores.

Os esforços envidados pelos cooperados na Coperjunho, tanto jovens como os produtores certificados ou em processo de transição para a agricultura orgânica, demonstram, por meio das expressões sígnicas e nos depoimentos, uma perspectiva alentadora, no sentido de viabilizar uma sucessão familiar que permita a permanência da família nos lotes de forma integral: pais e filhos continuam trabalhando juntos, porém em uma dinâmica mais complexa, concretizada pela Coperjunho e suas metodologias de trabalho, com a produção orgânica certificada, com viés agroecológico.

São possibilidades de afirmar esse tipo de produção numa perspectiva diferente ao do mercado competitivo e estimulador do consumo e da criação de necessidades ilimitadas, que, por meia da mídia, banaliza a pro-

dução orgânica, confunde o consumidor e, contraditoriamente ao ideário da sustentabilidade, promove o “econegócio”. Ou seja, cria a expectativa de mudanças, promete um novo produto sem que, no entanto, como bem aponta Arl, se alterem “questões estruturais de fundo como a concentração de riquezas, das terras e outros meios de produção, a exclusão social e a fome” (ARL, 2015, p. 41).

As expressões sígnicas materiais (rótulos) e discursivas identificadas na Coperjunho mostram a percepção da Agroecologia pelos assentados da Reforma Agrária como “campo de conhecimento resultante da confluência das ciências e outras formas de construção social do conhecimento”, como bem aponta Arl, que se coloca “muito além da lógica da substituição de insumos ou do cumprimento das normas de produção orgânica” (ARL, 2015, p. 42).

Nesse sentido, na produção do conhecimento agroecológico, destaca-se o papel fundamental da Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), que, de forma emblemática, situa-se fisicamente (campus Laranjeiras do Sul) junto à área destinada ao espaço comunitário do Projeto de Assentamento Oito de Junho. Nesse contexto, é de extrema importância a afirmação de políticas públicas de Assistência Técnica e Educação, a exemplo do Pronera, para os assentados da Reforma Agrária – em especial aquelas que sejam direcionadas para a juventude rural, afinal a questão da sucessão familiar é estratégica para a continuidade e permanência das famílias no meio rural –, em todas as etapas de produção, na perspectiva da construção social do conhecimento. Os saberes tradicionais que se materializam na produção do conhecimento agroecológico dependem do diálogo permanente de saberes entre a academia e os produtores rurais familiares, bem como povos tradicionais.

As políticas públicas – mediadoras e apoiadoras das iniciativas da Agroecologia – que culminaram na criação da Planapo mostraram-se um importante avanço no Desenvolvimento Rural Sustentável e necessitam ser mantidas, fortalecidas e ampliadas. Constituem possibilidades determinantes na superação os prejuízos que a sociedade vem sofrendo em razão dos enormes retrocessos atuais impingidos ao país no que se refere às políticas governamentais. Conforme foi apontado no presente texto, são muitas as demandas no âmbito da Planapo, em especial nas arenas políticas nos Poderes Executivo e Legislativo. A redução em 85,2% da dotação orçamentária no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018 (BRASIL, 2017), nos

investimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), no orçamento anual do Incra, é uma demonstração factual dos imensos desafios a serem enfrentados, sob pena de haver consequências nefastas, caso essa política de desmonte do Estado e de suas instituições de desenvolvimento agrário não seja revertida em curto prazo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ARAÚJO, A. L. de O.; GUIMARÃES, D.; TABOAS, P. D. M. Z. Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária que logram a regularização como produtores orgânicos: uma estratégia de monitoramento ao Planapo. *In*: SAMBUICHI *et al.* (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

ARL, V. **Desafio para uma metodologia transformadora na transição agroecológica**: uma experiência de construção social do conhecimento de entidades de ATER no Paraná. 2015. Tese (Doutorado) – Departamento de Recursos Naturales y Sostenibilidad, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba (Espanha).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União** – exercício financeiro 2018: projeto de lei orçamentária. Brasília: [s. n.], 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. [S. l.]: MDA/SAF; DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, [s. l.], v. 6, p. 63-74, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (org.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CONTERATO, M. A. *et al.* **Mercantilização e mercados**: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. Os atores do desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 67-90.

DAROLT, M. R. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. *In*: DAROLT, M. R. **Agricultura orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002. p. 18-26.

DE PAULA, R. P. *et al.* Educação e direitos humanos: a participação do Pronera na construção da educação do campo. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 15-41, 2015.

DINIZ, A. S. Contribuições teóricas para compreensão do campesinato. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, [s. n.], v. 12, n. 1, 2010.

ESMERALDO, G. G. S. L.; MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998-2011). **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 38, n. 140, p. 569-585, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **II Pnera: relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

JACOB, L. B. **Agroecologia na universidade: entre vozes e silenciamentos**. Curitiba: Appris, 2016.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. [S. l.]: Agroecológica, 2001.

LEGISLAÇÃO – orgânicos. **Governo Federal**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), [s. l.], [2017]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/legislacao>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MAIS ORGÂNICOS na mesa do brasileiro em 2017. **Governo Federal**, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), [s. l.], 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-orgânicos-na-mesa-do-brasileiro-em-2017>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MOLINA, M. G. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecología política. *In*: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**, p. 17-70. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *In*: **IDEAS**. [S. l.]: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. p. 1-32.

SANTOS, L. C. R. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa**. Comércio ético e solidário no Brasil. Faces do Brasil. São Paulo: Fundação Friederich Ebert; Ildes, 2003.

SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecilia. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentable**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

O TRÍPLICE ELO DO DESENVOLVIMENTO RURAL: ANALISANDO O CASO DA COOPERFAMILIAR NA INTEGRAÇÃO ENTRE MERCADOS INSTITUCIONAIS, COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL

Sandra Nespolo Bergamin

Adriana Bilini

Geovani Munarini

Emerson Junior Menin

INTRODUÇÃO

As cooperativas de produção ligadas à Agricultura Familiar (AF) se constituem como instrumentos fundamentais para a efetividade de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) (COSTA; AMORIM JR.; SILVA, 2015; BRASIL, 2016). É por meio delas que se criam condições adequadas para garantir uma oferta regular de alimentos, por meio da organização da produção e da capacitação técnica junto aos agricultores familiares, viabilizando assim sua entrada e permanência nesses mercados. As cooperativas contribuem, ainda, para a redução de diferentes custos transacionais existentes na execução dos programas, como o suporte logístico das entregas e o apoio técnico administrativo para a elaboração das chamadas públicas e dos contratos de compra com as prefeituras (GRISA; PORTO, 2015; TRICHES *et al.*, 2018).

Ao contribuir com a viabilidade dos mercados institucionais e, por sua vez, para a geração de renda para as famílias de agricultores, as cooperativas fomentam outros processos fundamentais para o desenvolvimento rural, mais afeitas às áreas ambiental e social (SCHNEIDER, 2015). No terreno

ambiental, as cooperativas estimulam a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos junto aos cooperados, auxiliando desde a assistência técnica e na capacitação dos produtores até a certificação das propriedades (DALBELLO; FRANZ, 2006).

Na perspectiva social, vem contribuindo para a inclusão produtiva de jovens agricultores, que por sua vez proporciona maiores oportunidades para sua permanência no campo (RIBEIRO, 2012; FORNAZIER; WAQUIL, 2013). A evasão (êxodo) de filhos de agricultores das propriedades rurais é considerada um dos principais desafios socioeconômicos para a sustentabilidade da agricultura familiar e vem suscitando um grande campo de estudos para analisar o fenômeno e propor soluções (RENK; DORIGON, 2014; CASTRO; BARCELLOS, 2015).

O que se depreende dessa realidade é que há uma forte conexão entre três elementos presentes na política de compras públicas, que são: os mercados institucionais propriamente ditos, as cooperativas da AF e os jovens agricultores. Tais elementos estão inter-relacionados e se reforçam, criando oportunidades para potencializar o desenvolvimento rural. Essa relação conjunta, que pode ser considerada um “tríplice elo”, deve merecer maior atenção dos formuladores de política, pois melhorar essa relação/conexão implica melhores resultados socioeconômicos. Nesses termos, observa-se que a instituição de mercados institucionais cria demanda para as cooperativas da AF, que fortalecem sua atuação e possibilitam oportunidades aos jovens ao acessar tais mercados e gerar renda com suas vendas. Por outro lado, os jovens agricultores, ao se associarem e participarem efetivamente das cooperativas, auxiliam na sua gestão e na inovação de processos, fortalecendo seu papel de organização da produção agrícola, garantindo assim a perenidade de tais mercados institucionais.

Com relação à juventude rural, observa-se que há uma via de mão dupla entre a atuação das cooperativas e a participação dos jovens. Se, por um lado, as cooperativas da AF auxiliam no acesso aos mercados institucionais e na formação política, por outro lado, a juventude rural passa a se envolver/interessar pelos negócios da cooperativa, contribuindo com sua gestão e criação de iniciativas inovadoras, gerando um círculo virtuoso para a sustentabilidade dessas organizações (MIOR, 2005). Dessa forma, considera-se que há espaço para uma “inclusão participativa” de jovens, isto é, além de se associarem às organizações para acessar mercados, podem

contribuir na condução desses empreendimentos, fortalecendo, portanto, a cadeia produtiva e sucessória da AF.

É na perspectiva de aprofundar o debate sobre o potencial desse tríplice elo que o presente estudo se apresenta. Mais especificamente, tem-se o objetivo de propor ações para o fortalecimento dessa relação, para que se possa contribuir para promoção do desenvolvimento rural. Para fazer essa discussão, o capítulo analisa a experiência da Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar) com o Pnae no município de Chapecó-SC, ao longo do período de 2014 e 2019, enfatizando o papel da cooperativa na organização da produção de alimentos e no fortalecimento da inclusão de jovens agricultores. A metodologia empregada é o estudo de caso, com base na pesquisa documental nos registros físicos e digitais da cooperativa e nas entrevistas (relatos) de gestores da cooperativa e de jovens cooperados acerca de sua participação no mercado institucional do Pnae. Nesses termos, ao descrever a experiência da cooperativa no Pnae e da sua atuação com jovens agricultores, permite-se verificar aspectos críticos do programa e de outras políticas públicas para a AF, que merecem maior atenção (aprimoramento) para que atinjam maiores resultados em termos de desenvolvimento local/rural.

Além desta introdução, o texto se divide em mais três seções. A segunda seção versa sobre o papel da organização sindical e das cooperativas de economia solidária para a consolidação de políticas públicas voltadas a AF. Na terceira seção é apresentada a experiência da Cooperfamiliar com o Pnae no município de Chapecó-SC. Na quarta seção é realizada a análise das ações de inclusão produtiva e participativa dos jovens agricultores pela cooperativa. Ao final, têm-se as conclusões.

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A AF

Segundo Silva (2006), existem duas principais vertentes de cooperativismo no Brasil: o sistema da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a de Economia Solidária. O sistema OCB tem sua criação no início dos anos 1970, ligado ao Estado, e que tem como foco principal a eficiência econômica dos empreendimentos cooperativos. Por sua vez, a economia solidária surge nos anos 1990, motivada por atender às necessidades da

sociedade, tendo como foco principal a igualdade e a solidariedade nas ações do empreendimento.

Os movimentos de criação de cooperativas da agricultura familiar surgem das necessidades econômicas e sociais dos agricultores, e estão vinculadas à vertente da economia solidária, contando com a ajuda de seus sindicatos para se organizarem e se constituírem. Para Frantz (2012), a agricultura familiar sempre teve uma relação muito próxima ao cooperativismo. A relação de associação entre os agricultores é considerada um elemento importante na organização de suas economias. Os agricultores sempre esperam encontrar no cooperativismo um instrumento de poder de atuação e defesa dos seus interesses, apesar de muitas vezes serem suas tentativas frustradas.

É pela atuação forte dos seus sindicatos, de suas cooperativas e da união com outros movimentos sociais ligados ao campo que o segmento da AF conseguiu importantes conquistas, como o Pronaf em 1996, e de um conjunto de políticas públicas que visam ampliar o desenvolvimento rural, nos anos 2000, como são os casos da criação dos mercados institucionais do PAA e do Pnae (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A partir da conquista da política pública do Pnae (compra da Agricultura Familiar mediante a Lei nº 11.947/2009, artigo 14), a qual criou um elo entre a alimentação escolar e a agricultura familiar, as organizações sociais, por meio dos sindicatos da AF e das cooperativas de economia solidária, buscaram massificar a divulgação do programa, a construção de parcerias e a realização de diálogos que possibilitaram a efetivação da proposta.

Na trajetória de formalização e fortalecimento dessa política pública, cabe destacar a importante participação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea's), nos três níveis federativos (nacional, estadual e municipal), em que, por meio de sua atuação e da mobilização das organizações sociais, buscou-se sensibilizar e exigir das administrações municipais e estadual a compra de no mínimo 30% dos alimentos da AF e o cumprimento da lei. Outro fator relevante é a aprovação da Resolução nº 38/2009, que amplia a aquisição dos alimentos, possibilitando a inclusão dos produtos orgânicos e o pagamento de um adicional de até 30% sobre o valor, estimulando a produção de alimentos saudáveis.

Entretanto, observa-se que vários desafios estiveram e estão presentes na implementação da política pública do Pnae. Citam-se aqui os mais relevantes, os quais, por meio da organização e da união dos agricultores familiares e de suas cooperativas, foram aos poucos sendo superados ou minimizados.

Os desafios referem-se principalmente ao processo administrativo dos poderes públicos, municipal e estadual, e da organização da produção pelos agricultores familiares. Em relação ao primeiro desafio, têm-se as questões ligadas ao processo de compras de alimentos, que envolve a mudança do processo licitatório para edital de chamada pública; a inclusão de produtos sazonais regionais no cardápio da alimentação escolar; a mudança cultural dos setores de nutrição das administrações públicas, no que tange a olhar e compreensão dos produtos artesanais; a logística de distribuição alimentos nas escolas; e a compreensão das merendeiras sobre qualidade nutricional dos alimentos. Por fim, as administrações públicas ainda possuem grandes resistências com a manutenção da política de menor preço, não levando em conta o preço médio regional dos alimentos adquiridos e/ou não aplicando o adicional de 30% aos alimentos orgânicos, como prevê a legislação.

Quanto ao segundo desafio, processo organizacional dos agricultores, destaca-se a relutância dos agricultores em manter a entrega dos alimentos nos momentos de oscilação de preços e da realização e/ou execução do planejamento produtivo de forma permanente, o que gera problemas na oferta. Avalia-se que esses pontos são os principais gargalos que influenciam no processo organizacional da efetivação dos contratos e entregas de alimentos da agricultura familiar nas escolas.

Diante dos avanços apresentados, não se pode perder de vista a importância e efetividade do controle social, em que os Conselhos da Alimentação Escolar (CAEs) desempenham um papel fundamental no repasse de informações confiáveis quanto à aplicação correta dos recursos oriundos do FNDE e que possibilita a comprovação das ações desenvolvidas pelos gestores públicos, alinhadas com as demandas sociais, alimentares e nutricionais.

A implementação das políticas públicas, fortalecidas pelo apoio local de organizações sociais que fomentem o desenvolvimento sustentável e a geração de empregos no meio rural, é um instrumento fundamental para transformar a AF em um grande potencial gerador de desenvolvimento local descentralizado, promovendo assim a segurança alimentar e nutricional.

A TRAJETÓRIA DA COOPERFAMILIAR E SUA EXPERIÊNCIA COM O PNAE

A Cooperfamiliar foi constituída em 17 de abril de 1995. Ela surgiu pela necessidade de criação de uma ferramenta que viabilizasse as compras

e vendas coletivas de insumos e produtos para os agricultores familiares da região. Em 1997, organizaram-se os primeiros grupos de agricultores, produzindo sementes crioulas e laranja. No ano seguinte, 1998, foi criada a marca Sabor Colonial, com o objetivo de dar maior visibilidade e diferenciar os produtos da AF nos mercados que poderiam acessar. No ano de 2001 foram criadas as primeiras agroindústrias familiares, focadas na produção de panificados, carne suína e derivados, derivados de leite, sucos e geleias (BERGAMIN, 2011).

A cooperativa passa por uma reestruturação no ano de 2002, deixando de atuar na comercialização de insumos agrícolas e passando a se dedicar à organização da produção dos associados para os mercados institucionais. Ainda nesse ano, realiza seu primeiro convênio de vendas para a alimentação escolar com a Prefeitura de Chapecó e obtém espaço de comercialização de produtos no mercado público regional do município. Entre 2003 a 2011, a cooperativa passou por dificuldades de gestão, resultando num período de estagnação e pouco crescimento. Entre 2011 e 2013, a Cooperfamiliar passa por nova reestruturação, direcionando esforços aos mercados institucionais do PAA e Pnae (BILINI, 2014).

A Cooperfamiliar tem área de atuação em cerca de 40 municípios do Oeste de Santa Catarina, sendo os de maior representatividade Chapecó, Guatambu, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta e Arvoredo. Organizada em uma estrutura com sede em Chapecó, é responsável pela organização da produção, vendas coletivas via projetos junto ao Pnae e PAA, além de prestar assistência técnica veterinária aos associados. Serviços como contabilidade e elaboração de rótulos e receitas são realizados em parceria com a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (Apaco).

Em 2020, a cooperativa contava com mais de mil associados, sendo 627 ativos, correspondendo a cerca de 250 famílias. Destaca-se que, a partir de 2015, a Cooperfamiliar iniciou trabalho para dar maior visibilidade e protagonismo para mulheres e jovens. Dessa maneira, dos 627 associados ativos, 365 são homens, 262 mulheres e, destes, 103 são classificados como jovens. Além da sede em Chapecó, a Cooperfamiliar conta com nove filiais (agroindústrias)⁴⁴, nos municípios vizinhos. A presença das agroindústrias denota seu forte compromisso com a agregação de valor à produção da AF, ampliando oportunidades e rentabilidade dos empreendimentos rurais.

⁴⁴ As agroindústrias referem-se a pequenos empreendimentos de agricultores familiares que visam agregar valor aos produtos agrícolas, como: carnes, lácteos e massas e panificados.

Quadro 10.1 – Evolução das vendas realizadas pela Cooperfamiliar no município de Chapecó – 2014 a 2019

Ano	Volume entregue (R\$)	Percentual do repasse recebido pelo município de Chapecó do FNDE	Número de agricultores envolvidos
2014	1.573.010,39	62%	93
2015	1.078.782,28	41%	101
2016	1.446.823,88	59%	100
2017	1.119.406,59	43%	99
2018	948.218,95	35%	148
2019	1.069.775,10	38%	125

Fonte: Cooperfamiliar (2020)

Embora a experiência da cooperativa com o Pnae tenha iniciado em 2002, o presente texto dará ênfase para a análise do período mais recente, abrangendo os anos de 2014 a 2019, período em que a Cooperfamiliar assume grande protagonismo nas vendas para o município de Chapecó, atingindo percentuais que vão de 35 a 62% do total de repasse do FNDE para o município, conforme pode ser visto no Quadro 10.1. A Cooperfamiliar também atende ao Pnae nos municípios de Nova Itaberaba e Cordilheira Alta⁴⁵, porém a análise se focalizará no município de Chapecó.

A trajetória de participação da Cooperfamiliar na alimentação escolar de Chapecó remete a uma intensa mobilização na prefeitura municipal, necessitando, inclusive, recorrer ao Ministério Público para que a prefeitura cumprisse a Lei nº 11.947/2009. A prefeitura se negava a realizar compras diretas com os agricultores, pois detinha a alimentação terceirizada no município. Na época, toda a parte administrativa e logística do Pnae era realizada pela empresa terceirizada, desincentivando a prefeitura a investir na infraestrutura que viabilizasse as compras dos agricultores⁴⁶.

⁴⁵ A atuação com o PNAE no município de Cordilheira Alta ocorre desde 2009, sendo o primeiro município que a Cooperfamiliar passou a atuar a partir da Lei 11.947/2009.

⁴⁶ A implementação do PNAE (Lei n. 11.947/2009) exige que a prefeitura dispense uma equipe de servidores para gerenciar o processo de compra e acompanhamento das entregas, incluindo a contratação de profissionais nutricionistas. Além disso, exige maiores investimentos nas escolas, como a contratação de merendeiras e a compra de equipamentos para as cozinhas (armazenagem e preparo das refeições). Com a terceirização, esse investimento deixa de ser realizado.

Vencida essa etapa de formalização das compras da AF pela prefeitura, a cooperativa inicia uma intensa sensibilização com os setores responsáveis pelo Pnae (mais especificamente com a Secretaria da Educação e setor de compras) para organizar esse processo e garantir que as compras se efetivassem. Tais negociações envolveram a composição do cardápio escolar (inclusão de alimentos regionais, de acordo com a sazonalidade); a cobrança para que as chamadas fossem integralmente cumpridas (a prefeitura não efetivava a compra do valor integral constante na chamada, gerando prejuízos aos agricultores, pois o planejamento era feito sobre o valor total); o planejamento das entregas nas escolas, que não estavam equipadas adequadamente para receber os alimentos e as merendeiras tinham resistência em relação ao padrão dos alimentos⁴⁷.

Outras negociações com a prefeitura envolveram a cobrança para que o processo da chamada pública fosse realizado antes do final do ano, dando tempo hábil para que as entregas já começassem a ocorrer no início do ano letivo. As primeiras chamadas foram feitas no início do ano, e a finalização dos trâmites burocráticos e o início das entregas ocorreram apenas na metade do ano. A cooperativa também necessitou fazer vários esclarecimentos para que a prefeitura reconhecesse a legalidade do pagamento adicional de 30% no preço dos alimentos orgânicos. Se não bastasse toda essa dificuldade de compreensão por parte da prefeitura, a troca constante das equipes envolvidas com o Pnae exigia retrabalhos e novas sensibilizações, o que gerava custos extras para a cooperativa (tempo e dedicação da diretoria, quando poderia operar em outras frentes de trabalho).

Essa experiência vivenciada pela Cooperfamiliar para efetivar a Lei nº 11.947/2009 no município de Chapecó infelizmente não é uma exceção. Há vários estudos demonstrando que em muitos municípios brasileiros o poder público local, além de não se engajar na formalização das compras da AF, cria muitos obstáculos para que os agricultores consigam fazer as entregas (GRISA; PORTO, 2015; TRICHES *et al.*, 2018).

A Cooperfamiliar também enfrentou dificuldades internas. A necessidade de organizar uma logística que envolvia mais de 100 agricultores e 90 escolas, mas sem nenhuma assistência por parte da gestão municipal, gerou muitos gargalos nos primeiros anos, que só foram superados pela parceria entre os agricultores cooperados. Em 2020, a cooperativa já con-

⁴⁷ A dificuldade das entregas nas escolas possuía relação direta com a condução da empresa terceirizada, pois além de influenciar no suprimento dos equipamentos das cozinhas, havia constante alteração do cardápio, que dificultava a organização da logística pela cooperativa.

tava com veículo próprio e um modelo de entregas considerado adequado (espaço de recebimento, cronogramas e roteiros definidos e equipe de apoio administrativo).

Superadas essas adversidades, pode-se considerar que a Cooperfamiliar contava a partir de 2019 com boa estrutura para atender ao Pnae em Chapecó e uma relação amistosa com a Secretaria de Educação, havendo maior colaboração por parte desta. As maiores dificuldades que persistem referem-se, por um lado, ao ainda baixo volume de recursos destinados à aquisição de alimentos da AF pelas chamadas públicas (o que garantiria o aproveitamento da capacidade produtiva existente, maior escala de produção e, dessa forma, condições de a cooperativa realizar investimentos) e à dificuldade de incluir os produtos agroindustriais (com maior valor agregado) nas chamadas públicas.

Por outro lado, o formato terceirizado da oferta das refeições nas escolas cria restrições para a plena atuação da cooperativa, pois afeta toda a cadeia de oferta de alimentos. É a empresa que dita o perfil e a alteração de cardápios, a cultura do preparo de alimentos nas escolas, que por sua vez impacta diretamente na gestão dos processos da cooperativa, criando obstáculos. Esse perfil “enlatado” de oferta de refeições por parte da empresa terceirizada é exatamente o que a Lei nº 11.947/2009 buscou superar, pois interfere diretamente na cultura alimentar dos estudantes e desvaloriza a produção agrícola da AF.

Em que pesem as inúmeras e gigantes dificuldades, deve-se destacar que a insistência da Cooperfamiliar em permanecer no Pnae viabilizou a geração de renda para mais de cem famílias de agricultores e oportunizou uma alimentação saudável para milhares de crianças do município de Chapecó. Para o sucesso dessa empreitada, a cooperativa contou com a presença marcante de jovens agricultores.

Esse processo de inclusão de jovens na cooperativa foi possível a partir de dois momentos estratégicos. O primeiro se refere à própria mudança de atuação da cooperativa. Conforme já mencionado, a partir de 2015, a Cooperfamiliar passa a dar maior visibilidade para atuação do jovem e da mulher cooperada, capacitando-os para sua inclusão produtiva. O segundo momento se dá pelo engajamento da cooperativa em desenvolver projetos com entidades parceiras, para estruturar agroindústrias e realizar acompanhamento técnico, em que há jovens como protagonistas. Um exemplo desse tipo de projeto é realizado com a Universidade Federal da Fronteira

Sul (Uffs). Tal projeto ajudou a capacitar e a prospectar jovens interessados em participar dos mercados, que logo perceberam a importância de se aliar a uma cooperativa. É desse projeto, por exemplo, que dois jovens passaram a atuar como diretores da Cooperfamiliar e ajudam na gestão do Pnae em Chapecó.

Nessa perspectiva, os jovens passaram a contribuir com a produção propriamente dita de alimentos, na gestão da cooperativa e na gestão específica do Pnae (com entrega de alimentos e negociação com a prefeitura). Pode-se considerar que a cooperativa e o Pnae se consolidaram como uma nova oportunidade para o jovem agricultor, contribuindo também para a melhorar as relações familiares (a exemplo do diálogo com os pais).

Compreende-se que essa sustentabilidade da atuação do jovem no Pnae depende de mudanças normativas, como a maior flexibilização da obtenção da Declaração de Aptidão de produtor (DAP Jovem)⁴⁸, pois em muitos casos ela ainda fica vinculada ao pai, e ampliação do limite individual por DAP para vendas no Pnae. Tais restrições implicam dificuldades para o jovem exercer de forma mais autônoma seus empreendimentos (por exemplo, limita o volume de venda, cria obstáculos para efetivar financiamento bancário).

Dada a importância que o jovem agricultor assumiu na Cooperfamiliar e para a operacionalização do Pnae em Chapecó, a próxima seção explora a percepção desses jovens com sua experiência na cooperativa, nos mercados institucionais e nas perspectivas de manutenção no campo.

A INCLUSÃO PARTICIPATIVA DE JOVENS PELA COOPERFAMILIAR

O movimento iniciado pela Cooperfamiliar em 2015, para dar maior visibilidade e protagonismo para mulheres e jovens, alinhado com os princípios de um cooperativismo solidário e apoiado pelo sindicato dos trabalhadores da AF, começa a tomar forma a partir de medidas de ações estratégicas que foram tomadas naquele ano. A primeira ação, como já foi

⁴⁸ Segundo Brasil (2019), a DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Tem direito ao documento os agricultores familiares tradicionais; pescadores artesanais; aqüicultores; silvicultores; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Há oito tipos de DAP's, seis são individuais e duas jurídicas. Dentro das individuais há quatro principais (A, A/C, B e A/F) e outras duas acessórias (DAP Jovem e DAP Mulher Agregada) que são sempre vinculadas à DAP Principal.

mencionado, foi incluir os jovens de forma mais efetiva na cooperativa, tanto pela via da produção como pela via da gestão da cooperativa. Pela via da produção, foi realizado um trabalho para formalizar a autonomia do jovem como produtor rural, trabalho que se dá pelo registro da DAP Jovem e pela realização de cursos de capacitação. A via da gestão refere-se à ampliação do espaço dos jovens e envolvê-los nas decisões centrais da cooperativa, o que estimula seu comprometimento e pertencimento à organização. Essas ações estão alinhadas com a necessidade de fortalecer a autonomia do jovem na atividade agrícola, autonomia essa que, quando inviabilizada, em virtude principalmente da tradição das famílias agricultoras centrada na figura do pai, desestimula o jovem a permanecer na propriedade, e decide morar na cidade, quando passa a exercer sua independência (CASTRO, 2007; RENK; DORIGON, 2014).

A segunda ação está ligada à realização de parcerias com outras entidades para fortalecer o trabalho da cooperativa. Nessa perspectiva, considera-se que a sustentabilidade de uma cooperativa depende de várias ações complementares para a criação de mercados institucionais, como a aquisição de equipamentos e a manutenção de instalações a fim de propiciar as condições mínimas de instalação da cooperativa: coletar, receber e armazenar os alimentos a serem distribuídos nos locais de entrega. Há também a necessidade de investimentos em máquinas e instalações, para fomentar projetos de agroindustrialização (agregação de valor aos produtos agrícolas); e a necessidade de capacitação técnica dos cooperados em várias áreas: produção, certificação de alimentos orgânicos, legislação sanitária, gestão de negócios e base jurídica para lidar com o setor público.

Essas ações complementares se deram por meio de aprovação de projetos com instituições que vinham atuando em parcerias com a cooperativa. Dois casos merecem destaque, os projetos realizados com a Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs) e com a Fundação Banco do Brasil (FBB). O projeto com a Uffs, denominado “Fortalecimento da juventude rural na região Oeste de Santa Catarina”, tinha como objetivo prospectar jovens pertencentes à agricultura familiar e capacitá-los para acessar mercados institucionais. O projeto que se deu por meio de concorrência de chamada pública MCTI/MDA-Incra/CNPq n° 19/2014, contemplando recursos do CNPq, foi desenvolvido no período de março de 2015 a julho de 2017 e envolveu 50 jovens. Entre as ações realizadas pelo projeto, houve: ações de capacitação para acesso aos mercados institucionais, de gestão e de cooperativismo, realização de rodadas de negociação com as prefeituras,

viagens de estudo para conhecimento de empreendimentos ligados à AF e um seminário regional para debater o Pnae com profissionais de nutrição.

Por sua vez, o projeto com a FBB, denominado “Juventude rural: inclusão produtiva”, executado entre 2016 e 2018, foi pensado para ser uma ação complementar ao projeto realizado pela universidade, na perspectiva de articular o conhecimento gerado naquela formação, com o fomento de ações produtivas nas propriedades rurais. Dessa forma, esse projeto selecionou 50 jovens, em que alguns deles (associados à Cooperfamiliar) também estavam inseridos no projeto com a Uffs. O projeto foi executado com base no desenvolvimento, por cada jovem, de um plano produtivo em sua propriedade (implementação de nova atividade, nova proposta vinculada a sua agroindústria ou, ainda, ampliação de uma atividade existente). Buscou-se avaliar quais as necessidades dos jovens para melhorar seu processo produtivo, e com base nisso se elaboraram os projetos produtivos. Valendo-se desse plano, foram realizadas oficinas de capacitação técnica e de acompanhamento técnico na propriedade. Além disso, alguns jovens receberam equipamentos para executar o plano, como: máquina para descascar mandioca, câmara para maturação de banana; e/ou a cooperativa recebeu equipamentos para uso coletivo dos jovens, como é o caso da máquina de extração e separação de mel.

A realização dos dois projetos proporcionou para a Cooperfamiliar, além dos benefícios diretos, como investimentos e capacitação, maior aproximação com os jovens agricultores, que foram convidados de imediato a se inserir na vida da cooperativa e, portanto, na participação com os mercados institucionais e empreendimentos agroindustriais.

Por sua vez, as parcerias realizadas pela Cooperfamiliar proporcionaram aos jovens agricultores novas perspectivas de desenvolvimento pessoal e novos horizontes (projeto de futuro baseado na agricultura familiar), em virtude das oportunidades de geração de renda, de trabalho solidário via cooperativa, de valorização da profissão de agricultor e de acesso a novos conhecimentos. Cabe destacar ainda que a aproximação com a universidade incentivou muitos jovens a manter os estudos e a ingressar no ensino superior. A universidade, por seu turno, além do ensino e da pesquisa voltados à AF, também investiu na extensão com a AF, por meio da realização de feiras da agricultura familiar, valorizando a produção orgânica e de inserção de jovens.

Os efeitos desse envolvimento com a Cooperfamiliar e das parcerias/projetos realizadas sobre o estreitamento dos vínculos dos jovens agricultores com a permanência no campo podem ser verificados pelos depoimentos

desses jovens. Em relação à importância da participação como membro da cooperativa, o Jovem A declara:

A partir de 2015 fui convidado para participar da direção do sindicato. A partir dessa experiência, também fui convidado a participar como membro da cooperativa. A experiência no sindicato foi importante, principalmente em termos de capacitação. Realizei vários cursos que ajudou no meu entendimento sobre a importância dos Programas os agricultores. Foi através da cooperativa que tive conhecimento do PAA e do PNAE...

Na cooperativa passei a ajudar na gestão do PNAE, e estou aprendendo muito sobre gestão.

A fala do Jovem B vai no mesmo sentido, no entanto destaca sua relação com o ensino superior.

Minha experiência com a Cooperfamiliar iniciou no ano de 2007, com a minha associação na cooperativa, por interesse de participar de programas governamentais, como por exemplo o programa PAA, no qual eu comercializava panificados, mais especificamente macarrão caseiro, o qual era fornecido para as escolas do município de Chapecó, por intermédio do banco de alimentos. Fiquei um ano participando desse programa.

Após esse período me afastei um pouco da cooperativa por razões pessoais. Nesse período também iniciei o curso de agronomia na UFFS, no ano de 2014. Durante o período de graduação tive a oportunidade de participar do projeto de extensão “Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste Catarinense”, projeto construído em parceria com entidades ligadas a agricultura familiar que tinha como foco a inserção dos jovens em programas governamentais como o PNAE. E uma dessas entidades foi a Cooperfamiliar. No mesmo momento que estava participando do projeto, tive o convite da Cooperfamiliar em fazer parte da composição do conselho administrativo, assumindo como diretor tesoureiro no ano de 2016. Como ainda estava fazendo a graduação, eu colaborava como eu podia, desde decisões políticas, como também no operacional da cooperativa. Foi um período de muito aprendizado, no qual aprendi como funciona uma cooperativa, e como acontece as relações sociais em um ambiente cooperativista. Também foi um período de muitos desafios, pois a sobrevivência da cooperativa depende somente do mercado institucional.

No ano de 2018, terminei a minha graduação e comecei a atuar mais ativamente na cooperativa.

Os depoimentos das experiências dos jovens agricultores demonstram o papel estratégico que as cooperativas da AF exercem para o fortalecimento dos vínculos dos agricultores com a terra, principalmente em termos de organizar a produção e acessar políticas públicas, como é o caso dos mercados institucionais. No caso específico dos jovens, essa atuação das cooperativas acaba sendo mais relevante, pois cria, além de oportunidades de renda, relações de pertencimento e de valorização da profissão de agricultor – em muitos casos, a carência desses elementos é o que acaba afastando os jovens do meio rural (CASTRO, 2007; DICKMANN, 2006).

Com relação à importância dos mercados institucionais para a geração de renda para as famílias agricultoras e para a permanência dos jovens no meio rural, há consenso por parte dos jovens agricultores no sentido de que a criação dos mercados institucionais, a exemplo do PAA e Pnae, é fundamental para a manutenção do jovem no campo.

O PNAE contribuiu para melhorar a renda da família. Considero extremamente importante esses mercados, pois possibilita uma fonte de renda adicional para o agricultor e garantia de sobrevivência da cooperativa. (Jovem C).

É muito importante para meus pais, auxilia muito na renda deles. Como eu não estou mais em casa (estou cursando Agronomia na UFFS), o PNAE ajuda a me manter na universidade... se eu tiver retornar para trabalhar com meus pais, o PNAE vai continuar sendo uma fonte importante de renda... (Jovem D).

Apesar de importantes, os jovens reconhecem que tais mecanismos relacionados aos mercados institucionais precisam ser aprimorados, como ampliar o volume de compras da agricultura familiar, ajustar limites individuais das vendas e favorecer a obtenção de DAP Jovem. Além desses aspectos, há um conjunto de outras ações que merecem atenção do poder público, como criação de mecanismos de suporte à produção (crédito para investimento e Ater), infraestrutura (estradas e telecomunicações) e políticas públicas para o campo, a exemplo da habitação rural.

Com base na experiência da Cooperfamiliar e no relato dos jovens, percebe-se que a relação entre cooperativa e mercados institucionais é um instrumento eficiente para a inclusão participativa de jovens e que, portanto,

contribui com sua permanência no meio rural. Por outro lado, verifica-se que, para que esse resultado aconteça, exige-se um esforço grande de articulação de ações complementares, que muitas vezes estão fora do escopo da cooperativa, como foi o caso das parcerias realizadas. Outra situação refere-se ao trabalho contínuo e extenuante de prospectar jovens que se interessem pela produção agrícola e que, depois de inseridos, se mantenham atuantes, pois as dificuldades encontradas no meio rural aliadas às promessas de vida fácil na cidade geram uma concorrência desleal da cidade contra o campo, estimulando os jovens a pensar seu futuro no meio urbano.

CONCLUSÃO

A evasão de jovens agricultores do campo em direção às cidades é um dos grandes dilemas socioeconômicos que a sociedade brasileira enfrenta. A falta de perspectivas do meio rural aliada a uma jornada de trabalho extenuante, conjugada com o deslumbramento do estilo de vida urbano e das facilidades e opções de lazer da cidade, são alguns dos fatores determinantes para essa evasão. As entidades representativas da AF e movimentos sociais, em parceria com acadêmicos da área de desenvolvimento rural, vêm buscando soluções (no plural, pois são diferentes ações) conjugadas/interligadas para amenizar essa realidade e manter o jovem no campo.

Um conjunto de soluções propostas passa pelo aprimoramento de algumas ações desenvolvidas nos últimos anos, como é o caso dos mercados institucionais (PAA e Pnae), e pela maior integração desses mercados com as cooperativas da AF, que são organizações estratégicas para coordenar o processo produtivo dos agricultores para atendimento a esse mercado (que demanda uma escala de produção e diversidade de produtos, aliadas com uma rotina de entregas de alimentos, que inviabiliza a oferta individual). Ao fortalecer esse elo da cadeia, abre-se espaço para a inclusão de jovens agricultores, que por sua vez possuem condições de reforçar essa relação (ou tríplice elo).

Nesses termos, o presente texto buscou apresentar a experiência da Cooperfamiliar e do Pnae no município de Chapecó em termos de organização da produção junto aos agricultores familiares e analisar a estratégia de inclusão produtiva e participava de jovens rurais. Valendo-se da análise dessa experiência, foi demonstrado que o fortalecimento desse tríplice elo é um dos caminhos que podem ser seguidos, mas isso depende de ações adicionais para que o elo seja efetivo e sustentável. Em outras palavras, os

mercados institucionais e sua relação com as cooperativas são fundamentais para a geração de renda e permanência do jovem no campo, porém não são suficientes, sendo necessárias ações complementares.

A experiência da Cooperfamiliar com o Pnae demonstrou, em primeiro lugar, as grandes dificuldades de implementar uma política pública, carecendo de grande vigilância e embates para que ela seja efetivada. Dessa forma, pode-se apontar que, quando o poder público não se envolve, a política pública não acontece e toda a sociedade perde. Em segundo lugar, verificou-se que, se a cooperativa não se engajasse em ações complementares, realizando parcerias com outras instituições, a inclusão de jovens seria muito frágil. Foi em razão da realização de projetos de capacitação e de planejamento produtivo com os jovens que muitos passaram a se dedicar aos mercados institucionais e se envolver com a gestão e direção da cooperativa.

A experiência da Cooperfamiliar também demonstrou que, para que o fortalecimento desse tríptico elo seja possível, e dessa forma haja maior efeito na manutenção dos jovens agricultores no campo, é necessária (e urgente) a realização de um conjunto de medidas, tais como: ampliar o volume de compras do Pnae da agricultura familiar, ajustar limites individuais das vendas e favorecer a obtenção de DAP Jovem, apoio e suporte logístico dos governos locais para as cooperativas da AF. Além desses aspectos, há um conjunto de outras ações que merecem atenção do poder público, como criação de mecanismos de suporte à produção (crédito para investimento e Ater), infraestrutura (estradas e telecomunicações) e políticas públicas para o campo, a exemplo da habitação rural e da cultura, esporte e lazer.

REFERÊNCIAS

BERGAMIN, S. N. **Trajetória da Cooperfamiliar nos municípios de Chapecó, Cordilheira Alta, Guatambú, Arvoredo e Nova Itaberaba na construção de instrumentos de desenvolvimento sustentável e solidário.** (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia) – Universidade do Contestado, Concórdia, 2011.

BILINI, A. **Mercado institucional e agricultura familiar: o caso da Cooper Familiar.** (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação**

escolar. 2. ed. Versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília: [s. n.], 2016.

CASTRO, E. G.; BARCELLOS, S. B. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 155-180.

CASTRO, M. B. **Juventudes rurais**: cultura e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007.

COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR (COOPER-FAMILIAR). **Relatórios contábeis**. Chapecó: Cooperfamiliar, 2020.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JR., P. C. G.; SILVA, M. G. da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 109-126, jan./mar. 2015.

DALBELLO, O.; FRANZ, D. **Cooperativismo**: organização social como base do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Paraná: EPAGRI, 2006. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftpesca/IIsimcope/oficina_osvaldir_diane.pdf. Acesso em: 18 jan. 2014.

DICKMANN, I. Identidade da juventude da agricultura familiar. *In*: FETRAF-SUL/CUT. **Consórcio Social da Juventude Rural Sementes na Terra**. Chapecó: [s. n.], 2006. Módulos I e II.

FORNAZIER, A.; WAQUIL, P. D. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. *In*: CONTERATO, M. A. *et al.* (org.). **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. (Série Difusão IEPE/UFRGS).

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 155-180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 19-50.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

RENK, A.; DORIGON, C. **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

RIBEIRO, K. Á. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI-Petrolina/PE. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 2., ago. 2012. **Anais [...]**. Brasília: SESCOOP, 2012. Disponível em: http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBCP_Avila_Ribeiro.pdf. Acesso em: 30 out. 2013.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, [s. l.], v. 9, n. 16, p. 95-104, abr. 2015.

SILVA, M. W. D. **Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas**: uma análise comparativa entre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) e a União e Solidariedade das cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol/Brasil). (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TRICHES, R. *et al.* Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *In*: PEREZ-CASSARINO, J. *et al.* (org.). **Abastecimento alimentar**: redes alternativas e mercados institucionais. Chapecó: UFFS, 2018.

DIÁLOGOS COM A JUVENTUDE RURAL E OS CAMINHOS PARA A SUCESSÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO-PR

Patrícia Inês Costa

Fábio Corbari

Valdecir José Zonin

INTRODUÇÃO

Prospectar o futuro da agricultura familiar é uma tarefa complexa e multidimensional. Reflexionar sobre esse assunto perpassa por questões produtivas, agrárias, econômicas, sociais, culturais, entre outras. Mas a chave para compreender o meio rural vindouro encontra-se no entendimento de quem serão as pessoas que vão ocupar esse espaço, viver na agricultura, com a vivência no campo e manter o modo de vida da agricultura familiar. Quem serão os agricultores e agricultoras familiares do futuro? Qual a dinâmica social no meio rural? O que essas pessoas demandam e do que necessitam? A sustentabilidade no rural é possível se os habitantes do campo optarem por abandonarem seus espaços em direção às cidades?

Essas questões permeiam as discussões sobre desenvolvimento rural há anos, e as respostas são variáveis e em constante adaptação. Nos anos recentes, o protagonismo da agricultura familiar é cada vez mais destacado pela sua importância à soberania alimentar e à sustentabilidade rural. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por exemplo, lançou em 2019 a “Década da agricultura familiar”, com o objetivo de colocar em prática um plano de ação global contra a fome e a pobreza rural até 2028.

No mais recente Censo Agropecuário realizado no Brasil (IBGE, 2017), a importância socioeconômica da agricultura familiar é reiterada. Ela é responsável por 23% de toda a produção agropecuária brasileira, ocupando 23% de toda área cultivada do país e representando 77% do

número de estabelecimentos rurais. No entanto, em comparação com os dados do Censo Agropecuário de 2006, houve uma redução de 2,2 milhões de trabalhadores ocupados no campo. Essa redução na participação dos trabalhadores rurais ocorreu nos grupos de menos de 25 anos (3,3% para 2,03%), de 25 a menos de 35 (13,56% para 9,49%) e de 35 a menos de 45 (21,93% para 18,29%), entre 2006 e 2017 (IBGE, 2017).

Mais do que exaltar o reconhecido valor da agricultura familiar, é preciso traçar estratégias para enfrentar uma realidade brasileira em que há preocupação com a perda dos direitos adquiridos nas últimas décadas e com a saída de pessoas que ocupam o campo. Compreender essa dinâmica e os interesses dos jovens perante as transformações do rural são essenciais para prospectarmos o futuro da agricultura familiar. Para isso, uma articulação local é necessária, dialogando com os atores rurais, considerando as características de cada território, as oportunidades e ameaças existentes e as perspectivas para o desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar.

Identificar as demandas, motivações, oportunidades e ameaças que os jovens rurais enfrentam para prosseguir vivendo e trabalhando no campo é essencial para entender as características das transformações no rural. E, valendo-se dessas reflexões, elaborar estratégias para conter o êxodo rural e promover um desenvolvimento rural sustentável que tenha como objetivo a melhoria das vidas nas áreas rurais, oferecendo oportunidades e possibilidades para um desenvolvimento humano amplo. O caminho é ouvir o que os jovens rurais querem falar.

Nesse sentido, este capítulo objetivou dialogar com jovens da região de Pato Bragado, na região Oeste do Paraná, analisando o processo da sucessão familiar em propriedades da agricultura familiar, pesquisando de forma participativa os jovens rurais, com técnicos, famílias rurais e líderes locais, identificando quais fatores são considerados importantes e os gargalos para a sucessão familiar na propriedade rural.

QUEM SÃO OS JOVENS RURAIS?

Não há dúvidas de que a sucessão familiar é de suma importância para a continuidade da agricultura familiar. Se a permanência no campo não é uma opção viável para a vida dos jovens rurais, o destino será o envelhecimento da mão de obra, o esvaziamento no campo e uma menor participação socioeconômica da agricultura familiar. Mas, para entender

as opções de permanência e continuidade do trabalho familiar pelos jovens rurais, é preciso compreender quem são esses jovens rurais. De quem estamos falando quando citamos os “jovens rurais”?

As discussões que englobam o tema da juventude levam em conta divergentes considerações acerca da definição do termo. Embora seja comum classificar a juventude rural pela mudança de fase sob critérios de idade, essa categoria não pode ser compreendida como uma etapa homogênea ou biológica (GRANDO, 2016). Tampouco pode ser atrelada a um estágio da vida que perpassa pela escolha profissional e matrimonial, composta por fracassos e sucessos individuais, com base em uma percepção de responsabilização sobre os processos vividos por eles (STROPASOLAS, 2006). A demarcação dessa etapa da vida é sempre imprecisa, sendo muitas vezes referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Para fins técnicos e censitários, instituições de vários países definem a juventude pela abordagem cronológica de idade. No Brasil, o Senado aprovou, em 7 de julho de 2010, a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/08 (a chamada PEC da juventude), que definiu a idade para ser definido como jovem no Brasil na faixa entre 15 e 29 anos de idade. Esse é o conceito de jovem que este trabalho se utilizou para a definição de seus sujeitos de pesquisa.

Entretanto, apesar de conveniente para pesquisas e políticas públicas, a delimitação de idade para a definição de juventude apresenta-se ineficiente na prática. Não existe uma definição de juventude universalmente aceita para os limites de idade, sendo a principal característica dessa fase a naturalização da continuidade do modo de vida dos pais (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Neste trabalho, consideramos como jovens rurais os filhos de agricultores, independentemente de suas idades, que ainda estão ocupando a propriedade rural e que apresentam um forte enraizamento com a unidade produtiva familiar. São eles que tomarão a decisão de permanecer no campo, levando a agricultura familiar como um modo de vida. Ou migrarão para as áreas urbanas, em busca de empregos nas cidades.

Para Wanderley (2013), o jovem rural é diferenciado por duas vertentes: pelas tradições familiares e seu pertencimento ao meio rural, e pelos valores urbanos com os quais interage na escola, no trabalho, por meio dos meios de comunicação, entre outros. Existem semelhanças entre os jovens rurais

e os urbanos, quando se trata de interesses, de necessidades e de aspirações, mas há singularidades do rural.

Na agricultura familiar a juventude está presente pela inserção no trabalho familiar do estabelecimento agrícola, caracterizada por uma unidade de produção agrícola em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (ABRAMOVAY, 1992). Na agricultura familiar, os jovens, filhos e filhas de agricultores, integram-se aos processos de trabalho na propriedade desde muito cedo, auxiliando no trato de lavouras e animais (SILVESTRO *et al.*, 2001). Dessa forma, vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, com a prática da lida no campo, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

É por meio das gerações sucessivas que a sociedade se reproduz; e onde se dá a organização dessa reprodução é na família, considerando que atualmente o processo ocorre de forma mais complexa, perpassando por outras instituições. A inserção produtiva dos jovens rurais ocorre naturalmente. Os filhos vão pouco a pouco aprendendo afazeres agrícolas com os pais, organizando-se de diversas formas, com o trabalho representando uma continuidade entre as gerações (DOWBOR, 2005).

Entretanto, referente à reprodução social no campo, é preciso diferenciar os processos de continuidade das propriedades rurais, sobretudo do modo como é transmitida a posse de terras e a gestão das unidades familiares. Prosseguir no meio rural, para os jovens, depende dos mecanismos de reprodução social dos herdeiros da posse de terra. Se os herdeiros representam a continuidade da terra aos laços familiares, cada geração usufrui da terra e a transmite para a geração seguinte, promovendo a transferência de bens e o controle da gestão conforme o planejamento familiar. Para Silva (2002, p. 76), enquanto “herança” se refere à transferência, em regra por força de lei, de bens, a “sucessão” refere-se mais ao controle de gestão e do uso de tais bens e a “retirada” representa a saída do velho gestor em favor da sua substituição pelo novo, enquanto sucessor.

Tanto a quantidade de unidades familiares no campo como a relação entre o destino da ocupação social no meio rural e os processos sucessórios deveriam ser razões suficientes para que as organizações que lutam pela valorização da agricultura familiar no país se debruçassem sobre o assunto (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 27). As famílias, movimentos sociais ou cooperativas pouco dialogam sobre as consequências do processo de saída do jovem

do meio rural. A invisibilidade social desse debate e a lacuna existente nas pautas das instituições públicas e das entidades representativas não impedem que essa questão aflore cada vez que oportunizamos esse debate ou em todos os momentos em que os jovens e as mulheres, público mais afetado pelas desigualdades e hierarquias de poder existentes no meio rural, possam expressar o que pensam a respeito dessas questões (STROPASOLAS, 2011, p. 8).

A continuidade da unidade produtiva familiar por meio da sucessão familiar não depende apenas da vontade e decisão do sucessor. Ela perpassa pelo planejamento familiar e preparo do jovem rural. Agrega-se a isso a orientação profissional e políticas públicas de incentivo à permanência, além das questões que estruturam a sociedade rural brasileira, como infraestrutura, políticas públicas, questões agrárias e ações governamentais que visam melhorar a vida no campo. Mas como os jovens visualizam esses fatores e respondem a essa dinâmica sucessória na agricultura familiar?

MÉTODOS E FERRAMENTAS DA PESQUISA

Para aprofundar a questão da dinâmica sucessória na agricultura familiar, realizamos um estudo de caso na região Oeste do Paraná, especificando no município de Pato Bragado, município com menos de 5 mil habitantes que tem na agricultura sua principal fonte de economia. Em Pato Bragado grande parte da produção provém da agricultura familiar, representando nas cadeias produtivas dos suínos, do frango de corte, da soja e do milho suas principais fontes econômicas (PANORAMA..., 2017).

O trabalho se dividiu em duas fases. A primeira consiste numa abordagem microrregional da sucessão familiar, entrevistando informantes-chave e jovens rurais. A segunda fase contempla uma análise do caso de Pato Bragado, investigando os jovens rurais do município e analisando seus anseios, angústias, dificuldades e oportunidades que encontram no município e afetam a decisão para permanecerem ou saírem do campo.

A primeira fase do trabalho situou-se na microrregião Pato Bragado. Considera-se neste trabalho como microrregião de Pato Bragado, além do próprio município, os limítrofes, que correspondem a Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado. O objetivo dessa fase foi visualizar o panorama das motivações entre sair e permanecer na propriedade rural, por meio de jovens e informantes-chaves da região.

Os sujeitos da pesquisa foram jovens filhos de agricultores familiares. Foram entrevistados 28 jovens, entre eles 17 que saíram da propriedade familiar para exercerem outras atividades e 11 que permanecem na propriedade rural familiar exercendo as atividades inerentes à produção agrícola. Eles foram entrevistados sobre quais as oportunidades, motivos, anseios e demandas que os jovens rurais têm para uma tomada de decisão sobre uma vida no urbano ou no rural. As entrevistas foram realizadas tanto de forma presencial quanto por aplicativos de videochamada via internet, conforme disponibilidade dos entrevistados.

Também foram entrevistados 10 técnicos que atuam na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que atuam na região e agricultores familiares líderes de organizações e cooperativas para expressarem qual perspectiva possuem sobre o panorama da agricultura familiar. Optou-se por entrevistar esses atores pela ação prática que eles têm no meio rural, detendo-se uma visão mais ampla do panorama regional da sucessão familiar, pois estão envolvidos diretamente com vários agricultores familiares e suas organizações.

A segunda fase da pesquisa contempla-se especificamente no município de Pato Bragado. Os sujeitos da pesquisa são jovens rurais que nasceram e cresceram em propriedade rural no município, e seus pais ainda vivem e usam da terra para fins agropecuários. Este trabalho tem como proposta analisar não apenas a causa-problema da sucessão familiar rural, valendo-se da investigação com jovens que resolveram sair de suas propriedades para atuarem em atividades no meio urbano, mas também a juventude que permaneceu nas atividades agrícolas do campo, tomando a decisão de seguir a vida na agricultura.

A população amostrada nessa parte da pesquisa corresponde a 351 famílias que habitam a área rural de Pato Bragado. Entre essas famílias, sortearam-se aleatoriamente duas famílias em cada comunidade rural cadastrada no município (13 comunidades rurais no total) e que tivessem jovens que morando na unidade produtiva rural. Dessa forma, a amostra contempla 26 jovens rurais. O questionário utilizado na pesquisa foi semiestruturado com perguntas em escala de resposta psicométrica em cinco níveis (LIKERT, 1932) e abertas, questionando sobre percepção sobre importância e concordância do tema sucessão familiar rural.

A segunda população amostrada dessa etapa foi composta por cinco experts informantes-chave (lideranças, secretários públicos, técnicos de Ater e cooperativas) que atuam no município de Pato Bragado e que responderam

a perguntas abertas sobre a visão e perspectiva sobre a agricultura familiar no município e a sucessão familiar, suas causas e consequências.

A SITUAÇÃO MICRORREGIONAL E A REFLEXÃO DOS REPRESENTANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR

O município de Pato Bragado está localizado no extremo Oeste paranaense, fazendo divisa com os municípios de Marechal Cândido Rondon e Entre Rios do Oeste; é banhado pelo Rio Paraná (divisa internacional com o Paraguai), ocupa uma área territorial de 135,29 km², sendo praticamente impossível determinar os limites e divisas entre o que é urbano e rural dentro do município (IBGE, 2017).

Foi colonizado na década de 1950, pela companhia madeireira do Rio Paraná – Maripá. Os primeiros moradores, que eram provenientes do Sul do Brasil, começaram a cultivar milho, arroz, feijão e também a dedicarem-se à criação de bovinos e suínos para sustento da família (GREGORY; MYSKIW; GREGORY, 2004).

Habitado principalmente por descendentes de colonizadores alemães, Pato Bragado exibe em seus detalhes, desde a arquitetura municipal até a sua alimentação típica, as fortes raízes germânicas e principalmente sua dependência econômica da agricultura familiar. Com clima subtropical e solo muito férteis, as principais produções do município por volume são: suínos, frango de corte, soja, milho, leite, peixe, gado de corte e fruticultura (OBSERVATÓRIO TERRITORIAL, 2017).

Os números censitários do êxodo rural e da redução do jovem do campo corroboram a percepção que técnicos de Ater têm do panorama atual da agricultura familiar. Visto como um problema para a continuidade das atividades agrícolas no campo, técnicos que atuam diretamente com os agricultores apontam a realidade visualizada por eles no rural do Oeste paranaense, e as perspectivas desse quadro:

Na minha visão a sucessão familiar não está ocorrendo na maioria das propriedades. Acredito que na região, nem 30% das famílias têm sucessor. Dificilmente se encontra um jovem até 20 anos trabalhando no campo. Alguns porque vão fazer faculdade e quando voltam não ficam. Na grande maioria das famílias não há ninguém para suceder a faixa de agricultores que estão com uns 50 anos. Os filhos dificilmente vão dar

continuidade. (Entrevistado 1 – zootecnista, 28 anos, técnico de Ater no Oeste do Paraná, agosto de 2017).

Mais do que a influência na unidade produtiva familiar, a pouca sucessão geracional visualizada na prática pelos extensionistas rurais é encarada como promotora do fim das atividades em propriedades produtoras de alimentos que vão diretamente para a mesa do consumidor, como hortaliças, legumes, frutas e leite. Com a ausência de sucessores, agricultores com idade avançada não visualizam como uma opção viável o investimento em atividades agrícolas que derivam de maior planejamento e tratos culturais, optando por arrendar terras para terceiros, ou iniciar a produção de grãos para commodities, absorvendo o pacote tecnológico das grandes multinacionais do agronegócio.

Ao serem questionados sobre essas mudanças no campo, técnicos de Ater, especializados no atendimento de agricultores familiares produtores de leite e hortifrutigranjeiros relatam a dificuldade das ações técnicas e de planejamento nesse cenário com pouca perspectiva de continuidade, e demonstram a preocupação com um possível fim da produção familiar:

Para meu trabalho de ATER isso é horrível. Você vai fazer orientação para um agricultor de 60, 65 anos, e o produtor diz que não quer investir, não quer aumentar a carga de trabalho por que vai parar com a atividade, que o filho não vê continuidade nisso, diferente de quando você fala com um agricultor de 40 anos que o filho está junto, em que ele fala: “eu vou investir por que isso aqui vai ficar para meu filho, meu filho vai dar continuidade nisso” [...] Para o trabalho de ATER é totalmente desestimulante você ir em uma propriedade que não existe sucessão familiar e o agricultor, já com uma certa idade, não vê continuidade, e são muitos dos que atendo por, exemplo, que daqui uns 5 anos, não vai ter ninguém produzindo na propriedade. Ou vão vender, ou arrendar (Entrevistado 2 – engenheiro agrônomo, 33 anos, técnico de Ater no Oeste do Paraná, agosto de 2017).

A saída dos jovens do meio rural coloca em risco a sobrevivência de médio a longo prazo de cooperativas solidárias da agricultura familiar na região, pois apresentam dificuldade na renovação de seus quadros sociais e principalmente em suas lideranças, situação que é corroborada pelo estudo de Spanevello *et al.* (2012).

Embora o estudo de Spanevello *et al.* (2012) na região central do Rio Grande do Sul demonstre a ocorrência de ações em cooperativas agrope-

cuárias voltadas para a permanência dos jovens no campo, com objetivo de aproximar os filhos dos cooperados à identidade da cooperativa, no Oeste do Paraná, com as cooperativas solidárias da agricultura familiar, o cenário é diferente. Ainda que compreendam a falta de sucessão familiar rural como um problema para a sobrevivência da agricultura familiar, e mesmo sentindo em seus quadros sociais a ausência de jovens, as cooperativas realizam poucas ações focadas nessa adversidade.

Ao serem questionadas sobre como veem a atuação dos jovens nas cooperativas e a sucessão familiar rural, tanto das propriedades quando das organizações da agricultura familiar, as lideranças cooperativistas apontam que esse é um dos principais problemas enfrentados por seus empreendimentos, conforme explana um dos presidentes das cooperativas solidárias do Oeste do Paraná:

Não temos nenhum jovem nos cargos de diretoria e temos pouquíssimos no nosso quadro social, participando das atividades da cooperativa. [...] Isso é um grande problema, porque são sempre os mesmos agricultores que tem que “puxar a frente” da cooperativa, tomar as decisões, planejar... E estes agricultores estão ficando velhos, estão cansando da atividade no campo, e logo vão parar. E quando parar, daqui alguns anos, quem vai realizar as atividades na cooperativa? Neste momento não temos ninguém para isso. O jovem é mais “ligado” nas tecnologias, já cresce mexendo no computador, tendo acesso a mais informações, sabe onde buscar conhecimento, coisa que os mais velhos já têm dificuldades, pois cresceram no campo sem essas tecnologias e poucos se preocuparam em aprender. (Entrevistado 3 – agricultor, 51 anos, presidente de cooperativa da agricultura familiar, setembro de 2017).

O quadro enfrentado por essas cooperativas solidárias vai dialogar com a pesquisa de Silvestro *et al.* (2001), que ao analisarem o Oeste catariense concluíram a preocupante ausência de ações voltadas para os jovens das organizações representativas e de apoio, sobretudo no segmento dos agricultores em transição e descapitalizados.

Na compreensão de técnicos de Ater, agricultores e representantes de associações e cooperativas da agricultura familiar, a sucessão geracional no meio rural é um desafio importante, sendo um ponto essencial para a sustentabilidade da atividade, mas não há ações estratégicas diretas voltadas para esse ponto. Ainda que requeiram políticas públicas de apoio à permanência dos jovens, as organizações de Ater e cooperativas apresentam

dificuldades para construir práticas que auxiliem na participação dos jovens em organizações e espaços de representação do meio rural.

Apesar de a compreensão de técnicos, agricultores e líderes da agricultura familiar colaborarem para visualizar o contexto local de oportunidades e espaços construídos para os jovens, é necessário escutar e analisar os anseios dos jovens, seus sonhos e necessidades, suas demandas e perspectivas. Em muitas ações e políticas públicas voltadas para os jovens, preferiu-se ouvir os adultos, como se estes soubessem o que era melhor para os “mais novos”, assim como, em muitas ocasiões, excluíram-se os jovens das tomadas de decisão por conceberem que os jovens eram inexperientes e não detinham a “bagagem” necessária para ocuparem cargos de liderança na agricultura.

AS PERSPECTIVAS DOS JOVENS RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Ao entrevistar os jovens rurais da região de Pato Bragado, sistematizaram-se em seus depoimentos três categorias principais de demandas e reivindicações para uma “vida ideal”: uma que almeja o acesso a uma renda própria, que possibilite suprir suas necessidades e anseios; outra que objetiva realizar atividades e trabalhos que não sejam tão penosos e intensos; e uma terceira que deseja ter autonomia de execução e decisão. Não alcançando esses objetivos de forma satisfatória, os jovens não visualizam alternativa a não ser a vida longe da propriedade familiar.

Essas necessidades, em alguns casos, ao não serem supridas, são os motivos da saída do jovem da propriedade rural familiar. Conforme o Entrevistado 4, a falta de autonomia das decisões da propriedade, mesmo com uma formação superior na área agrícola, foi o principal motivo de não continuar trabalhando com a família:

Eu gosto da vida no campo e de trabalhar na roça, é o que gosto de fazer e é o que sei fazer [...] Decidi sair de casa para me especializar, fiz o curso de técnico agrícola e posteriormente o curso de agronomia. Por mim eu ficaria na propriedade, pois acredito que teria uma renda necessária para ter uma vida tranquila, mas é difícil trabalhar com meu pai. Mesmo sendo agrônomo, eu não podia decidir nada, planejar nada [...] Mas é aquilo que falam né, santo de casa não faz milagre. (Entrevistado 4 – engenheiro agrônomo, 25 anos, não continuou na propriedade rural familiar, setembro de 2017).

A quantidade de herdeiros presentes nas famílias também é um quesito limitante para a sucessão familiar no meio rural. Em pequenas propriedades, sobretudo aquelas com agricultores descapitalizados, manter a reprodução social dos herdeiros, sem expansão de terras, se torna inviável, levando os próprios pais à concepção de que ir para a cidade trará maiores benefícios ao filho e um futuro mais promissor do que permanecer.

Deve-se a esse cenário um mercado de terras cada vez mais disputado, com altos valores de unidades rurais, o que, com a baixa renda das famílias, torna inviável sua expansão. Mello *et al.* (2003) observaram, em pesquisa com jovens do Oeste catarinense, que os agricultores familiares têm dificuldade em realizar a sucessão por não poderem comportar, muitas vezes, duas famílias na área total do estabelecimento. Fato semelhante é relatado pelo Entrevistado 5:

Lá em casa eram em 3 irmãos. A propriedade é 20 hectares, basicamente soja e milho. A renda que ela gerava não era o suficiente para manter o pai e a mãe, e mais os 3 filhos na propriedade. Ou se comprava mais terras, ou mudava o sistema de produção e iria para outra atividade agrícola, ou os filhos teriam que sair de casa e trabalhar fora. [...] Eu saí de casa e fui trabalhar na cidade, mas além da minha vontade, meu pai também incentivou. Para ele, eu teria um futuro melhor e ganharia mais dinheiro se saísse da propriedade. (Entrevistado 5 – administrador, 23 anos, não continuou na propriedade rural familiar, setembro de 2017).

Para as jovens mulheres, sobretudo, as opções, de acordo com as entrevistas, tendem a ser reduzidas em comparação aos homens. Uma das indicações de mulheres entrevistadas nesta pesquisa foi de que a sucessão das atividades da propriedade rural seria um processo “masculino”, excluyente para as mulheres. Esse fator é corroborado pelos estudos de Brumer, Pandolfo e Coradini (2008): as mulheres não teriam abertura dos pais para agir em atividades administrativas da propriedade. Verifica-se que o meio rural mantém alguns paradigmas conservadores e machistas, vinculando a mulher apenas a atividades relacionadas aos afazeres de casa e cuidados com horta para fins de alimentação da família. Tais tratamentos promovem cada vez mais a saída das jovens agriculturas da propriedade dos pais; aquelas, em muitos casos, buscam atividades que não tenham relação com a agricultura.

Por conseguinte, além da posição de jovens que não continuaram com as atividades na propriedade rural da família, foram entrevistados jovens que permaneceram. Um dos fatores primordiais para a permanência foi

indicado como sendo o gosto e prazer pela vida no campo. Mais do que gostar do ambiente onde vivem, os entrevistados demonstraram uma gratidão por tudo o que os pais conquistaram e investiram, valorizando as situações que a família enfrentou e os triunfos que alcançaram. Conforme aponta a Entrevistada 6, com o apoio dos pais e autonomia de trabalho, mesmo após a conclusão de um curso superior de Zootecnia, ela visualizou condições ideais para ter renda e condições necessárias para uma vida desejada:

Eu pretendo ficar para dar continuidade no que meus pais batalharam até agora para termos. Também porque gosto da profissão, não é a mais fácil, mas muito prazerosa. Tenho esperança que será mais valorizada com o passar dos anos, pois se não tiver quem produz, ficará difícil a situação. Alguns pais não incentivam os filhos a ficarem na propriedade, falam que não querem os filhos sofrendo como eles. Acho que deveriam incentivar, mostrar como trabalhar. Claro, se é uma propriedade muito pequena, que não dá para sobreviver, é diferente. Mas na maioria dos que já vi falando para sair do campo, são os que poderiam viver bem, pois já tem boa estrutura. Também é necessário dar uma chance para as opiniões dos filhos. Podem ser imaturas as vezes, mas talvez tenha um pouco de fundamento para estudar a proposta e implantar (Entrevistada 6 – zootecnista e agricultora, 25 anos, continuou na propriedade rural familiar após concluir o ensino superior, setembro de 2017).

Esse movimento em que os jovens saem da propriedade rural familiar para estudarem e se especializarem em temas que vão colaborar na gestão da propriedade e manejo de atividades agropecuárias, retornando à propriedade após a conclusão do estudo, é visualizado em outros estudos sobre a juventude rural no Brasil (MAIA *et al.*, 2019; MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015). Sobretudo, em municípios “rurais” como do Oeste do Paraná, onde há oportunidades de ensinamentos técnicos agrícolas e várias instituições de ensino superior, públicas e privadas, que oferecem cursos voltados para a área das ciências agrárias e estudos rurais.

O relato dos jovens de que os pais não os querem ver sofrendo nas atividades agrícolas reflete o que ocorre em criações animais, como criação de frangos, suínos e gado de leite, exigem muitas vezes dedicação quase que em tempo integral, incluindo finais de semana e feriados. Na maioria das vezes sem “férias”, essas atividades fazem com que a vida social seja afeta, e muitos não estão dispostos a abrir mão do bem-estar e da qualidade de

vida para trabalhar no campo, conforme apontam os estudos de Carneiro (2001) e Spanevello *et al.* (2012).

Um dos motivos principais de os jovens não continuarem na atividade está relacionado ao convívio familiar, que tem um peso enorme na decisão de permanecer ou não na propriedade. Alguns entrevistados, mesmo que só possuindo ensino médio, e sem cursar faculdade, decidiram deixar o trabalho no campo em busca de alternativa em razão dos conflitos gerados, quando muitas vezes pai e filho não entravam em acordo. Segundo relatado, os pais, em alguns casos, não estão abertos a novas ideias, não aceitam os jovens mostrarem seu trabalho e realizá-lo da maneira que considerem ideal. A Entrevistada 7 expressou a importância de um bom convívio nas atividades rurais familiares:

Por ser filha de agricultores e criada na propriedade rural eu cresci gostando do que meus pais fazem. Ainda muito nova meus pais me prepararam para ser uma produtora rural. Com o passar dos anos minha família buscou financiamentos, fazendo investimentos, ampliando a granja para proporcionar um ganho de renda maior, dando espaço para os filhos. Hoje, no meu ponto de vista, os pais agricultores deveriam se preocupar mais com o futuro dos filhos, conduzindo desde pequenos na atividade rural e em seguida conduzindo a buscar conhecimentos, repassando responsabilidades para que sejam capazes de administrar e continuar no campo. (Entrevistada 7 – agricultora, 23 anos, continuou na propriedade rural familiar após concluir o ensino médio, setembro de 2017).

A flexibilidade de horários, tranquilidade e condições de vida também são fatores levados em consideração para a decisão de permanecer no campo. Dessa forma, o Entrevistado 8 expressou ideia contrária aos que dizem que o trabalho no campo é uma atividade penosa e intensa. Mesmo com uma propriedade diversificada, com criação de gado leiteiro, suínos, frutíferas, horta e grãos, o jovem relata tranquilidade e satisfação com o trabalho realizado:

Gosto da atividade leiteira e gosto de trabalhar com meus pais. Há uma harmonia e tranquilidade no trabalho - na medida do possível, pois em todos os empregos temos pontos positivos e negativos. A propriedade vai ficar para mim como herança. Tenho paz. Sou meu próprio patrão. Faço meus horários - quando quero parar e descansar eu vou na medida do possível. Posso criar umas galinhas, ter um porquinho, uma horta, frutas - coisa que na cidade tenho que comprar.

É claro dá mais serviço, mas se eu não fizer isso tenho que comprar. Pretendo formar uma família e dar qualidade de vida aos meus filhos e o campo é um ótimo lugar. Depois que foi colocado a internet aqui na propriedade mudou bastante, mudou para melhor. (Entrevistado 8 – zootecnista e agricultor, 27 anos, continuou na propriedade rural familiar após concluir ensino superior, outubro de 2017).

Esse apontamento apresenta uma importante evolução do meio rural, referente à inclusão digital. O rural que era considerado ultrapassado e atrasado, aonde as tecnologias não chegavam, agora conta com amplo acesso aos computadores e internet, de forma facilitada, oportunizando aos jovens que se relacionem com outras pessoas, busquem informações e conhecimento. Na região analisada, a exclusão digital não é encarada como um problema, pois todos os jovens que participaram das entrevistas têm acesso à internet e a utilizam diariamente.

Um dos motivos constantemente atribuídos como fatores para a saída do jovem rural para o meio urbano é a pequena quantidade de área agrícola que os pais possuem, o que inviabiliza a permanência de seus herdeiros (e que foi constatado também no depoimento do Entrevistado 5 como uma das causas de sua saída). Entretanto, há casos de jovens entrevistados, como o Entrevistado 9, que com apenas com 3 hectares de área conseguem uma renda satisfatória para suprir as necessidades de pais e irmãos:

Tenho uma expectativa de futuro promissor na agricultura, não em grande escala, pelo tamanho da nossa área (3 hectares), mas ainda assim conseguindo nos manter aqui com um giro financeiro bom, sem contratação de mão de obra, como é atualmente. [...] Já existe uma linha de financiamento voltada aos jovens, mas acredito que poderia ser feito mais ainda, como investimentos a fundo perdido de acordo com as necessidades de cada produtor e a quantidade de filhos em casa (Entrevistado 9 – agricultor, 22 anos, continuou na propriedade rural familiar após concluir ensino médio, outubro de 2017).

O Entrevistado 9 produz hortaliças, frutíferas e leite, no sistema orgânico, e algumas culturas apresentam certificação, o que agrega valor considerável de comercialização. Além disso, a propriedade agroindustrializa as frutas, produzindo doces e geleias, e com o leite produz queijo colonial. Com as hortaliças (culturas que geralmente o agricultor enfrenta dificuldades na comercialização), o jovem relatou que acessam políticas

públicas de comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o que garante destinação a seus produtos. O jovem participa de todas as atividades da propriedade, planejando, plantando, produzindo e comercializando, tendo autonomia nas decisões e visualizando a oportunidade de crescer ainda mais com o negócio familiar.

Assim sendo, com base nas entrevistas, elabora-se um quadro-síntese dos principais motivos encontrados para a continuidade e para a saída dos jovens na propriedade, na microrregião de Pato Bragado, conforme Quadro 11.1.

Quadro 11.1 – Principais motivos para a permanência e saída dos jovens da propriedade familiar rural, na microrregião de Pato Bragado

MOTIVOS PARA CONTINUAR NA PROPRIEDADE	MOTIVOS PARA SAIR DA PROPRIEDADE FAMILIAR
<ul style="list-style-type: none"> - Prazer de viver e exercer atividades do campo. - Geração de renda satisfatória para manter as necessidades. - Gratidão e valorização de tudo que os pais conquistaram, vendo como uma responsabilidade a continuidade do trabalho. - Apoio e incentivo dos pais para continuar na atividade agrícola. - Oportunidade de fazer os próprios horários e sistemas de trabalho. - Possibilidade de criar animais e plantações para com qualidade, para consumo próprio. - Ser um “empresário rural” e poder tomar decisões e crescer, o que na cidade e em trabalhos convencionais seria difícil e demorado para alcançar tal posto. - Gosta de viver próximo e trabalhar com os pais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Almejar uma renda própria e constante em um trabalho fixo. - Trabalho no campo é penoso e intenso, não tendo dia nem hora de trabalho específico. - Pouco apoio dos pais para continuar na atividade. - Sem autonomia de tomada de decisão e planejamento na propriedade. - Área de terra pequena para suportar todos os filhos na propriedade. - Baixa geração de renda das atividades agrícolas. - Mulheres não têm autonomia nas propriedades, não exercendo atividades administrativas e de planejamento. - Vida na cidade apresenta mais oportunidades e expectativa de crescimento. - Anseio de constituir uma família, o que torna difícil a alocação dentro da propriedade dos pais.

Fonte: pesquisa e sistematização dos autores (2019)

Cada caso familiar apresenta suas singularidades, e muitos quesitos influenciam a decisão do jovem, mas esses diálogos e reflexões demonstraram demandas e motivações que podem servir de subsídio para construção de políticas públicas voltadas ao público jovem, para organizações de representação, associações e cooperativas, para planejarem ações de liderança e de continuidade de suas unidades agrícolas, e para os pais, agricultores, refletirem sobre as oportunidades e demandas dos jovens rurais.

A agricultura familiar, ainda que tenha tido aporte de políticas públicas e o reconhecimento de sua importância socioeconômica, ambiental e cultural para o desenvolvimento rural, ainda busca conter o êxodo rural, sendo a saída de jovens rurais para as regiões urbanas um dos grandes desafios para a reprodução social e o desenvolvimento da agricultura familiar.

A decisão de continuar na propriedade rural familiar ou sair não é simplesmente uma escolha para o jovem rural, em que ele apenas precisa optar por permanecer ou sair de forma fácil e padronizada. Os desafios econômicos para os agricultores familiares e políticas públicas que não comportam a complexidade e diversidade do rural brasileiro direcionam o jovem, em muitos casos, para um único caminho a seguir, tendo em vista as poucas oportunidades e alternativas que lhes são oferecidas, sobretudo para os provenientes de famílias com baixa renda.

Os jovens que permaneceram como agricultores, exercendo as atividades agrícolas em conjunto com seus pais, relatam a excelente qualidade de vida e a renda satisfatória que a agricultura familiar, quando bem planejada e organizada, pode oferecer. Destaca-se que o relacionamento familiar e a autonomia que eles tiveram para realizar as atividades da forma como consideram melhor foi essencial para a decisão de permanência.

MOTIVAÇÕES E LIMITANTES PARA A SUCESSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PATO BRAGADO

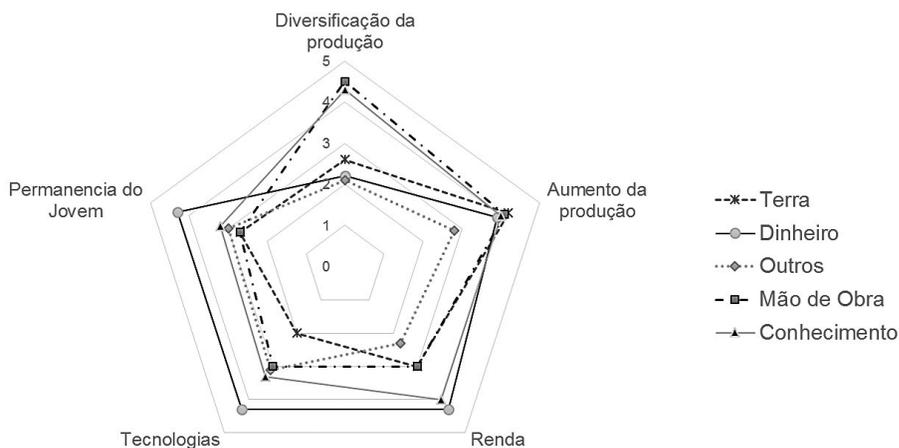
Além do diálogo com os jovens rurais, para compreender suas expressões em relação à vida no campo e à sucessão familiar, buscou-se identificar, de forma quali-quantitativa, quais os principais limitantes e motivadores para a permanência na unidade produtiva familiar.

A decisão do jovem em permanecer no meio rural pode ser influenciada por elementos objetivos e subjetivos. Enquanto objetivos, considera-se a dificuldade enfrentada pelo jovem ao acessar o trabalho em atividades

agrícolas e não agrícolas. Os subjetivos correspondentes às condições de vida no meio rural e à falta de oportunidades (SANTOS, 2009). O estudo realizado por Matte *et al.* (2019) com jovens no Rio Grande do Sul classifica os fatores que orientam e influenciam a permanência ou a saída de jovens filhos de agricultores familiares das propriedades rurais em: familiares, estruturais das propriedades e estruturais do meio rural.

Esses fatores também foram visualizados pelos jovens de Pato Bragado, e, em entrevistas com técnicos, representantes da agricultura familiar e jovens líderes da região, foram apontados como limitantes principais para a agricultura familiar: terra, dinheiro, mão de obra, conhecimento e outros pormenores não adequados aos itens citados. Para esses limitantes, foram diagnosticadas o grau de importância de cada um para os fatores: permanência do jovem no meio rural, tecnologias incorporadas na propriedade, renda familiar, aumento da produção e diversificação da produção. A sistematização dos dados está representada na Figura 11.1.

Figura 11.1 – Principais limitantes para os fatores para permanência do jovem no campo em Pato Bragado



Fonte: dados de pesquisa dos autores (2020)

Para o fator “permanência do jovem”, o dinheiro foi considerado o maior limitante, com destaque aos demais. O “dinheiro”, visto como a capacidade econômica da família, é apontado pelos jovens como principal fator, pois muitos não recebem uma renda mensal na propriedade familiar,

buscando empregos fora da unidade produtiva, nos quais recebem salário e outros apoios trabalhistas. Ainda que a contabilidade comparativa entre os ganhos econômicos de trabalhar na propriedade familiar e trabalhar fora (como empregado em indústrias e lojas de comércio) não seja realizada pelos jovens, a autonomia financeira de “receber e conquistar o próprio dinheiro” é um dos motivos principais da saída do campo.

Silvestro *et al.* (2001) apontam que as propriedades familiares com maior capacidade econômica, acesso a crédito e renda oriunda da atividade agrícola são as que mais promovem a sucessão familiar geracional das propriedades familiares. O estudo realizado por Zago e Bordignon (2012) destaca que as facilidades da vida na cidade, o recebimento de salário dos jovens em trabalhos fora da propriedade e as alternativas de lazer existentes na vida urbana, as quais os jovens podem adquirir com os ganhos econômicos de seu trabalho, são fortes motivações que estimulam o jovem a migrar para a cidade.

Para o fator “tecnologias”, o dinheiro também foi apontado pelos jovens como principal limitante para a incorporação na propriedade familiar. Ainda que o Censo Agropecuário 2017 apresente que o aumento de tecnologias, principalmente o de mecanização agrícola, é inversamente proporcional à permanência de jovens no campo, a tecnologia é um fator que promove facilidade no trabalho diário e integração dos jovens ao conhecimento e novas oportunidades. Na concepção dos jovens, a tecnologia na propriedade familiar está diretamente ligada a um trabalho menos cansativo e mais produtivo, principalmente nas famílias em que a integração com a indústria, como a integração vertical na produção de frangos, suínos e leite, é a atividade principal. Siqueira (2004) indica que a dificuldade no trabalho agrícola, a jornada cansativa e sem horário definido e os baixos rendimentos produtivos das atividades agrícolas são fatores-chaves para jovens do Rio Grande do Sul abandonarem as atividades rurais familiares.

Para o fator “renda”, além do limitante do dinheiro, com baixos preços e rentabilidade nas atividades agrícolas, o “conhecimento” também foi apontado como um dos mais limitantes para maiores ganhos econômicos na propriedade. Os jovens consideram que técnicas e manejos que otimizem o uso de recursos e proporcionem benefícios ao agroecossistema e o aumento da produtividade são essenciais para a atividade produtiva, mas necessitam de conhecimento técnico. Por esse motivo, muitos jovens buscam realizar estudos nas áreas de ciências agrárias, em cursos técnicos e

de ensino superior, buscando incorporar os conhecimentos conquistados nas atividades familiares. No entanto, grande parte nos jovens que saem da propriedade para realizar estudos traça caminhos em direção ao trabalho formal assalariado, não retornando à unidade produtiva familiar. Costa (2006) em seus estudos com jovens rurais no Sul do Brasil, corroboram que a busca por estudos e aprimoramento do conhecimento técnico das atividades rurais é um dos principais motivos da saída de jovens do campo, ainda que muitos continuem atuando em áreas ligadas às ciências agrárias.

Nesse sentido, a Extensão Rural é um fator essencial para promover a transformação no campo, construindo com os agricultores familiares, com técnicas e manejos adequados para as condições de cada família, objetivando maiores produtividades, com conservação ambiental e otimização no uso de recursos.

No fator “aumento da produção”, as limitantes “mão de obra”, “dinheiro”, “conhecimento” e “terra” tiveram níveis de importância semelhantes para os jovens entrevistados, com os indicadores “terra” e “mão de obra” minimamente à frente. Os estudos realizados por Abramovay *et al.* (1998) e Carneiro (2001) indicam que a dificuldade no acesso a terras, o crescimento da família e a baixa renda nas atividades agrícolas fazem com que a unidade produtiva familiar, em muitos casos, não suporte os anseios dos jovens, que são incentivados pela própria família a galgar um emprego na cidade e ter acesso a melhores condições de vida.

O aumento de produção, para os jovens entrevistados, está vinculado a uma intensificação produtiva, dependendo de investimento em tecnologias; ao acesso a mais terras pela família, ou à agregação de valor e agroindustrialização de produtos direto na propriedade, com base nas agroindústrias familiares e produção artesanal. No entanto, essa potencialização produtiva relaciona-se diretamente com o aporte de mão de obra, o que para as famílias da região torna-se inviável, em alguns casos.

No fator de “diversificação da produção”, o limitante com maior grau de importância apresentado pelos jovens entrevistados foi “mão de obra”, seguido por “conhecimento”. Em Pato Bragado, a grande maioria da produção é integrada a cooperativas e agroindústrias regionais, que realizam a integração da atividade agrícola de forma que a família rural recebe os animais (em caso de frango e suínos) e os insumos necessários, aplicando a mão de obra e tratos produtivos e recebendo o valor correspondente ao ganho de peso dos animais. No caso da cadeia leiteira, os agricultores

familiares entregam para indústrias de laticínios da região, aceitando os valores que lhes são oferecidos porque é a única forma de comercializar leite in natura dentro das condições permitidas pela vigilância sanitária. Dessa forma, a diversificação da produção em atividades que demandam, quase que em totalidade, a mão de obra fica comprometida.

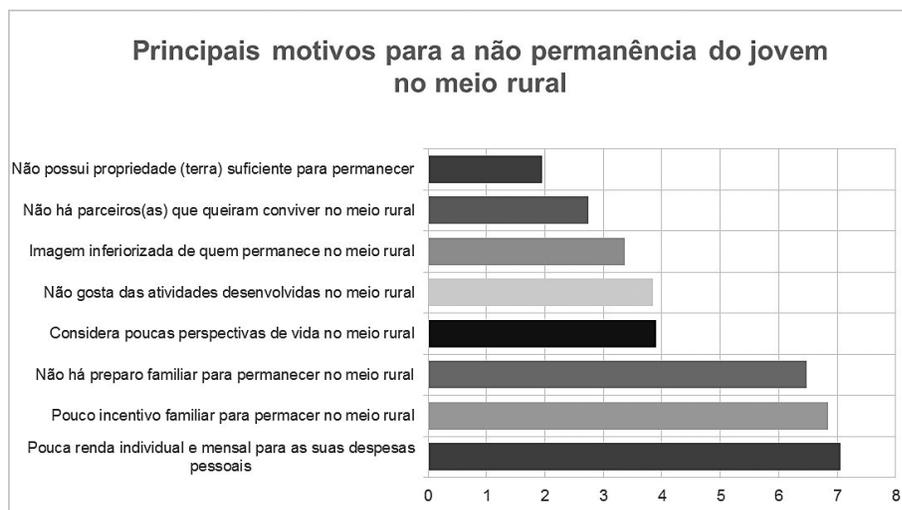
Esse processo de intensificação produtiva pela modernização das agroindústrias e a integração dos agricultores familiares, corroborando Zonin e Martins (2016), promove um distanciamento da capacidade de resposta do agricultor familiar, tendendo ao êxodo rural. Para os autores, a “desintegralização” da agricultura familiar é um grande desafio, e a construção de mercados institucionalizados é um dos caminhos possíveis. No entanto, a falta de perspectiva na construção desses mercados e ausências de políticas pública para o setor vem causando um grande contingente de jovens migrando para a cidade, “fugindo” do trabalho penoso do campo e das poucas perspectivas que visualizam na área rural.

Os fatores e limitantes identificados apontam para um panorama local das motivações dos jovens para permanecerem ou saírem da propriedade rural familiar, assim como para suas perspectivas no campo. São variadas as motivações citadas, e cada uma representa um grau de importância para a tomada de decisão do jovem.

É preciso, entretanto, considerar que a possibilidade de tomar a decisão de ficar ou de sair nem sempre é presente. Há casos em que os jovens não têm escolha a não ser sair da propriedade, pois a renda familiar e as demandas pessoais de cada integrante da família não comportam alternativa. Ou, ainda, há casos de matrimônio dos jovens, em que há um anseio pessoal de ter seu próprio espaço e constituir família, sendo necessário a saída. De fato, a problemática do êxodo rural e sucessão familiar é um fator essencial para o desenvolvimento rural, sendo uma questão cerne para a reprodução da agricultura familiar.

No entanto, ainda que haja uma ampla gama de motivações, foi questionado aos jovens rurais de Pato Bragado quais seriam, em grau de importância, os principais motivos que levariam à saída da propriedade rural. A Figura 11.2 sintetiza as respostas levantadas.

Figura 11.2 – Grau de importância das motivações dos jovens rurais de Pato Bragado para não permanecerem no meio rural



Fonte: dados de pesquisa dos autores (2020)

A pouca renda individual e mensal para as despesas pessoais dos jovens foi indicada como motivo principal da saída da propriedade, seguido de pouco incentivo familiar para permanecer no meio rural e ausência de preparo para a sucessão familiar na propriedade rural.

Zonin e Martins (2016) apontam para a necessidade de fortalecer o protagonismo da agricultura familiar em face das novas demandas da sociedade, incrementando políticas públicas que viabilizem processos de desenvolvimento locais, sobretudo buscando uma produção de alimentos saudáveis, serviços de extensão rural e mercados institucionais voltados para o setor.

Corroborando os trabalhos de Anjos, Caldas e Costa (2006); Brumer, Pandolfo e Coradini (2008) e Spanevello (2008), a baixa rentabilidade da agricultura familiar é um dos fatores principais para a saída dos jovens. No entanto, essa problemática é complexa e envolve desde fatores produtivos, inerentes aos agroecossistemas de cada propriedade, passando pelos arranjos locais e regionais, até políticas nacionais e ações dos mercados. Embora nas últimas décadas políticas públicas tenham aportado recursos para o setor da agricultura familiar, isso ainda não abarca a grande diversidade produtiva e socioeconômica da categoria.

Os resultados de Brumer (2006, p. 5) ao entrevistar jovens agricultores no Sul do Brasil indicaram prioritariamente duas reivindicações dos jovens para permanência no meio rural: acesso à renda própria e autonomia em relação aos pais. Para a autora, a primeira é “dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai”, surgindo como alternativa para os jovens o assalariamento, principalmente no meio urbano, que “marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola”. Já a solução para a segunda reivindicação “requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar e dialogar sobre sucessão familiar rural, reivindicações e desafios dos jovens rurais é um importante processo para prospectarmos um desenvolvimento rural que seja sustentável, inclusivo, participativo, com o objetivo de promover a autonomia dos agricultores em processos e práticas sustentáveis. As transformações sociais, que ocorrem de forma acelerada nas últimas décadas, ressignificam o rural, e os jovens têm um papel fundamental para o futuro (e também para o presente) do campo, pois são eles que vão – e já estão – vivenciar e incorporar essas constantes mudanças.

Os principais apontamentos dos jovens e dos representantes da região de Pato Bragado em relação às motivações dos jovens rurais para permanecerem ou saírem do meio rural tiveram uma diversidade de abordagens e respostas, mas apresentam eixos principais bem claros: a necessidade de os jovens terem autonomia nas decisões e de planejamento (tanto na vida pessoal quanto nas práticas da propriedade familiar); a realização de um trabalho que não seja tão penoso e intenso (tendo, assim, momentos de lazer e para outras atividades); e o recebimento de uma renda própria, para que possam comprar e suprir suas necessidades da forma como desejarem.

Verificou-se que os jovens que tendem a permanecer como agricultores, exercendo as atividades agrícolas em conjunto com seus pais, relatam a excelente qualidade de vida e renda satisfatória que a agricultura familiar, quando bem planejada e organizada, pode oferecer. Destaca-se que o bom relacionamento com os pais e a autonomia que os jovens tiveram para realizar as atividades da forma como consideravam melhor foi essencial para a decisão de permanência.

Os jovens rurais de Pato Bragado apontaram o “dinheiro” como principal limitante para diversificar a propriedade, incorporar novas tecnologias e, principalmente, para a permanência do jovem no meio rural. Esse fator provém da ausência de uma renda satisfatória nas atividades produtivas realizadas das propriedades familiares. Como principais motivações para a não continuidade no campo, a pouca renda individual e mensal para as despesas pessoais dos jovens, o pouco incentivo familiar para permanecer no meio rural e a ausência de preparo para a sucessão familiar na propriedade rural foram destacados.

Os desafios e as perspectivas para a agricultura familiar são extensos e complexos, e a sucessão familiar tem importância basilar no contexto do desenvolvimento rural. Em municípios “recentes” como Pato Bragado, onde muitos dos pioneiros ainda se encontram em suas terras, a mudança de geração que vem acontecendo nestes últimos anos é importante para planejar e prospectar a agricultura familiar na região. Essa categoria (a qual consideramos, também, como um modo de vida) precisa ser promovida e reconhecida, criando-se estratégias locais para que os jovens permaneçam no campo, não pelo motivo de não haver oportunidades na zona urbana, mas por o campo ser um lugar atrativo e com boas perspectivas de qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998, 101p.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, CE: SOBER, 2006. CD ROM.

BRUMER, A. A Problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 20-24 de novem-

MAIA, A. H. *et al.* Jovens rurais estudantes da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa (MT): projetos de vida, dilemas e sucessão familiar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 97-117, jun. 2019.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito – RS. **HOLOS**, [s. l.], v. 1, p. 144-159, fev. 2015.

MATTE, A. *et al.* Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 19-33, fev. 2019.

MELLO, M. A. *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 11-24, 2003.

OBSERVATÓRIO TERRITORIAL. **Panorama socioeconômico de Pato Bragado**. Foz do Iguaçu: Oeste em Desenvolvimento, 2017. Disponível em: https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/src/pagina_arquivo/10.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

PANORAMA socioeconômico Pato Bragado. Foz do Iguaçu: Observatório Territorial; Oeste em Desenvolvimento, 2017. Disponível em: https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/src/pagina_arquivo/10.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

SANTOS, A. C. T. **Juventude rural e permanência no campo**: um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor do Mucuri/SE. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, M. C. **Sócio-Antropologia Rural e Urbana. Fragmentos da Sociedade Portuguesa (1960-2010)**. Edições Afrontamento: Porto, 2012.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis; Brasília: Epagri; Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, R. M. *et al.* As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. **Revista CCEI**, Bagé, URCAMP, v. 14, n. 26, p. 54-71, ago. 2010.

SPANEVELLO, R. M.; DREBES, L. M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. *In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO*, 2., 2012, Brasília. **Anais do Circuito de Debates Acadêmicos**: programa e resumos. – Brasília: Ipea, 2012.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Recife: EDUFPE, 2013. 270 p.

ZAGO, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul: ANPED SUL, p. 1-16, 2012,.

ZONIN, V. J.; MARTINS, S. R. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da mesorregião da Grande Fronteira Mercosul. *In: CORRAZA, G.; RADIN, J. C. Fronteira Sul, ensaios socioeconômicos*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 229-252.

O PROTAGONISMO DO PROFISSIONAL NUTRICIONISTA PARA A EFETIVIDADE DO PNAE

*Darlan Christiano Kroth
Valdecir José Zonin
Giovana Paludo Giombelli*

INTRODUÇÃO

Um dos momentos críticos/fundamentais para a efetividade de uma política pública é a sua implementação. É nessa fase que as ações planejadas de uma política são colocadas em prática, por meio da mobilização de insumos e recursos, e tem-se a entrega de produtos ao público-alvo (DENHARDT; CATLAW, 2017). Segundo Lotta (2012), há dois elementos centrais que afetam a qualidade da implementação de uma política e que vêm ganhando maior atenção dos pesquisadores: o ambiente institucional e a atuação dos servidores (também designados como agentes públicos e/ou burocratas).

O ambiente institucional é caracterizado tanto pelas condições internas do órgão público responsável por executar a política, traduzida pela quantidade e qualidade de recursos (físicos e humanos) e pela cultura organizacional, como pelas condições externas ao órgão, representadas pelos valores e costumes de uma comunidade/sociedade, nível de cooperação da população e controle social. No contexto brasileiro, em que muitas das políticas são executadas pelos entes federados, o ambiente passa a ser um elemento preponderante (SECCHI, 2013).

No que se refere à atuação dos servidores, mesmo que suas ações estejam amparadas e orientadas por regras e normativas, é composta por vários graus de discricionariedade que possuem influência direta (e/ou indireta) sobre os resultados da política. Para Faria (2012, p. 8), “a atuação da burocracia pública não é neutra, e que a implementação envolve, para muitos inevitavelmente, escolhas e decisões tomadas por agentes não elei-

tos”; e, desse modo, interferem na condução dos processos e nos rumos de uma política. Nesses termos, a forma de atuação do servidor importa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em sua versão mais recente (Lei nº 11.947/2009), é um exemplo de política pública em que esses dois elementos estão bem demarcados/salientes. Por um lado, a operacionalização da política (compra de alimentos e fornecimento de refeições aos estudantes) se dá no âmbito do município ou da unidade da Federação, portanto as características locais (socioeconômicas, culturais e políticas) exercem peso considerável sobre as prioridades políticas e a intensidade em que as ações do programa são realizadas (FARAH, 2013).

Por outro lado, a Lei nº 11.947/2009 (daqui em diante, *nova versão do Pnae* ou *novo Pnae*), ao estabelecer uma configuração mais ampla para a oferta da alimentação escolar, que prevê a presença de diferentes atores (gestores públicos, profissionais da saúde e da educação, servidores de escola, agricultores, dirigentes de cooperativas e de sindicatos, membros do controle social, pais e alunos) e setores da administração pública (distintas secretarias e escolas), acaba exigindo uma sintonia fina entre eles, para que o programa possa funcionar adequadamente e, principalmente, para que se possam alcançar os resultados almejados. Ou seja, a operacionalização do novo Pnae exige um protagonismo por parte de agentes públicos para liderar e coordenar essa interação/articulação entre os atores envolvidos (KROTH *et al.*, 2020).

Um dos agentes públicos que possuem potencial para assumir essa responsabilidade de concertação do novo Pnae é o profissional de nutrição. Embora a normativa vigente atribua ao nutricionista a responsabilidade técnica do programa⁴⁹, a atual formatação/configuração do Pnae lhe confere um lugar de destaque, em que possui interação com todos os atores e setores envolvidos na implementação do programa (BRASIL, 2016)⁵⁰.

Conforme pode ser visualizado na Figura 12.1 (“Apêndice”), o nutricionista possui um papel central na operacionalização do novo Pnae, tendo condições de participar e interagir nas 10 etapas da execução. Nessa perspectiva, o nutricionista pode contribuir tanto na elaboração do orçamento, por meio do apoio aos setores internos da prefeitura e dos conselhos de alimentação escolar, no levantamento das informações para cálculo do

⁴⁹ Conforme BRASIL (2013).

⁵⁰ Em virtude desse “lugar” destacado do nutricionista no novo PNAE, que muitas prefeituras estão direcionando a coordenação do programa para esses profissionais, conforme demonstrado em Kroth *et al.* (2019).

valor a ser investido na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF); passando pela mobilização da articulação dos atores sociais, fazendo contatos com as secretarias municipais e com as entidades representativas da AF; como pela assessoria ao setor de compras e para os agricultores na elaboração das chamadas públicas e dos contratos de venda; e principalmente da elaboração dos cardápios. É exatamente a elaboração dos cardápios que possui condições de materializar os resultados previstos pelo novo Pnae, pois permite garantir a inclusão dos alimentos da AF (BRASIL, 2018). Estudos como os Baccarin *et al.* (2011) e de Triches *et al.* (2018) demonstraram que, quando a formação dos cardápios é descolada da realidade da AF local, há maiores restrições para a efetividade do Pnae.

Pode-se considerar ainda que a atuação do nutricionista no Pnae pode ir além das 10 etapas previstas na Figura 12.1 e gerar benefícios que extrapolam o programa. Por exemplo, as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas têm grande potencial para auxiliar na promoção da saúde pública, além de fazer pontes com programas do Ministério da Saúde, como o Programa Saúde na Escola (PSE). Outro exemplo refere-se a sua contribuição no fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), sendo uma oportunidade para promover a cidadania e a democracia.

Nesse contexto, este estudo tem como principal objetivo analisar a operacionalização do novo Pnae pela percepção do profissional de nutrição. Com essa abordagem de pesquisa, pretende-se compreender também a visão normativa e o envolvimento desses profissionais com o programa, na expectativa de propor ações/estratégias de capacitação e fortalecimento do programa. O estudo lançou mão de entrevistas, com base em questionário estruturado, com 22 nutricionistas que operam o Pnae, em 20 municípios da região Oeste de Santa Catarina. As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2017. Para o desenvolvimento do objetivo, o estudo se estrutura em mais três seções. A próxima seção está reservada para a apresentação da metodologia. Na sequência, tem-se a análise dos resultados; e a última seção é direcionada para as conclusões.

MÉTODOS

Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, do tipo levantamento, utilizando entrevistas com uso de questionário estruturado. As entrevistas foram realizadas com 22 nutricionistas que atuam na operacionalização do Pnae em 20 municípios da região Oeste de SC. A coleta de dados foi realizada

em âmbito do seminário *Nutrição na Alimentação Escolar, Desenvolvendo a Agricultura Familiar*, promovido pelo Projeto Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de SC, da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó-SC, na data de 24 de maio de 2017.

O questionário foi elaborado com base na literatura de desenvolvimento rural e na legislação do Pnae, contemplando 28 questões, sendo 3 abertas. As questões visaram captar as percepções dos profissionais nutricionistas quanto a diferentes dimensões do Pnae, como: agricultura familiar e suas organizações; contexto da produção, comercialização e consumo de alimentos; e papel e desempenho da prefeitura no programa. Outro objetivo das entrevistas foi analisar aspectos relacionados à operacionalização do programa, como: dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para participarem do Pnae; impactos e/ou potencialidades do Pnae para a geração de renda e manutenção do jovem agricultor na atividade rural; e sugestões de ações para fortalecer o Pnae.

Nessa perspectiva, para melhor exposição das respostas das entrevistas, optou-se em dividir a análise em quatro tópicos. Os tópicos foram estruturados na perspectiva de apresentar as percepções (ou olhares) dos nutricionistas, tendo em vista que são esses profissionais que estão atuando/lidando mais diretamente com o programa nos municípios. Nesses termos, o primeiro tópico buscou captar a visão normativa (juízo de valor) dos nutricionistas acerca da Lei nº 11.947/2009 e, portanto, seu parecer quanto à nova estrutura/desenho de funcionamento do Pnae, que coloca o foco nos alimentos advindos dos agricultores familiares.

O segundo tópico examinou a rotina de funcionamento do programa, considerando-se a burocracia do setor público. Mais especificamente, objetiva avaliar o formato de implementação pela lente do servidor responsável por cumprir normas, legislações e prestar contas para a sociedade. O terceiro tópico abordou o diagnóstico das tarefas, dando ênfase para os gargalos, ou seja, às situações que causam problemas para o bom desempenho do programa. O quarto e último tópico lançou o olhar prospectivo, apontando as direções em que o programa pode seguir para atingir mais efetivamente seus objetivos e maximizar os resultados para a sociedade.

O Quadro 12.1 expõe algumas estatísticas referente a informações educacionais (número de matrículas de estudantes de educação infantil e do ensino fundamental e nota do Ideb) e percentual de aplicação de recursos do FNDE em alimentos oriundos da AF, dos municípios participantes da

pesquisa, visando ilustrar o “lugar” de onde estão se realizando as percepções sobre a operacionalização do Pnae. Destaca-se que os 20 municípios possuem como traço social característico a presença da AF, assim como toda a mesorregião, onde estão inseridos (Oeste de Santa Catarina). O PIB agropecuário médio dos 20 municípios equivale a 29% do PIB, demonstrando o grande peso econômico da agricultura e pecuária para essas localidades.

Quadro 12.1 – Sumário estatístico de informações educacionais e do Pnae dos municípios participantes da pesquisa

Classificação municípios/variáveis		Até 3.000 hab.	De 3.001 a 5.000 hab.	De 5.001 a 10.000 hab.	Acima de 10.000 hab.
Nº de municípios		9	5	3	3
Percentual de aquisição de alimentos da AF	2014	64%	59%	65%	46%
	2015	48%	63%	63%	49%
	2016	64%	53%	74%	48%
	2017	69%	62%	67%	41%
Matrículas*		388	743	1.382	15.213
Ideb – anos iniciais**	2015	6,3	6,2	6,4	6,2
	2017	6,4	6,5	6,3	6,5
Ideb – anos finais**	2015	5,1	4,6	4,8	5,2
	2017	5,1	4,6	4,9	5,1

* Número total de matrículas da educação infantil e do ensino fundamental

** Nota do Ideb referente ao ensino fundamental

Fonte: adaptado de FNDE (2020) e Inep (2020)

Os municípios foram divididos por tamanho populacional, para facilitar a comparação entre eles. No geral, são municípios pequenos (70% deles possuem população de até 5 mil habitantes). O tamanho do município possui relação direta com o número de estudantes matriculados (em 70% deles não chega a mil alunos matriculados), que influencia diretamente a demanda da alimentação escolar.

O desempenho médio do Ideb para os anos iniciais melhorou de 2015 para 2017 e acompanha a média estadual. Já para os anos finais as notas

médias se mantiveram entre os dois anos, porém abaixo da média estadual. O que chama atenção nas notas médias é que os extremos (municípios menores e maiores da amostra) possuem melhores médias.

Quanto ao desempenho das compras institucionais do Pnae, observa-se um leve avanço no percentual médio de compras, passando de 58,6% em 2014 para 60% em 2017. Apesar do baixo crescimento, os municípios entrevistados estão acima da média estadual, que oscilou de 42,6% para 49,9% entre os anos de 2014 e 2017. Em meio aos grupos de municípios, sobressaiu-se o grupo de município com população “de 5.001 a 10 mil habitantes”, com média de 67% no período.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção compreende os quatro tópicos representativos das questões abordadas na pesquisa junto aos profissionais nutricionistas, conforme discutido na seção anterior. Dessa forma, os tópicos foram estruturados na perspectiva de apresentar as percepções (ou olhares) dos nutricionistas sobre: i) a agricultura familiar e a institucionalidade do Pnae; ii) a dinâmica de funcionamento do Pnae e o papel do governo local; iii) as dificuldades enfrentadas na execução do programa; e iv) as potencialidades do Pnae e as proposições de melhoria.

Percepções sobre a agricultura familiar e a institucionalidade do Pnae

Este primeiro bloco de análise inicia com uma questão considerada estratégica para que uma política pública seja efetivamente implementada e atinja seus objetivos: seu grau de confiança e suporte. Conforme Secchi (2019), confiança e suporte referem-se ao apoio da sociedade a um objetivo de política pública e a um modo específico de alcançá-lo⁵¹. Esse grau de confiança deriva tanto da percepção da comunidade em geral (público-alvo e demais partes interessadas e sociedade em geral) como dos agentes públicos que serão responsáveis pela implementação da política. Nesses termos, analisar a compreensão dos nutricionistas sobre a relevância do novo desenho do Pnae, que coloca o foco nos agricultores familiares, é essencial para avaliar seu engajamento na execução do programa.

⁵¹ Para BRASIL (2018), “confiança e suporte” são entendidos como o apoio subjacente que a política pública tem para ser implementada em três planos: no plano da população como um todo; entre as partes diretamente interessadas; e entre as lideranças políticas. Os estudos de análise de política, no entanto, incorporam mais um elemento, que é o engajamento do servidor público. Pode-se considerar ainda que a confiança externa (público-alvo e sociedade em geral) gera influência sobre o comportamento do agente público (FARIA, 2012).

Conforme pode ser observado pelo Quadro 12.2, há praticamente um consenso entre os profissionais de que os agricultores familiares são muito relevantes para o sucesso do Pnae. Essa visão positiva da participação desses atores tende a favorecer a adoção de práticas mais efetivas para a implementação do Pnae nos municípios (corroborados com dados do Quadro 12.1). Ressalta-se que essa percepção pode ser reflexo da proximidade desses profissionais com os agricultores, pois, como são municípios pequenos e muito voltados à atividade rural, há uma identificação com esse público. Por outro lado, deve-se considerar que a formação dos profissionais nutricionistas contempla a valorização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em que a produção sustentável possui um caráter central. Há também que salientar que as capacitações na área da gestão do (novo) Pnae enfatizam esses atributos (BRASIL, 2018).

QUADRO 12.2 – IMPORTÂNCIA E PAPEL DA AF NA ATUAÇÃO NO PNAE

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
I. Modo de produção e vida no campo importantes; portanto, merece incentivos públicos.	20	1				1	22
II. Ocupam adequadamente os canais de comercialização da alimentação escolar.	4	12		5	1		22
III. É capaz de atender a toda a demanda municipal.	9	7		6			22
IV. Há apoio no município para promover a organização associativa e/ou cooperativa.	3	11	1	5	2		22
V. Para o sucesso/efetivação das chamadas públicas (elaboração) do Pnae, é fundamental o envolvimento de outros setores/organizações.	22						22
VI. Para o sucesso/efetivação dos contratos (cumprimento das entregas) do Pnae, é fundamental o envolvimento de outros setores/organizações.	17	5					22
VII. O Conselho municipal é atuante.	2	5	1	4	10		22

Fonte: dados da pesquisa

Nota: 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo parcialmente; 3 – Nem concordo nem discordo; 2 – Discordo parcialmente; 1 – Discordo totalmente; NR – Não respondeu

Essa visão mais positiva começa a se alterar à medida que se analisa a operacionalização do programa. Os profissionais avaliam que os agricultores poderiam ocupar mais adequadamente os canais de comercialização do Pnae (27% avaliam que os agricultores não ocupam adequadamente os canais), ou seja, a participação no programa poderia se dar de forma mais intensa. Essa percepção provavelmente possui relação com a questão seguinte (Questão III), em que fica evidenciado que os agricultores não conseguem atender a toda a demanda do Pnae nos municípios. A dificuldade em atender à demanda do Pnae está em linha com as conclusões de outros estudos, a exemplo de Triches *et al.* (2018) e Kroth *et al.* (2019), que apontam para diferentes restrições enfrentadas pela AF para ter uma participação mais efetiva no programa. Em outro tópico é discutido mais amplamente sobre as dificuldades do programa.

Ainda no que concerne à participação da AF, os nutricionistas reconhecem que a Lei nº 11.947/2009 contribuiu na criação de cooperativas de produção e/ou fortaleceu as já existentes. No Pnae, as cooperativas são consideradas como uma estratégia importante para organizar a produção, portanto constituem fator importante para contribuir na ampliação da oferta de alimentos (BRASIL, 2016). Nesse quesito (Questão IV), 64% das respostas consideram que há apoio do município para fomentar a associação e/ou cooperativas da AF.

Ao mencionar a participação dos AF no Pnae, entra-se em uma seara mais específica do estudo, que se refere ao funcionamento/operacionalização do programa (Questões V e VI). Como já demonstrado na introdução, a nova versão do Pnae exige uma concertação entre diferentes setores dos governos locais (setores de agricultura, educação e compras) e um suporte logístico da própria prefeitura, para que as compras desse público possam ser efetivadas e chegar às escolas (TRICHES, 2015; BRASIL, 2016). Nesses termos, os nutricionistas concordam que é fundamental o envolvimento de outros setores da prefeitura, para que tanto as chamadas públicas (elaboração) como os contratos de compras sejam realizados com sucesso. Essas respostas demonstram que, assim como apontado por Kroth *et al.* (2020), considerando o fato de o Pnae se caracterizar como uma política intersetorial, que necessita de ações complementares e articuladas entre os diferentes setores envolvidos, não há condições de se efetivar o programa, se apenas um agente (no caso, os nutricionistas) ou um setor exclusivo (educação, por exemplo) se responsabilizar pelo programa.

Um último elemento considerado na avaliação da institucionalidade do Pnae refere-se ao seu controle social, representado pelos CAEs⁵². A pesquisa demonstrou que os nutricionistas defendem o fortalecimento dos CAEs, principalmente como instrumento de fortalecimento da AF no Pnae. No entanto, na maioria dos casos (68%), os CAEs foram indicados como não atuantes, isto é, não desempenham suas funções adequadamente.

Essas falhas de atuação do controle social (que não são de exclusividade do Pnae) trazem significativas restrições para que se promova a AF de forma mais intensa, pois é por meio dos conselhos que se definem parâmetros importantes de atuação do PNAE, como: estrutura das chamadas públicas, sugestão de cardápios com base na oferta de alimentos e cultura regional e, principalmente, fiscalização da aplicação dos recursos (BRASIL, 2017).

Percepções sobre a dinâmica de funcionamento do Pnae e o papel do governo local

A análise deste tópico considera dois conjuntos de questões que se complementam na compreensão da operacionalização do Pnae nos municípios: as características das compras e a atuação da prefeitura municipal na condução do programa. Iniciando pela análise do perfil das compras, verifica por meio das Questões I e II do Quadro 12.3 que os alimentos do Pnae não são supridos integralmente pela produção do município. Nesse quesito, as respostas abertas indicam que há uma preferência para as compras da AF do próprio município, e apenas produtos que não são produzidos internamente ou oferecidos em quantidades suficientes são adquiridos de fora da localidade (porém majoritariamente dentro da região). Nesse sentido, pode-se considerar que há espaço para ampliar as compras locais.

Quanto à oferta de alimentos mais processados, as respostas demonstram que nem as crianças preferem tais alimentos nem são priorizados pelos municípios em suas compras (Questões III e IV). Entretanto, existe a presença de alguns produtos processados, como fécula de batata, doces de frutas, pães e biscoitos. Todavia, tais produtos apresentam-se em quantidades pequenas e voltados a atender a produtos oriundos das agroindústrias da AF do município/região. Essa situação vai ao encontro dos achados de

⁵² Conforme BRASIL (2017), o CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento do PNAE, composto sete membros titulares, a saber: um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas. Cada membro titular deverá ter um suplente do mesmo segmento e seu mandato é de 4 anos.

Baccarin *et al.* (2011), que denotam que o Pnae vem atingindo seu objetivo de criar uma cultura alimentar saudável, por um lado, e dar preferência para aquisição de produtos mais naturais, valorizando assim os hábitos alimentares da região, e por consequência estimula-se a produção da AF. Fica claro aqui que a formação dos cardápios e a “visão nutricional” dos profissionais da área têm impacto direto sobre o perfil das compras da alimentação escolar, portanto deve-se investir na formação continuada/capacitação desses profissionais (TRICHES *et al.*, 2018).

Quadro 12.3 – Características das compras de alimentos do Pnae no município

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
I. Os produtos do Pnae provêm integralmente do próprio município.	2	4	2	9	5		22
II. Parte dos produtos provém de outros municípios.	13	7	1		1		22
III. Prioriza-se a compra de produtos mais processados (maior grau de industrialização).		1		12	9		22
IV. A maior parte das crianças prefere alimentos mais processados.	1	2	2	10	6	1	22
V. É crescente a cada ano a aquisição de produtos orgânicos e/ou agroecológicos.	2	7	2	5	6		22
VI. Paga-se um valor superior (até 30%) na aquisição desses produtos.	6	3	7		5	1	22

Fonte: dados da pesquisa

Nota: 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo parcialmente; 3 – Nem concordo nem discordo; 2 – Discordo parcialmente; 1 – Discordo totalmente; NR – Não respondeu

Ainda no que confere à oferta de alimentos, verificou-se que a demanda por produtos orgânicos ou agroecológicos existe e vem crescendo em alguns municípios, porém a grande dificuldade encontrada é a falta de agricultores que possuem tais produtos ou que não possuem a certificação em si (73% das respostas sinalizaram que não estão conseguindo ampliar a oferta e demanda por esses produtos dada a dificuldade exposta) – Questão V. Com relação ao cumprimento da lei, que prevê o pagamento de preço de até 30%

superior ao produto convencional, constatou-se que, não obstante o baixo volume de produtos orgânicos/agroecológico adquiridos, as prefeituras vêm cumprindo com pagamento diferenciado, exceto em casos de falta de certificação. Esse problema é ainda um paradigma a ser resolvido, já que a produção orgânica e a agroecológica respondem por sazonalidades específicas (no âmbito da produção e logística), cuja produção nem sempre é garantida, na quantidade desejada, impactando em outras questões, como na limitação de volumes de produtos e na regularidade das entregas.

Na sequência, o Quadro 12.4 apresenta um conjunto de questões voltadas à compreensão da operacionalização do programa por parte do governo municipal. A primeira questão faz referência ao volume de recursos do FNDE direcionado para a compra de alimentos provindos da AF. Pode-se considerar que esse é o primeiro passo para que a Lei nº 11.947/2009 cumpra seus objetivos. Dessa forma, observa-se que 68% das nutricionistas avaliam que os recursos do FNDE para a AF foram crescentes nos últimos anos. Embora nem todos os municípios estejam ampliando o volume de recursos, há concordância de que pelo menos o valor mínimo exigido (30% do FNDE) vem sendo cumprido (Questão II).

Quadro 12.4 – Atuação da prefeitura municipal na operacionalização do Pnae

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
I. É crescente a cada ano o uso de recursos do FNDE para aquisição de produtos da AF.	8	7	2	3	2		22
II. A prefeitura garante o uso de pelo menos 30% dos recursos do Pnae/FNDE para aquisição de produtos da AF.	21	1					22
III. Os demais 70% são utilizados para aquisição de produtos no comércio local.	11	8		2	1		22
IV. Agentes públicos (diretores de escola, prefeitos) acabam interferindo sempre a favor do aumento percentual das aquisições da AF.	7	6		7	2		22
V. Os contratos são executados integralmente durante o ano, sem sofrerem alterações.	4	6		7	5		22

Questões	Respostas						Total
	5	4	3	2	1	NR	
VI. Após assinatura dos contratos, os preços podem ser alterados, conforme os períodos de entrega.	1	9	2	2	8		22
VII. As mudanças de gestão interferem na condução da operacionalização do Pnae no município.	4	7	9		2		22

Fonte: dados da pesquisa

Nota: 5 – Concordo totalmente; 4 – Concordo parcialmente; 3 – Nem concordo nem discordo; 2 – Discordo parcialmente; 1 – Discordo totalmente; NR – Não respondeu

Quanto ao percentual direcionado à AF, a maior parcela dos nutricionistas entrevistados (59%) entende que há interferência por parte de agentes públicos para ampliar esse percentual (Questão IV). Conforme já destacado, essa percepção provavelmente está ligada com o grau de confiança e suporte que a Lei nº 11.947/2009 atingiu, isto é, por ser uma política pública que possui grande potencial de gerar benefícios para toda a sociedade, há forte apelo para que ela seja fortalecida e estimulada.

Ainda na opinião dos profissionais de nutrição, 86% consideram que o município direciona a parte residual dos recursos do FNDE para aquisição de alimentos provindos do comércio local (Questão III). Essa percepção corrobora as respostas anteriores que evidenciam que há espaço para ampliar a demanda de produtos da AF. Segundo Triches *et al.* (2018), um dos motivos que levam à falta de interesse por parte dos agricultores em participarem do programa é justamente o baixo volume de compras, que faz com que esse mercado não seja atraente (dados os custos de transação significativos envolvidos para os agricultores)⁵³.

A formulação da chamada pública é uma fase crucial para a efetivação do Pnae e geralmente possui um envolvimento maior do setor de compras da prefeitura (e do setor jurídico/procuradoria). Nos municípios analisados, os nutricionistas são sempre consultados (73% dos casos) ou às vezes consultados (27% dos casos) na elaboração das chamadas. Essa participação

⁵³ Os custos de transação referem-se aos custos (na maioria dos casos, implícitos) incorridos na realização de um empreendimento, como: i) custos para adquirir e processar informações; ii) custos voltados a organizar a produção; iii) custos de monitoramento do esforço das partes envolvidas em uma negociação; e, iv) custos legais associados ao gerenciamento de cláusulas contratuais.

dos nutricionistas que estão envolvidos diretamente na execução do Pnae pode explicar o fato de que, em mais de 80% dos casos, as informações referentes ao local e a periodicidade das entregas dos produtos, bem como os preços, estão presentes nas chamadas públicas.

A pesquisa também buscou compreender outras características das chamadas públicas durante o ano civil, como o quantitativo de chamadas e os termos de execução. Nesse contexto, verificou-se que 16 respostas apontam para a realização de apenas uma chamada pública anual, enquanto 6 respostas sinalizaram a realização de duas chamadas públicas (Questão V). O quantitativo de chamadas no ano tem um resultado ambíguo sobre a participação da AF. Se por um lado há benefícios, pois se possibilita atualização de cardápios, atualização de quantitativos de produtos e correção de preços, por outro lado há prejuízos, pois se gera maior custo de transação para os agricultores, em virtude da necessidade de reunir e encaminhar documentos referentes a nova chamada. Entende-se que esses custos transacionais podem ser minimizados, caso essas funcionalidades sejam atribuídas às cooperativas dos(as) agricultores(as). Ainda, quanto maior for o “tempo” entre a realização da chamada e a entrega dos produtos (o que pode transcorrer em até um ano), maiores serão as possibilidades de oscilação de preços no mercado regional, e necessidades de reajustes.

Em termos de execução dos contratos (Questão VI), observou-se que 45% das respostas apontam o fato de que as prefeituras conseguem operacionalizá-los integralmente ao longo do ano, enquanto para 55% não conseguem, provando-se aqui que os contratos não conseguem ser cumpridos na integralidade. A inviabilidade de cumprimento refere-se principalmente a mudanças de clima e falta de produto (decorrente das intempéries), sazonalidade e aceitação dos escolares. Ainda no que se refere ao cumprimento dos contratos, para 45% podem ocorrer mudanças nos preços pagos aos agricultores, decorrentes principalmente de oscilação de preços no mercado local/regional.

De acordo com Triches *et al.* (2018), os detalhes que envolvem as chamadas públicas e os entendimentos com os setores de compras e jurídico são considerados grandes gargalos para o Pnae. De acordo com as respostas aqui relatadas, denota-se que os municípios da região Oeste de SC já vêm superando essas incompreensões e aprimorando suas chamadas, o que resulta em maior participação nas compras da AF.

Por fim, avaliou-se que as mudanças de gestão trazem interferências na operacionalização do programa (50% das respostas concordam parcialmente ou totalmente) e 41% apontaram indiferença (não concordam nem discordam). Dos que consideram que há interferências, quatro responderam que são negativas e duas positivas. O aspecto negativo está relacionado com as seguintes situações: troca de pessoas envolvidas com alguns processos do programa; mudança de percepção quanto à importância do programa; e/ou descontinuidade de ações voltadas ao programa.

Percepções sobre as dificuldades enfrentadas na execução do programa

O terceiro conjunto de questões, exposto no Quadro 12.5, aborda as dificuldades existentes na execução do programa, que por sua vez inviabilizam a obtenção de resultados mais consistentes. Importante mencionar previamente que as opções de respostas (tipos de dificuldade) listadas no Quadro 12.5 foram apresentadas para os nutricionistas no formato de questão fechada, partindo de resultados de estudos que vinham analisando a operacionalização do Pnae. Houve também espaço aberto para elencar outras dificuldades, no entanto apenas duas dificuldades adicionais foram indicadas (“necessidades de melhorias na produção” e “baixo volume de demanda por parte da alimentação escolar do município”). Essa situação denota que as dificuldades já verificadas em outros estudos (e em outras localidades) são confirmadas na região Oeste, portanto devem ser alvo de aprimoramento.

As principais dificuldades apontadas pelos nutricionistas remetem ao “cumprimento das exigências sanitárias” e à “logística de distribuição”. As exigências sanitárias estão mais relacionadas aos critérios de qualidade e higiene nos produtos agroindustrializados e/ou de origem animal. Tais requisitos são amplamente apontados pela literatura como limitações para ampliação da participação da AF no Pnae (TRICHES, 2015; TRICHES *et al.*, 2018). O não cumprimento das exigências sanitárias referem-se tanto ao grau de processamento dos produtos (maior processamento/menor processamento) quanto aos sistemas de inspeção (municipal, estadual e nacional). Até então, são poucos os municípios que adotam sistemas unificados ou integrados de inspeção, sendo essa uma barreira condicionante à compra de produtos ainda fortemente agroindustrializados, ou com grau de processamento maior, nem sempre condizente com os melhores hábitos de alimentação saudável preconizados pelos(as) profissionais da nutrição.

Ainda, chama-se aqui a atenção para o fato de que a aquisição de boa parte dos produtos que compõem a alimentação escolar provém de

um modelo de verticalização produtiva, incluindo as “empresas integradoras agroindustriais” (especialmente nas cadeias produtivas de aves, suínos e leite), as quais cumprem com mais tranquilidade as exigências sanitárias, no geral estabelecidas por órgãos nacionais de vigilância e em desigualdade de condições quando relacionados às agroindústrias chamadas familiares.

Logo, esse sistema agroindustrial (tradicional), além de transferir os riscos econômicos e as responsabilidades ambientais aos agricultores familiares (integrados a estas), afetam de forma direta as relações sociais no interior dos estabelecimentos rurais, potencializando o risco de “desintegração estrutural da agricultura familiar como função social, econômica e cultural” (ZONIN; MARTINS, 2016), processo que atinge de forma mais aguda, quase sempre, os agricultores familiares mais fragilizados.

Já o enfoque da logística de distribuição refere-se à coleta dos alimentos nas propriedades rurais e à entrega nas escolas ou nos centros de distribuição, de acordo com o planejamento semanal dos cardápios. Na maioria dos casos, as entregas dos alimentos nas escolas e/ou centros são realizadas pelos próprios agricultores, que possuem restrições naturais para o cumprimento de determinadas agendas/cronogramas. Nesse sentido, para superar esse gargalo, alguns municípios vêm investindo em centros logísticos ou núcleos de coordenação do programa, que possuem veículo para fazer essa distribuição dos alimentos. Em outros municípios, essas dificuldades são superadas, em partes, pelas cooperativas familiares que desempenham o papel de organização da produção e logística ao mesmo tempo. Tais iniciativas consistem em um importante suporte para efetivar e dinamizar o Pnae (KROTH *et al.*, 2019).

Quadro 12.5 – Dificuldades para os agricultores da AF participarem do Pnae

Questões	Respostas						Total
	5	4	3	2	1	NR	
Cumprimento de exigências sanitárias	11	5	2				18
Logística de distribuição	10	4		1	2		17
Baixa diversificação dos alimentos	9	5	1	1	1		17
Falta de produção	9	3	3	2	1		18

Questões	Respostas						
	5	4	3	2	1	NR	Total
Regularidade das entregas	9	1	1	3	2		16
Baixa inserção da juventude rural da AF	5	5	5	1	1		17
Realização de uma única chamada pública no ano	3	4	4		3		14
Produtos pouco agroindustrializados	1	6	2	1	3		13

Fonte: dados da pesquisa

Nota: 5 – Muito importante; 4 – Importante; 3 – Mais ou menos importante; 2 – Pouco importante; 1 – Nada importante; NR – Não respondeu

As dificuldades relacionadas com “baixa diversificação dos alimentos”, “falta de produção” e “regularidade das entregas”, que se constituem na terceira maior dificuldade apontada pelos nutricionistas, podem ser analisadas em seu conjunto, tendo em vista que se referem às restrições de oferta dos alimentos. Conforme destacado por Costa, Amorim Jr. e Silva (2015), a baixa oferta de alimentos tem relação direta com a gestão do programa pelos municípios, a qual contempla ações de suporte administrativo, logístico, de Ater e de apoio às associações/cooperativas da AF.

Um ponto que chama a atenção nas respostas é que a “baixa inserção da juventude da AF” não foi considerada como uma importante dificuldade para o programa. Há várias interpretações que podem ser feitas em relação a esse resultado, e que, portanto, merecem maiores estudos. Entretanto, uma primeira constatação é que os jovens já vêm participando do programa, portanto não se apresenta como uma dificuldade⁵⁴. Uma segunda interpretação remete ao fato de que o nutricionista pode estar considerando que as outras dificuldades são preponderantes, ou seja, se não resolver a questão das exigências sanitárias e da logística, pouco importa inserir mais jovens, pois eles também passarão por dificuldades. Uma terceira constatação pode advir do desconhecimento da realidade regional pelos profissionais, isto é, de não perceber/reconhecer que vem ocorrendo um envelhecimento acentuado da população rural, cuja população jovem não está permanecendo no campo.

⁵⁴ Essa pode ser uma realidade para os municípios participantes do projeto Fortalecimento da Juventude Rural no Oeste de SC, em que foi feito um trabalho para inserção de jovens agricultores nos mercados institucionais.

Por fim, a “realização de uma única chamada pública no ano”, conforme já comentado, foi considerada como uma dificuldade intermediária, comparada com as demais dificuldades. A baixa oferta de produtos agroindustrializados foi lembrada por 31,8% das nutricionistas. Por sua vez, a atuação incipiente dos CAEs não teve nenhuma menção.

Percepções sobre as potencialidades do Pnae e proposições de melhoria

O último tópico ficou reservado para o registro de proposições de melhoria do Pnae, tendo como pano de fundo o que os nutricionistas consideram como potencialidades do Pnae. Para essa análise foram consideradas duas questões abertas, portanto as respostas foram organizadas por grupos de proposições/sugestões/indicações afins.

Nessa perspectiva, a proposição que recebeu mais ênfase foi a “*ampliação e fortalecimento da ATER para AF*” (oito indicações). A menção à Ater está em linha com outros estudos, como os de Costa, Amorim Jr. e Silva (2015), Triches *et al.* (2018) e Kroth *et al.* (2019), que vêm mencionando a necessidade de preparar uma Ater específica voltada à produção da alimentação escolar e restaurantes populares. Seu apelo deve-se à crença de que a Ater tem condições de resolver outros gargalos existentes no programa, como a “*necessidade de ampliar oferta e a diversidade de alimentos*” (que se apontou como segunda maior necessidade de ser alavancada para potencializar o programa, com seis indicações).

Embora seja essa visão predominante entre os nutricionistas, o apelo à Ater também possui relação com a superação das dificuldades em atender às exigências sanitárias. Considera-se que a Ater possua condições de realizar orientações mínimas de normas técnicas e de apoio logístico aos produtores e/ou associações de agricultores, para que consigam realizar registros de alguns tipos de produtos, muito presentes na cultura alimentar regional, como são os casos dos embutidos de carnes, queijos e panificados (cucas e bolachas, entre outros).

Conforme apontado por Kroth *et al.* (2019), na impossibilidade de ampliar a Ater no curto prazo, as associações de AF, principalmente as cooperativas, possuem um grande potencial para contribuir na organização da produção e ampliar a oferta de alimentos. No entanto, o fomento às cooperativas não foi mencionado pelos profissionais de nutrição, com exceção de três referências para a “*criação de agroindústrias*”, que tanto pode indicar uma confusão de termos (cooperativas = agroindústrias) como o entendimento de que a agroindústria poderia prover a oferta de alimentos

de que a alimentação escolar necessita, o que também carece de maiores esclarecimentos (pois, a priori, uma agroindústria “processa” alimentos – podendo ou não estar ligada a uma cooperativa).

Embora colocado de forma genérica, foi defendido o “maior apoio do poder público local” ao Pnae (com quatro indicações), que demonstra a percepção dos nutricionistas de que o programa é importante (gera amplos benefícios), mas que precisa de suporte para poder desempenhar bem seu papel. Em termos de ações específicas por parte do poder público, foram considerados: o “*maior apoio logístico*” (com três indicações), a “*ampliação de recursos próprios do município para AF*” (três indicações) e “*ampliação do interesse do agricultor em participar do programa*” (três indicações).

Em se tratando de sugestões mais gerais afeitas ao Pnae, os nutricionistas apontaram a necessidade da oferta de capacitações sobre a operacionalização do Pnae para os atores do programa (agricultores, gestores públicos, merendeiras e nutricionistas, nessa ordem de prioridade), demonstrando ainda a falta de conhecimento e/ou de clareza quanto ao funcionamento e aos benefícios do programa por esses atores. Essa afirmação é corroborada na medida em que a segunda maior sugestão foi “maior divulgação do programa em termos de benefícios para o município – trabalho intersetorial” na administração municipal. Demais sugestões referem-se a auxílio para “organizar associação entre agricultores/como organizar/montar uma cooperativa” e de “como organizar o trabalho intersetorial dentro do setor público”.

Assim como na seção anterior, não houve menção a estratégias para fortalecer a juventude rural e para o fomento dos CAEs. Como são dois temas caros para a sustentabilidade de agricultura familiar e para o fortalecimento do Pnae, o lapso desses temas nas proposições de melhorias do programa pelos nutricionistas reforça a necessidade de deixar mais explícitas essas temáticas nas instruções e nos planos de divulgação do programa. Além disso, demonstra que é necessário inserir esses temas nas capacitações sugeridas para os atores do programa, na intenção de lançar luz para aspectos “não ditos”.

CONCLUSÕES

Inicialmente, é necessário demonstrar que os profissionais nutricionistas possuem papel de alta relevância e destaque no que tange à criação de caminhos, oportunidades e até mesmo na liderança da condução/execução

da política pública do Pnae nos municípios. Tal formação profissional é intrinsecamente correlacionada aos objetivos de uma alimentação saudável, da segurança alimentar e nutricional, eixos estruturantes do Pnae.

Valendo-se da percepção dos profissionais sobre a importância da participação da AF na institucionalidade do Pnae, conclui-se pela unanimidade nesse entendimento, entretanto percebem que esse segmento não ocupa adequadamente (ou simplesmente não participa, em 27% dos casos) os canais de comercialização proporcionados pelo Pnae. Prova disso é o fato de que as demandas dos municípios, de modo geral, são atendidas complementarmente com produtos de fora das cidades. Nesse âmbito ainda, pode-se considerar que um aspecto que contribui para essa realidade é a baixa atuação dos conselhos municipais, em especial Conselho Municipal de Agricultura e CAEs, que foram considerados como não atuantes, por 68% dos profissionais.

Considerando a percepção da dinâmica e funcionamento do Pnae na região Oeste catarinense, verificou-se o esforço em elaborar cardápios afeitos aos alimentos da AF local, estimulando assim as compras locais, com menor grau de processamento possível. No entanto, admite-se a aquisição de produtos de fora das cidades, de modo geral, com maior grau de processamento.

Constatou-se a falta de produtos orgânicos e agroecológicos, ou quando são ofertados são insuficientes nesse mercado. Entre os entraves principais que explicam essa lógica, estão os problemas relacionados ao clima, às limitações de sazonalidades produtivas, impactando sobremodo na regularidade e na frequência das entregas – fatores esses que conduzem à quebra de contratos, ou não executados integralmente em 55% das situações, tanto em relação à produção orgânica, agroecológica quanto em relação aos produtos convencionais.

Essa conclusão nos remete a outra de caráter sistêmica e de análise complementar: embora as prefeituras, em média, tentem investir 30% dos recursos do FNDE em produtos da AF, visando atender a lei do novo Pnae, esse percentual tende a não se efetivar, dada a constatação anterior, de os contratos não serem executados na sua integralidade. Alinhado a essa realidade, o estudo apontou que cerca de 70% dos recursos do FNDE repassados aos municípios são direcionados para aquisição de produtos via comércio local, o que não significa aquisição da AF, mas sim de mercados/supermercados locais. Tal situação tem levado os agricultores e suas cooperativas a questionarem

tais práticas, pois reduzem-se as quantidades de produtos demandadas da AF. Dessa maneira, inviabiliza-se o planejamento da produção e, portanto, restringe-se o aumento da oferta de alimentos da AF, traduzindo-se em uma demanda insuficiente para provocar um estímulo produtivo local e a organização da produção necessária.

Nesse âmbito, conclui-se ainda que, embora 73% dos profissionais nutricionistas sejam consultados para a elaboração das chamadas públicas locais, resta um contingente de 27% de casos em que os profissionais são consultados “às vezes”. Isso, somado ao fato de que em 72,7% dos municípios se organiza apenas uma chamada pública anual (para organização desse mercado), abre um precedente importante para o não cumprimento contratual das entregas (por parte dos agricultores e de suas cooperativas), já que há um lapso muito grande entre o momento de realização das chamadas e o momento das entregas efetivamente, e os preços dos produtos da chamada pública poderão sofrer alterações no “mercado regional”, levando à necessidade de realizar reajustes, o que tem ocorrido em apenas 45% das situações estudadas. Assim, onde não ocorrer ajustes dos volumes e reajustes de preços, as aquisições se dão pelos processos convencionais, que não envolvem a AF.

Além do baixo volume de produtos demandados pelas chamadas públicas, na maior parte das situações, as demais dificuldades apontadas à execução do Pnae estão ligadas ao não cumprimento das exigências sanitárias e às questões de logística de distribuição dos produtos. Deve-se ressaltar que em muitos municípios a superação dessas dificuldades foi alcançada pela forte e organizada atuação das cooperativas familiares, possibilitando que quase 100% das chamadas públicas fossem atendidas com produtos oriundos da AF.

No que tange às proposições de melhoria do Pnae levantadas pelos profissionais nutricionistas, está a ampliação e fortalecimento da Ater aos agricultores familiares, visando ampliar a oferta e diversidade de alimentos e à necessidade de maior divulgação do programa e seus benefícios nos municípios. A ampliação de Ater pode ser considerada estratégica, pois, além de auxiliar na organização da produção, divulgação do programa, tem potencial de fomentar a participação dos jovens para o novo Pnae, como possibilidade de autoemprego e inclusão socioprodutiva. Por fim, foi sugerido o fortalecimento da criação de agroindústrias familiares e o aumento dos recursos destinados às aquisições de alimentos da AF, para além do mínimo de 30% exigidos atualmente.

Por fim, constatou-se que os profissionais de nutrição estão comprometidos com o novo Pnae, e dentro de suas capacidades técnicas e operacionais do programa estão se esforçando para efetivá-lo. As dificuldades evidenciadas na operacionalização do Pnae nos municípios passam mais pelo comprometimento dos governos locais em articular os diferentes setores envolvidos (secretarias de agricultura, de educação, setor de compras) na criação de um ambiente favorável à aquisição e alimentos da AF, e de lançar mão de ações estratégicas que estimulariam a produção local, como o direcionamento de maiores recursos para as chamadas públicas, ampliação do diálogo e incentivos às cooperativas familiares e fomento de Ater específica ao Pnae. Essas ações locais poderiam ser materializadas com base em pequenos ajustes da Lei nº 11.947/2009 que criassem os incentivos adequados aos municípios, como a pactuação de objetivos e metas, incentivos esses que já são realizados com efetividade em outras políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BACCARIN, J. G. *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do artigo 14 da lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. *In: CONGRESSO DA SOBER*, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]**. BELO HORIZONTE, SOBER, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2. ed. Versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília: [s. n.], 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Conselho Deliberativo. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013**. Brasília: [s. n.], 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Manual de apoio para atividades técnicas do nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**. Brasília: FNDE, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). **Dados da agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Dados abertos**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em 15 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**. Brasília: TCU, 2017.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JR., P. C. G.; SILVA, M. G. da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 109-126, jan./mar. 2015.

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da administração pública**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

FARAH, M. F. S. Políticas públicas e municípios: inovação ou adesão? *In*: LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. (org.). **As ideias também importam**: abordagem cognitiva e política pública no Brasil. Curitiba: Juruá, 2013.

FARIA, C. A. P. (org.). **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018.

KROTH, D. C. *et al.* Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste catarinense. **Redes**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 138-162, jan./abr. 2019.

KROTH, D. C. *et al.* Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 25, n. 10, p. 4.065-4.076, 2020.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. *In*: FARIA, C. A. P. (org.). **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. p. 181-200.

TRICHES, R. M. *et al.* Dificuldades e recursos de superação mobilizados por atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *In*: PEREZ-CASSARINO, J. *et al.* (org.). **Abastecimento alimentar**: redes alternativas e mercados institucionais. Chapecó: UFFS, 2018.

ZONIN, V. J.; MARTINS, S. R. Por uma agricultura familiar liberta e sem fronteiras: desafios e perspectivas no contexto da mesorregião da Grande Fronteira Mercosul. *In*: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. **Fronteira Sul**: ensaios econômicos. Florianópolis: Insular, 2016. p. 229-252.

APÊNDICE

Figura 12.1 – Diagrama da operacionalização do Pnae (conforme Lei nº 11.947/2009)



Fonte: adaptada de Brasil (2016)

JOVENS DIRIGENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONDIÇÃO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUL DO BRASIL

Jucimara Meotti Araldi

Diego Sigmar Kohwald

Douglas Cenci

Zenicléia Angelita Deggerone

INTRODUÇÃO

A atuação dos jovens agricultores familiares enquanto atores políticos é muito recente no país (CASTRO, 2017). Segundo Castro, os jovens atravessaram fronteiras invisíveis e tornaram-se atores políticos ao participarem intensamente do debate e da formulação de proposições de políticas públicas para a juventude.

Essa presença nos espaços de discussão, em processos de tomada de decisão e na interlocução com o poder público esteve atrelada às condições que as organizações sindicais tinham criado e proporcionado para que os jovens também ocupassem o lugar de protagonistas.

Entre as organizações sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf), filiada à Central Única dos Trabalhadores (Contraf/CUT), tem, desde a sua formação, se preocupado com a participação dos jovens na organização sindical e com a inserção desses jovens no quadro de dirigentes sindicais.

Para Castro *et al.* (2009), a aproximação dos jovens às organizações sindicais estaria associada aos eventos performativos que permitiram construir e consolidar a atuação enquanto atores políticos dentro dos movimentos sociais. Com isso, esses atores sociais passam a negociar e a reivindicar ações que privilegiam a melhoria das condições de vida e de trabalho no meio

rural, por meio de políticas públicas sociais, e suas inserções nos quadros deliberativos das organizações sindicais.

Por conta da emergência dessa temática junto às organizações sindicais, vários estudos foram produzidos sobre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul/CUT)/Contraf⁵⁵ que abordaram a formação do sindicalismo específico de agricultores familiares na região Sul do Brasil (FAVARETTO, 2001; PICOLOTTO, 2006, 2011, 2014), a implementação de políticas públicas de habitação rural (BOLTER, 2013; BOLTER; SCHNEIDER; HAAS, 2015), a construção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (CONTI, 2016), as demandas dos agricultores familiares na pauta da Fetraf-Brasil: 2005-2015 (GRISA; SEMI-NOTTI, 2018), e a organização e a atuação da Fetraf-Brasil e da Fetraf-Sul (BOLTER; HAAS, 2018).

Esses estudos contribuíram para o entendimento da trajetória política da Contraf e de sua relação com as políticas públicas implementadas nos últimos anos. Contudo, emerge a necessidade de estudar a continuidade desse sindicalismo à luz da renovação dos quadros de dirigentes sindicais e da presença dos jovens rurais na condução das organizações sindicais. Por isso, as questões que norteiam a construção deste trabalho estão relacionadas à verificação de quais foram as estratégias utilizadas pela Contraf para que os jovens fossem incluídos nos quadros diretivos, além de identificar o perfil desses jovens dirigentes que atuam nos processos de interlocução e representação da agricultura familiar no Sul do Brasil.

Diante dessas questões orientadoras, este trabalho tem por objetivo apresentar o perfil dos jovens dirigentes sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Contraf) da região Sul do Brasil, além de identificar as oportunidades e os desafios que norteiam a presença e a participação dos jovens agricultores familiares, enquanto lideranças das organizações sindicais.

Para conhecer o perfil dos jovens sindicalistas, foi realizada uma investigação de caráter qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado dirigido a 33 jovens lideranças que atuam nas organizações sindicais filiadas à Contraf, nos estados do Rio

⁵⁵ A FETRAF-Sul/CUT foi criada em 2001, e a FETRAF-Brasil foi fundada em 2004. Em 2016, nasce a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTRAF-BRASIL), decorrente do acúmulo das experiências organizativas do Novo Sindicalismo. Por isso, em grande parte do texto, faz-se menção a ações e atividades desenvolvidas pela FETRAF-Sul/CUT, e, posteriormente, a ações realizadas no âmbito da CONTRAF.

Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre julho e agosto de 2020. A pesquisa é de natureza exploratório-descritiva, pois busca-se, com este estudo, ampliar as discussões sobre a presença e participação dos jovens nos quadros de direção das organizações sindicais.

O texto está organizado em cinco seções, que se iniciam com esta breve introdução. A segunda seção faz referência à constituição da Fetraf-Sul/CUT-Contraf e às ações desenvolvidas pela organização sindical para engajar a participação dos jovens junto à Confederação. A terceira seção descreve o perfil dos jovens sindicalistas da agricultura familiar do Sul do Brasil, e a quarta evidencia as oportunidades e os desafios que eles identificam enquanto lideranças. Por fim, são apresentadas considerações sobre a perspectiva dos jovens sindicalistas em relação à função de dirigente sindical no movimento social.

A FORMAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO – DA FETRAF-SUL/ CUT À CONTRAF-BRASIL

O processo de fortalecimento da dinâmica organizativa e da identidade da agricultura familiar na região Sul do país, segundo Picolotto (2014), instigava o debate para a formação de uma estrutura sindical específica de agricultores familiares. Com base nesse anseio, no final dos anos 1960 e durante os anos 1970, surgiram as oposições no sindicalismo urbano com greves e encontros organizados (ESCOLA SINDICAL SUL; DESER; FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT; CETAP, 2000), fortalecendo o movimento e lançado base para a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Além disso, mais especificamente no final da década de 1970, ocorreu o processo das oposições sindicais no campo. Esse processo foi desencadeado por três fatores: *i*) início da abertura política do regime militar; *ii*) a necessidade de encarar os problemas provocados pelo modelo de desenvolvimento implementado pelo governo na agricultura (modernização conservadora); *iii*) a ação desenvolvida pela Igreja, por meio das comunidades de base e das pastorais, especialmente a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) (ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT; CETAP, 2000).

Esses fatores contribuíram para que o ano de 1978 fosse um marco na história do sindicalismo rural, com a vitória de oposições sindicais nas

idades de Erechim-RS, Chapecó-SC e Francisco Beltrão-PR. A partir dessas vitórias no campo sindical, logo em seguida outros sindicatos foram sendo conquistados pelas oposições sindicais (ESCOLA SINDICAL SUL; DESER; FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT; CETAP, 2000).

As identidades entre os três estados – especialmente as três regionais, no que diz respeito à formação histórica, à cultura, à realidade agrícola, às lutas e às raízes eclesiais – possibilitaram e favoreceram a articulação interestadual, inicialmente informal, configurando-se no início dos anos 1980 (1982-83) na Articulação Sindical Sul (SILVA; REICH, 2003).

A Articulação Sindical Sul teve importância decisiva nas demandas dos agricultores e na organização sindical da região Sul até o final dos anos 1980. Nas lutas e mobilizações, destacam-se as pautas relacionadas à implementação da reforma agrária, pela anistia da correção monetária, pela legislação da política agrícola, por crédito de emergência, por preços, pela previdência social e pela saúde. Além disso, também foi responsável pela criação da Escola Sindical Margarida Alves (1985), do Ativação (1986) e do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser) em 1988 (FETRAF-SUL/CUT, 2001).

Ainda nesse contexto de construção do movimento sindical do campo, como processo de amadurecimento da organização das oposições sindicais e do rompimento com o sindicalismo oficial, destaca-se a criação dos Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais (DETRs). Esses departamentos foram criados em Santa Catarina e Paraná em 1989 e no Rio Grande do Sul em 1990, com a fundação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e do Fórum Sul dos Rurais da CUT.

Fórum Sul dos Rurais da CUT

O Fórum Sul dos Rurais da CUT se constituiu em um espaço de articulação e de elaboração de políticas do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e teve atuação em mais de 250 municípios e mais de 400 mil famílias (ESCOLA SINDICAL SUL; DESER; FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT; CETAP, 2000).

A atuação do Fórum Sul buscou viabilizar a agricultura familiar enquanto uma categoria social, valendo-se da implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) (SILVA; REICH, 2003). Além disso, o Fórum Sul ampliou o debate e buscou implementar um conjunto de políticas públicas de crédito, saúde, educação e

assistência técnica. Ademais, esse Fórum motivou os agricultores a organizarem cooperativas (de crédito e de produção) e associações e fomentou ações de capacitação e formação.

Em abril de 1999, em Francisco Beltrão-PR, durante o III Encontro da Agricultura Familiar, constituiu-se a Frente Sul da Agricultura Familiar, fruto da articulação com as demais organizações e entidades, visando à realização de ações conjuntas e ao futuro da organização da agricultura familiar (BORBA, 2016).

Um dos projetos implementados pela Frente Sul da Agricultura Familiar, em 1999, foi a organização e a execução do Projeto Terra Solidária. Desenvolvida pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT, Escola Sul e Deser, essa ação teve por objetivo formar e capacitar agricultores familiares e assalariados da região Sul do Brasil sobre a necessidade de repensar o modelo de sindicalismo rural, estimulando o desenvolvimento sustentável solidário e agroecológico, a geração de trabalho e renda e a consolidação da agricultura familiar e de suas formas organizativas (ESCOLA SINDICAL SUL; DESER; FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT; CETAP, 2001).

A criação da Federação Sul

Com mais de 20 anos de existência, o Novo Sindicalismo da CUT realizou diversas mudanças na estrutura organizativa e na manutenção e/ou ampliação dos direitos sociais dos agricultores familiares. Mas a necessidade de reestruturar o Sindicalismo Rural para atender às novas e crescentes demandas exigiu a construção de uma organização sindical da agricultura familiar para toda a região, fortemente assentada na organização de base e pautada por princípios classistas, democráticos, éticos e solidários.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT) foi criada durante o 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado em Chapecó-SC, nos dias 28 e 29 de março de 2001, no qual estiveram presentes 1.212 delegados sindicais (FETRAF-SUL/CUT, 2001).

Segundo Albani (2015), a entidade surgiu com o objetivo de superar alguns desafios, tais como: a) construir a visibilidade, a identidade e a representação da Agricultura Familiar; b) ser um ator social e político no processo de elaboração e construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tendo presente a Agricultura Familiar como um setor estratégico; c) ser um instrumento político de potencialização do

ator social-Agricultura Familiar na disputa de espaços na sociedade e na própria esquerda; d) enfrentar e romper com o modelo do sindicalismo oficial; entre outros aspectos.

Além de romper com desafios apresentados por Albani (2015), era necessário garantir a participação de jovens e das mulheres na Fetraf-Sul/CUT. Dessa forma, a maneira encontrada foi pautar na estrutura da organização sindical a efetiva participação de mulheres e jovens, garantindo o pleno exercício da participação democrática.

Nas resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, realizado em 2001, foi definido “como preocupação central a geração de mecanismos democráticos que garantam a oportunidades igualitárias de participação por meio de práticas sindicais inovadoras” (FETRAF-SUL, 2001, p. 10). Entre esses mecanismos, foram definidos: a) criação de comissões de jovens e mulheres nos sindicatos, incorporando e inserindo estes atores sociais nas instâncias de decisão da Federação; b) desenvolvimento de atividades de formação, intensificando a capacitação de lideranças; c) conquista e ampliação dos direitos sociais, econômicos e políticos a todos os agricultores familiares.

Nesse sentido, a Direção Executiva da Fetraf-Sul/CUT foi constituída por 14 coordenações, entre as quais a Coordenação de Juventude, tendo por função formar um coletivo com representação, em microrregionais. O papel desse coletivo seria estabelecer diretrizes, debater e elaborar políticas e projetos junto às coordenações estaduais e executar e coordenar ações em cada microrregião (FETRAF-SUL/CUT, 2001).

Após a criação da Fetraf-Sul/CUT, em 2001, a Fetraf-Brasil, segundo Bolter e Hass (2018), foi instituída oficialmente em 2004, observando a decisão tomada no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar, realizado em julho de 2004. Durante a realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, realizado em maio de 2016, a plenária aprovou que a Federação Nacional fosse transformada em uma Confederação, decisão que deu origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Contraf-Brasil).

A Confederação reforça os ideais do novo sindicalismo e tem por objetivos principais a defesa da agricultura familiar, o desenvolvimento e a soberania alimentar do país. Para tanto, atua em 10 eixos centrais: garantia de acesso a terra e de nela permanecer; produção e renda para a agricultura

familiar; preservação do meio ambiente e da biodiversidade articulada à democratização do acesso à água e à infraestrutura hídrica; respeito à diferença e à diversidade do semiárido; valorização e inclusão produtiva das mulheres agricultoras e da juventude rural; educação; habitação rural; previdência social rural; saúde; e direito à liberdade de organização sindical.

Dessa forma, a estratégia que conduziu as ações da Fetraf-Brasil – agora sob a denominação de Contraf-Brasil – em relação à juventude foi a necessidade de construir condições para que os jovens pudessem ficar no campo com dignidade. Entre as estratégias utilizadas para o engajamento, os coletivos de jovens possibilitaram realizar programas de formação e capacitação dos jovens. Essas ações foram importantes para incentivar a permanência desses jovens no meio rural e também contribuíram para que parte desse contingente juvenil viesse a formar os quadros de dirigentes sindicais, garantindo a continuidade da agricultura familiar e da organização sindical.

O coletivo de jovens enquanto espaço de formação e construção dos atores políticos

Os coletivos de jovens organizados pela Fetraf-Sul/CUT, segundo Albani (2015), tinham por objetivos: a) coordenar e implementar as políticas e ações definidas pelo movimento sindical; b) coordenar e planejar as atividades associadas a juventude; c) manter e articular outros espaços para a organização e atuação da juventude da agricultura familiar; d) conquistar e garantir espaços dentro do movimento sindical para a organização de políticas e implementação das demandas da juventude; e) dar visibilidade à juventude da agricultura familiar, por meio de ações políticas, colaborando na consolidação da identidade desta categoria social.

A Figura 13.1 apresenta uma das reuniões de planejamento do coletivo de juventude da Fetraf-Sul, com a participação de jovens representantes dos coletivos microrregionais.

Figura 13.1 – Atividade de planejamento do Coletivo de Jovens



Fonte: acervo digital da Contraf/Brasil

Além das ações organizadas pelos Coletivos, os jovens também participaram de alguns espaços de formação, como o Projeto Terra Solidária – 1ª edição (1999-2000) e 2ª edição (2004-2005). O Consórcio Social da Juventude Rural (2006-2007) teve como finalidade principal promover espaços coletivos de formação de jovens agricultores(as) familiares em agentes de desenvolvimento, qualificando suas intervenções nas políticas públicas, construção de alternativas de geração de renda e no seu processo organizativo (ALBANI, 2015).

As ações do Consórcio Social da Juventude Rural abrangeram os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que contaram com a participação de aproximadamente 700 jovens, com uma faixa etária entre 16 e 24 anos. Esses participantes são trabalhadores rurais ou filhos de agricultores familiares e foram distribuídos em 22 turmas entre os três estados do Sul do país.

Segundo Albani (2015), outro referencial importante na organização dos(as) jovens foi a realização de três acampamentos: o primeiro realizado em maio de 2003, em Xanxerê-SC, com a participação de 2 mil jovens; o segundo, no mês de março de 2006, em Esteio-RS, com a participação de

1.500 jovens; e o terceiro, em maio de 2011, em Concórdia-SC (Figura 13.2), com a participação de 1.500 jovens.

Figura 13.2 – Ato de mobilização realizado durante o 3º Acampamento dos jovens em Concórdia-SC



Fonte: acervo digital da Contraf/Brasil

Depois, em 2012, os coletivos de jovens organizaram três acampamentos estaduais, realizados nos municípios de Ipê-RS, Rio Fortuna-SC e Cândói-PR. O objetivo das ações era discutir as principais necessidades do campo e construir políticas para a juventude do meio rural. Entre os temas debatidos, os jovens rurais demandaram ações relacionadas à educação no campo, ao acesso a terra, à cultura e ao lazer, além da inclusão digital e do trabalho e renda.

Valendo-se do engajamento dos coletivos dos jovens, em 2013, foi desenvolvido o Projeto Juventude Semeando Terra Solidária (Figura 13.3). O projeto teve por objetivo promover espaços de formação e organização da juventude da agricultura familiar, com base na afirmação e valorização do espaço rural, tendo em vista a sua permanência no campo com renda, educação e qualidade de vida. Além disso, buscava-se também formar lide-

ranças sindicais e das organizações econômicas (cooperativas, associações) da agricultura familiar.

Figura 13.3 – Formatura dos jovens que concluíram o Projeto Juventude Semeando Terra Solidária



Fonte: Fetraf-Sul (2015)

O curso foi promovido pela Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs) para 76 jovens dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As ações foram realizadas sob o regime de alternância, promovendo etapas presenciais, intercâmbios e ações locais junto às organizações dos municípios de origem dos jovens participantes.

Como resultado efetivo do Projeto Juventude Semeando Terra Solidária, grande percentual desses jovens formados passou a atuar nas direções executivas dos sindicatos e também como coordenadores sindicais.

A partir de 2014, as atividades relativas aos jovens ficaram restritas aos coletivos estaduais e municipais. No estado do Paraná, foram realizados alguns seminários com a juventude da agricultura familiar, valendo-se da reestruturação do coletivo de jovens em âmbito estadual. Além do mais, o Coletivo teve atuação nas quatro edições da Caravana da Agricultura Familiar pelo Estado, promovidas pela Fetraf-Paraná, tendo por objetivo articular e propor ações sobre as principais demandas da categoria social no estado.

As jovens lideranças da Contraf no Paraná atualmente coordenam a Secretaria de Juventude da CUT-PR e participam do Coletivo de Jovens

da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Conselho Estadual da Juventude do Estado do Paraná.

No estado do Rio Grande do Sul, foram realizadas ações pontuais em algumas microrregiões que desenvolveram encontros para retomar o trabalho nos coletivos de jovens municipais. Além disso, as organizações sindicais vinculadas ao Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sutraf-AU) estabeleceram em seu estatuto que pelo menos 30% dos cargos existentes nos sindicatos municipais devem ser ocupados por jovens agricultores familiares.

E, em Santa Catarina, o coletivo de jovens continua articulado e proporcionando diferentes ações aos jovens agricultores familiares. No ano de 2016, a Fetraf/SC, conjuntamente com a Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), proporcionou o curso “Fortalecimento da Juventude Rural do Oeste de Santa Catarina”, que contou com a participação de 50 jovens agricultores de diferentes municípios do Oeste de Santa Catarina. O curso teve por objetivo contribuir para a formação de jovens sucessores das unidades de produção agrícola, para o acesso aos mercados institucionais como possibilidade de inclusão social e para a consolidação das rendas agrícolas, dentro de uma concepção de produção agrícola mais limpa, saudável e promotora do desenvolvimento sustentável.

No ano de 2017, as organizações populares de juventude desenvolveram um novo curso de formação, denominado “Letras e Lutas”, que envolveu mais de 100 jovens de todo o estado: 20 dos participantes são jovens ligados às organizações sindicais filiadas à Fetraf/SC. O objetivo dessa formação era contribuir na formação de lideranças populares para fortalecer as organizações. Os jovens que participaram do curso deveriam, em seus municípios de origem, ser multiplicadores das atividades junto aos coletivos de jovens municipais.

E, em 2019, o coletivo de jovens da Fetraf/SC desenvolveu um projeto com o propósito de produzir um documentário sobre jovens agricultores familiares que permanecem no campo com suas famílias e desenvolvem atividades agrícolas em suas unidades de produção familiares.

Nesse cenário, evidencia-se que em alguns estados a agenda relacionada à juventude teve continuidade, enquanto em outros o espaço ficou restrito a ações pontuais. Essa descontinuidade, em parte, é decorrente da fragilização (e extinção) dos órgãos e das estruturas de governo – especialmente na esfera federal – que oportunizam o diálogo para a construção de

respostas às demandas específicas da agricultura familiar, da juventude e das mulheres, principalmente no que refere a questões como formação/educação, assistência técnica, crédito, inclusão digital e lazer, entre outras demandas.

Por outro lado, no entanto, após a ruptura democrática em 2016 e os sucessivos ataques aos movimentos sociais, bem como em decorrência da redução do apoio concedido à agricultura familiar, as federações estaduais e os coordenadores sindicais estão envolvidos em ações que tentam amenizar o quadro de restrições impostas pelo governo federal no que tange ao acesso ao crédito, aos mercados institucionais e à retirada de direitos dos trabalhadores do campo.

Por isso, o trabalho de formação de jovens deve ser permanente e constate, a fim de reforçar a identidade política e de consolidar os quadros de renovação das lideranças sindicais nos sindicatos filiados à Contraf/Brasil.

O PERFIL DOS JOVENS DIRIGENTES SINDICAIS DA CONTRAF NO SUL DO PAÍS

A atuação dos dirigentes junto às organizações sindicais municipais⁵⁶ está associada a um conjunto de ações que visam fortalecer a representação de agricultores familiares perante o Estado e a sociedade.

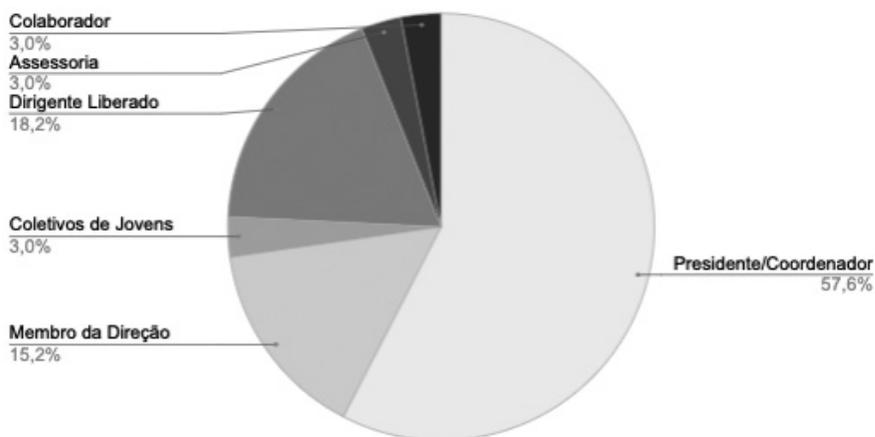
As atividades desempenhadas por esses dirigentes dentro da concepção de sindicalismo associada à Contraf não estão vinculadas apenas a um trabalho operacional de atendimento aos agricultores familiares. O seu trabalho envolve uma postura estratégica para elaborar e organizar propostas que beneficiem todos os agricultores familiares, além de manter o constante diálogo com instituições do campo político e institucional que são responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Por isso, ser jovem e sindicalista exige uma atenção e atuação mais proativa no campo político e institucional da organização sindical, e, dessa forma, muitas oportunidades e desafios estão associados ao trabalho que esses atores sociais executam cotidianamente.

⁵⁶ As organizações sindicais a nível municipal vinculadas a CONTRAF-Brasil, possuem diferentes denominações, em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo: Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs), Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs), Associação dos Agricultores Familiares (ASSAF), Associação dos Pecuaristas e Agricultores Familiares (APAF), Associações Sindicais de Trabalhadores da Agricultura Familiar (ASSINTRAFs) e Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SUTRAF).

Na região Sul, existem 137 organizações sindicais filiadas à Contraf-Brasil, e, entre essas organizações, 33 jovens estão desenvolvendo funções estratégicas. A Figura 13.4 apresenta dados que evidenciam que 57,6% dos jovens ocupam o cargo de presidente ou coordenador sindical; 18,2% são dirigentes liberados; 15,2% fazem parte do quadro de dirigentes; e, com índices de 3%, há jovens que ocupam os cargos de assessores, colaboradores ou atuam no coletivo de jovens.

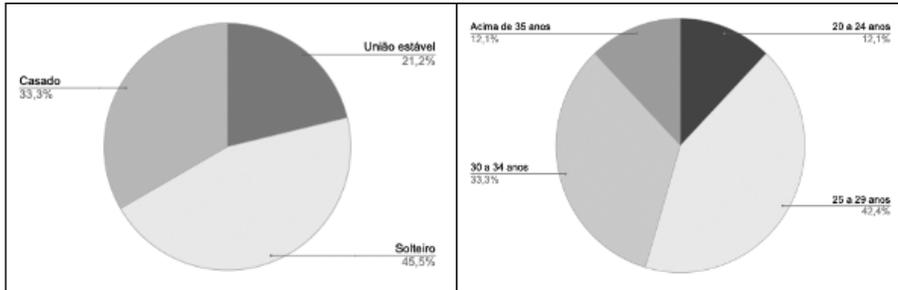
Figura 13.4 – Cargos ocupados pelos jovens dirigentes sindicalistas



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Entre as lideranças jovens, 78% são homens e apenas 22% são mulheres, que ocupam esta função junto às organizações sindicais. Já em relação ao estado civil (Figura 13.5), evidencia-se que 45,5% dos jovens sindicalistas são solteiros; 33,5% são casados; e 21,2% estão em união estável.

Figura 13.5 – Estado civil e faixa etária* dos jovens dirigentes sindicalistas



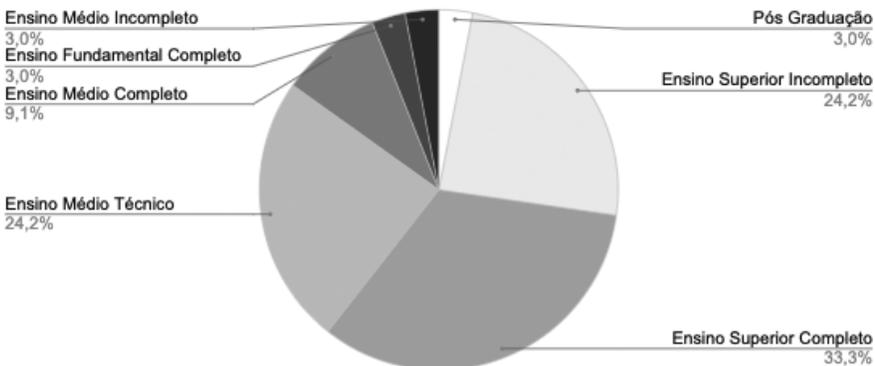
Fonte: dados da pesquisa (2020)

* Em relação à idade, ressalta-se que, neste estudo, foi utilizado o critério adotado pela CUT que estabelece que são jovens os indivíduos que têm entre 15 a 35 anos de idade

De acordo com a figura, verifica-se que 42,5% dos jovens sindicalistas têm idades entre 25 e 29 anos; 33,3% têm idades entre 30 a 34 anos; 12,1% são jovens que têm 20 a 24 anos, e 35 anos de idade, respectivamente. Dessa forma, salienta-se que a grande maioria dos jovens sindicalistas (54,6%) tem idades abaixo dos 30 anos de idade.

Sobre a escolaridade dos jovens dirigentes sindicais (Figura 13.6), observa-se que 33,3% têm ensino superior completo; 24,2% têm ensino superior incompleto; 24,2% têm o ensino médio técnico; 9,1% têm ensino médio completo; 3,0% dos jovens têm pós-graduação; e apenas 3%, respectivamente, cursaram o ensino fundamental completo, e outros 3%, têm o ensino médio incompleto.

Figura 13.6 – Escolaridade dos jovens dirigentes sindicais



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Os dados apresentados revelam que 24% das organizações sindicais pesquisadas vinculadas à Contraf no Sul do país contam com a atuação de jovens no quadro diretivo, sendo a maioria do sexo masculino, casada ou vivendo em união estável, com a predominância de jovens com até 30 anos. Outra característica importante refere-se à escolaridade, de modo que mais de 60% dos jovens dirigentes têm ensino superior em andamento e/ou já concluíram um curso de graduação.

Ao comparar esses dados com uma pesquisa realizada por Mendonça Sobrinho e Firmo (2009) sobre a participação sindical dos jovens do campo, vinculados à CUT, verifica-se certa similaridade entre os dados identificados. Entre os principais dados, reincidentem a predominância de homens nos quadros diretivos e a faixa etária compreendida entre os 20 até os 29 anos de idade. Porém, em relação à escolaridade, verifica-se que os jovens, nos últimos anos, tiveram acesso ao ensino superior, pois a maioria está cursando ou já concluiu um curso de graduação e de pós-graduação. Na pesquisa realizada por Mendonça Sobrinho e Firmo (2009), os jovens tinham apenas a conclusão do ensino médio.

Entretanto, embora a presença masculina seja ainda mais elevada do que a feminina nos quadros diretivos, verifica-se que essa ainda é uma das preocupações sobre as quais as organizações sindicais precisam se debruçar para elevar a participação das jovens mulheres. Diante dessa constatação – que também foi verificada em pesquisa desenvolvida em 2009 pelos autores Mendonça Sobrinho e Firmo (2009) –, enfatiza-se que esse quadro aponta para uma melhoria na representatividade política e do papel estratégico das jovens agricultoras familiares junto às organizações sindicais.

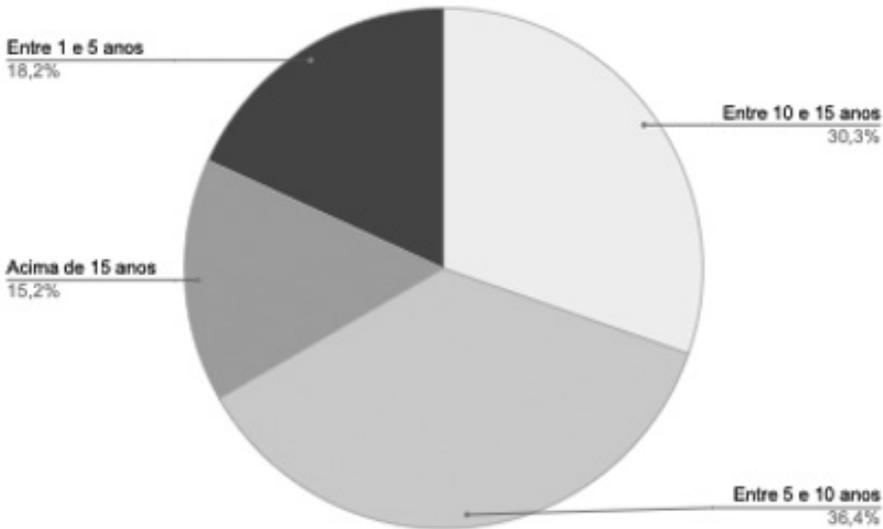
Para Abramovay e Silva (2000), a participação das mulheres tem crescido no movimento sindical, porém a sua incorporação nas direções ainda é lenta. A cultura masculina na sociedade, que reserva ao homem o espaço público e os cargos de direção, funciona dessa maneira também nas instituições e organizações sindicais.

Por isso, incluir e possibilitar a participação das jovens mulheres nos espaços de decisão ainda será um desafio para as organizações sindicais. E, para romper com essa situação, a Confederação, as Federações e os sindicatos municipais deverão criar as condições para que haja uma maior inclusão e também a real participação das mulheres nos espaços coletivos de decisão.

Oportunidades e desafios inerentes à condição de jovem dirigente sindical

Os jovens dirigentes têm sua trajetória social marcada pelo engajamento e pela participação em diferentes atividades performativas promovidas pela organização social. A Figura 13.7 elucida a trajetória de participação dos jovens junto à organização social, a qual evidencia que a maioria dos jovens, 36,4%, atua no movimento social por um período que compreende entre 5 e 10 anos; 30% estão entre 10 e 15 anos na organização sindical; 18,2% participam entre 1 e 5 anos; e 15,2% têm um engajamento na luta sindical há mais de 15 anos.

Figura 13.7 – Trajetória de participação dos jovens dirigentes na organização sindical



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Essa informação revela dois aspectos importantes: o primeiro, relacionado à capacidade de renovação do quadro de dirigentes nos sindicatos; o segundo, referente ao engajamento e à participação dos jovens junto à organização sindical.

No que concerne ao engajamento de jovens junto à organização sindical, Betto e Piccin (2019) analisaram o contexto de jovens militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e apontaram que uma jovem não se torna militante do movimento supostamente por ser jovem do

espaço rural, muito menos se torna dirigente do MMC somente por participar dele. Segundo os autores, esse processo ocorre por uma emaranhada relação de trajetórias, experiências e disposições individuais e mecanismos de aproximação e formação militante no interior do movimento social (BETTO; PICCIN, 2019).

Ao fazer essa comparação com os jovens dirigentes da Contraf no Sul do país, é possível identificar certa similaridade. Isso se justifica porque a aproximação e a participação dos jovens da Contraf junto às organizações sindicais estão atreladas à participação em reuniões, encontros e mobilizações organizados pelo sindicato, além dos momentos de formação que são oportunizados pela organização sindical. Posteriormente, valendo-se da participação efetiva dos jovens nesses espaços performativos, alguns jovens são convidados a compor o quadro diretivo da organização sindical.

Nessa situação, a aproximação dos jovens à organização sindical segue a perspectiva de engajamento militante já estudada por Silva e Ruskowski (2016). Segundo esses autores, por meio das socializações prévias dos jovens nas diversas redes e esferas de vida pelas quais esses transitam ao longo de sua trajetória, constituem-se disposições, recursos, capacidades e inserções relacionais que condicionam as oportunidades de contato e interação com eventuais organizações sociais promotoras de determinadas causas.

Sendo assim, as socializações prévias – apontadas por Silvia e Ruskowski (2016) – nos jovens dirigentes sindicais da Contraf têm relação com eventos, místicas, encontros, acampamentos, mobilizações, cursos de formação, entre outras ações coletivas que foram e serão importantes para o engajamento militante dos jovens e posterior inserção nos quadros diretivos das organizações sindicais.

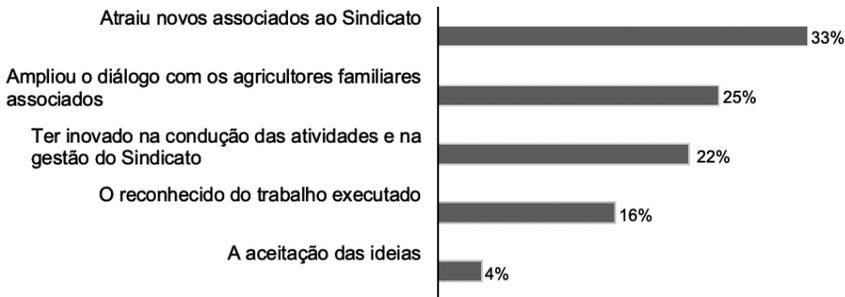
Da mesma forma, Castro *et al.* (2009) destacam que os eventos organizados pelos movimentos sociais possibilitam um espaço de aproximação e consolidação individual de trajetórias de militância, de sociabilidade e de construção de laços de afetividade e confiança. Além disso, permitem o processo de construção/consolidação dos jovens como atores políticos para dentro dos movimentos sociais e no cenário nacional.

Entre as motivações que levaram esses atores sociais a assumirem a função que exercem na organização sindical, verificou-se que, para 50% dos jovens, o principal motivo está associado à construção de ações que melhorem as condições de vida e do trabalho dos agricultores familiares, por eles representados.

Na grande maioria, os jovens dirigentes representam uma identidade coletiva que não busca unicamente falar em nome dos jovens, mas de todos os agricultores e agricultoras familiares. As suas atitudes e a forma da ação não representam unicamente a consciência social particular, mas uma consciência coletiva, que demanda ações que produzam mudanças positivas na vida de todos os agricultores familiares.

Tais ações podem ser percebidas na Figura 13.8, na qual são apresentados os principais aspectos positivos que os jovens dirigentes elencam como resultado da própria ação que estão desenvolvendo junto às organizações sindicais municipais.

Figura 13.8 – Aspectos positivos elencados pelos jovens dirigentes sindicais

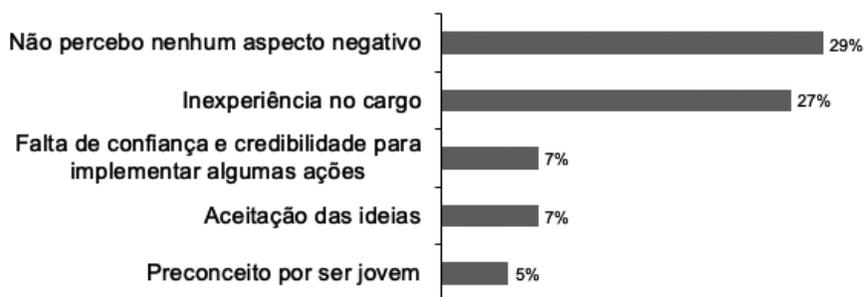


Fonte: dados da pesquisa (2020)

Como pode ser observado, para 33% dos jovens a sua atuação possibilitou a atração de novos associados ao sindicato; 25% consideram que a forma como têm liderado a organização sindical ampliou o diálogo com os agricultores familiares; 22% avaliam que o seu trabalho possibilitou inovações na forma de conduzir as atividades e na gestão da organização sindical; 16% destacam que as atividades desenvolvidas já são reconhecidas pelos demais agricultores familiares associados; e 4% dos jovens revelam ter percebido que as ideias apresentadas são aceitas pelos associados da organização sindical.

Entre as dificuldades relatadas pelos jovens dirigentes sindicais (Figura 13.9), verificou-se que 29% dos dirigentes não visualizam problemas relativos à sua idade. Entretanto, 27% dos jovens se deparam com a inexperiência por estarem atuando diretamente na liderança da organização sindical.

Figura 13.9 – Aspectos negativos elencados pelos jovens dirigentes sindicais



Fonte: dados da pesquisa (2020)

Ainda de acordo com a pesquisa, 7% dos jovens informam também encontrar problemas associados à falta de confiança para implementar algumas ações ou mesmo para que suas ideias e proposições sejam aceitas. E, para 5% dos jovens, há certo preconceito por eles serem jovens.

Com relação a esse resultado, verificou-se que a maioria dos jovens do sexo masculino destaca que não identificou problemas em relação à sua condição de ser jovem dirigente sindical. Entretanto, entre as jovens mulheres, ainda existe certa invisibilidade por parte dos associados, pois se verificou que as jovens mulheres enfrentam a inexperiência do cargo e a falta de confiança para implementarem algumas ações. Isso pode ter raízes no fato de que ainda existe muito preconceito sobre as mulheres, principalmente em relação à sua capacidade de exercer um bom trabalho em cargos ou posições públicas.

Essa invisibilidade do trabalho executado por mulheres é recorrente em diversos estudos (PAULILO, 1987; LOBO, 1991; BRUMER, 2004; BONI, 2004; SAFFIOTI, 2004; HIRATA; KERGOAT, 2007; FARIA, 2009; TEDESCHI, 2009; NEVES; MEDEIROS, 2013). Segundo Lobo (1991), isso está atrelado à cultura patriarcalista existente na sociedade, segundo a qual a divisão do trabalho no meio rural perpassa pelas tarefas rotineiras. Além disso, tal cultura se aplica às relações assimétricas nos níveis de hierarquia, de qualificação ou de salários.

Por isso, para romper com essa forma de preconceito, é preciso, segundo Bourdieu (1999), desfazer a dominação simbólica, que é exercida por homens e pelas próprias mulheres que indiretamente são correprodu-

toras dessa opressão. Diante disso, as organizações sindicais, como representantes e formadoras de instituições, podem possibilitar que o espaço sindical seja um local que quebre paradigmas e oportunize o envolvimento e a participação das jovens mulheres nos espaços de construção e decisão.

Entre os desafios e as oportunidades que os jovens dirigentes sindicais identificam cotidianamente, verificou-se que o papel do dirigente sindical, na visão deles, está associado a uma atuação em três frentes de trabalho. A primeira está relacionada à representação de todos os agricultores familiares associados à organização sindical e está aliada à importância de atuar na defesa dos direitos e das políticas públicas para a agricultura familiar. Essa representação deve acontecer no âmbito local, estadual e federal, na articulação e negociação de ações que favoreçam a categoria.

A segunda atuação, por sua vez, é relativa às atividades administrativas e operacionais da organização sindical local, contexto no qual se revela ser preciso viabilizar economicamente o funcionamento da organização sindical. Além da viabilidade econômica, é preciso manter a infraestrutura (local do funcionamento, veículos, equipamentos etc.) para o atendimento das necessidades dos agricultores, e dispor de uma equipe de trabalho apta a prestar um atendimento e serviços de qualidade aos associados.

E, por fim, a terceira frente de trabalho consiste em desenvolver o trabalho de base. Essa ação busca levar informações aos agricultores associados sobre a conjuntura sociopolítica e tem o objetivo de propiciar momentos de formação para possibilitar o empoderamento de jovens, mulheres e homens, que formam a categoria da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu caracterizar o perfil dos jovens dirigentes da Contraf no Sul do país. Nesse sentido, é importante frisar que, desde a constituição da Confederação, os jovens – o que inclui jovens mulheres – estavam presentes na estrutura sindical e, ao longo dos últimos anos, foram sendo capacitados e motivados a participar dos espaços de discussão propiciados pela organização sindical.

Nesta pesquisa, da qual participaram 33 jovens lideranças dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, foi verificado que 57,6% desses sujeitos ocupam o cargo de presidente ou de coordenador sindical. Esses jovens ocupam os cargos de representação máxima na estrutura sindical, e,

por conta disso, é possível perceber que existe uma renovação nos quadros de dirigente sindicais.

Entre os jovens sindicalistas, existe a predominância de jovens do sexo masculino (78%), enquanto as mulheres (22%) ocupam posição de liderança nos quadros de dirigentes sindicais. No que concerne ao estado civil, 54,5% desses dirigentes são casados ou convivem em união estável, com uma predominância de indivíduos com até 30 anos de idade (54,6%).

Identificou-se também que mais de 60% dos jovens dirigentes têm ensino superior em andamento e/ou já concluíram um curso de graduação. Essa constatação é muito importante, pois mostra quanto esses representantes estão engajados em melhorar a sua atuação enquanto dirigentes, buscando fazê-lo por meio da escolarização.

Verificou-se que esses dirigentes têm sua trajetória social marcada pela participação em diferentes atividades performativas promovidas pelos sindicatos. E essa aproximação esteve atrelada à participação em reuniões, encontros e mobilizações, além dos momentos de formação que são oportunizados pela organização sindical.

Essa aproximação da organização sindical possibilitou que jovens viessem a se tornar dirigentes, como foi pontuado pela pesquisa. E, entre essas motivações, para 50% dos jovens está a construção de ações que melhoram as condições de vida e do trabalho dos agricultores familiares. Isso se justifica porque, para esses atores sociais, o que orienta a sua forma de atuação é o senso de coletividade, demandando e pautando ações que produzam mudanças positivas na vida de todos os agricultores familiares.

E, em meio a essa atuação mais propositiva, os jovens pesquisados elencam que o trabalho que eles vêm desenvolvendo oportunizou a atração de novos associados ao sindicato, ampliou o diálogo com os agricultores familiares e inovou no modo de conduzir as atividades e a gestão da organização sindical, possibilitando, com isso, que eles fossem reconhecidos pelos agricultores familiares associados.

Porém, os jovens dirigentes encontram algumas dificuldades, que estão atreladas à inexperiência, por atuarem diretamente na liderança da organização sindical, além da falta de confiança para implementar algumas ações na organização sindical. Essas dificuldades são mais percebidas pelas jovens dirigentes sindicais, pois, além de se esforçarem para conduzir a organização sindical, elas ainda precisam romper com o patriarcado existente na sociedade, que as invisibiliza perante agricultores e agricultoras familiares.

E, por fim, o trabalho de um dirigente sindical, na visão dos jovens, deve se dividir em três frentes de trabalho: relacionada ao papel de representar a categoria social de trabalho; associada à condução das atividades administrativas e operacionais da organização sindical local; e concernente ao desenvolvimento do trabalho de base, que busca realizar ações que possibilitem o empoderamento dos agricultores familiares associados.

Por isso, o trabalho de formação de jovens deve ser permanente e constate, a fim de reforçar a identidade política e proporcionar que novos dirigentes sindicais possibilitem a continuidade de uma instituição que represente os agricultores familiares, que formam uma categoria tão importante para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, M. I. B. da (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ABEP; NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG; Editora 34, 2000. p. 347-366.

ALBANI, I. C. Consórcio social da juventude rural: uma experiência de formação enquanto educadora. **Scientia Plena**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/1719>. Acesso em: 3 set. 2020.

BETTO, J.; PICCIN, M. B. As jovens rurais e os processos de direção no Movimento de Mulheres Camponesas. In: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M (org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2019. p. 321-346.

BOLTER, J. A. G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural**. 2013. 173 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOLTER, J. A. G.; HAAS, J. Organização e atuação da Fetrat-Brasil e da Fetrat-Sul. In: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, H. J. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 59-81. Disponível em: <https://arquivosbrasil.blob.core.windows-.net/insulas/anexos/movimentos-e-lutas-sociais-pela-terra-no-sul-do-brasil-questoes-contemporaneas.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BOLTER, J. A. G.; SCHNEIDER, S.; HAAS, J. M. O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 465-482.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 289-302, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2020.

BORBA, E. R. **Organização de classe e prestação de serviços do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão-PR**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 205-227, 2004.

CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 1, n. 45, p. 193-212, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 15 set. 2020.

CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora**: juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CONTI, I. L. **Organizações sociais e políticas públicas**: inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. 2016. 331 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ESCOLA SINDICAL SUL; DESER; FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT; CETAP. **Movimentos sociais do campo**: Projeto Terra Solidária. Chapecó: [s. n.], 2000. Caderno 7.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. *In: BUTTO, A. (org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.* Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FAVARETO, A. S. **Agricultores, trabalhadores:** estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, [s. l.], v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092006000-300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 set. 2020.

FETRAF-SUL. Curso pioneiro da Fetraf-Sul certificou 76 jovens em agricultura familiar. **CUT Rio Grande do Sul**, [s. l.], 10 nov. 2015. Disponível em: <http://cutrs.org.br/curso-pioneiro-da-fetraf-certificou-76-jovens-em-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 set. 2020.

FETRAF-SUL. **Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar.** Chapecó: [s. n.], 2001.

GRISA, C.; SEMINOTTI, J. J. As demandas dos agricultores familiares na pauta da Fetraf-Brasil (2005-2015). *In: TEDESCO, J. C., SEMINOTTI, J. J., ROCHA, H. J. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas.* Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 292-330. Disponível em: <https://arquivosbrasil.blob.core.windows-.net/insulas/anexos/movimentos-e-lutas-sociais-pela-terra-no-sul-do-brasil-questoes-contemporaneas.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MENDONÇA SOBRINHO, E. J.; FIRMO, M. de O. Jovens rurais: condição juvenil e participação sindical. *In: LADOSKY, M. H. (org.). Juventude em perspectiva – gênero, raça, militância e outras questões estratégicas na organização sindical cutista.* [S. l.]: CUT, Instituto Observatório Social, 2009. p. 49-56.

NEVES, D; MEDEIROS, L. (org.). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 204-236, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/45998/28693>. Acesso em: 2 set. 2020.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. **Sem medo de ser feliz na agricultura familiar: o caso do movimento de agricultores em Constantina - RS**. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 21, p. 187-226, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=-S010333522016000300187&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 set. 2020.

SILVA, M. R.; REICH, L. **A Fetraf-Sul/CUT e o novo sindicalismo**. Chapecó: Gráfica AGNUS, 2003.

TEDESCHI, L. A. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. *In*: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. de F. L. de. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: UFGD, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Bilini

Engenheira Agrônoma (UFFS). Especialista em Educação do Campo com ênfase em estudos da realidade brasileira (UFFS). Membro do coletivo de jovens da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina. Acadêmica do curso de especialização em Cooperativismo pela UFRGS, campus Litoral Norte, polo de Sarandi/RS. Orcid: 0000-0001-9285-7420.

Adriano Lago

Doutor em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Administração e do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade Federal de Santa (UFMS). Orcid: 0000-0002-0499-102X.

Alessandro Viceli

Doutorando em Geografia – Unioeste *campus* Francisco Beltrão. Mestre em Geografia – Unioeste *campus* Francisco Beltrão, Graduado em Geografia – Unesp *campus* Ourinhos. Atua na área de Geografia econômica e Geografia agrária. Orcid: 0000-0001-6154-4405.

Darlan Christiano Kroth

Doutor em desenvolvimento econômico (UFPR). Graduado e mestre Ciências Econômicas. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó-SC. Orcid: 0000-0003-2664-857X.

Diego Sigmar Kohwald

Assessor técnico do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Técnico em Agricultura e Pecuária (CEEP/Sudoeste). Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (Escola Técnica da UTFPR). Graduando em Tecnologia de Gestão Ambiental (UNINTER). Orcid: 0000-0002-5823-9597.

Douglas Cenci

Agricultor familiar e coordenador do Sindicato Unificado dos trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU). Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS). Graduado em Administração (UNOPAR). Técnico em Agropecuária (ETAEG/Erechim). Orcid: 0000-0001-8366-6761.

Eduardo von Dentz

Doutorando em Geografia – UFSC, com bolsa de doutorado CNPq. Mestre em Geografia – Unioeste *campus* Francisco Beltrão, Graduado em Geografia – UFFS *campus* Chapecó. Atua na área de Geografia econômica e Geografia agrária. Orcid: 0000-0002-0280-1149.

Eliziário Toledo

Doutor em desenvolvimento sustentável (CDS-UnB), mestre em desenvolvimento rural (PGDR-UFRGS), mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental (UFFS), sociólogo (UFRGS). Orcid: 0000-0001-7919-9371.

Emerson Junior Menin

Agricultor familiar, vice-presidente da Cooperfamiliar. Orcid: 0000-0001-6204-3709.

Fábio Corbari

Engenheiro agrônomo, docente e coordenador de pesquisa e extensão da Uniguauçu/FAESI, em São Miguel do Iguaçu – PR. Mestre (2017) e Doutor (2020) em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atua nas áreas de transição agroecológica, extensão rural e estratégias de reprodução da agricultura familiar; Orcid: 0000-0003-4411-3851.

Geovani Munarini

Engenheiro agrônomo (UFFS). Presidente da Cooperfamiliar. Orcid: 0000-0002-9782-2945.

Giovana Paludo Giombelli

Nutricionista. Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – NEA SSAN KARUPORÃ (UFFS – Laranjeiras do Sul), Paraná, Brasil. Orcid: 0000-0002-4414-6891.

Jucimara Meotti Araldi

Agricultora familiar. Mestranda em Estado, Governo e Políticas Públicas (FLACSO/BRASIL). Graduada em Administração de Empresas (Unoesc). Orcid: 0000-0003-3138-1857.

Karina Kestring

Graduada em Agronomia (Unioeste), mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS). Orcid: 0000-0002-9018-0839.

Mariele Boscardin

Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agrogócios (NPEAGRO) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista do CNPq/ SESCOOP. Orcid: 0000-0002-3308-4189.

Patrícia Inês Costa

Zootecnista, mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2020). Atua nas áreas de juventude rural e processos agroindustriais. Orcid: 0000-0002-4268-2359.

Rodrigo Asturian

Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo, servidor público federal do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Orcid: 0000-0002-6217-6525.

Rosani Marisa Spanevello

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora associada do Departamento de Zootecnia e Ciências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: rspanevello@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0002-4278-6895.

Sandra Nespolo Bergamin

Agricultora familiar, membra da direção da Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar), membra da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (AVM

Faculdade) e em Educação do Campo com ênfase em estudos da realidade brasileira (UFFS). Orcid: 0000-0001-7203-6561.

Sérgio Roberto Martins

Doutor e pós-doutor em Agronomia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Dr. Engenheiro Agrônomo. Orcid: 0000-0003-3478-4416.

Tanice Andreatta

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora associada do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: 0000-0002-1427-2248.

Tomé Coletti

Economista na Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS; Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/PROARQ. Atua nas áreas de Economia, Economia Regional e Urbana, Economia do Setor Público, Economia Agrária e dos Recursos Naturais, relacionado principalmente aos seguintes temas: paisagens rurais, agricultura familiar, juventude rural, agroindústria, suinocultura, Oeste catarinense, desenvolvimento regional, cooperativismo, sustentabilidade, elaboração e análise de projetos. Orcid: 0000-0002-0591-929X.

Valdecir José Zonin

Graduado em Agronomia (UFSM), Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas (UNISINOS), Doutor em Agronegócios (UFRGS). Docente Adjunto, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim/RS, no curso de Graduação em Agronomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) e atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), na UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon/PR. Atua nas áreas de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Orcid: 0000-0002-3021-4275.

Vinícius Mattia

Graduado em Agronomia (Unioeste). Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável (Unioeste). Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS). Orcid: 0000-0002-3533-9245.

Willian Simões

Professor da área de ensino de Geografia nos Programas de Graduação e Pós-Graduação (mestrado) em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Doutor em Geografia, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Educação (Gepete). Pesquisa temas como: Territorialidades das juventudes, trabalho e escola; questão agrária, juventude rural e educação do campo; geografia: ensino e formação de professores. Orcid: 0000-0003-4434-7092.

Wilson João Zonin

Graduado em Agronomia (UFSM). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Orcid: 0000-0002-3364-5599.

Zenicléia Angelita Deggerone

Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim (RS). Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Mestre em Ambiente e Desenvolvimento (Univates). Graduada em Administração (UERGS). Orcid: 0000-0003-4286-4686.

O livro *Juventude rural e sucessão na agricultura familiar* aborda a temática do desenvolvimento rural pelo prisma da juventude e é fruto do projeto de pesquisa, ensino e extensão intitulado “Fortalecimento da Juventude Rural na região Oeste de Santa Catarina”, realizado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), entre março de 2015 a julho de 2017. Além dos resultados do referido projeto, o livro contempla estudos de outras instituições de ensino superior do sul do Brasil, como a Unioeste (PR), UFSM (RS), UERGS (RS) e UFSC (SC), a maioria delas oriundas de pesquisas de pós-graduação, com relevantes caminhadas nas temáticas que envolvem o desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, os textos presentes no livro referem-se a reflexões sobre temas caros para a juventude rural, como: cooperativas da agricultura familiar, crédito rural, agroecologia, participação e organização sindical, análise de políticas públicas, assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento rural, mercados institucionais, sucessão familiar e diálogos com jovens agricultores na perspectiva de pensar políticas públicas para seu desenvolvimento. Tais reflexões, portanto, são resultados de estudos e pesquisas realizadas por autores da UFFS, entre outros(as) ligados(as) a universidades parceiras, que se dedicam, a longa data, ao desenvolvimento rural e seus condicionantes e que realizaram interação com a comunidade regional. Nesses termos, tais contribuições representam uma inovação quanto às ações de pesquisa, ensino e extensão empregados, e ao mesmo tempo complementares, corroborando, portanto, a compreensão de fenômenos vivenciados pela juventude rural e contribuindo para a construção de conhecimentos acadêmicos e populares a partir de olhares diferenciados sobre o tema da juventude rural.



Appris
Editora

